

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Lorena Maria Nobre Tomás

Manaus e o manauara na prática discursiva do jornal *A Crítica*

Doutorado em Língua Portuguesa

SÃO PAULO
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Lorena Maria Nobre Tomás

Manaus e o manauara na prática discursiva do jornal *A Crítica*

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

SÃO PAULO
2019

Banca Examinadora

A meus pais, Alice e Oscar

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, pelas valiosas contribuições para a realização desta tese, pela receptividade, atenção e apoio durante todo esse período de doutoramento.

Aos membros da banca de Qualificação, Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias e ao Prof. Dr. Eli Gomes Castanho, pela leitura atenta e crítica, que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores da PUC-SP, em especial aos que tive a oportunidade de cursar disciplinas, Ana Rosa Ferreira Dias, Dieli Vesaro Palma, Jarbas Vargas Nascimento Leonor Lopes Fávero, Luiz Antonio Ferreira, Sueli Marquesi, Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, por todos os ensinamentos e pela dedicação à pesquisa e à educação brasileiras.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa pelas contribuições acadêmicas.

Aos colegas do Grupo *Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil*, em especial, a Anderson Ferreira, André Lopes, André Soares, Carlos Alberto Baptista, Cristiane Ferreira, Jonatas Eliakin, Izilda Maria Nardocci, Márcio Cano, Sandra Regina, Rudney Soares, Losana Prado, Ramon Chaves e Ricardo Celestino, pela acolhida, pela parceria e pelo diálogo acadêmico.

À Lourdes Scaglione, pelo suporte técnico, pela atenção e amizade.

A meus pais, Alice e Oscar, que souberam compreender a ausência física nesse período, por todos os ensinamentos, pelo incentivo aos estudos, pelo carinho, suporte e dedicação durante toda a vida.

À minha irmã Renata, parceira de todas as horas, que compartilhou comigo a felicidade e as angústias dessa fase de nossas vidas, pelo companheirismo, pela interlocução diária e inúmeras contribuições para esta tese.

Ao meu esposo Fábio, que optou por me acompanhar nesse percurso, pela parceria, apoio e companheirismo.

Ao meu filho Arthur, por alegrar nossas vidas e por fazer existir em mim um amor que não consigo descrever.

Às amigas Aline, Claudiana, Elaine, Jeiviane e Letícia, pelo carinho, mesmo a distância, e pelos momentos de descontração sempre que possíveis.

À Marta e Elza, pela acolhida em São Paulo e pelo carinho.

Aos amigos, Adelson e Joab, pela troca de experiências acadêmicas.

Aos amigos Allison e Carlos Renato pela disposição em ajudar em momentos preciosos.

Ao jornal *A Crítica*, por me conceder os exemplares digitalizados das edições dos jornais, em especial à Aruana Brianezi e Jéssica Santos, pela interlocução.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial aos funcionários da Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri, da secretaria acadêmica e do guarda-volumes, pela dedicação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa e pelo investimento em C,T&I no Amazonas.

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pelo incentivo e apoio à qualificação docente.

RESUMO

TOMÁS, Lorena Maria Nobre. **Manaus e o manauara na prática discursiva do jornal *A Crítica***. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta tese tem como tema o estudo da representação de Manaus e do manauara no discurso do jornal *A Crítica*. O problema de pesquisa que buscamos resolver é: em que medida a representação de Manaus e do manauara no discurso jornalístico de *A Crítica* reflete o hibridismo cultural dessa população bem como suas tensões identitárias? Nossa hipótese é que a cidade de Manaus e o manauara são representados sob a perspectiva da hibridização cultural, mas de modo idealizado, enquanto as tensões próprias da constituição dessa identidade estão presentes apenas no discurso dos entrevistados. O objetivo geral desta tese consiste em examinar a representação de Manaus e do manauara no discurso jornalísticos de *A Crítica*. E os objetivos específicos são: verificar os efeitos de sentido produzidos na cenografia e a constituição do *ethos* discursivo em discursos jornalísticos produzidos por ocasião do aniversário de Manaus; identificar os interdiscursos mais recorrentes que indiciam a identidade do manauara. Esta pesquisa está fundamentada na Análise do Discurso, mais especificamente na perspectiva enunciativo-discursiva, conforme proposta por Maingueneau. Dos pressupostos teórico-metodológicos, selecionamos as seguintes categorias: gêneros de discurso, cenografia, *ethos* discursivo, aforização e multimodalidade. Por serem as noções de cultura, identidade e representação fundamentais para a problemática aqui investigada, realizamos, ainda, uma interdisciplinaridade com a Sociologia e com os Estudos Culturais, a partir de estudos, principalmente, de Bauman, Hall e García Canclini. O *corpus* da tese está constituído por discursos extraídos de duas edições, 2003 e 2017, do Caderno Especial do jornal *A Crítica*, produzido em decorrência do aniversário de Manaus. Os resultados da análise mostram que os gêneros de discurso primeira página, apresentação, depoimento e perfil fazem parte da cenografia de homenagem positiva a Manaus. Além disso, *A Crítica* constrói um *ethos* discursivo regional, de uma instituição que valoriza a identidade local.

Palavras-chave: Análise do Discurso, representações identitárias, cenografia, *ethos* discursivo, Manaus, jornal *A Crítica*.

ABSTRACT

TOMÁS, Lorena Maria Nobre. **Manaus and the Manauara in the discursive practice of *A Crítica* newspaper**. Doctorate Thesis. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

This thesis has as its theme the study of the representation of Manaus and the Manauara in the speech of *A Crítica* newspaper. The research problem we seek to solve is: to what extent does the representation of Manaus and Manauara in the journalistic discourse of *A Crítica* reflect the cultural hybridity of this population as well as its identity tensions? Our hypothesis is that the city of Manaus and the Manauara are represented from the perspective of cultural hybridization, but in an idealized way, while the tensions of the constitution of this identity are present only in the interviewees' discourse. The general objective of this thesis is to examine the representation of Manaus and the Manauara in the journalistic discourse of *A Crítica*. And the specific objectives are: to verify the effects of meaning produced in the scenography and the constitution of the discursive ethos in journalistic discourses produced on the occasion of the anniversary of Manaus; identify the most recurrent interdiscourses that indicate the identity of the Manauara. This research is based on Discourse Analysis, more specifically on the enunciative-discursive perspective, as proposed by Maingueneau. From the theoretical-methodological assumptions, we selected the following categories: discourse genres, scenography, discursive ethos, aforization and multimodality. As the notions of culture, identity and representation are fundamental to the problem investigated here, we also carried out an interdisciplinarity with Sociology and Cultural Studies, based mainly on Bauman, Hall and García Canclini. The corpus of the thesis consists of speeches extracted from two editions, 2003 and 2017, of the Special Section of *A Crítica* newspaper, produced as a result of Manaus anniversary. The analysis results show that the discourse genres first page, presentation, personal account and profile are part of scenography in a positive tribute to Manaus. In addition, *A Crítica* builds a regional discursive ethos of an institution that values local identity.

Keywords: Discourse Analysis, identity representations, scenography, discursive ethos, Manaus, *A Crítica* newspaper.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS DE PRODUÇÃO DE A CRÍTICA ESPECIAL	16
1.1 Manaus: aspectos geográficos e socioeconômicos	17
1.2 Formação histórico-cultural de Manaus.....	20
1.2.1 A Amazônia colonial	20
1.2.2 O período áureo da borracha	27
1.2.3 A implantação da Zona Franca de Manaus	37
1.3 O jornal <i>A Crítica</i> na sociedade de Manaus: percurso histórico e inserção	43
CAPÍTULO II: CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE	47
2.1 Percurso da noção de cultura	47
2.2 Representação e estereótipo	54
2.3 Hibridismo e interculturalidade	59
2.4 Identidade na pós-modernidade	63
2.5 Da (im)possibilidade da identidade manauara	71
CAPÍTULO III: ANÁLISE DO DISCURSO	86
3.1 Análise do Discurso: fronteiras e filiações	86
3.2 Pressupostos teórico-metodológicos da AD e seu objeto de estudo	89
3.3 Categorias de análise	99
3.3.1 Cenas de enunciação	99
3.3.2 <i>Ethos</i> discursivo	105
3.3.3 Enunciação aforizante	108
3.3.4 A multimodalidade	112
3.4 A prática discursiva do jornal	117
CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÃO DE MANAUS E DO MANAUARA NO DISCURSO DO JORNAL A CRÍTICA	125
4.1 Procedimentos metodológicos	125
4.2 <i>A Crítica Especial</i> : edição de 2003	127

4.2.1 Primeira página: <i>Especial/Aniversário - 334 anos MANAUS</i>	135
4.2.2 Apresentação: <i>Quando todo o dizer não basta</i>	140
4.2.3 Depoimento: <i>Sonhos e decepções</i>	150
4.2.4 Perfis: <i>A cidade existe em mim e Habitante do cantinho da paz</i>	161
4.3 <i>A Crítica Especial</i> : edição de 2017.....	169
4.3.1 Primeira página: <i>Luz dos olhos</i>	179
4.3.2 Depoimento 1: <i>Amor além das lentes</i>	189
4.3.3 Depoimento 2: <i>Veio, viu e ficou aqui</i>	198
4.3.4 Depoimento 3: <i>Sem medo de ser feliz</i>	202
4.3.5 Depoimento 4: <i>Pela mulher indígena</i>	207
CONCLUSÃO	213
REFERÊNCIAS	219
ANEXOS	227

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, ocorreu o que se chamou de virada cultural. Assim, a noção de cultura passou a ocupar uma posição central nas Ciências Humanas e Sociais. Com isso, muitos estudos começaram a investigar as transformações culturais e identitárias na era da pós-modernidade. As tensões em torno dos processos de identificação evidenciam que eles não são mais tidos como certos, fixos, mas incertos e fragmentados. Essas inquietações também têm motivado investigações no campo da Linguística, particularmente, da Análise do Discurso, como indicam as pesquisas de Vilela-Ardenghi (2014), Castanho (2016) e Dugnani (2017).

É nesse contexto que se insere a presente tese, cujo tema é o estudo da representação de Manaus e do manauara no discurso do jornal *A Crítica*. Esta pesquisa busca, portanto, responder a seguinte pergunta: em que medida a representação de Manaus e do manauara no discurso jornalístico de *A Crítica* reflete o hibridismo cultural dessa população bem como suas tensões identitárias? Nossa hipótese é que a cidade de Manaus e o manauara são representados sob a perspectiva da hibridização cultural, mas de modo idealizado, enquanto as tensões próprias da constituição dessa identidade estão presentes apenas no discurso dos entrevistados.

As noções de identidade e de representação com as quais trabalhamos estão fundamentadas na interface que estabelecemos entre os Estudos Culturais e a Análise do Discurso. Assim, consideramos que as identidades se estabelecem na relação com o Outro e estão sempre em processo de construção, não sendo, portanto, estáveis. A representação, por sua vez, está diretamente relacionada à cultura e à produção do sentido. Como afirma Hall (2016, p. 31, grifo do autor), ela é “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Nessa perspectiva, as identidades, assim como as representações, são construídas culturalmente no e pelo discurso, o que nos leva a ratificar a pertinência de estudá-las a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso.

Diante disso, nosso objetivo geral é examinar a representação de Manaus e do manauara no discurso jornalísticos do jornal *A Crítica*. E os objetivos específicos são: verificar os efeitos de sentido produzidos na cenografia e a constituição do *ethos* discursivo em discursos jornalísticos produzidos por ocasião do aniversário de Manaus; identificar os interdiscursos mais recorrentes que indiciam a identidade do manauara.

A presente pesquisa justifica-se principalmente por seu caráter social. A identificação do manauara enquanto caboclo nem sempre acontece e a influência indígena pode ser um dos principais índices dessa negação. Esse é um dos grupos étnicos que mais sofreu com o contato do colonizador e que ainda carrega, mesmo nos dias de hoje, inúmeros estereótipos que intensificam os preconceitos contra eles e seus descendentes. Dessa forma, a realização do presente trabalho nos permite compreender como está sendo construída a identidade do manauara, após todo esse processo de globalização pelo qual a modernidade está passando.

No que se refere à dimensão teórica, destacamos que esta tese aprofunda as investigações em torno das noções de cultura e identidade por meio do discurso. Evidenciamos, assim, não apenas a pertinência dos pressupostos teórico-metodológicos da AD para o estudo das questões mencionadas, como também o fortalecimento da tendência interdisciplinar dessa disciplina. Além disso, o presente estudo contribui com a operacionalização da noção *ethos* discursivo em gêneros de discurso multimodais.

Quanto à dimensão pessoal, ressaltamos que essa temática tem nos acompanhado desde o mestrado, quando investigamos a imagem da mulher amazonense em canções regionais. Nesse *corpus*, verificamos que os aspectos naturais da região bem como as características físicas da mulher cabocla, especialmente seus traços indígenas, foram exaltados (Tomás, 2012). O discurso de afirmação presente nas canções pode ser compreendido como um discurso de resposta ou de resistência aos discursos preconceituosos.

Apesar de a exaltação da identidade cultural manauara estar presente nas canções regionais, nas práticas cotidianas, esse traço caboclo da identidade é um dos índices de negação dessa cultura. A fim de exemplificar essa negação, vejamos duas das declarações coletadas por Freire (2011, p. 20, grifo do autor) sobre a variante linguística regional, em que há índices de contraidentificação com a linguagem regional: "... é muita caboquice falar assim, coisa de gente pobre, do

bodozal”, “... triste esse jeito de falar. Só cabocão fala assim...”. Esses enunciados expressam não apenas a negação da identidade linguística regional, como também uma representação negativa do caboclo. O primeiro enunciado associa o modo de falar a pessoas de classe social baixa, nomeadas como “pobre”, oriundas do “bodozal”. Esse último termo faz referência a pessoas que moram em áreas alagadiças da cidade, associando-as ao bodó, peixe da região que gosta de lama. “Cabocão” e “caboquice”, por sua vez, são dois termos, derivados de “caboclo”, mas que qualificam pejorativamente pessoas, “cabocão”, e atitudes supostamente próprias dos caboclos, “caboquice”. Esses termos fazem parte da variante regional e evidenciam que essa representação negativa do caboclo não é um fato isolado, uma vez que há, no próprio léxico regional, termos específicos para expressar esses sentidos negativos. Além disso, mesmo utilizando uma variante regional, como revelam os termos “cabocão”, “caboquice” e “bodozal”, os enunciadores não se reconhecem como seus falantes. Considerando, assim, essas manifestações de preconceito em relação a determinados índices identitários do manauara, sentimos a necessidade de aprofundar a discussão para, assim, contribuir com a redução de estereótipos negativos de Manaus e do manauara.

A escolha da mídia impressa, por sua vez, justifica-se pela relevância que ela possui na sociedade contemporânea. Por produzir no leitor um efeito de verdade, a mídia impressa contribui, muitas vezes, para a consolidação de posicionamentos em circulação. Protegida pelo mito da objetividade, que mascara os interesses e o processo de escolhas e recortes próprios de qualquer prática discursiva, a instância midiática colabora para a construção do imaginário sobre a cidade de Manaus e do manauara ao falar sobre eles. Assim, o discurso jornalístico além de fazer circular determinados sentidos, constrói representações sociais que, muitas vezes, contribuem para a formação da memória coletiva. Dentre os jornais impressos locais, *A Crítica* foi selecionado para este estudo por ser um dos mais tradicionais da cidade.

Logo, o *corpus* desta pesquisa é extraído da mídia impressa regional, mais especificamente do jornal *A Crítica*. Tomando como acontecimento norteador o dia do aniversário de Manaus, 24 de outubro, selecionamos como *corpus* inicial duas edições do suplemento especial desse jornal, dedicadas ao aniversário da cidade, a saber: a de 2003 e a de 2017. A edição de 2003 foi escolhida por ser o primeiro suplemento totalmente dedicado ao aniversário da cidade. A partir dessa data, ele

passou a ser publicado regularmente. Antes disso, o tema do aniversário de Manaus era abordado normalmente em *Cidades*, um caderno fixo do jornal, dedicado aos acontecimentos gerais da capital. Já a edição especial de 2017 foi selecionada por ser a mais recente quando da realização deste trabalho.

Esta pesquisa está fundamentada na Análise do Discurso de origem francesa (doravante AD), mais especificamente, em sua perspectiva enunciativo-discursiva conforme proposta por Maingueneau (1997, 2004, 2008a, 2008b, 2013, 2014a, 2014b, 2015, 2016). A análise está assentada, assim, nos pressupostos teórico-metodológicos dessa disciplina, que têm se mostrado um poderoso dispositivo de leitura, inclusive de gêneros multimodais. Nossas principais categorias de análise são: gêneros de discurso, cenografia, *ethos* discursivo, aforização e multimodalidade.

Dada à condição interdisciplinar da AD, fazemos ainda uma interface com a Sociologia e com os Estudos Culturais, a fim de situarmos as noções de cultura, identidade e representação, fundamentais para a problemática aqui investigada. Para tanto, estabelecemos diálogo, principalmente, com os seguintes estudiosos: Bauman (2005a, 2005b, 2012, 2013); Hall (1997, 2011, 2014, 2016) e García Canclini (2015a, 2015b).

Esta tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, recuperamos as condições sócio-históricas de produção dos discursos que compõem nosso *corpus*. Inicialmente, apresentamos os aspectos geográficos e socioeconômicos da cidade de Manaus. Em seguida, realizamos uma incursão pela história e pela formação sociocultural da população. Por fim, apresentamos o processo de inserção do jornal *A Crítica* na sociedade amazonense.

No segundo capítulo, com base na interdisciplinaridade estabelecida com a Sociologia e com os Estudos Culturais, refletimos sobre as noções centrais de cultura, representação e identidade. Inicialmente, apresentamos a evolução da noção de cultura até chegarmos à perspectiva aqui empregada. Depois, apresentamos as noções de representação e de estereótipo, destacando suas relações com a Análise do Discurso. Discutimos ainda sobre as particularidades das noções de hibridismo e da interculturalidade. Neste capítulo, damos ênfase, também, às transformações

pela quais a noção de identidade tem passado na era líquido-moderna¹. Com base nessa discussão, apresentamos o complexo processo de formação sociocultural do manauara.

No terceiro capítulo, encontra-se a fundamentação teórico-metodológica desta tese. Nele traçamos um breve percurso histórico da AD, até chegarmos à perspectiva enunciativo-discursiva proposta por Dominique Maingueneau. Na sequência, abordamos as principais noções nas quais esta disciplina está fundamentada, tais como discurso, interdiscurso e formação discursiva (FD). Isso posto, apresentamos as categorias de análise da AD, que selecionamos em função de nosso *corpus* de pesquisa, a saber: gêneros de discurso, cenografia, *ethos* discursivo, aforização e multimodalidade. Finalizamos o capítulo refletindo sobre a prática discursiva do jornal.

No quarto capítulo, finalizamos a tese, dividindo-o em três seções. Na primeira, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. As duas seções seguintes são dedicadas à análise do *corpus*, sendo a Seção 4.2 destinada à análise da edição 2003 de *A Crítica Especial* e a Seção 4.3, à edição de 2017. Nossa análise está dividida em dois momentos. Primeiramente, realizamos uma análise global de cada suplemento, que resultou em uma apresentação da estrutura composicional de cada caderno. Em seguida, passamos à análise dos dez discursos selecionados, que são analisados individualmente e, por isso, estão apresentados em subseções.

¹ Cf. Bauman (2013).

CAPÍTULO I:

CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS DE PRODUÇÃO DE A CRÍTICA ESPECIAL

Para a AD, um texto ou discurso não pode ser analisado isoladamente, é preciso inseri-lo em suas condições sócio-históricas de produção. Essa noção² foi reelaborada e introduzida por Pêcheux na AD ainda em *Análise Automática do Discurso* (AAD-69). Pêcheux (1993) propôs pensar os “protagonistas do discurso” não na figura de um emissor e de um receptor, mas como sujeitos que ocupam diferentes lugares sociais, ou seja, sujeitos a diferentes restrições. O autor estabelece, assim, um distanciamento do esquema básico de comunicação de Roman Jakobson.

Com esse deslocamento, a AD procura evidenciar que o funcionamento do discurso é marcado, sobretudo, por aspectos histórico-sociais e não puramente pragmáticos. Posteriormente, Pêcheux & Fuchs (1993, p. 170-171) observaram que o texto da AAD-69 era ambíguo em relação à noção de condições sócio-históricas de produção do discurso por designar “ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo”.

Maingueneau (1997) também refletiu sobre a articulação entre discurso e condições sócio-históricas de produção. Nesse sentido, o autor afirma que, para analisar a discursividade, é preciso tornar complexo o que se entende habitualmente por “condições de produção”. Essa noção não pode significar simplesmente “o contexto social” de um determinado *corpus*, pois a situação extraverbal não deve ser vista como exterior, mas como constitutiva da enunciação. Seguindo esse mesmo raciocínio, Maingueneau (1997) ressalta que não há relação de exterioridade entre o grupo e seu discurso.

A instituição discursiva possui duas faces, uma que diz respeito ao social e outra à linguagem (MAINGUENEAU, 1997). Partindo desse entendimento, o autor propõe o conceito de *prática discursiva* para designar a reversibilidade entre essas duas faces. Essa noção integra dois outros elementos: a já conhecida formação discursiva e o que o autor chamou de *comunidade discursiva*, que designa o “grupo

² Courtine (2009, p. 45-47) apresenta três hipóteses para a origem da noção: análise de conteúdo, especialmente em psicologia social; sociolinguística, que seria uma origem indireta; e, de forma implícita, estaria presente no texto *Discourse Analysis*, de Z. Harris, de 1952.

ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

Como podemos observar, essa noção vai além do que se compreende normalmente por contexto, termo próprio da Pragmática, a qual a AD amplia. Assim, para recuperarmos as condições sócio-histórico-culturais de produção dos discursos que compõem o *corpus* desta tese, apresentamos inicialmente os aspectos geográficos e socioeconômicos da cidade de Manaus. Em seguida, realizamos uma breve incursão pela história da fundação da cidade, dando destaque para a formação histórico-cultural da população. Finalizamos o capítulo com um resgate do processo de inserção do jornal *A Crítica* na sociedade amazonense. A recuperação dessas condições sócio-históricas de produção é-nos fundamental não apenas para compreendermos o presente, mas também para apreendermos as coerções próprias desse discurso, assim como o lugar social ocupado pelos enunciadores.

1.1 Manaus: aspectos geográficos e socioeconômicos

Manaus, capital do estado do Amazonas e principal núcleo econômico da região Norte, está localizada à margem esquerda do Rio Negro. Situada próximo à linha do Equador e rodeada pela floresta Amazônica, a cidade apresenta clima equatorial úmido de convergência intertropical. Por isso, possui umidade e temperaturas elevadas durante todo o ano, além de alto índice pluviométrico. Diferentemente de outras regiões do país, no Norte há apenas duas estações predominantes ao longo do ano: inverno (estação chuvosa), aproximadamente de dezembro a junho, e verão (estiagem), de julho a novembro. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)³, apesar de a temperatura não variar muito em Manaus, ficando com média mínima de 24°C e média máxima entre 32°C e 34°C, a sensação térmica é mais alta devido à alta umidade da região e à ausência de vento.

Relacionado ainda a essas duas estações, está um importante fenômeno da região, a cheia e a vazante dos rios da Bacia Amazônica. No Rio Negro, por exemplo, o período da cheia vai até junho ou julho, e a vazante encerra-se entre

³ Disponível em: <<http://d24am.com/amazonia/para-o-inmet-calor-maior-em-manaus-e- apenas-sensacao-termica>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

outubro e novembro. Esse fenômeno é cíclico e a cada ano a cheia altera a paisagem da região e dita a rotina dos ribeirinhos, podendo afetar também os moradores dos locais mais baixos das cidades do Estado, inclusive de Manaus. A cheia depende não apenas da quantidade da água das chuvas, mas também das águas provenientes do derretimento das geleiras. O nível das cheias é, portanto, bastante variável e, apesar de a população estar habituada com o fenômeno, quando a enchente ultrapassa os níveis já esperados, causa transtornos à população.

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população de Manaus em 2.130.264⁴. Ainda conforme pesquisa do mesmo ano, concentra-se, na capital, mais da metade da população total do Estado, que é de 4.063.614 habitantes. De acordo com o censo demográfico de 2010, enquanto a densidade demográfica⁵ do Amazonas é de 2,23 hab/km², a de Manaus é de 158,06 hab/km², sendo atualmente considerada o sétimo município mais populoso do Brasil e a principal metrópole da região Norte. A cidade possui uma extensão territorial de 11.401.058 km² e está dividida em 63 bairros⁶.

Quanto às características de “cor e raça”, o censo de 2010 mostra que a população de Manaus é predominantemente parda (67,83%). Em menor quantidade, estão os brancos (26,59%), em seguida os pretos (4,20%), os amarelos (1,15%) e, por último, os indígenas (0,22%).

Manaus é o município-núcleo da Região Metropolitana de Manaus (RMM), criada em 2007 pela Lei Complementar Estadual n.º 52/07. A RMM compreende uma área de 101.475 km² e é formada por mais sete municípios além de Manaus, a saber: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

De acordo com o *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*⁷, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

⁵ De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010.

⁶ Disponível em: <<http://implurb.manaus.am.gov.br/bairros-de-manaus/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

⁷ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/manaus>. Acesso em: 7 mar. 2018.

da RMM foi, em 2010, de 0,720, que é considerado alto⁸. Essa avaliação envolve três fatores: renda, educação e expectativa de vida.

Das 24 regiões metropolitanas brasileiras investigadas, Manaus ocupa a 22.^a posição segundo o IDHM. Nesse *ranking*⁹, o maior IDHM é 0,815 (Florianópolis) e o menor é 0,660 (Petrolina-Juazeiro). Apesar de ocupar o antepenúltimo lugar entre as regiões metropolitanas, apresentou avanços em todas as três dimensões quando comparada com os resultados do ano de 2000. O IDHM da RM de Manaus passou de 0,585, em 2000, para 0,720, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,612 para 0,727, respectivamente. Em 2000, a dimensão da longevidade obteve índice de 0,730, já em 2010, o índice foi de 0,812. Em 2000, a renda obteve índice de 0,661, enquanto em 2010 subiu para 0,724. Em 2000, a educação esteve classificada como muito baixa com índice de 0,414 e, em 2010, passou para nível médio com 0,636. Mesmo apresentando o maior crescimento, a educação continua com o menor índice em relação a outros fatores como renda e longevidade. Em 2010, o IDHM geral de Manaus é de 0,737, um pouco superior em relação ao da RMM, que é de 0,720.

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) de Manaus foi de R\$ 67,1 bilhões. Com uma participação de 1,12% no PIB brasileiro, a cidade está entre os sete municípios que geram mais riqueza no país. Os que tiveram maior participação foram: São Paulo (10,85%), Rio de Janeiro (5,35%), Brasília (3,60%), Belo Horizonte (1,46%), Curitiba (1,40%) e Porto Alegre (1,14%). O PIB de Manaus representa 20,91% do PIB da região Norte e 77,48% das riquezas do Estado. Esse resultado colocou o Amazonas como a unidade federativa mais dependente de sua capital¹⁰, o que é negativo, pois está relacionado à dependência do modelo Zona Franca de Manaus. Além disso, o elevado PIB da capital amazonense, sétimo maior do país, não se reflete diretamente na qualidade de vida do manauara, como se observou pelos números do IDHM.

⁸ Há quatro níveis de classificação: muito alto (0,800 a 1000), alto (0,700 a 0,699), médio (0,600 a 0,599) e baixo (0,500 a 0,499) e muito baixo (0,000 a 0,499).

⁹ Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

¹⁰ Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias/crise-impacta-no-pib-de-manauara-diz-ibge>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

1.2 Formação histórico-cultural de Manaus

O povoado que originou Manaus esteve inicialmente sob domínio espanhol, mas a cidade foi fundada pelos portugueses na segunda metade do século XVII. Em 1669, foi erguido o Forte da Barra de São José do Rio Negro, que deu origem à cidade. Em 1832, esse povoado foi elevado à categoria de Vila, passando a se chamar Vila da Barra, e somente em 24 de outubro de 1848 passa a ser reconhecida como Cidade da Barra de São José do Rio Negro. Foi apenas em 1850 que recebeu sua denominação atual, Manaus, em homenagem à nação indígena dos Manaós, que habitava o local e que foi extinta logo nos primeiros anos da colonização europeia. Considera-se 24 de outubro como o dia do aniversário da cidade e sua idade é contada a partir do ano da fundação do Forte, nessa cronologia, Manaus tem hoje 348 anos.

Para compreendermos o contexto atual bem como o do surgimento da cidade e de sua população, será necessário voltarmos um pouco na história e por isso iniciamos nossas observações a partir do período chamado de Amazônia Colonial (1616-1798). De todos os anos de história, destacamos mais dois momentos de grandes mudanças: o período áureo da borracha (1890-1920) e o da implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967.

1.2.1 A Amazônia colonial

A colonização da Amazônia foi iniciada tardiamente em relação ao restante do Brasil devido a sua localização geográfica. Desde 1542, Francisco Orellana já havia “descoberto” o rio das Amazonas e seu relator, Carvajal, já anunciava o que haviam visto na região. No entanto, é apenas a partir de 1600, com fins de demarcação territorial e em busca de mão de obra que os portugueses iniciam a subida do rio Amazonas. Desse período inicial, destacamos primeiramente como se deu o processo depopulativo da região com a chegada do europeu.

É corrente no senso comum a afirmação de que o índio não se deixou escravizar, pois preferia a morte ao trabalho, porém, essa afirmação não resiste ao exame histórico. Muitas nações, é verdade, logo foram extintas por não se subjugarem à dominação portuguesa, no entanto, a maioria serviu de mão de obra barata e qualificada para os portugueses. Destacamos o fato de ser qualificada

porque os nativos dominavam toda a técnica para a sobrevivência naquela região, sendo, portanto, exímios pescadores, caçadores, navegadores e extratores das *drogas do sertão* (castanha, cacau, cravo, canela, salsaparrilha etc.). Os portugueses encontraram a mão de obra ideal para o extrativismo que pretendiam realizar. Dentre os principais produtos explorados nessa época, estão: as *drogas do sertão*, a madeira, os peixes, o peixe-boi e a tartaruga (o ovo da tartaruga era muito utilizado para a produção de óleo). Nesse sentido, Prado Júnior (2006, p. 60) destaca que:

empregados assim em tarefas que lhe são familiares [penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar peixes] [...] o índio se amoldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco. Não se precisou do negro.

Em consonância com Prado Júnior, Ribeiro (2015, p. 232) explica ainda que “mais do que transmissores de modos tradicionais de sobrevivência na floresta úmida, desenvolvida em milênios de esforço adaptativo, os índios foram o saber, o nervo e os músculos dessa sociedade parasitária”.

Contudo, a grande questão não era exatamente o tipo de trabalho realizado, mas sua quantidade e condições. Os índios eram utilizados em todas as atividades realizadas na colônia: além do que já foi mencionado, trabalhavam nas lavouras de algodão e tabaco; eram utilizados como construtores de casas e canoas e, até mesmo, como remeiros e guerreiros nas expedições. Muitos índios morriam devido ao trabalho excessivo e à falta de comida, uma vez que não podiam mais se dedicar às suas atividades de subsistência.

Por não encontrarem na região ouro e prata como imaginavam, os europeus dedicaram-se ao extrativismo de outros produtos. Além disso, Freire (1994) afirma que a grande disputa na Região Amazônica era pela força de trabalho indígena, o *ouro vermelho*, como podemos observar no trecho a seguir em que o autor comenta uma observação do padre Antonio Vieira:

Testemunha ocular da época, o Padre Antonio Vieira, em 1656, após constatar que os colonos portugueses eram preguiçosos e não queriam trabalhar e que todo o seu sustento era resultado do trabalho indígena, comentou que o verdadeiro objetivo do projeto colonial era capturar índios para extrair de suas veias o ouro vermelho, que sempre foi a mina da Amazônia. (FREIRE, 1994, p. 28).

Vale lembrar quem eram os colonos que vieram para a Amazônia e que, juntamente com os missionários, controlavam o sistema de trabalho. Eram, de acordo com Freire (1994, p. 31), “pequenos camponeses sem terra do norte de Portugal ou filhos de portugueses do nordeste do Brasil [...] e, sobretudo, degredados punidos com o exílio por crimes cometidos.” Não raro, o posto de capitão de aldeia, que funcionava como um juiz, era ocupado por um criminoso. Além disso, o propósito da maioria dos colonos não era o de desenvolver a região para aqui se fixarem, ao contrário, buscavam enriquecer rapidamente e retornar a Portugal.

O processo de recrutamento dos índios se dava de três formas: por descimentos, resgates e guerras justas. Os descimentos consistiam em convencer os índios a deixar seus locais de origem e passar a viver nos novos aldeamentos das missões, próximos aos núcleos coloniais. Os índios assim “resgatados” eram chamados de índios de repartição ou “livres”. Os resgates, por sua vez, consistiam em trocas comerciais em que os portugueses davam mercadorias em troca de índios que haviam se tornado prisioneiros em guerras intertribais. Já as guerras justas consistiam na captura de índios que atacassem os portugueses ou impedissem a difusão do Evangelho. Esses dois últimos grupos eram considerados índios escravos. A diferença é que os índios “livres” eram alugados, ou seja, “repartidos” e os índios escravos eram vendidos entre colonos, missionários e a Coroa portuguesa. Na prática, não havia diferença entre eles, pois o salário recebido pelo índio “livre” era simbólico. Freire (1994) registra, na verdade, um agravante para este último grupo: por serem alugados, eram explorados ao máximo por seus diferentes patrões, que ainda poupavam na alimentação a eles fornecida.

No entanto, nem sempre o recrutamento dos índios seguia o que estava posto na legislação e muitas operações de troca se tornavam operações de guerra. Assim, o sistema de recrutamento de escravo indígena significava a morte de muitos outros. Freire (1994, p. 34) menciona o relato do cônego Manuel Teixeira que “calculou em mais de 2 milhões, o número de índios assassinados pelo sistema de trabalho: desde o recrutamento até a produção”.

Quanto à atividade dos missionários, considerados também como colonos, destacamos que seus objetivos se mostraram menos espirituais e mais econômicos. Freire (1994, p. 45) afirma que:

um grande erro da historiografia oficial foi o de difundir uma falsa idéia de que os missionários, que aqui atuavam, eram exclusivamente elementos propagadores da fé [...]. Na realidade, eles se constituíam em grandes agentes econômicos a serviço do colonialismo europeu.

Os missionários tinham por função retirar os indígenas de suas aldeias para os centros de catequese, onde pretendiam inculcar-lhes a fé cristã e a “civilização”. Assim “civilizados” os índios aceitariam mais facilmente as novas condições de trabalho e deixariam de se insurgir contra os colonizadores, o que facilitaria a criação de comunidades agrícolas estáveis e, com isso, dificultaria a entrada de outros países europeus na região.

O controle da mão de obra indígena significava o domínio econômico na região, por isso era disputado por diversos grupos. Inicialmente, a disputa ocorreu entre os colonos leigos e os missionários, inclusive com a utilização de armas. No entanto, mesmo depois de os missionários obterem a hegemonia do controle da mão de obra, os conflitos não cessaram, a luta passou a acontecer entre as diferentes ordens missionárias, como jesuítas, capuchinos e carmelitas. De acordo com Freire (1994, p. 46), na metade do século XVIII, os missionários “possuíam 55 grandes fazendas de gado, com um rebanho avaliado em cerca de 500.000 cabeças, além de fazendas rurais, engenhos e outros estabelecimentos agrícolas”. Esses dados reforçam mais um questionamento levantado pelo autor: o de que Grão-Pará fosse uma colônia pobre.

À medida que o colonizador foi “desbravando” a Região Amazônica, ou seja, foi subindo o rio em busca de escravos para a realização do trabalho, tanto para o extrativismo quanto para as lavouras, as nações indígenas foram sendo dizimadas. As populações que viviam nas margens dos rios, isto é, na várzea, foram as primeiras a sofrer os efeitos do contato com o branco, sendo praticamente extintas. De acordo com a pesquisa empreendida por Porro (2016, p. 7), “um número incalculável de índios morreu com as doenças introduzidas pelos brancos; outros refugiaram-se nas matas do interior subindo rios e igarapés; outros ainda, talvez a maioria, foram aprisionados e levados para o trabalho servil”. Se, na perspectiva do colonizador, houve ocupação ou povoamento da Amazônia, do ponto de vista do colonizado, o que houve foi um despovoamento ou extermínio.

Em decorrência da diminuição das nações indígenas ribeirinhas, os colonizadores começaram a explorar o interior em busca de mão de obra e, por meio dos descimentos, chegaram às nações da terra firme. Esses acontecimentos originaram uma nova população que habitaria as feitorias e vilas, as quais dariam origem às cidades. Segundo Porro (2016, p. 8, grifo do autor), “de línguas e culturas as mais variadas, esse agrupamento heterogêneo de índios da *terra firme* trazidos à força às margens do Amazonas iriam dar origem ao *caboclo* ou *tapuio* amazonense”. O etno-historiador destaca ainda que esses índios tinham pouco a ver com os antigos habitantes do rio e que:

como não podia deixar de acontecer, eles assimilaram uma série de técnicas essenciais à sobrevivência na várzea, mas as antigas sociedades ribeirinhas, altamente integradas e adaptadas àquele ecossistema específico, haviam desaparecido para sempre. (PORRO, 2016, p. 8).

Para ratificar a tese do despovoamento, é preciso lembrar que a região era densamente povoada antes da chegada do colonizador, principalmente nas margens dos rios, como confirmam as crônicas dos primeiros viajantes. Para Porro (2016, p. 8), essas narrativas, apesar de suas limitações, “[...] deixam entrever uma população numerosa, assentada em grandes povoados, com vida econômica, organização social e instituições políticas diferentes e, em muitos aspectos, mais desenvolvidas do que a dos povos da terra firme”. Mesmo a colonização europeia já estando em curso e com ela seu processo depopulativo, o jesuíta Cristóbal de Acuña, relator da expedição de Pedro Teixeira de Quito a Belém, em 1639, pelo rio Amazonas, caminho já percorrido por Orellana (1541-1542), fornece importante relato acerca do povoamento da região:

Todo esse novo mundo, chamemo-lo assim, é habitado por bárbaros de distintas províncias e nações, das quais posso dar fé, mencionando-as pelo nome e assinalando sua localização, algumas de vista e outras por informações dos índios que nelas estiveram. Passam de cento e cinquenta, todas de línguas diferentes, **tão vastas e povoadas como as que vimos por todo este caminho**, conforme depois diremos. Essas nações ficam tão próximas umas das outras, que, em muitas delas, dos últimos povoados de umas é possível ouvir o lavar da madeira nas outras [...] Todavia, mesmo sendo bélicos cheios de brio, jamais tiveram qualquer atitude hostil para com o espanhol [...] (ACUÑA, 1994, p. 95, grifo nosso).

Para ratificar a densidade populacional descrita pelos viajantes, destacamos dados de uma pesquisa sobre os Omágua. Porro (apud PORRO, 2016, p. 14) concluiu que “cinco ilhas do Alto Amazonas, em território Omágua, tinham em 1647 uma média de 5,2 habitantes por km², e isso um século depois do primeiro contato com europeus e das primeiras epidemias que eles estavam trazendo”.

Ainda que seja difícil quantificar o extermínio causado pelo colonizador, não restam dúvidas quanto à sua existência, pois vários relatos da época dão conta desse fato, como o descrito por Leite (apud OLIVEIRA, 1988, p. 72):

[...] segundo a crônica da época, o governador Bento Maciel Parente, entre 1619 e 1622, teria acabado com os índios Tupinambá desde Tapuitapera no Maranhão, até a foz do Amazonas, no Pará, tendo matado ou levado à escravidão mais de 500 mil índios.

Por mais que a precisão dessa informação possa ser questionada, é possível ter uma ideia de quão dizimadora foi a ação expansionista durante o século XVII. Para Porro (2016, p. 7, grifos do autor), há algo inquestionável nesse processo: “a ocupação da terra pelo colonizador, quando não trouxe o extermínio físico da *população* indígena, fez desaparecer as *sociedades* e as *culturas* indígenas. Na Amazônia isso começou no século XVI e ainda não terminou”.

Oliveira (1988) apresenta três principais alterações sociais e culturais desse processo inicial de colonização portuguesa. O primeiro deles é a organização de um novo espaço físico. Antes da chegada dos portugueses, havia na região inúmeras povoações densamente habitadas, organizadas em povoados de tamanhos e formatos variados. A população nativa dedicava-se não apenas à caça, à pesca e ao extrativismo, mas também ao cultivo de produtos como mandioca e milho. Durante a colonização, alguns grupos passaram a habitar os aldeamentos missionários e a trabalhar forçadamente nas vilas dos colonos e na coleta das *drogas-do-sertão*. Em decorrência disso, está a segunda alteração, que é a destribalização e o início de um processo de deculturação dos padrões indígenas, com alterações em todos os níveis culturais: econômico, social, político ou religioso. Destacamos, neste ponto, a imposição do catolicismo por meio da catequese e a introdução da língua geral, o *nheengatu*, originário do tupi. Por fim, a terceira alteração, apresentada anteriormente, foi a queda do padrão demográfico em decorrência da dizimação da população indígena.

Outro momento crucial da expansão portuguesa foi a política pombalina ou *ditadura de Pombal*¹¹, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII. Marquês de Pombal, ministro de D. José I, pretendia implantar uma política de recuperação nacional em que Portugal se libertasse da Inglaterra e promovesse uma modernização das suas instituições sociais, até então dominadas pelos ideais da Igreja Católica (FREIRE, 1994). Para o cumprimento de seus propósitos na colônia, nomeia seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Grão-Pará (cuja sede era Belém) e chefe da Comissão de Limites com os espanhóis. As medidas de Pombal tiveram efeitos significativos na Região Amazônica.

Uma das principais providências foi a expulsão dos jesuítas e a criação do Diretório, que passou a regulamentar a política relativa à mão de obra indígena. Esse órgão, por exemplo, tornou obrigatório o uso do português e proibiu as outras línguas indígenas, inclusive o nheengatu; obrigou os índios a adotarem sobrenomes portugueses e a construírem suas moradias de acordo com o padrão europeu. Devido à impossibilidade de povoar a região com o imigrante europeu, a Coroa promoveu a “libertação dos índios” e incentivou, com a doação de terras e dinheiro, o casamento entre portugueses e índios. A agricultura foi estimulada e os índios foram obrigados a pagar, entre outros impostos, o dízimo de toda sua produção.

Devido à necessidade de consolidar o domínio português e evitar a entrada dos espanhóis nesse território, Pombal tomou outras medidas. A região, antes marginal, passou a receber intervenção mais efetivas de Portugal. Em 1755, é criada a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Pará e que daria origem ao estado do Amazonas¹², que teve como primeiro governador o primo do Marquês, Francisco de Melo e Póvoas. Foi determinado, ainda, que povoações e aldeias fossem elevadas de categoria e recebessem denominações portuguesas. Um exemplo foi a vila de Mariuá, cujo nome foi mudado para Barcelos ao ser estabelecida como sede da Capitania de São José do Rio Negro. Por fim, tem-se a criação da Companhia de Comércio, que visava à introdução de escravos negros na Amazônia.

¹¹ Cf. Freire (1994).

¹² É apenas em 5 de setembro de 1850, pela lei 592, que a Província do Amazonas é criada. (REIS, 1965, p. 57).

O projeto mercantilista de Pombal visava ao fortalecimento da Coroa e, na verdade, apenas mudou os responsáveis pela exploração da mão de obra indígena, que se tornara livre apenas no papel. Assim, com o incremento “de atividades agrícolas e pecuárias e a Política de Pombal de ‘civilizar’ compulsoriamente o indígena, começou uma formação de uma classe agrária, dele provinda. Principiava a nascer o caboclo da Amazônia” (OLIVEIRA, 1988, p. 93).

A queda da mão de obra indígena, devido a fatores como a morte por epidemias, a fuga das povoações e a resistência aos descimentos, provocou a crise da política pombalina, fazendo com que Dona Maria I abolisse o Diretório em 1798. No entanto, suas medidas foram ainda mais severas e, como destaca Freire (1994, p. 61), “as sutilezas desapareceram do discurso oficial, cedendo lugar a uma linguagem dura, que correspondia às declarações abertas de guerra aos índios, sobretudo a partir de 1808, com a instalação da sede da monarquia no Brasil”. Chegou-se a ponto de a Coroa portuguesa dar bebida alcoólica ao índio como parte de seu pagamento. Como lembra o pesquisador, “a aguardente, cuja fabricação estivera proibida no período anterior, passa a ser usada como arma dos colonizadores para destribalizar os índios.” (FREIRE, 1994, p. 60). Esse dado histórico ajuda-nos a compreender o problema do alcoolismo enfrentado por inúmeros grupos indígenas atualmente.

1.2.2 O período áureo da borracha

Daremos agora um salto para outro momento da história também significativo para a formação sociocultural da população da região amazônica, que é o período áureo da borracha. Mesmo com a elevação da Vila da Barra para Cidade da Barra de São José do Rio Negro (1848)¹³ e com a criação da província do Amazonas (1850), a cidade ainda possuía um aspecto urbano ainda incipiente. Mesquita (1999) recorre ao depoimento de dois oficiais da marinha americana, William Herndon e Ladner Gibbon, que estiveram na cidade em 1850, para apresentar uma descrição da Manaus desse período:

A cidade era cortada por 2 ou 3 ravinas, e pontes de madeira bastante razoáveis ligavam os dois bordos dessas ravinas. As casas

¹³ Em 1856 passará a se chamar cidade de Manaus.

eram geralmente baixas, mas havia três ou quatro de dois andares. Eram de madeira e taipa, cobertas com telha e ladrilhadas, e as paredes eram rebocadas com terras coloridas que eram abundantes nas margens dos rios da região. (MESQUITA, 1999, p. 31).

Com a intensificação da exploração da borracha, a cidade passou por uma rápida transformação. Para mostrar o crescimento abrupto de Manaus nesse período, vejamos a comparação de dois relatos sobre a cidade: a do casal Agassiz, em 1865, e de Euclides da Cunha trinta anos depois. O casal a descrevia como:

uma pequena reunião de casas, a maioria da qual parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes, decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correio, Alfândega, Presidência. (SOUZA, 1977, p.103).

Apenas três décadas depois, Euclides da Cunha referia-se a Manaus como “a opulenta capital do seringueiro.” (SOUZA, 1977, p.104). Em pouco tempo, Manaus passou de “uma pequena reunião de casa” para uma “opulenta capital”.

A população nativa da Amazônia já utilizava a borracha¹⁴ para a confecção de diversos utensílios, como sapatos e garrafas. No entanto, foi com a aplicação de processos industriais que seus usos se ampliaram. Desde que os colonizadores a conheceram, ainda no século XVIII, a borracha foi um produto que impressionou por sua qualidade de impermeabilidade e elasticidade. Com o processo de produção aperfeiçoado, principalmente, depois da descoberta da vulcanização por Goodyear em 1839 (tratamento que melhorava a qualidade elástica do produto), seus usos foram sendo ampliados gradativamente. Passou então a ser largamente utilizada como matéria-prima para a confecção de inúmeros produtos fundamentais para a sociedade moderna, como: luvas cirúrgicas, preservativos e pneus de diversos tipos de veículos. Assim, ela passou a ser um produto altamente importante para a produção industrial. Segundo Daou (2004, p. 23), “entre 1898 e 1900, a borracha foi responsável por 25,7% dos valores das exportações brasileiras, sendo superada apenas pelo café (52,7%)”.

É preciso destacar também nesse processo a introdução da navegação a vapor na região. Devido à política da Coroa portuguesa de fechamento dos rios para

¹⁴ Produto produzido a partir do látex, seiva extraída da seringueira, árvore cujo nome científico é *Hevea brasiliensis*.

a navegação, a região que deu origem ao Amazonas, por estar localizada no interior da província do Grão-Pará, ficou no isolamento até aproximadamente meados do século XIX. A situação só foi alterada por um decreto, de 1867, que “abria os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira à navegação mercante universal” (DAOU, 2004, p. 14).

A regularidade desses navios foi fundamental não apenas para o escoamento da produção extrativista regional, mas também para a formação dos costumes locais. Um deles foi a “implantação de um tipo de gosto e de consumo que valorizava o que vinha de fora e enfatizava todos os sinais que promovessem uma aproximação com as capitais europeias.” (DAOU, 2004, p.16). Outro hábito desenvolvido pelas famílias abastadas era o de enviar seus filhos para estudarem “fora”, dentro do próprio Brasil, como no Rio de Janeiro ou ainda no exterior, em cidades como Lisboa, França e Alemanha.

Mais do que Belém, Manaus é considerada a “capital” da borracha. Ambas as cidades passaram por grandes transformações nesse período, mas Belém, por ser sede da capitania do Grão-Pará, já se encontrava mais urbanizada, enquanto Manaus, como visto, ainda era marcada por suas ruas estreitas e casarios modestos. No período da borracha, porém, passou a ser conhecida internacionalmente e valorizada por sua modernidade, presente nas novas construções e também no transporte e nas comunicações. Como bem lembra Daou (2004, p. 34-35):

Manaus era de modo algum objeto de admiração por parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma ‘aldeia’ e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ela evocava de mais forte: a presença impertinente da natureza por toda parte.

Muitos que vão a Manaus hoje se admiram pela ausência da natureza na capital. Isso em parte pode ser explicado pelo imaginário dominante que ainda se tem sobre a região, ou seja, espera-se ver em Manaus a floresta Amazônica em si. A capital, no entanto, está entre as cidades menos arborizadas¹⁵ do Brasil, mesmo com um dos climas mais quentes do país. O crescimento desordenado da cidade figura entre uma das grandes causas dessa ausência de verde, mas ela também

¹⁵ Segundo o censo IBGE 2010, Manaus tem 25,1% de cobertura vegetal nas áreas urbanas. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/manaus-quer-tirar-cidade-da-lista-de-capitais-menos-arborizadas-do-pais>>. Acesso em: 8 mar. de 2018.

pode ser atribuída a esse sentimento de “presença impertinente da natureza por toda parte”, que advém do início da história da cidade.

A maioria das obras destinadas ao embelezamento da cidade ocorreu no governo do engenheiro maranhense e militar Eduardo Ribeiro (1892-1896), época mais próspera do ciclo da borracha. As transformações urbanísticas e arquitetônicas seguiam os padrões europeus, em especial ao modelo urbanístico francês¹⁶. Nesse período, muitas obras estavam em execução ao mesmo tempo na cidade: ruas foram alargadas, abertas e outras foram calçadas; praças e bulevares foram construídos e, principalmente, os terrenos foram nivelados e os inúmeros igarapés, aterrados. Foram implantados ainda: redes de esgoto, iluminação elétrica, bondes e até sistema de telégrafo subfluvial.

No período provincial, a cidade era marcada pela presença da vegetação e dos igarapés. De acordo com Mesquita (1999, p.195):

o desenho da cidade era definido pelos acidentes naturais, ou seja, as ruas com edificações subiam e desciam as ondulações das colinas, seguiam a sinuosidade dos igarapés que serpenteavam a cidade e determinavam os limites dos poucos bairros.

Como destaca o autor, apesar de passar a impressão de falta de organização, o desenvolvimento urbanístico anterior estava mais de acordo com as condições da natureza local.

Mesquita (1999) ressalta ainda as críticas feitas pelo governador Antônio Bittencourt, em 1909, acerca das obras de saneamento, para quem os aterros dos igarapés foram uma “infeliz idéia”. O governador considerava que a cidade havia sido despojada de seus acidentes naturais e de um de seus encantos. Além disso, acreditava que, se os igarapés fossem bem drenados, fariam de Manaus não só a “linda princesa (sic) do Rio Negro”, mas ainda uma “Veneza mais poética [...]” (MESQUITA, 1999, p. 168). Além dos encantos mencionados pelo governador da época, há um problema de ordem prática: como o abastecimento de água encanada era insuficiente, a falta d’água começou a ser uma constante para a população mais pobre.

Vale destacar que a prática de aterrar igarapés não foi uma exclusividade das cidades amazônicas, tampouco deixou de existir. Em pleno século XXI, com todos os estudos acerca dos impactos que podem causar ao meio ambiente, ela continua

¹⁶ Cf. Mesquita (1999, p. 200).

sendo feita pela iniciativa privada com o aval do poder público. Recentemente, durante as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em decorrência dos preparativos para a copa do mundo de futebol sediada pelo Brasil em 2014, houve o soterramento de uma das nascentes do Igarapé da Água Branca¹⁷, um dos poucos não poluídos da cidade, localizado no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus. A Infraero preferiu a medida mais econômica: aterrar a nascente ao invés de desapropriar outra área.

O privilégio da cidade embelezada era para poucos. A outra parte dela seria ocupada pelos excluídos, que deveriam ficar longe da vista dos visitantes e investidores internacionais. Por isso, foram construídas, em locais mais distantes do centro da cidade, “instalações apropriadas para presos e doentes mentais, reduzindo-se assim a visibilidade destes segmentos destoantes na cidade reordenada e assepticada do início do século” (DAOU, 2004, p. 49). Essa era mais uma das inúmeras ações para “embelezar” a cidade.

É nessa época também que entram em vigor os vários códigos de conduta que pretendiam coibir determinados hábitos não condizentes com o “progresso” da cidade. Foram proibidas diversas atividades praticadas nos igarapés, como: banhos públicos, lavagem de roupa e de animais, além da circulação de canoas como transporte urbano. Não só esses códigos, mas também outras práticas alteraram a cultura local, como avalia Dias (2007, p. 50): “Em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterraram-se os igarapés e com eles antigos costumes do povo”. Havia todo um esforço para que aquela Manaus descrita pelo casal Agassiz desaparecesse, passando a assumir características cosmopolitas, típicas da *belle époque*. Nesse sentido, Mesquita (1999, p. 144) faz uma analogia dessa fase de mudanças com a “montagem de uma *vitrine*”.

Das formas de convívio social da elite desse período, destacamos os banquetes e bailes, o hábito de tomar cerveja e ir ao teatro (DAOU, 2004). Os bailes eram realizados nas casas das famílias abastadas. Posteriormente foram construídos locais próprios, como o *Ideal Clube*. As famílias possuíam ainda o hábito de darem banquetes ao receberem pessoas ilustres e presenteá-las com joias. Assim, Daou (2004, p. 56) considera que essas práticas são como “rituais de reconhecimento da elite, de estabelecimento de compromissos políticos, de

¹⁷ Disponível em: <<https://apublica.org/2014/02/manaus-na-copa/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

reafirmação e de demonstração ‘entre iguais’ do refinamento e, no caso dos banquetes, da polidez à mesa.” Destaca-se também nesse período a instalação de cervejarias tanto em Belém quanto em Manaus. Esta última inaugurou, em 1909, a Cervejaria Miranda Corrêa, que abastecia a cidade não apenas com a famosa cerveja XPTO, mas também com refrigerantes e gelo. A cerveja era a bebida mais consumida na cidade, enquanto a cachaça era a mais comercializada nos seringais.

Outro hábito da elite local era o de ir a teatros, porém antes de falarmos sobre o Teatro Amazonas propriamente dito, destacamos o que significava para a burguesia da época dispor de um teatro ou casa de ópera. Para Daou (2004), as casas de ópera são um dos sinais consagrados do expansionismo econômico, institucional e cultural burguês. Elas estão, portanto, associadas à ideia de progresso e significam a aproximação com os símbolos de cidade desenvolvida, como Lisboa e Paris. Fica, assim, fácil compreender porque as elites e políticos amazônicos se esmeravam em construir seus teatros.

Como uma forma de “embelezamento” e de aproximação com as cidades “civilizadas”, foi inaugurado, em 1878, o Teatro da Paz em Belém e, em 1896, em pleno *boom* da borracha, o Teatro Amazonas, em Manaus. Não foram muito frequentes os espetáculos líricos nesse período, pois tiveram pouca aceitação pelo público local. Mesmo assim, as temporadas líricas adquiriram um lugar na programação. Isso ocorre porque a ópera representava a “alta cultura” e era, portanto, uma forma de distinção social (DAOU, 2004). Além das poucas óperas, havia frequentemente no Teatro Amazonas as operetas, zarzuelas e reuniões dessa “alta sociedade”.

No que se refere à constituição da população da cidade nesse período, Mesquita (1999, p. 149), com base na Enciclopédia Portuguesa, publicada em 1901, destaca que a “a população de Manaus era de 45 mil habitantes, sendo dois quintos destes estrangeiros de nacionalidade diversas”. Esses estrangeiros são normalmente descritos como forasteiros e aventureiros pelos estudiosos dessa época, visto que estavam na cidade apenas por interesses financeiros. Nesse sentido, destacamos o relato de dois médicos sanitaristas que estiveram na região em 1904, os quais observaram que:

a população da capital do Amazonas era muito pouco amazonense e a maior parte dela não tinha grandes ligações afetivas com a cidade,

pois afirmavam ser frequente ouvir de pessoas que ‘ocupavam boas posição no comércio e até na administração’, que se encontravam na região apenas para ganhar dinheiro e não acreditavam que, por outro fim, alguém se dirigisse para o lugar. (MESQUITA,1999, p. 150).

A falta de mão de obra foi considerada um empecilho para o desenvolvimento da Região Amazônica e os governantes não pouparam esforços para atraí-la. Ansiavam por imigrantes que tivessem algum tipo de ofício, com interesse especial para os que soubessem cultivar a terra. Assim, sonhavam com a imigração europeia e depois com a asiática, que não foram bem-sucedidas. Uma das causas para explicar o fracasso da imigração era atribuída à má fama da região, como explica Mesquita (1999, p.183-184):

a imagem da Amazônia com seus nativos ‘selvagens’, suas moléstias desconhecidas e as precárias condições de vida era divulgada, naquela época, com um certo exagero e criava temores tão grandes que não havia propaganda contrária que desfizesse a imagem negativa.

A mão de obra especializada se tornava muito cara e dificultava, assim, a execução dos projetos que visavam à modernização da cidade. Mesquita (1999) destaca a significativa participação de trabalhadores italianos e de brasileiros com formação na Itália desde a época provincial. Assim, a técnica e a estética italianas podem ser percebidas “não apenas nas construções manauenses, como o Teatro Amazonas, como também em todas as áreas artísticas.” (MESQUITA, 1999, p. 189).

Em contraste com toda a exuberância e ostentação de “progresso” da vida urbana, havia um outro lado do qual pouco se falava, o dos seringais. Enquanto os seringalistas desfrutavam a vida festiva e urbana de Manaus e Belém, que, segundo Souza (1977, p. 90), foram transformadas em “pequenas reproduções da Europa, sonhos da boa ganância materialista, de quixotes e sanchos-panças, da boa comida, do banquete eterno, das iguarias finas e vinhos, picardia e liberações orgiásticas nos inúmeros bordéis altamente especializados”, os trabalhadores, em sua maioria nordestinos que emigraram em busca de uma vida melhor longe da estiagem, reviviam o sistema de escravidão no meio da floresta Amazônica. Euclides da Cunha foi o primeiro a denunciar essa “estrutura aberrante” (SOUZA, 1977, p. 100).

Assim, apesar de ansiarem por imigração europeia, a região contou mesmo foi com a migração de outros estados do próprio Brasil, com destaque para a região

Nordeste. Os migrantes “procediam geralmente das zonas de agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros Estados nordestinos” (BENCHIMOL, 1999, p.135-136). Esses migrantes foram expulsos pela seca e atraídos pela borracha e, quando chegaram à Amazônia, foram chamados genericamente de “cearenses” e apelidados de “arigós”.

Os números apresentados por Benchimol (1999) revelam a intensidade dessa migração ao longo do período da borracha na Amazônia:

Em 1892, as entradas registraram uma migração de 13.593 nordestinos. No triênio 1898-1900, nos portos de Belém e Manaus, entraram 88.709 migrantes no auge desse movimento povoador. Contados os números até 1900, teríamos um afluxo de 158.125 nordestinos que vieram *fazer a Amazônia*, cerca de 20% da população amazônica da época. De 1900, passando pelo apogeu de 1910, até a depressão, estimamos que a Amazônia recebeu mais de 150.000 cearenses, totalizando assim 300.000 migrantes nordestinos, no período de 1877 a 1900. (BENCHIMOL, 1999, p. 134, grifo do autor).

O governo do Amazonas incentivou a vinda dos nordestinos oferecendo-lhes passagens e benefícios para aqui se instalarem. Em sua maioria, esses migrantes brasileiros eram destinados para o trabalho nos seringais por não possuírem mão de obra qualificada. Muitos migrantes, iludidos pelas propagandas governamentais para atrair mão de obra para a região, sequer desembarcavam em Manaus e, ao se fixarem nos seringais, logo percebiam que iriam “trabalhar para ser escravizados” (CUNHA apud SOUZA, 1977, p. 100).

Destacamos a seguir um relato poético das inúmeras promessas do governo para incentivar a vinda desses trabalhadores para a Região Amazônica. Os versos foram extraídos do cordel *Um drama nas selvas do Amazonas*, que retrata a experiência de José, um jovem emigrante paraibano, que vai para o Amazonas em busca de trabalho:

Foi quando ele [José] ouviu falar
 Numa tal de Companhia
 Que estava empregando gente
 Dando toda garantia
 Pra trabalhar na borracha
 Que no Amazonas havia

Todo homem que queria

- Era a notícia geral –
Tinha passagem de graça,
A roupa e o material
Para ir tirar borracha
Num ou noutra seringal
[...]

Dizia-se ainda que
Lá no seringal, havia
Dentista, médico, remédios
Que nada pois faltaria
Ao trabalhador que fôsse
“Lutar” na mata bravia... (BAPTISTA, 1958, p. 4-6)

Esse migrante, descrito no cordel, que vinha cheio de esperança de encontrar uma vida melhor, logo se dava conta de que não passaria de um escravo, como destacou Euclides da Cunha. Ele iria fazer parte de um sistema aparentemente livre, mas que aprisionava pelo endividamento. Ao chegarem aos seringais, os migrantes já estariam devendo as passagens, que não eram de graça como se divulgava; depois se endividariam mais ainda, pois teriam que comprar os equipamentos para o trabalho, a alimentação, o remédio e tudo o mais que fosse preciso. Todos esses objetos eram vendidos muito acima do valor de mercado, pois o dono do seringal monopolizava também o comércio. Além disso, vários patrões ludibriavam seus empregados ao fazerem as contas. Dessa forma, as dívidas sempre eram maiores do que o pequeno salário e o trabalhador, como destaca Souza (1977, p. 101), “endividado, não conseguia mais escapar. Se tentava a fuga, isto poderia significar a morte ou castigos corporais rigorosos. Definhava no isolamento, degradava-se como ser humano, era mais um vegetal do extrativismo”.

A partir de 1910, a economia do Amazonas entra em declínio devido à perda do monopólio da borracha. De acordo com Prado Júnior (2006, p. 239), “precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42.000 toneladas. Daí por diante é o declínio”. Conta-se que o inglês Henry Alexander Wickham contrabandeou para Londres setenta mil sementes de seringueira que foram transferidas posteriormente para o sudeste da Ásia e plantadas de forma ordenada. O arcaico sistema extrativista da Amazônia não tinha como competir com os seringais racionalizados da Malásia, que ofertavam o produto em grande escala e com menor preço (SOUZA, 1977). Manaus apresentará um cenário desolador após a perda do monopólio:

Manaus tornava-se uma província empobrecida, abandonada, atolando-se aos poucos naquele marasmo tão característico das cidades que viveram um fausto artificial. Por falta de interesse econômico, as comunicações são cortadas, os vínculos com a Europa se desvanecem e pela primeira vez a cidade derrotada passava a se interessar pelas coisas do Brasil. (SOUZA, 1977, p. 135-136).

Muitos visitantes e até historiadores da época se admiraram e exaltaram a modernidade da cidade no período da borracha. O historiador Prado Júnior, no entanto, tece ácidas críticas a esse momento. Para ele, toda essa mudança não passava de prosperidade “de aventureiros que dissipavam a largas mãos, em despesas suntuárias, uma fortuna rápida e facilmente adquirida. Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de acampamento” (2006, p. 240) e finaliza prevendo o que de fato irá acontecer: “É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda essa prosperidade fictícia e superficial, nada sobraría dela” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 240).

Seringais e casas aviadoras foram fechados, muitos dos grandes comerciantes abandonaram a cidade, alguns migraram para a atividade extrativista da castanha e da madeira e inúmeros migrantes retornaram para seus locais de origem. Souza (1977, p. 138) dá detalhes desse momento de abandono da cidade: “numa manhã calorenta de Manaus, os quadros da ruína: suicídio, debandada de aventureiros, navios lotados de arrivistas em fuga, as passagens esgotadas, famílias inteiras em mudança, os palacetes abandonados”. A cidade retornou ao isolamento, as notícias passaram a chegar novamente com semanas de atraso.

Assim como a população cresceu devido à migração impulsionada pela economia gomífera, houve também um declínio populacional quando da sua decadência. Em 1872, Manaus¹⁸ possuía uma população de 29.334 e o Amazonas,¹⁹ de 57.610 habitantes; em 1890, com a intensificação do extrativismo da borracha e conseqüente migração nordestina, Manaus passou a ter 38.720 habitantes, enquanto o estado do Amazonas passou a ter 147.915 habitantes, ou seja, sua população quase triplicou de tamanho. Como já foi mencionado, a maioria

¹⁸ De acordo com dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em: 15 mar. 2018.

¹⁹ De acordo com dados do IBGE. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

dos migrantes se fixava nos seringais, e não em Manaus, o que justifica o crescimento populacional ter sido superior no estado em relação à cidade.

O colapso da economia gomífera afetou o crescimento populacional da região, que aumentava consideravelmente nos últimos anos. Em 1910, a população do Amazonas era de 358.695 habitantes e, em 1920, aumentou apenas para 363.166 habitantes. Santos (1980, p. 261) avalia que o “Amazonas cresceu em um ritmo baixíssimo. Nos dez anos seguintes, o acréscimo da população foi de apenas 1,3%”. Esse declínio populacional é mais evidente ainda ao se observar os números da região Norte como um todo, a qual apresentava uma população estimada em 1910 de 1.217.024 habitantes, que foi reduzida para 1.090.545 em 1920²⁰.

1.2.3 A implantação da Zona Franca de Manaus

Manaus passará por quase meio século de recessão econômica e a elite local reclamará por investimentos na região. Por isso, considera-se a Constituição de 1946 como um marco para as políticas voltadas para a Amazônia. Em seu texto, ficou determinado que 3% da renda tributária da União seria destinada à valorização da Amazônia por um período de vinte anos. Por essa razão, a região teve sua área delimitada oficialmente. Contudo, pouco se fez efetivamente do que havia sido previsto na Constituição. É, portanto, nesse contexto de estagnação econômica legada pelo ciclo da borracha e de sentimento de abandono em relação ao governo federal que a cidade irá receber as medidas “desenvolvimentistas” implementadas pela ditadura militar, a partir de 1964. Essas medidas serão recebidas com muito entusiasmo por alguns segmentos locais.

Nesse período, algumas das ações voltadas para a Amazônia que haviam sido interrompidas são retomadas e reformuladas: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) é substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); o Banco de Crédito da Amazônia é transformado em Banco da Amazônia; a Zona Franca de Manaus (ZFM)²¹, criada em

²⁰ Santos (1980) explica que se chegou a esses dados após uma correção feita pelo IBGE acerca da população do Pará, que em 1920 não seria de 983.507, mas ficaria entre 620.000-650.000 habitantes.

²¹ A ZFM foi idealizada pelo deputado federal amazonense Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 6 de junho de 1957. Em 1967, o Decreto-Lei Nº 288 ampliou essa legislação e reformulou totalmente o modelo. Incentivos fiscais foram estabelecidos por 30 anos a fim de implantar

1957, tem seu modelo reformulado em 1967, com o objetivo de “desenvolver” a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). Para supervisioná-la é criado um órgão federal, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O Banco da Amazônia, a Sudam e a ZFM foram concebidos como tripé do esquema de desenvolvimento da Amazônia (SILVA, 2013). Além disso, a sede do Comando Militar da Amazônia foi transferida de Belém para Manaus. A ZFM surge, assim, dentro de um conjunto de medidas para a Amazônia, conhecido como “Operação Amazônia”.

No que se refere aos grandes projetos rodoviários de integração da Região Amazônica ao restante do Brasil, vale destacar que em sua maioria foram lançados e iniciados no começo da década de 1960, ainda no governo de Juscelino Kubitschek. São desse período a construção das estradas Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco (BR-364). Na década seguinte, deu-se início a outros projetos, como os que tinham por objetivo ligar Manaus a Porto Velho (BR-319); Manaus, Boa Vista e Venezuela (BR-174) e a Transamazônica (BR-230). Esta última deveria ligar a Amazônia ao Nordeste brasileiro, saindo da Paraíba e chegando até a fronteira com o Peru. Seu objetivo explícito era o de impulsionar o povoamento da Região Amazônica com a população nordestina, que deveria desenvolver a agricultura na região. Assim, o governo federal pensava resolver o problema agrário do Nordeste e do “vazio demográfico” da Região Amazônica. Realizaram-se inúmeros investimentos na construção dessas rodovias, no entanto, muitas delas, como a BR-319 e a Transamazônica (BR-230), nunca foram concluídas e encontram-se abandonadas atualmente.

De acordo com o discurso oficial, essas medidas visavam ao “desenvolvimento regional” e à “integração nacional”. O objetivo explícito do governo militar era manter a integridade territorial das fronteiras Amazônicas e, portanto, a soberania nacional. Esse governo aplicou na região “o lema rondoniano de ‘integrar para não entregar’” (SALAZAR, 2006, p. 232). Nesse contexto, a criação da Zona Franca de Manaus “foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada.” (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005, p. 99). De fato, a extensão territorial e o posicionamento geográfico da Região Amazônica não favoreceram o desenvolvimento nos moldes dos outros estados da federação, o que

um polo industrial, comercial e agropecuário na região. Este último polo foi o menos desenvolvido. O modelo já foi prorrogado quatro vezes, atualmente seu prazo de vigência foi estendido até 2073.

dificultava a sua relação com o restante do Brasil. Todavia, essa ideia de “vazio demográfico”, que persiste até hoje em alguns discursos, precisa ser relativizada. A baixa densidade populacional não é uma característica natural da região, mas é o resultado do contato do colonizador com as populações nativas que foram dizimadas pelas epidemias e pelo processo de escravização como foi explicado anteriormente.

Para compreendermos a complexidade da criação da Zona Franca de Manaus é preciso relacioná-la não apenas ao contexto local e nacional, mas ao mundial, como fazem, por exemplo, Seráfico & Seráfico (2005) e Silva (2013), que destacam o contexto da Guerra Fria bem como da expansão do capitalismo global. Seráfico & Seráfico (2005, p. 100) ressaltam que a “Guerra Fria forçava a opção nacional entre conservar-se na área de influência norte-americana ou encaminhar-se para a soviética”. Assim, a criação da Zona Franca de Manaus deve ser vista como uma medida de expansão do modelo capitalista norte-americano na América Latina. Para Silva (2013, p. 33), “a política anticomunista precisava assegurar a hegemonia imperialista dos EUA, mediante a criação de políticas externas interventivas, limitadoras de avanços democráticos além dos limites da segurança da influência ocidental”. Outras zonas francas foram criadas ao redor do mundo a partir dessa experiência pioneira da ZFM, sempre seguindo os princípios da ONU, por meio da *United Nations Industrial Development* – Unid. Apesar de a criação da ZFM, em seu âmbito local e nacional, estar imersa no discurso integracionista e desenvolvimentista, insere-se, na verdade, no contexto da expansão capitalista global. Como reforçado por Silva (2013, p. 30), as zonas francas visam a “assegurar a livre ação da empresa capitalista no tipo definido para sua maior rentabilidade”.

Araújo (1985) considera a implantação da ZFM um estranho acasalamento entre o “nacionalismo” e o “entreguismo”. Ao mesmo tempo em que satisfaz o grupo nacionalista com a sua proposta de integração nacional e desenvolvimento regional, abre a região ao capital monopolista, tendo em vista que o governo militar adota uma “economia aberta”. Dessa forma, Araújo (1985, p. 141) conclui que:

a expansão do capital internacional associado vai se utilizar da própria ameaça de internacionalização da Amazônia, para se instalar na região, soberano e absoluto. É nesta aparente contradição entre a defesa da região sob o pretexto da “segurança nacional” e a sua internacionalização, que a Amazônia é “capturada”.

Nesse contexto, destaca-se também o processo de descentralização capitalista (SILVA, 2013). Esse processo decorre da transformação das categorias espaço/tempo característica da globalização, que foi possibilitada graças às inovações dos meios de transporte e das comunicações. Essas mudanças permitiram, por exemplo, que um mesmo objeto, como uma televisão, seja produzido em diferentes locais do mundo. Como as multinacionais visam sempre a aumentar a produtividade e diminuir custos, chegaram até os países pobres, onde podem ter a seu dispor recursos naturais, como água e gás, mão de obra barata e ainda de incentivos fiscais.

O modelo Zona Franca de Manaus, que possibilitou a implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM), é estudado por pesquisadores de diferentes áreas e suscita muitas discussões e diferentes posicionamentos. Do ponto de vista econômico, por exemplo, é comum que se defenda o seu aspecto positivo. Nesse campo, os professores Ferreira e Botelho (2014, p. 146) destacam que “é inegável o impacto da ZFM na economia amazonense que, em 1970, representava 0,7% do PIB brasileiro e, em 2010, sendo o décimo quinto Produto Interno Bruto do país, atingido 1,6%”. Apoiados em uma máxima do professor Benchimol e na pesquisa de Bispo (2009), Ferreira e Botelho (2014, p.147) explicam ainda que o governo, na verdade, é o principal beneficiário do modelo ZFM devido à “arrecadação tributária ser muito maior do que a massa salarial e lucros das empresas”.

Por outro lado, em uma perspectiva sociológica, apesar de reconhecer alguns aspectos positivos do modelo, o professor Freitas Pinto (1992) é incisivo quanto aos problemas enfrentados pela cidade devido à sua implantação. Dos argumentos a seu favor, o autor destaca que a ZFM:

possibilitou uma distribuição mais equilibrada, em termos geográficos, do parque industrial brasileiro e da atividade econômica em sentido duplo; o tipo de indústria em operação no Distrito Industrial de Manaus apresenta baixo índice de comprometimento ambiental; dotou a região mais subdesenvolvida do País de um setor industrial moderno e de uma zona de livre comércio; criou um grande número de empregos, diretos e indiretos; contribuiu para integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento brasileiro. (FREITAS PINTO, 1992, p. 132).

Mesmo reconhecendo seus aspectos positivos, o sociólogo é enfático ao dizer que a ZFM não proporcionou efetivamente uma promoção social para a população de Manaus, mas que, ao contrário:

é muito mais fácil perceber e demonstrar que [...] a cidade como um todo se tornou mais pobre e mais problemática. [...] Que aumentaram a pobreza, a falta de saneamento, a falta de segurança, a criminalidade, a degradação da própria cidade em seus aspectos urbanísticos e arquitetônicos. (FREITAS PINTO, 1992, p.128-129).

É evidente que não se pode atribuir à ZFM todos os problemas da cidade, no entanto, sua implantação ocasionou o crescimento urbano desordenado de Manaus, devido ao êxodo rural e à migração inter e intrarregionais.

Esse crescimento populacional foi iniciado a partir da década de 1960, como pode verificar no quadro abaixo, elaborada a partir dos dados do IBGE:

Quadro 1 - Crescimento populacional do Amazonas e de Manaus de 1960-2010

Ano	População	
	Amazonas	Manaus
1960	721.215	175.343
1970	960.934	314.197
1980	1.449.135	642.492
1991	2.102.901	1.010.544
2000	2.813.085	1.403.796
2010	3.483.985	1.802.014

Fonte dos dados básicos: Censos demográficos do IBGE²².

O crescimento populacional foi constante a partir da década de 1960. De 1970 para 1980 a população da cidade praticamente dobrou de tamanho. Esse considerável aumento ocorre justamente no período de implantação e consolidação da ZFM. Ela foi reformulada a partir de 1967, em 1968 implantava seu Distrito Industrial e iniciava suas atividades industriais, que se consolidariam a partir de 1975. Nesse período, há um intenso fluxo migratório motivado pelas possibilidades de empregos em decorrência do crescimento econômico trazido pela ZFM. Naquele momento, a cidade começa a crescer na direção norte e, em seguida, a leste, hoje

²² Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> e <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

considerada sua maior zona. Dos dados apresentados na tabela, destacamos ainda o crescimento da população urbana: em 2010, Manaus concentrava 51,7% da população do Estado e essa taxa só tem aumentado. Oliveira (1988, p. 110) avalia com pessimismo esse movimento populacional em direção às grandes cidades que marcou a região Norte nos anos 1970: “[...] Na maior parte das vezes, porém, essas populações saíram de vilas e cidades amazônicas em busca ilusória de melhor oportunidade de emprego em locais como Belém e Manaus”.

Nazareth et. al (2011) confirmam em números a expressividade da população migrante em Manaus. Baseando-se nos dados do Censo Demográfico de 2000, segundo os quesitos de última etapa²³, os autores observaram que a população total de migrantes em Manaus é de 37,2%. Desse total, 63,5% vieram de municípios de outros estados e 36,5% resultaram de migração interestadual. Com base apenas nos migrantes recentes (com menos de 5 anos de residência), verificaram que os estados com maior número de migrantes residindo em Manaus são: Pará (34%), Maranhão (5%), Rio de Janeiro (4%), Ceará (3%) e São Paulo (3%). Quanto aos municípios, destacam-se (em ordem decrescente de presença de migrantes): Itacoatiara, Parintins, Tefé, Coari e Manacapuru, que correspondem aos mais populosos do Estado.

O crescimento econômico proporcionado pela implantação da ZFM está diretamente relacionado ao crescimento populacional e também à ampliação dos problemas da cidade. Além disso, sua economia, e até mesmo o setor público, encontra-se dependente desse modelo instável, visto que a manutenção do polo industrial de Manaus fica condicionada à renovação dos incentivos fiscais. Por isso, a grande crítica está na ausência de políticas de desenvolvimento regional efetivo. Freitas Pinto (1992, p. 133) ressalta que é preciso criar um “modelo cujo fundamento principal fosse a promoção humana e não a busca de lucro e de poder a qualquer preço, como tem sido o modelo vigente”.

Em decorrência desse crescimento econômico, tivemos ainda o desenvolvimento dos veículos de comunicação locais, dos quais destacamos o jornal *A Crítica*, que, apesar de ter sido fundado em 1949, consolida-se no cenário local apenas na década de 1970, como veremos a seguir.

²³ Observa-se o último local de moradia do migrante segundo três classes de tempo de residência: menos de 3 anos; de 3 a 9 anos; e 10 anos e mais de moradia. (NAZARETH et al., 2011, p. 203).

1.3 O jornal *A Crítica* na sociedade de Manaus: percurso histórico e inserção

Após refletir sobre esses três momentos que se destacam da história da região, faz-se necessário verificar como a instituição jornal *A Crítica* está nela inserida e o que ela representa para a sociedade local. Observamos desde o seu contexto sócio-histórico inicial até a sua consolidação no mercado como o jornal de maior circulação na cidade.

A imprensa chegou a Manaus em 1951, quase meio século depois do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense*, fundado em 1808. Isso só foi possível com a criação da Província do Amazonas, após ser desmembrada do Grão-Pará. O primeiro jornal, o *Sete de Setembro*, posteriormente nomeado de *Estrela do Amazonas*, foi criado para divulgar os atos governamentais da Província.

Além do seu atraso em relação ao restante do Brasil, o desenvolvimento da imprensa no Amazonas também enfrentou algumas dificuldades. Dentre os obstáculos, Pinheiro (2015) menciona duas ordens de fatores: os de cunho estrutural e os propriamente técnicos. No primeiro grupo, estão o isolamento geográfico e o baixo nível demográfico das vilas e cidades, o caráter oral da cultura e os baixos índices de letramento e alfabetização local, tendo em vista que a língua portuguesa havia sido implantada oficialmente de modo tardio. No segundo, está a ausência de mão de obra especializada, de recurso financeiro e de matéria prima. Como vários setores do Amazonas, a imprensa será impulsionada durante o período áureo da borracha.

A história de *A Crítica* se confunde com a de seu fundador, Umberto Calderaro Filho, que inicia sua relação com o jornalismo na edição do semanário *A Redação*, informativo ligado à igreja Católica por volta de 1941. Posteriormente, viaja para o Rio de Janeiro, onde trabalha como estagiário de *O Globo*. Seu objetivo era adquirir experiência para fundar um jornal em Manaus. Ao retornar, trabalha como “foca” em um dos grandes jornais da época na cidade, *O Jornal*. Nesse momento, havia quatro grandes periódicos em Manaus: *O Jornal do Commercio*, único que existe até hoje, *A Tarde*, *O Jornal* e o *Diário da Tarde*. Os dois últimos, de propriedade de Henrique Acher Pinto, eram os mais modernos.

A Crítica foi fundado legalmente em 4 de maio de 1946, mas não possuía muita estrutura. Suas primeiras edições só foram impressas graças à Diocese de Manaus, que emprestou uma impressora manual obsoleta e que já havia sido substituída por outra na Igreja. Em 1949, o jornal havia adquirido certa estrutura e não dependia mais do empréstimo de equipamentos para sua impressão (LOPES, 2010). Por considerar que a partir desse ano o jornal havia se tornado independente, Umberto Calderaro Filho o estabeleceu como o marco de fundação de *A Crítica* e escolheu a data de 19 de abril para comemorar o aniversário do periódico.

O dramaturgo Nelson Rodrigues cedeu para Calderaro Filho o nome de um antigo periódico de sua família, o *Crítica*, que não circulava mais. Foi-lhe acrescentado o artigo “A” e o jornal foi então nomeado de *A Crítica* (LOPES, 2010). Ao nome do jornal foi acrescentado seu *slogan*: “De mãos dadas com o povo”, que permanece até hoje. A partir da escolha do nome, *A Crítica*, podemos observar que o periódico reclama para si uma identidade de jornal independente, que segue uma linha editorial crítica, de cobrança aos agentes públicos. Soma-se a isso, seu *slogan*, que afirma uma parceria com o povo, coloca-se assim como seu porta-voz, ou seja, representante do povo. De fato, segundo Lopes (2010, p. 50), o nome do jornal fora pensado “por Calderaro para marcar uma postura de contraposição ao modo tímido, na sua opinião, e reverente com que a grande imprensa local tratava os governos [...]”.

Lopes (2010) considera que o jornal teve duas fases: uma primeira, de rápida duração, marcada por intensas cobranças políticas, e uma segunda em que

assumiu uma linha mais profissional, com comentários e notícias em profusão, mas sem adesismo a qualquer partido ou grupo político ou econômico, embora tenha havido aproximação de Calderaro com o ex-governador Álvaro Botelho Maia [...] (LOPES, 2010, p. 50).

Nesse primeiro momento, o jornal fazia oposição ao governo local, inicialmente, Leopoldo Neves e, posteriormente, Plínio Ramos Pereira, aliado de João Goulart. Nesse período, havia duras perseguições aos jornais que fizessem crítica ou se opusessem aos interesses dos governantes. Os empresários locais, por exemplo, eram pressionados a não anunciarem em *A Crítica*. Além disso, as perseguições tornaram-se atentados criminosos: em janeiro de 1959, uma bomba foi atirada dentro do jornal, causando grande destruição.

Passados esses momentos de perseguição, *A Crítica* começa a se reerguer. Em 1969, dois anos após a implantação da Zona Franca de Manaus, *A Crítica* se tornaria o jornal de maior circulação no Amazonas. Sua estratégia de crescimento estava pautada em dois aspectos: adoção de linha editorial afinada com os interesses regionais e acompanhamento das inovações tecnológicas (LUFT, 2005).

Desde as primeiras discussões sobre a implantação da ZFM, o jornal enxergou no modelo uma forma de crescimento regional, capaz de superar a estagnação econômica deixada pelo ciclo da borracha e, desde então, tornou-se seu grande defensor. A implantação da ZFM significava, também, o crescimento e a consolidação do jornal. Como destaca Luft (2005), via defesa da Zona Franca, o discurso do jornal esteve alinhado com o da ditadura militar nesse período.

Desse cenário, mencionamos ainda o fechamento, na década de 1970, de dois dos mais importantes jornais da época, *O Jornal* e *Diário da Tarde*, ambos da família Archer Pinto, onde Umberto Calderaro havia iniciado sua carreira. Esse espaço aberto no mercado contribuiu para a consolidação do jornal em meados da década de 1970. Soma-se a isso a visão empresarial de seus dirigentes, que priorizavam os investimentos em tecnologia (LUFT, 2005).

As várias reformulações pelas quais o projeto gráfico do jornal passou são uma evidência desse foco na atualização e modernização do jornal. Luft (2005) menciona duas revoluções tecnológicas vividas pelo jornal: a aquisição do sistema de impressora *off-set* em cores, na década de 70 e a informatização da redação na década de 1990. A primeira inovação somente foi possível pela parceria com a empresa IBM instalada na Zona Franca de Manaus, “que optou por usar o parque gráfico do jornal para testar o equipamento em nível nacional” (LUFT, 2005, p. 37). Porém, sua revolução tecnológica mais importante foi a informatização da redação que teve início ainda na década de 1980 e se consolidou nos anos de 1990. Nesse período, foram adquiridos também modernos equipamentos para a montagem do jornal.

Em 1992, foi inaugurado seu novo prédio, chamado de Cidade das Comunicações. Após o falecimento de Calderaro Filho, em 1995, *A Crítica* segue sob o comando de sua família, que hoje possui um dos maiores grupos de comunicação do Estado, a *Rede Calderaro de Comunicação*. Dela fazem parte a *TV A Crítica*, afiliada da Rede Record, as rádios *A Crítica FM* e *Jovem Pan FM Manaus*, o periódico popular *Manaus Hoje*, entre outros veículos.

Entre os jornais que compõem a mídia imprensa tradicional de jornal temos, além do jornal *A Crítica* e de sua versão popular, o *Manaus Hoje*, o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Amazonas* e o *Amazonas em Tempo*. O *Jornal do Commercio* é o mais antigo em circulação na cidade, tendo sido fundado em 1904. É um periódico especializado em economia, política, negócio e serviços. O jornal *Diário do Amazonas* foi fundado em 1985 e hoje faz parte de uma rede de comunicação composta pelo jornal popular *Dez Minutos*, o portal de notícias D24AM e a TV Diário/Record News Manaus. O *Dez Minutos* é um jornal de linha popular, que custa 25 centavos. De acordo com o Instituto de Verificação de Comunicação (IVC)²⁴, em 2015, a média de circulação impressa do periódico foi de 39.243²⁵ exemplares, o que o levou a ocupar a 19.^a posição entre os de maior circulação no País. O *Amazonas em Tempo*, fundado em 1987, pertence ao Grupo Raman Neves de Comunicação, do qual também fazem parte, a TV Em Tempo, afiliada do SBT e o portal de notícias Em Tempo.

O jornal *A Crítica*, fundado em 1949, é o segundo mais antigo e figura entre os de maior circulação na cidade de Manaus, com uma tiragem²⁶ média de 23 mil exemplares de segunda-feira a sábado e 35 mil aos domingos. O perfil do leitor²⁷ do jornal é, em relação ao sexo, 55% masculino e 45% feminino; em relação à faixa etária, 17% até 24 anos e 83% acima de 25; e, no que se refere à classe, 17% pertencem à classe A e B; 50%, C e 33%, D e E. A circulação de *A Crítica* não é restrita à cidade de Manaus, circulando em um total de 14 municípios do Estado.

Com esse breve resgate do contexto histórico em que se dá o surgimento do jornal *A Crítica* bem como seu processo de inserção e consolidação como uma das principais empresas jornalísticas de Manaus, finalizamos o levantamento das condições sócio-histórico-culturais de produção dos discursos jornalísticos analisados neste trabalho.

²⁴ Os únicos jornais de Manaus cadastrados no IVC são: *Diário do Amazonas*, *Dez Minutos* e *Amazonas em Tempo*.

²⁵ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

²⁶ Informação concedida à pesquisadora pelo Departamento de Circulação do jornal *A Crítica*, em novembro de 2018.

²⁷ Disponíveis em: <<http://ftpi.com.br/jornal/a-critica/>> Acesso em: 19 jun. 2017.

CAPÍTULO II: CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE

Este capítulo é dedicado à interface que estabelecemos, sobretudo, com a Sociologia e com os Estudos Culturais, a fim de situarmos o conceito de cultura bem como noções a ela relacionadas, como: representação e estereótipo; hibridismo e interculturalidade; e identidade.

De início, apresentamos o percurso da noção de cultura até chegarmos à virada cultural, onde surge a perspectiva aqui empregada. Em seguida, abordamos as discussões em torno das noções de estereótipo e de representação, estabelecendo suas relações com a Análise do Discurso. Na sequência, damos ênfase ao fenômeno do hibridismo e da interculturalidade. Posteriormente, abordamos a problemática da identidade a partir das incertezas advindas dessa nova era também chamada de líquido-moderna, a qual se atribui a responsabilidade pelo processo de transformação das identidades, sejam elas culturais, sociais ou individuais. Para a realização da interdisciplinaridade empreendida neste capítulo, propomos um diálogo, principalmente, com os seguintes estudiosos: Bauman (2005a, 2005b, 2012, 2013); Lippmann (2010), Amossy e Pierrot (2010), Hall (1997, 2011, 2014, 2016) e García Canclini (2015a, 2015b).

Por fim, tendo como apoio a discussão acerca dessas noções, apresentamos a formação sociocultural do manauara. Seguindo a lógica da formação sociocultural brasileira, a hibridação, como se entende mais modernamente, é a grande marca da formação cultural na Amazônia e, mais especificamente do Amazonas e de sua capital. Para tanto, recorreremos a trabalhos de especialistas sobre a Amazônia, entre eles: Benchimol (1999), Souza (1977) e Silva (2012).

2.1 Percurso da noção de cultura

A noção de cultura tem recebido diversas interpretações ao longo da história. Apesar de nosso enfoque ser a forma de pensar sobre a cultura dos Estudos Culturais, recuperaremos aqui alguns desses sentidos. Além de realizarmos esse breve percurso histórico acerca da noção, discutimos como ela está sendo compreendida por estudiosos que enfocam a modernidade tardia, momento

marcado pela dissolução de certezas. Nesse contexto, tanto a noção de cultura quanto a de identidade têm sido muito discutidas.

Originalmente o termo “cultura” era tomado no sentido de cultivo da terra e, somente a partir do século XVIII, é que ele passa a ser utilizado mais frequentemente no sentido figurado, como “a cultura de uma faculdade” (CUCHE, 2003, p. 31). Segundo Bauman (2012), a noção de cultura que entrou em uso nesse período já apresentava a ideia de ambivalência sobre a qual muito se tem escrito nos últimos anos. Essa ambivalência está expressa na contradição presente entre “criatividade” e “regulação normativa”, que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição. Para Bauman (2012, p.18), essa ambivalência “reflete a ambiguidade da ideia da construção da ordem”. O aparente paradoxo está, pois, na impossibilidade de o homem construir a ordem sem a sua liberdade de escolha.

Inicialmente, a Filosofia viu essas contradições como um problema e muitos autores que se dedicaram a estudar a cultura buscaram eliminar a ambivalência presente no conceito. Até mesmo Bauman (2012) tentou evitá-la em seus estudos iniciais, mas descobriu que isso seria impossível e passou a considerá-la como algo positivo:

A ambivalência inerente à ideia de cultura, a qual refletia fielmente a ambiguidade da condição histórica que ela pretendia captar e descrever, era o que tornava essa ideia um instrumento de percepção e reflexão tão proveitoso e persistente. (BAUMAN, 2012, p. 18).

Essa noção inicial de cultura deu origem a dois discursos distintos: um deles gerou a ideia de cultura como “atividade do espírito que vaga livremente”, o outro considerou a cultura como “instrumento da rotinização e da continuidade” (BAUMAN, 2012, p.18). O primeiro discurso produziu a noção de cultura como capacidade de resistir à norma, ligada à criatividade, à arte. Ela estava destinada a uma minoria, considerada superior. Já o segundo discurso deu origem à noção de cultura como regularidade e padrão, que, pelas normas e valores internalizados, era responsável pela repetitividade, “preservação da tradição”. Essa noção foi aplicada pela Antropologia ortodoxa e era considerada como uma “naturalização” da ordem construída pelo homem.

Ambas as correntes tiveram dificuldade em explicar alguns fenômenos. Para a corrente ligada à criatividade, era difícil justificar a rotinização. Assim como para a versão Antropológica ortodoxa, não era fácil explicar a mudança. Viu-se, portanto, que era impossível considerar a cultura sem seu paradoxo. Atualmente, ela é “tanto um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade.” (BAUMAN, 2012, p. 28).

A evolução decisiva desse termo, que possibilitou a invenção do conceito científico de cultura, deu-se na língua francesa no século das Luzes. Segundo Cuche (2003, p. 32), “a palavra inscreve-se pois plenamente na ideologia das Luzes: a ‘cultura’ é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão, que encontramos no núcleo vivo do pensamento da época”. Assim, a cultura não veio para descrever os diferentes grupos sociais, mas como um propósito a ser alcançado, para que os grupos elevassem o seu *status quo*, atingindo uma condição humana universal. Conforme Bauman (2013, p. 12),

O nome ‘cultura’ foi atribuído a uma missão proselitista, planejada e empreendida sob a forma de tentativas de educar e refinar as massas e refinar seus costumes, e assim melhorar a sociedade e aproximar ‘o povo’, ou seja, os que estão na ‘base da sociedade’, daqueles que estão no topo.

Nesse período, a cultura era vista como uma ferramenta para a construção de uma nação, de um Estado-nação. Segundo Bauman (2012), juntamente com a modernidade, surgiram “as massas” e o papel de “refiná-las” foi, portanto, atribuído às classes instruídas. Esse processo “civilizador”, que se desenvolveu no século XVII, parte de um desejo das elites de separação, de diferenciação das outras classes. Apesar de sua diversidade, essa Outra classe passa a ser considerada como homogênea, surgindo, assim, a divisão moderna entre “cultos” e “incultos”, na qual os primeiros são responsáveis por conduzir, controlar, educar os últimos e ainda de reintegrá-los à sociedade. Para Bauman (2012, p. 50),

O “projeto do Iluminismo” constituiu ao mesmo tempo a elite instruída, “culto”, no topo, e o resto da sociedade como objeto natural de seus ensinamentos, de sua ação de ensino, de “cultivo”, e assim reproduziu a estrutura de dominação na sua nova forma, a moderna: [...] a intenção de moldar os espíritos e corpos dos sujeitos [...] O apelo à educação das massas era a um só tempo, uma declaração

de incompetência social das próprias massas e a proclamação das ditaduras do *professariat* [...]

A elite promoveu a aliança entre Estado e nação com a intenção de construir uma cultura nacional, supralocal. Na verdade, de acordo com Bauman (2012, p. 55, grifo do autor),

o propósito de tudo isso foi enfraquecer ou romper o controle sobre o qual as “comunidades” (tradições, costumes, dialetos, calendários, lealdades *locais*) mantinham os potenciais patriotas da nação una e indivisível. A ideia que orientou todos os esforços do Estado-nação moderno foi a de impor um tipo de lealdade sobre o mosaico de “particularismos” locais, comunitários.

O projeto de cultura nacional promovido pelo Estado via a cultura como um sistema. Nessa perspectiva, a cultura é uma totalidade encerrada em si mesma, em que todos os itens estão interconectados, têm fronteiras bem delimitadas, capazes de se autoperpetuar. Nesse sistema, é possível a entrada de elementos de fora desde que passem por um processo de adaptação e acomodação. De acordo com Bauman (2012), essa imagem foi um produto das práticas dos antropólogos culturais, criada a partir de visitas às populações nativas. Atualmente, essa imagem de cultura fechada é incompatível com realidade atual em que as culturas estão sempre em contato e em processo de transformação. Além disso, “se a ideia de cultura como um sistema era organicamente vinculada à prática do espaço ‘gerenciado’ ou ‘administrado’ em geral, e em particular de sua versão de Estado-nação, ela não se sustenta mais na realidade da vida.” (BAUMAN, 2012, p. 39). Isso porque a modernização dos meios de transporte e dos meios de comunicação alterou a concepção de espaço tradicional. O espaço moderno é construído, artificial, mediado por hardware etc.

Esse modelo, que se opunha ao multiculturalismo, não foi bem-sucedido e, ironicamente, as comunidades de origem desprezadas anteriormente passaram a ser valorizadas. Segundo Bauman (2012, p. 58), elas é que são vistas como “executoras confiáveis dessa racionalização, desaleatorização, saturação de significado das escolhas humanas que o Estado-nação e a cultura nacional abominavelmente deixaram de promover”. Assim, o comunitarismo propôs promover o pertencimento que o Estado não conseguiu realizar. Na perspectiva pós-

colonialista de Bhabha (2013, p. 26), “cada vez mais as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas.”

Além dessa ideia inicial de cultura difundida pelo Iluminismo, Bauman (2013) destaca dois outros papéis atribuídos a ela ao longo do tempo: a cultura a serviço do *status quo* e a sua condição pós-moderna. Com o aumento do “populacho” e consequente necessidade de conquistar outros territórios que acomodassem esse excesso de população, a cultura passou a desempenhar uma função homeostática, visto que buscava a proteção do Estado-nação. Nas palavras do autor, “a ‘cultura’ foi transformada de estimulante em tranquilizante; de arsenal de uma revolução moderna em repositório para a conservação de produtos.” (BAUMAN, 2013, p. 15). Conforme Bauman (2013), Bourdieu (2011) captou a cultura em seu estágio homeostático, a serviço do *status quo*.

Bauman (2013) destaca a importância dos trabalhos de Bourdieu, principalmente *A Distinção*, publicada originalmente na França em 1979, para os estudos sobre a cultura. De acordo com Bauman (2013, p. 12), ao ser publicada, essa obra “virou de cabeça para baixo o conceito original de ‘cultura’ nascido no Iluminismo e desde então transmitido de geração em geração”. Nesse trabalho, Bourdieu (2011) apresenta a cultura como um dispositivo destinado a assinalar diferenças de classe e perpetuá-las, funcionando como uma das formas de proteção das hierarquias sociais. Para Bourdieu (2011, p. 13), “o gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar [...]”. A necessidade de distinguir o “belo” do “feio” é, portanto, social, e não cultural como se possa imaginar. Essa prática expressa o desejo de distinguir a “alta sociedade” da “baixa sociedade”, de onde advém a noção tradicional de cultura, que a considera como o conjunto das grandes ideias de uma época, a “alta cultura”.

Por fim, o último papel corresponde à função da cultura no mundo líquido moderno, que “não tem mais um ‘populacho’ a ser esclarecido e dignificado; tem, contudo, clientes a seduzir” (BAUMAN, 2013, p. 21). Nesse sentido, a cultura não tem mais por função conservar uma tradição, fixando normas, ao contrário, busca produzir novas necessidades a fim de estimular a flexibilidade e a transitoriedade das identidades. Por ser esta a condição atual da identidade, retornaremos a essa discussão ao longo deste capítulo.

Apesar da importância da cultura, nem sempre as ciências humanas e sociais dispensaram a ela a atenção merecida. É apenas na segunda metade do século XX que a cultura passa a ocupar um lugar central nessas ciências. De acordo com Hall (1993), nos últimos anos, tem havido uma revolução no pensamento humano em relação à noção de cultura. A análise social contemporânea passou a considerá-la como uma condição constitutiva da vida social. Essa mudança de paradigma nas ciências sociais e humanas ficou conhecida como “virada cultural”. Assim, a compreensão acerca da linguagem foi ampliada, pois se passou a considerar que “a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (HALL, 1997, p. 29). O autor propõe pensar a “virada cultural” não como uma ruptura total, mas como uma “reconfiguração de elementos” (HALL, 1997, p. 30).

Nos anos de 1960, esse movimento começou a influenciar mais decisivamente na vida acadêmica devido à influência dos trabalhos de Lévi-Strauss e Roland Barthes, na França, e de Raymond Williams e Richard Hoggart, no Reino Unido (HALL, 1997). É, portanto, nesse contexto que surge um novo campo interdisciplinar de estudo, que tem a cultura como conceito central, os Estudos Culturais. Esse campo foi também influenciado pela fundação de um centro de pesquisa de pós-graduação, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, em 1964, que esteve sob a coordenação de Stuart Hall na década de 1970. Os Estudos Culturais põem, assim, a cultura no centro da análise social.

Contrariamente a esse movimento, há os que questionam se não existe nada fora da cultura. Para Hall (1997), o termo passou a ser utilizado não apenas para designar as “esferas culturais” no sentido tradicional, mas as diferentes práticas sociais. No entanto, o autor argumenta que isso não significa que “tudo seja cultura”, mas que “toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural.” (HALL, 1997, p. 33). No que se refere ao discurso, a argumentação é semelhante: “Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social *tem seu caráter discursivo*” (HALL, 1997, p. 33, grifo do autor).

A centralidade epistemológica da noção de cultura está relacionada a sua centralidade também na estrutura empírica, ou seja, nas relações culturais na sociedade que se intensificaram com o processo de globalização. A revolução tecnológica e da informação tem expandido os meios de circulação e produção das trocas culturais. As novas tecnologias alteraram também a compreensão de tempo e espaço que se tinha antes, por isso a revolução da cultura no nível global tem impacto mais direto nas culturas locais.

As transformações culturais são, portanto, observadas não apenas na sua dimensão global, mas também na vida local e cotidiana. Hall (1997, p. 22) explica como a ideia de 'centralidade da cultura' indica a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, colocando-se como mediadora de tudo: "A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas que nos interpelam das telas, nos postos de gasolina. Ela é um elemento-chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais". Por essa razão, o estudo da cultura não pode mais ser tomado como secundário, tem de ser visto como algo fundamental, como o é para os Estudos Culturais.

Contudo, essas transformações não são uma novidade, pois a cultura se modifica ao longo do tempo, seja por razões internas, seja por razões externas. No primeiro caso, essas transformações podem decorrer de alguma necessidade e costumam ser mais lentas, no segundo, são motivadas pelo contato com outras culturas e costumam acontecer mais rapidamente. No entanto, como está sendo demonstrado, o processo de globalização tem possibilitado maior contato entre as culturas e, assim, ampliado esse processo de transformação. Hall (1997, p. 20) considera que, "por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio". Segundo esse autor, são três as principais possíveis consequências dessa mudança: a tendência à homogeneização, ao sincretismo e ao "fechamento" cultural.

De acordo com a tendência à homogeneização cultural, o mundo estaria a caminho de se tornar um lugar único, homogeneizado, sem diversidade cultural. Ela traria muitas consequências negativas, pois os padrões ou os produtos culturais a se manterem seriam os dos países ditos desenvolvidos, dominantes, que iriam se sobrepôr às diferenças locais, formando assim uma cultura mundial ocidentalizada. Hall (1997) admite que o crescimento das grandes transnacionais das comunicações favorecem a tendência à homogeneização e que essa exportação cultural do

ocidente tecnologicamente superdesenvolvido tem trazido consequências negativas para as nações mais antigas e sociedades emergentes, porém ele prefere ver as consequências dessa revolução cultural global como uma tendência não uniforme, mas profundamente contraditória, que está melhor expressa na ideia do sincretismo.

O sincretismo cultural é outro possível efeito dessa compressão espaço-tempo. Segundo Hall (1997, p. 19), “a cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar – mesmo que para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial (como, por exemplo, a cozinha étnica)”. Essa tendência acredita ser mais provável que se produzam “novas identificações globais” e “novas identificações locais”, e não uma cultura homogênea. A mistura das culturas, “*mix cultural*”, daria origem a uma nova, não redutível a nenhuma delas especificamente. Essa tendência assume diversas nomenclaturas, como sincretismo, hibridismo e criouliização.

A última consequência possível é o “fechamento” cultural. A mudança cultural global pode provocar um efeito de resistência na cultura local, que pode ser positiva, como são os casos de redescoberta de identidades culturais em sociedades pós-coloniais, ou negativa, como são os casos de fundamentalismo religiosos ou o retorno de movimentos culturais conservadores.

De acordo com Hall (1997, p. 23-24), outra dimensão que precisa ser considerada é “a centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social”. Primeiramente ele destaca que as linhas divisórias que separam disciplinas como sociologia e psicologia estão sendo enfraquecidas pelas questões da cultura e diz que “a ênfase na linguagem e no significado tem tido o efeito de tornar indistinta, senão de dissolver, a fronteira entre as duas esferas, do social e do psíquico” (HALL, 1997, p. 24).

Após observarmos algumas concepções de cultura ao longo da história e como ela se tornou central nos estudos das ciências humanas, passamos a apresentação das noções de representação e estereótipo e suas aproximações com os pressupostos teóricos da AD.

2.2 Representação e estereótipo

Esse breve percurso histórico pela noção de cultura permitiu-nos evidenciar não apenas sua complexidade, como também a variação de suas definições ao longo dos períodos mencionados. De toda essa diversidade, ressaltamos que a

abordagem a qual nos filiamos é a dos Estudos Culturais, para quem, com base na virada cultural, o *sentido* passou a ser fundamental na definição de cultura. Nesse entendimento, argumenta-se que

cultura não é tanto um conjunto de coisas – romances e pinturas ou programas de TV e história em quadrinhos –, mas sim um conjunto de práticas. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – o “compartilhamento de significados” – entre membros de um grupo ou sociedade. (HALL, 2016, p. 19-20)

É, portanto, por meio dos “significados compartilhados” que os membros de uma determinada sociedade compreendem-se mutuamente. O sentido não está, portanto, no objeto em si, mas nas práticas sociais, onde se destaca o domínio simbólico da cultura. A cultura assim compreendida, relacionada à produção e ao intercâmbio de sentidos, é a que mais se adéqua à investigação aqui empreendida.

Nessa perspectiva, ganha destaque também a relação entre cultura e representação, pois, para Hall (2016), o sentido é concedido às coisas pela maneira como são representadas. A partir da virada cultural, a noção de representação passa, assim, a ocupar também lugar de destaque nos Estudos Culturais, visto que “a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura” (HALL, 2016, p. 31).

A fim de demonstrar como a representação do sentido pela linguagem funciona, Hall (2016) menciona três diferentes perspectivas, a saber: a reflexiva, a intencional e a construtivista. De acordo com a primeira, a linguagem tão somente reflete os significados já existentes no mundo, funcionando como um espelho que reflete esse significado presente nos objetos, pessoas, ideias ou eventos. Na segunda, a linguagem reflete o sentido pretendido pelo enunciador, que seria, portanto, único. Já na terceira, o sentido é compreendido como uma construção que se dá na e pela linguagem. Nessa perspectiva, o mundo material não deve ser confundido “com as práticas e processos *simbólicos* pelos quais representação, sentido e linguagem operam” (HALL, 2016, p. 48). A perspectiva mais relevante para os Estudos Culturais é, portanto, a construtivista, segundo a qual a “representação é a produção do sentido pela linguagem” (HALL, 2016, p. 53).

A noção de representação apresentada por Hall (2016) está inserida em uma “longa linha de estudos que passa por Durkheim, Saussure, Barthes, Foucault e Derrida” (ITUASSU, 2016, p. 11). Dessa relação, destacamos a influência da

abordagem discursiva de Foucault para a representação, especialmente no que se refere à noção de discurso e à de sujeito.

Uma das contribuições da abordagem discursiva é, assim, o deslocamento da atenção dada à linguagem para o discurso. Este passou a ser entendido de modo mais abrangente, historicamente situado, relacionado às práticas sociais e suas regulações, deixando de estar puramente restrito às questões linguísticas. De acordo com essa perspectiva, o conhecimento bem como as práticas em torno dos sujeitos são histórica e culturalmente situados. Nesse sentido, Hall (2016) ressalta que, para Foucault, nada que tem sentido existe fora do discurso.

Outra discussão de impacto para a noção de representação dos Estudos Culturais levantada pela abordagem discursiva é a problemática em torno do sujeito. Nessa abordagem, o sentido é produzido no discurso, logo, a concepção tradicional do sujeito, que o considera totalmente dotado de consciência, autonomia e estabilidade e, portanto, fonte do sentido, é fortemente criticada. De acordo com Hall (2016, p. 100, grifo do autor), “o ‘sujeito’ de Foucault parece ser produzido por meio do discurso em *dois* sentidos ou lugares diferentes”, a saber: o discurso produz sujeitos, ao mesmo tempo em que produz um *lugar para o sujeito*. No primeiro caso, o discurso produz, em momentos históricos específicos, figuras que personificam formas particulares de conhecimento, por exemplo, o homossexual, o homem louco, a mulher histérica. No segundo, considera-se que todos os discursos constroem *posições de sujeito*. Ao assumir determinada posição, como a de um leitor ou espectador, o sujeito submete-se, portanto, à regulação desse discurso.

Hall (2016) argumenta que, apesar de a abordagem discursiva estar ainda em construção e, portanto, sujeita a transformações e a críticas, ela amplia o escopo da teoria da representação, que também se encontra em desenvolvimento. A noção de representação adotada neste trabalho é, então, a dos Estudos Culturais, que a considera inserida no processo de construção social da realidade e se afasta da visão comum de representação como reflexo do real. Além disso, como mencionado anteriormente, essa perspectiva de representação sofre grande influência da abordagem discursiva, o que aproxima ainda mais a interlocução aqui empreendida.

Também sobre a força da cultura na construção da percepção social, Lippmann (2010, p. 85) assevera que “na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos”. Isso significa que os sujeitos percebem o mundo por meio de um filtro fornecido

culturalmente, fazendo com que interpretem pessoas, ideias e acontecimentos de modo estereotipado. Essas imagens definidas previamente pela cultura, que medeiam a relação do indivíduo com a “realidade”, foram chamadas por Lippmann (2010) de estereótipos. Sobre a naturalização do estereótipo, o autor afirma que ele “pode ser transmitido de uma forma tão consistente e peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser quase um fato biológico” (LIPPMANN, 2010, p. 94).

Na concepção de Lippmann (2010), um dos pioneiros sobre o assunto, as categorizações e generalizações dos estereótipos não devem ser vistas apenas em uma perspectiva negativa, em que são normalmente associadas a visões reduzidas e/ou deformadas do outro. Os estereótipos podem ser vistos também como responsáveis por uma economia de esforço, indispensáveis para a vida em sociedade.

Apesar dessa possibilidade de economia, é preciso lembrar que “um padrão de estereótipo não é neutro” (LIPPMANN, 2010, p. 97). Os estereótipos estão relacionados aos valores, aos sentidos que determinados grupos atribuem a si mesmos e ao mundo. Como estão relacionados com as tradições e, portanto, com as crenças, eles permitem que os sujeitos continuem ocupando suas posições sociais com segurança. Nesse sentido, Lippmann (2010, p. 96) afirma que:

Não surpreende, portanto, que qualquer distúrbio dos estereótipos parece ser um ataque nos fundamentos do universo. É um ataque aos fundamentos do nosso universo, e, onde grandes coisas estão em risco, não admitimos facilmente que haja uma distinção entre nosso universo e o universo. [...]. Há uma anarquia se nossa ordem de precedência não é a única somente possível.

A partir desse estudo pioneiro de Lippmann (2010), em *Opinião pública*, cuja primeira edição é de 1922, o estereótipo passou a ser investigado em diferentes disciplinas. De acordo com Amossy e Pierrot (2010), as Ciências Sociais, por exemplo, estudam o estereótipo em termos de representação e crenças coletivas, tendo como enfoque uma abordagem empirista. Já a Retórica e a Análise do Discurso, por sua vez, “ven en los estereótipos los esquemas implícitos o las evidencias compartilhadas que subyacen a una palabra situada” (AMOSSY e PIERROT, 2010, p. 123). A AD caracteriza-se, assim, por uma abordagem não

empirista, mas discursiva, trabalhando principalmente com *corpora* textuais e não com base em questionários ou em experiências orientadas.

Apesar de a AD, inicialmente, ter se interessado pouco pelo estudo do estereótipo, essa disciplina apresenta uma série de pressupostos teóricos que se relacionam com ele, a saber: o sujeito não é a fonte do sentido; o discurso é a atividade de sujeitos inscritos em contextos sócio-histórico-culturais determinados; os elementos linguísticos e sociais estão articulados e, ainda, o discursivo e o interdiscursivo estão imbricados (AMOSSY & PIERROT, 2010). Levando-se, portanto, em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da AD, verificamos que a noção de estereótipo pode se revestir de grande interesse para os analistas do discurso.

Amossy & Pierrot (2010) afirmam que, entre os conceitos da AD, o estereótipo está fortemente relacionado com a noção de pré-construído²⁸, entendido como a marca no enunciado de um discurso anterior, que pode se manifestar por fenômenos de encaixamento sintático, como a nominalização, o aposto, entre outros. Sobre o estudo de estereótipos em uma perspectiva discursiva, mencionamos a tese de Vilela-Ardengui (2014), que, com base na análise de um *corpus* proveniente do turismo e da moda, constatou que a noção de pré-construído é, de fato, relevante para a compreensão do modo de funcionamento dos estereótipos, mas que essa relação não se dá exclusivamente entre eles. A pesquisadora verificou que o estereótipo relaciona-se também ao simulacro e a cenas validadas²⁹.

No que se refere à construção e/ou disseminação dos estereótipos, destacamos o papel da mídia na sociedade contemporânea. Sobre esse aspecto, Amossy & Pierrot (2010, p. 41) afirmam que “la visión que nos hacemos de un grupo es el resultado de un contacto repetido com representaciones enteramente constuidas o bien filtradas por el discurso de los medios”. Nesse sentido, as estudiosas mencionam uma pesquisa que associa o tempo que uma criança fica exposta à televisão à internalização de estereótipos sexuais dominantes. Dessa forma, as autoras constataram que o estereótipo é principalmente resultado de um aprendizado social.

²⁸ Noção formulada inicialmente por P. Henry, reformulada e introduzida por M. Pêcheux na AD, na década de 1960 (Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

²⁹ Noções propostas por Maingueneau (2008a, 2013a).

Quanto aos possíveis efeitos do estereótipo, Amossy & Pierrot (2010) alertam que ele leva com frequência a um círculo vicioso. Como os estereótipos se apresentam como uma verdade absoluta, os grupos estigmatizados tendem a internalizar o estereótipo discriminatório, de forma a ativá-lo em seus comportamentos.

Considerando ainda a aproximação entre as noções de representação e estereótipo, destacamos que esta última é aqui empregada para nos referirmos a representações cristalizadas tanto em sua acepção positiva quanto negativa. Além disso, assim como a noção de representação, a de estereótipo está atrelada a de interdiscurso, noção fundamental para os estudos discursivos. Amossy (2008, p. 216) observa que “o estereótipo e os fenômenos de estereotipia ligam-se ao dialogismo generalizado, que foi colocado em evidência por Bakhtin e retomado nas noções de intertexto e interdiscurso”. Nesse sentido, todo discurso retoma necessariamente outros que nele se inscrevem e a Análise do Discurso busca examinar esses discursos preexistentes.

Feita essa apresentação acerca das noções de representação e de estereótipo empregadas nesta tese, na qual verificamos também sua aproximação com a AD, abordamos a seguir o fenômeno do hibridismo cultural, que ganhou outras proporções e entendimentos na pós-modernidade, bem como sua relação com a noção de identidade. Discussões recentes sobre a pertinência de termos como multiculturalidade ou interculturalidade também são apresentadas na seção seguinte.

2.3 Hibridismo e interculturalidade

O fenômeno do hibridismo cultural, também chamado de hibridização, popularizou-se no século XX e é encontrado com frequência nos trabalhos pós-coloniais para designar o processo de contato, intercâmbio cultural pelo qual as sociedades têm passado na pós-modernidade. Isso ocorre porque esse é um período marcado pela exacerbação dos contatos culturais, devido ao processo de globalização, que intensificou a interculturalidade migratória, econômica e midiática.

Inicialmente, é preciso destacar que esses processos de troca, interação, hibridização cultural envolvem dimensões positivas e negativas. Ao descrever esse

processo, os estudiosos podem ter uma visão mais positiva, destacando o acréscimo, a criatividade e o enriquecimento cultural, ou apresentar uma visão mais negativa do fenômeno, ressaltando as substituições, as perdas de tradições e de raízes locais. O pesquisador deve observar o fenômeno criticamente, sendo capaz de perceber os aspectos produtivos dos contatos culturais, bem como as tensões nele presentes.

A interação cultural tem sido investigada por diversos teóricos ao longo da história. Há, portanto, uma significativa variedade de terminologias para o fenômeno em diferentes contextos históricos. São alguns deles: imitação, apropriação, empréstimo, aculturação, transferência, troca cultural, acomodação, negociação, mistura, sincretismo, hibridização, tradução cultural e crioulização. Apresentaremos mais detalhadamente os três últimos usos.

Burke (2016) considera que a maioria desses termos são metafóricos. Hibridismo ou hibridização, por exemplo, sugerem uma metáfora botânica ou racial, enquanto tradução e crioulização, metáforas linguísticas. O historiador cultural considera essas últimas mais eficazes para descrever o fenômeno, enquanto o hibridismo, assim como os conceitos de mistura e sincretismo, tem a desvantagem de parecer excluir o agente individual humano. Para Burke (2016, p. 55), “‘hibridismo’ evoca o observador externo que estuda a cultura como se ela fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimes botânicas.”

Por volta dos anos 1950 e 1960, os antropólogos traçaram uma analogia entre o processo de tradução de uma obra e o de compreensão de uma cultura estrangeira. De acordo com Burke (2016, p. 58), o emprego do termo possui a vantagem de “ênfatar o trabalho que tem que ser feito por indivíduos ou grupos para domesticar o que é estrangeiro, em outras palavras, as estratégias e as táticas empregadas”. Além disso, essa metáfora enfatiza o relativismo cultural, mostra a possibilidade de se fazer traduções culturais incorretas e, ainda, evidencia o problema da traduzibilidade, ou seja, nem tudo é plenamente traduzível de uma cultura para outra (BURKE, 2016).

Também relacionada à metáfora linguística está a noção de crioulização, que passou da questão de linguagem para a cultural. O termo, utilizado pelos linguistas para se referirem ao processo em que duas línguas em contato se modificam e

formam uma terceira, passa a ser usado para se referir ao surgimento de novas formas culturais a partir da mistura de outras culturas (BURKE, 2016).

Como podemos observar, há muitos termos e conceitos ainda em circulação para descrever um mesmo processo. Não se trata de estabelecermos qual está certo ou errado, mas de apreendermos essa diversidade terminológica como materialização de diferentes perspectivas teóricas. Assim, destaca Burke (2016): “precisamos de vários deles para fazer justiça tanto ao agente humano (como no caso da [...] ‘tradução cultural’) quanto às modificações das quais os agentes não têm consciência (como no caso da ‘hibridização’ e da ‘crioulização’)”. Cabe ao pesquisador especificar qual(ais) nomenclaturas irá utilizar e por que razão. Neste trabalho são particularmente úteis para a análise as noções de hibridismo/hibridação e de interculturalidade, conforme proposto por García Canclini (2015a), por considerarmos que elas são as que melhor expressam as particularidades das misturas interculturais modernas e pós-modernas, como será apresentado a seguir.

García Canclini (2015a) entende a hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.” (GARCÍA CANCLINI, 2015a, p. XIX). A hibridação pode ocorrer tanto de modo não planejado, como resultado de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional, quanto de modo criativo em diversos setores, como das artes, da vida cotidiana ou da tecnologia. Esse fenômeno pode ainda fundir estruturas ou práticas sociais pela estratégia de reconversão, que consiste na utilização produtiva de formas culturais anteriores em outros contextos. A análise empírica de processos de hibridização possibilitou ao pesquisador observar que ela interessa tanto às classes hegemônicas quanto às populares, que também buscam usufruir dos benefícios da modernidade (GARCÍA CANCLINI, 2015a).

O conceito de hibridação é criticado por não enfatizar suficientemente as contradições próprias do processo, podendo passar a impressão de que as culturas sejam facilmente integradas. Em resposta a isso, García Canclini (2015a, p. XVIII) ressalta que “a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições, mas, sim, que pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade recente [...]”. Nessa perspectiva, o objeto de estudo são os *processos* de hibridação, e não a hibridez. Ao analisar o processo, é possível identificar os aspectos culturais que se deixam hibridar e os que não chegam a

fundir-se. Além disso, a hibridação deve ser investigada levando em consideração “as ambivalências da industrialização e da massificação globalizada dos processos simbólicos e dos conflitos de poder que suscitam.” (GARCÍA CANCLINI, 2015a, p. XXV).

Assim como Burke (2016), García Canclini (2015a) também relaciona a noção de hibridação a uma família de conceitos, mas seu posicionamento é diferente do apresentado pelo historiador cultural. García Canclini (2015a) relaciona hibridação com três conceitos: mestiçagem, sincretismo e crioulização. O termo clássico mestiçagem foi utilizado para caracterizar a formação social do chamado Mundo Novo, constituída basicamente pela mistura dos colonizadores (espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, entre outros), dos escravos africanos e dos indígenas. A noção de mestiçagem é utilizada tanto no sentido biológico quanto no cultural, mas, segundo o autor, ela é insuficiente para explicar as formas mais modernas de interculturalidade por estarem condicionadas pela mestiçagem biológica. Já o sincretismo é utilizado para referir-se, mais especificamente, às fusões religiosas de práticas mais tradicionais. A crioulização, por sua vez, foi inicialmente utilizada para referir-se à mistura de línguas e culturas criadas por variação a partir da língua básica e de outros idiomas no contexto do tráfico de escravos; atualmente, no entanto, está sendo utilizada em sentido mais amplo. Hanners apud García Canclini (2015a), por exemplo, sugere compreendê-lo em âmbito transnacional para denominar processos de confluência cultural caracterizados pela desigualdade de poder.

Apesar da relação entre essas noções, o autor argumenta em favor da utilização da noção de hibridação para designar as misturas interculturais propriamente modernas e pós-modernas. García Canclini (2015a, p. XXIX) questiona, por exemplo, “como designar as fusões entre as culturas de bairro e midiáticas, entre estilos de consumo de gerações diferentes, entre músicas locais e transnacionais [...]”. Por isso, propõe que “a palavra hibridação aparece mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos.” (GARCÍA CANCLINI, 2015a, p. XXIX). Como podemos observar, o conceito de hibridação pode ser empregado de forma ampla, abrangendo diversas formas de contatos interculturais, como também outras misturas modernas não contempladas em nomenclaturas anteriores.

Assim, apesar das críticas, García Canclini (2015a) defende a noção de hibridação como a mais útil para designar as misturas interculturais modernas e pós-modernas. Ele acrescenta ainda que “a hibridação, como processo de interseção e transação, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade*.” (GARCÍA CANCLINI, 2015a, p. XXVII, grifos do autor).

Além disso, para pensar as relações culturais atualmente, García Canclini (2015b) considera mais apropriada a noção de interculturalidade do que a de multiculturalidade. De origem anglo-saxônica, a concepção de multiculturalidade reconhece a diversidade cultural e visa à promoção de políticas de respeito e aceitação das diferenças. Já a interculturalidade refere-se à relação de troca mútua entre os grupos que constantemente se confrontam e se entrelaçam na pós-modernidade. Essa relação de negociação/troca entre os grupos tem se intensificado com a globalização e é dela que resultam as identidades. Não se trata mais de reconhecer e aceitar as diferenças, mas de uma nova forma de compreender as relações culturais.

Como a identidade está relacionada com as práticas culturais, as transformações pelas quais a noção tem passado, em especial os processos de hibridação, interferem também em como se compreende a identidade atualmente. Nesse contexto, a identidade também não é mais tratada como um conjunto de traços fixos, nem como a essência de uma etnia e de uma nação (GARCÍA CANCLINI, 2015a). É sobre a condição atual de identidade que nos detemos na seção a seguir.

2.4 Identidade na pós-modernidade

A identidade, que é formada culturalmente, também vem passando por um processo de transformação no que se tem chamado de pós-modernidade ou era líquido-moderna. Como temos visto, essas transformações fazem parte de um processo de mudança mais amplo pelo qual as estruturas centrais da sociedade moderna têm passado. Tais mudanças estão fortemente relacionadas com o processo de globalização e marcam a passagem da modernidade para a pós-

modernidade, do sujeito moderno para o pós-moderno. As identidades estão sendo, assim, deslocadas e fragmentadas.

Em decorrência dessas transformações, a identidade tem sido extensamente discutida atualmente, chegando a ser abordada como “crise de identidade”. Para Bauman (2012), um aspecto da experiência começa a ser debatido ou investigado com seriedade quando não pode mais ser tido como certo, evidente, quando passa a ser algo problemático. É o que o sociólogo considera ter acontecido com a identidade, pois “não se pensa em identidade quando o ‘pertencimento’ vem naturalmente, quando é algo pelo qual não se precisa lutar, ganhar, reivindicar e defender [...]” (BAUMAN, 2012, p. 44). A identidade deixa de ser pensada como fixa, estável e passa a ser colocada no campo da incerteza.

Na base da discussão sobre a construção das identidades, há duas perspectivas: uma essencialista e outra não essencialista (WOODWARD, 2014). De acordo com a primeira, a identidade de um determinado grupo é constituída como um conjunto autêntico de características comuns a todos e que não se altera ao longo da história. Para alcançar essa identidade “verdadeira”, os essencialistas buscam se fundamentar na história e na biologia. Por outro lado, a segunda perspectiva observa tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os grupos, bem como suas mudanças ao longo do tempo. Esta última é a perspectiva mais corrente na literatura atual e é a adotada pelos estudiosos aqui mencionados.

Hall (2014) e Woodward (2014) são categóricos ao afirmarem que as identidades são construídas por meio da diferença. Woodward (2014), por exemplo, destaca que a identidade é relacional, pois ela precisa de algo que está fora dela para existir, é, portanto, marcada pela diferença. A partir da relação com o Outro, os símbolos de pertencimento que marcam as identidades serão estabelecidos. A identidade é, assim, constituída também pela exclusão, ou seja, pelo que não se é.

As identidades são além de simbólicas, sociais (WOODWARD, 2014). São consideradas simbólicas porque há uma relação entre a identidade de determinado grupo ou indivíduo e os objetos por eles utilizados. As identidades são sociais porque se realizam nas práticas sociais e estão relacionadas às questões de poder, de afirmação e de embate entre os grupos. No fragmento a seguir, evidenciamos o processo social de construção das identidades, do qual também destacamos sua relação com o discurso:

É precisamente porque as identidades são construídas **dentro e não fora do discurso** que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. [...] elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, de uma 'identidade' em seu sentido tradicional [...] (HALL, 2014, p.109, grifo nosso).

Segundo Hall (1997), as identidades sociais não emergem de um interior, mas são construídas no interior de representações, por meio da cultura. O autor sintetiza a questão: "Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente" (HALL, 1997, p. 26) e acrescenta que elas

são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. (HALL, 1997, p. 27).

Dessa forma, as identidades variam de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito e pelo momento histórico no qual estejam inseridas. Assim como enunciamos sempre a partir de um lugar social, é também a partir dele que vivemos nossas diferentes identidades. Ao longo da vida, ou até mesmo de um dia, os sujeitos ocupam diferentes contextos nos quais desempenham diferentes papéis sociais. O sujeito poderá assim fazer uso de diferentes identidades ou, nas palavras de Woodward (2014, p. 31), estar "diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações [...]". No que se refere às transformações pelas quais as identidades passam ao longo do tempo, podemos mencionar as que têm ocorrido com a identidade de gênero na contemporaneidade.

Hall (2011), a fim de evidenciar sua concepção de identidade cultural na pós-modernidade, apresenta resumidamente um percurso histórico da concepção de sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno: o sujeito do Iluminismo era, portanto, visto a partir de uma concepção individualista, era tomado como um indivíduo totalmente centrado e dotado das capacidades de razão. De acordo com a noção de sujeito sociológico, o núcleo interior do sujeito não seria autônomo e autossuficiente, como no Iluminismo, mas formado na interação entre o eu e a

sociedade. O sujeito pós-moderno, por sua vez, perde a ideia de essência, de unificação e de estabilidade e se torna “fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2011, p. 12). O que marca, portanto, o sujeito pós-moderno é a ausência de uma identidade fixa.

Embora concorde com a ideia de que a identidade pós-moderna seja marcada pela ausência de fixidez e de unidade, Hall (2011) questiona se as culturas nacionais eram realmente unificadas. O autor argumenta que a identidade nacional foi uma criação da modernidade das sociedades ocidentais, sendo, portanto, um discurso, no qual as identificações que as sociedades tradicionais atribuíam à região, à tribo e à religião foram transferidas à cultura nacional. Dessa forma, Hall (2011, p. 62, grifo do autor) conclui que “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como construindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade.” As identidades nacionais não são, portanto, efetivamente homogêneas. Apesar disso, também não podemos negar que elas tenham se deslocado mais intensamente devido aos efeitos do processo de globalização na modernidade tardia³⁰ ou na pós-modernidade.

A globalização não é um fenômeno novo, pois, como destaca Giddens (1991, p. 75), “a modernidade é inerentemente globalizante”. No entanto, em sua forma mais recente, ela é a grande responsável pelas transformações culturais. A globalização é definida por Giddens (1991, p. 76) como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. A definição do autor põe em destaque a problemática de tempo e espaço que, na era da globalização, foram alteradas, ou seja, passaram por um processo de compressão, tornando as distâncias menores e o mundo mais conectado. No entanto, nem sempre foi assim. Nas sociedades pré-modernas, Giddens (1991, p. 28-29) destaca que “espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas”. A compressão espaço-tempo está entre os aspectos mais

³⁰ Hall (2011) utilize o termo “modernidade tardia” para se referir ao período que corresponde à segunda metade do século XX.

importantes da globalização a ter efeitos sobre as identidades culturais (HALL, 2011).

Em consonância com as transformações culturais contemporâneas mencionadas anteriormente, Hall (2011) apresenta também três possíveis consequências da globalização sobre as identidades culturais, a saber: a desintegração das identidades nacionais; o fortalecimento das identidades locais e, por fim, o surgimento de novas identidades híbridas. A primeira possível consequência põe em evidência a possibilidade de as identidades globais se deslocarem e se sobreporem às identidades nacionais. Nessa perspectiva,

os *fluxos culturais*, entre as nações, e o consumidor global criam possibilidades de 'identidades partilhadas' – como 'consumidores' para os mesmos bens, 'clientes' para os mesmos serviços, 'público' para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes uma das outras no espaço e no tempo. (HALL, 2011, p. 74, grifo do autor).

As identidades estariam se desvinculando de tradições específicas e se tornando cada vez mais universais. Este fenômeno está sendo chamado de homogeneização cultural.

Por outro lado, há três contratendências a essa ideia de que a globalização ameaça destruir as identidades culturais nacionais (HALL, 2011). A primeira crítica destaca o fato de, ao lado da tendência à homogeneização, a globalização também se interessar pelo "local", ou melhor, pela comercialização das diferenças étnicas. Nesse sentido, a globalização produz ao mesmo tempo *novas* identificações tanto globais quanto locais. O segundo contra-argumento em relação à homogeneização global das identidades é o fato de a globalização distribuir-se desigualmente ao redor do globo, tanto entre as regiões quanto entre os estratos da população, ou seja, ela "é um processo desigual e tem sua própria 'geometria do poder'" (HALL, 2011, p. 80). Relacionada a este segundo, está a terceira crítica que se refere às relações desiguais de poder da globalização, que a considera um fenômeno muito mais ocidentalizado. Apesar disso, a compressão espaço-tempo afeta as identidades culturais também das sociedades ditas periféricas. E, mesmo que em proporções menores, a influência também pode ser da periferia para o centro.

Voltemos agora às outras duas possíveis consequências do processo de globalização já mencionadas: o fortalecimento das identidades locais e a produção

de novas identidades. O retorno às identidades locais é uma das formas de reação à globalização. Esse fenômeno é visto em grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados por outras culturas devido ao processo de globalização. É uma tentativa de retorno à “unicidade”, à “pureza cultural” e pode ter consequências negativas, como se tem verificado nos casos de movimentos fundamentalistas e extremistas. Para Bauman (2005a), esse fenômeno tem sido descrito erroneamente como um retorno ao nacionalismo. Para ele, trata-se de um movimento, surgido a partir da erosão da soberania nacional, que busca se proteger dos efeitos da globalização e que, portanto, reivindica autonomia ou independência.

É comum, ao se tentar resgatar uma identidade que se julga perdida, como no caso do sentimento de perda da identidade nacional, o retorno a antecedentes históricos. No entanto, essa “pureza” que se pretende encontrar com a ajuda da história não é possível, visto que não existe uma verdade histórica única a ser resgatada. Cada grupo poderá recorrer a diferentes versões da história a depender da identidade que se está contestando. Bauman (2005a, p. 21) afirma que “a ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto [...]”. É, portanto, mais provável que, ao se tentar reafirmar uma identidade, novas identidades sejam produzidas, como será apresentado a seguir.

A última consequência possível refere-se ao surgimento de novas identidades, chamadas de híbridas. Esse fenômeno se aplica ao processo de formação de novas identidades que surgem a partir das novas diásporas pós-coloniais. Como consequência das migrações, muitas pessoas precisam negociar com novas culturas onde passam a viver de forma a não perderem totalmente suas culturas e de não assimilarem totalmente a cultura do outro. O resultado desse exercício é o surgimento de uma nova identidade que não corresponde exatamente a do seu lugar de origem tampouco a de seu destino. Esse fenômeno é também chamado, por Hall (2011), de “tradução”, termo que expressa a ideia de “transporte entre dois mundos”.

A globalização intensifica, portanto, as migrações, que são motivadas por inúmeras razões, dentre elas, o fator econômico. Além de ter impacto sobre as questões identitárias, as migrações evidenciam as desigualdades sociais. Para Woodward (2014, p. 22), “essas novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras”. A diáspora, como está sendo chamada a dispersão das pessoas ao redor do globo, não apenas produzirá identidades plurais, mas também

identidades contestadas, tendo em vista o processo desigual no qual se dá. A autora destaca que

enquanto, nos anos 70 e 80, a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, ela se caracteriza agora, mais provavelmente, pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades, o que tende a reforçar o argumento de que existe uma crise de identidade no mundo contemporâneo. (WOODWARD, 2014, p. 26).

Bauman (2005a) também compartilha da ideia de contestação presente na noção de identidade. Utilizando uma metáfora de guerra, ele afirma que “o campo de batalha é o lar natural da identidade” (BAUMAN, 2005a, p. 83). Essa luta pode ocorrer tanto na forma de defesa, contra a dissolução e fragmentação, quanto na forma de ataque a outras identidades.

Embora não seja possível precisar exatamente quais as consequências da globalização sobre as identidades, é possível argumentar que um de seus efeitos seja o deslocamento das identidades “unificadas” de uma identidade nacional. Para Hall (2011, p. 87), a globalização tem o efeito “pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.”

O caráter provisório das identidades se intensifica nessa nova conjuntura. Sendo as identidades colocadas como uma possibilidade de escolha dentre muitas, a sociedade de consumo tende a forçar o indivíduo a continuar experimentando sem se fixar em apenas uma delas. Seguindo essa lógica de mercado, Bauman (2005a) compara o mundo a uma “loja de departamento”, na qual seus consumidores ficam livres para fazer suas escolhas, revelando, assim, o caráter “culturalmente onívoro” da elite global.

Assim como não se pode mais pensar a identidade como conjunto de traços fixos, a ênfase na desterritorialização do sujeito também deve ser ponderada. É unanimidade entre autores como Bauman (2005a) e García Canclini (2015b) que essa pluralidade de identidades não chega a ser uma possibilidade para todos, uma vez que a identificação é também um fator de estratificação social. Para Bauman (2005a), a hierarquia global apresenta dois polos: de um lado, estão os que têm acesso e podem escolher livremente as identidades disponíveis no mundo global; do

outro, os que não têm acesso à escolha da identidade. A estes últimos, resta sentirem-se

oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* – identidades que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005a, p. 44, grifo do autor).

Entre esses grupos estão os povos indígenas, que são até hoje oprimidos por identidades estigmatizadoras que lhes foram impostas desde a colonização. Esse aspecto será explorado na seção seguinte.

García Canclini (2015b) também critica o pensamento pós-moderno que redefine os sujeitos como nômades e, sem considerar em profundidade as estruturas econômicas e socioculturais, vê essa desterritorialização e o enfraquecimento dos laços de pertencimento nacionais ou locais como algo positivo, como uma libertação. Para García Canclini (2015b), a atual reconstrução das identidades e das subjetividades pode produzir diferentes sentidos nas diferentes classes sociais. Assim, um pesquisador que decide morar na Europa por questões de trabalho produzirá uma narrativa diferente acerca de sua experiência cultural em comparação com migrantes pobres que muitas vezes fixam-se em outros territórios, trabalham em condições precárias e sofrem toda sorte de preconceitos, como é o caso de muitos bolivianos em São Paulo hoje ou dos venezuelanos que estão migrando principalmente para a região Norte do Brasil. Segundo García Canclini (2015b, p. 205), para os migrantes e exilados políticos, “ser sujeito tem a ver com a busca de novas formas de pertencer, ter direitos e enfrentar violências”. Além disso, o pesquisador ressalta que,

em raros autores pós-modernos, registram-se como parte das transformações os dramas dos sujeitos individuais, familiares, étnicos, para os quais migrar produz mais desenraizamento do que libertação, mais vulnerabilidade do que aventura, mais solidão do que enriquecimento por multiplicação de pertencimentos. (GARCÍA CANCLINI, 2015b, p. 204-205).

Assim, enquanto, por um lado, há uma minoria que usufrui dessa multiplicação de pertencimentos; por outro, há uma maioria que tem dificuldade de exercer sua cidadania.

García Canclini (2015b) observa ainda que há uma despersonalização dos donos da iniciativa econômica, que ele vai chamar de “minorias anônimas”. Enquanto no passado se tinha os automóveis Ford, que carregavam o sobrenome de seu criador, hoje as empresas são nomeadas por siglas, como CNN, MTV. Para o autor,

a liberdade para ser sujeito multi e interculturais restringe-se a minorias anônimas que administram os grandes investimentos, projetam os produtos e entretenimentos que serão consumidos em diversas culturas e apropriam-se dos lucros desse amplo comércio. (GARCÍA CANCLINI, 2015b, p. 206).

Tomando como pressuposto essa reflexão sobre a noção de cultura e de identidade, sobretudo, o que foi discutido sobre o fenômeno da hibridação e sobre a noção de identidade como um fator de contestação, refletimos a seguir sobre o processo de formação sociocultural do sujeito manauara ao longo da história.

2.5 Da (im)possibilidade da identidade manauara

Nesta seção, tratamos do processo de formação sociocultural do sujeito manauara. Partimos de uma reflexão mais ampla sobre os povos da Amazônia, até chegarmos às questões mais atuais próprias da vida urbana da cidade de Manaus. Sem esse entendimento mais geral da formação do amazônida, termo atribuído aos habitantes da região Amazônica e que expressa uma certa unidade entre eles, nosso compreensão poderia se tornar restritiva. As reflexões aqui apresentadas, associadas ao Capítulo I, são fundamentais para a compreensão do complexo processo de formação sociocultural dessa população.

A Amazônia é hoje um tema de interesse internacional, no entanto, muito pouco se conhece efetivamente sobre essa região. Ela está no imaginário das pessoas de todo o mundo, sobretudo, como uma imensidão de flora, fauna e águas. A natureza é realmente um elemento fundamental na Amazônia, mas não podemos restringi-la a isso. Segundo Ianni (2012, p. 7), “são muitos, no Brasil, na América latina e no mundo, os que elegeram a Amazônia como um momento especial, estranho ou fascinante, da natureza. São muitos os que preferem o mito, a metáfora do paraíso”.

A Amazônica, assim como qualquer outra região, tem sua história, onde estão envolvidas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. De acordo com seu percurso histórico, são normalmente destacados três momentos que permitem separá-la em: Amazônia Indígena, Amazônia Portuguesa³¹ e Amazônia Brasileira (SILVA, 2012). Os aspectos históricos já foram abordados no Capítulo I, no entanto, destacamos aqui alguns dados significativos para a questão cultural que pretendemos evidenciar.

A Amazônia Indígena corresponde ao período referente à ocupação humana pré-colonial da região Norte do Brasil. Ao chegarem nessa região, os europeus se depararam com uma organização social totalmente diferente do que conheciam. Os colonizadores não possuíam nada equivalente em sua cultura ocidental e passaram a interpretar esse Novo Mundo com base em seus padrões culturais. A visão etnocêntrica do europeu sobre esses povos foi a que se difundiu. No entanto, após muitos anos de história e até mesmo de divergência entre linguistas, antropólogos e arqueólogos, atualmente, há consenso entre os pesquisadores acerca de alguns dados, tais como: “a densidade populacional, a fartura de alimentos, a extensão de seus domínios pela várzea e terras firmes e formas não predatórias de relação com a natureza.” (SILVA, 2012, p. 155). Ao contrário do que se pensava, esses habitantes não eram apenas caçadores, pescadores e coletores, mas também agricultores, artesãos e navegadores, adaptados tanto às regiões ribeirinhas quanto à terra firme. Por isso, não é difícil percebermos o papel fundamental que a mão de obra indígena desempenhou nesse processo de colonização.

A diversidade cultural é o grande traço da Amazônia Indígena. A região era habitada por uma diversidade de povos, com diferentes línguas e organizações societárias. A destruição dessa diversidade fez parte do processo de sobreposição da Amazônia Lusitana. Além disso, “a região amazônica que se constitui na sociedade nacional como continuidade da sociedade colonial da Amazônia Lusitana negou, da Amazônia Indígena, a sua identidade, pluricultural.” (SILVA, 2012, p.168). Toda essa homogeneização, além de outras representações negativas, está presente no termo “índio”, o que leva alguns povos atualmente a rejeitarem o uso desse vocabulário para se autodefinirem. A fim de evidenciar a percepção dos povos indígenas sobre essa designação dada aos povos nativos pelos portugueses,

³¹ Benchimol (1999) utiliza o termo Amazônia Lusíndia para se referir a esse período.

destacamos a reflexão do líder indígena Bráz França Baré (2015, p. 40) ao falar sobre as conquistas recentes de seu povo: “Mesmo assim, se alguns dos nossos antepassados nos vissem no estado em que estamos e lhes perguntássemos por que eles há quinhentos anos viviam livres e tranquilos, certamente nos responderiam: ‘Nós não éramos índios’.”.

Sobre esse contato inicial entre indígena e europeu, grupos étnicos que estão na base da formação cultural dos atuais habitantes da região, Benchimol (1999, p. 21) afirma que

assim começa a Amazônia Lusíndia, mais índia do que lusa, porém, mesmo assim, suficientemente forte para influenciar os novos padrões culturais e espirituais europeus a serviço da *fé e do império*. Estes acabaram por desintegrar a identidade cultural indígena, através das tropas de resgate, aldeias, missões, reduções, catequeses, queima de malocas, dízimo e trabalho servil.

A Amazônia Portuguesa nasce, portanto, dessa relação conflituosa em que os europeus subjugarão os povos nativos da região Amazônica. Em 1884, havia no estado do Amazonas, que compreendia os atuais estados do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, 373 tribos indígenas. Depois de pouco mais de um século, esses povos foram reduzidos a cerca de 70 grupos nesses quatro estados (BENCHIMOL, 1999). Juntamente com essas tribos, foram extintas suas línguas, dialetos, crenças, enfim, sua cultura, o que, para o autor, é visto como uma perda cultural irreparável, pois “hoje sabemos que uma língua é produto de mais de 5 mil anos de história e vivência cultural de um povo” (BENCHIMOL, 1999, p. 44). Quanto aos sobreviventes, a situação atual não destoa muito da descrita pelo autor no final século passado: “[...] a despeito de tanto haverem contribuído para o desenvolvimento regional, os indígenas constituem, hoje, um grupo étnico empobrecido e discriminado.” (BENCHIMOL, 1999, p. 26).

Muitas nações indígenas foram totalmente extintas, como foi o caso dos Manaó, que habitavam a região do rio Negro. No entanto, para Benchimol (1999, p. 26),

se a cultura ancestral-original foi destruída pela destribalização, catequese e servidão, o extermínio físico e o holocausto étnico não se realizaram, pois uma grande massa de caboclos e seus descendentes estão presentes na sociedade amazônica nos dias de hoje.

Nesse entendimento, a cultura indígena de alguma forma sobrevive nos descendentes mestiços, os caboclos³², que estão presentes em vários povoados, vilarejos e cidades ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes. Além desses lugares, muitos trabalhadores rurais migraram para as pequenas e grandes cidades da região e, muitos deles, passaram a viver em suas periferias, “invasões” e às margens de igarapés. De acordo com Benchimol (1999, p. 32), os grandes centros urbanos da Amazônia, como Manaus e Belém, incorporaram “centenas de milhares de caboclos na sua massa de trabalhadores, operários, vendedores, ambulantes, camelôs, desempregados e marginais”.

A formação sociocultural inicial da população amazônica põe em evidência, portanto, os indígenas e os europeus, com destaque para os portugueses e espanhóis. No entanto, a formação cultural amazônica é formada com base em inúmeros elementos. Como destaca Benchimol (1999, p.11),

as matrizes culturais do povo amazônico foram sendo formadas por justaposição, sucessão, diferenciação, miscigenação, competição, conflito, adaptação, por diferentes levas e contingentes de diversos povos, línguas, religiões e etnias.

Nesse sentido, outra influência também significativa foi a dos migrantes brasileiros já mestiços de outras regiões, com destaque para os nordestinos. Estima-se terem vindo para a Amazônia, desde o início do Ciclo da Borracha até 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos (BENCHIMOL, 1999). Apesar de terem sido chamados genericamente de *cearenses*, eles vinham de zonas agrestes e do sertão de vários estados do Nordeste, tais como: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Essa foi a segunda maior migração interna da história brasileira, “superada apenas pela migração *pau-de-arara* para São Paulo.” (BENCHIMOL, 1999, p.137, grifo do autor).

Com o colapso da economia da borracha, cujo auge da depressão foi em 1932, muitos migrantes regressaram empobrecidos e doentes para seus lugares de origem. Outros tentaram permanecer nas regiões rurais desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência. Devido às dificuldades enfrentadas para desenvolver

³² “Caboclo (do tupi *caá-boc*, ‘tirado ou procedente do mato’, segundo Teodoro Sampaio)” (BENCHIMOL, 1999, p. 21).

agricultura nessas regiões, os seringueiros nordestinos partiram em direção às vilas e cidades, dentre as quais Belém e Manaus. Assim, na década de 1930, foi registrado o início do grande êxodo rural. Como demonstra Benchimol (1999, p. 139),

Em 1940, o censo encontrou vivendo, ainda, no interior da Amazônia uma população rural de 76,99% contra 23,0% da população urbana. Essa migração urbana seria acelerada nos anos 50, 60, 70, 80, 90 e 96, quando as cidades passaram a deter 26,1%, 37,3%, 44,9%, 54,5% e 61% da população regional.

Aos chegarem às cidades, muitos nordestinos passaram a morar em suas periferias e a trabalharem na informalidade nas mais diferentes ocupações, como camelôs, feirantes e donos de pequenos comércios. Apesar das dificuldades, muitos deles conseguiram ascensão social e política, se não na primeira geração, mas na segunda ou terceira, estabelecendo-se como comerciantes, empresários e políticos. Como podemos observar, os nordestinos, além de terem sido os atores principais no período da borracha, têm uma influência significativa na formação sociocultural amazônica. Sobre essa influência, Benchimol (1999) ressalta que, ainda hoje, é raro encontrar uma família amazonense que não tenha entre seus ancestrais migrantes nordestinos.

Entre os anos de 1943 a 1945, houve um novo movimento migratório para a Amazônia que intensificou ainda mais a concentração humana nas áreas urbanas. Dessa vez, foram atraídos para a região tanto migrantes nordestinos de cidades, como Natal, Recife, Fortaleza, Salvador e João Pessoa, quanto de cidades de outras regiões do país, como Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira corrente de migrantes foi majoritariamente formada por nordestinos expulsos pela seca que assolava o sertão. Já a segunda foi composta, em geral, por homens sozinhos e desempregados ou sem profissão definida que migravam de regiões urbanas. Benchimol (1999) elenca três possíveis razões para a vinda desses migrantes: pelo simples sabor de aventura, pelas promessas do governo local ou como alternativa para fugirem à convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália. Esse segundo grupo foi estimulado a compor o que se chamou de *II Batalha da Borracha*, que visava à recuperação da economia gomífera. Ao contrário dos primeiros, nem todos foram para os seringais e fixaram-se diretamente nas cidades já em decadência após o declínio da borracha. Juntamente como os outros

seringueiros nordestinos que haviam abandonado o seringal, iniciaram a explosão urbana na Amazônia.

Nas décadas de 1960 a 1980, surge um novo movimento migratório na Amazônia, desta vez, motivado pela possibilidade de praticar a agricultura, pecuária e o extrativismo de minério e madeira. Nesse período, Benchimol (1999, p.137) registra que

mais de dois milhões de gaúchos, paranaenses, paulistas, goianos, mineiros, capixabas e também nordestinos, descem do planalto central para se integrar à nova fronteira agrícola, pecuária, mineraria, garimpeira e extração de madeira, em Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rondônia, Acre, Sul do Pará e Amazonas.

Esse movimento foi motivado pela abertura de grandes rodovias na região, como a Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, que ocasionaram a corrida pela ocupação de terras para a implantação de fazendas de gado, de soja e de café. Além disso, os migrantes eram seduzidos pela lenda do enriquecimento fácil devido à possibilidade de exploração do minério da região.

Como já mencionado, as principais influências à formação sociocultural da população amazônica são dos indígenas e dos europeus e, posteriormente, dos migrantes brasileiros de outras regiões, com destaque para os nordestinos. No entanto, Benchimol (1999) apresenta, em um estudo mais detalhado, outras influências, como a dos africanos, ingleses, norte-americanos, judeus, sírio-libaneses, italianos e japoneses.

Por muitos anos, a contribuição econômica, social e cultural do negro foi menosprezada durante o período colonial na Amazônia. Sua influência realmente não foi tão expressiva quanto em outros estados do país, mas estudos mais recentes destacam sua importância principalmente em Belém do Pará e São Luiz do Maranhão, onde realizavam trabalhos na lavoura de cana, tabaco e algodão. Em um levantamento feito em 1849, na província do Grão-Pará, constatou-se que a população escrava se concentrava em Belém, com a presença de 19.189 negros. Esse mesmo estudo indica a pequena participação dos escravos negros na região do rio Negro, no Amazonas, onde foi registrada a chegada de apenas 710 escravos negros nesse período (BENCHIMOL, 1999). Apesar disso, não podemos desprezar a influência negra na formação cultural do amazonense, uma vez que ela também se

dá pela migração de brasileiros miscigenados advindos dos mais diferentes estados, dentre os quais destacamos Pará, Maranhão e até mesmo Ceará.

Barboza (2016), em diálogo com estudos culturais e pós-coloniais, analisa a composição étnica das multidões de retirantes e questiona a invisibilidade produzida sobre a presença negra no Ceará e na Amazônia. Ao observar as primeiras tentativas de contagem populacional, constatou que, a soma de “pretos” (19%) e “mulatos” (37%) era de 56% da população total da Capitania do Ceará em 1808. Em 1872, apesar da diminuição da população classificada como “preta” (6%), os pardos correspondiam a 50%, o que manteve o total de 56% como na contagem anterior. Barboza (2016, p. 98) ressalta, assim, que “às vésperas da grande seca de 1877, a população afrocearense ainda era hegemônica”. O autor utiliza a expressão “diáspora cearense” para se referir à migração de milhares de homens, mulheres e crianças durante a seca de 1877-1880, dos quais muitos foram para a Amazônia em busca de novas possibilidades de vida.

A influência inglesa, por sua vez, se deu no ciclo da borracha, que se inicia por volta de 1850 e tem seu auge em 1910, momento em que o império britânico estava em seu apogeu, condição perdida para os Estados Unidos ao final da I Grande Guerra. Com o objeto de obter lucro com esse produto, essencial para a indústria mundial de pneus e outros objetos, monopolizado pela Amazônia até então, os ingleses se anteciparam em investir na infraestrutura local. Serviços como navegação, energia, comunicação, transporte urbano, saneamento básico estavam todos sob a concessão de companhias americanas, europeias e, sobretudo, inglesas. Mas sua influência foi também fundamental para o fim da fase áurea da borracha na Amazônia, visto que as plantações asiáticas, feitas com sementes levadas da Amazônia, foram iniciadas com o financiamento dos ingleses. A borracha silvestre da Amazônia não tinha mais como competir com a produção asiática. Veio então a depressão nos anos 20 e 30, momento em que todas as companhias estrangeiras se retiraram da região. A participação norte-americana é mais atual e exerce um poder semelhante ao do praticado pelos ingleses.

A chegada dos primeiros judeus se deu por volta de 1810, um pouco antes do início do ciclo da borracha. No entanto, essa migração também foi intensificada durante o período áureo da economia gomífera. Estima-se que a comunidade judaica na Amazônia seja hoje menor do que as 1.000 famílias de judeus que vieram para a Amazônia nesse período. Apesar disso, calcula-se que quase trezentos mil

descendentes foram assimilados e absorvidos no seio da população nativa. O fenômeno do judaísmo na Amazônia é similar à situação mundial e brasileira. Sua presença na Amazônia é estudada a partir de quatro gerações:

A fase dos pioneiros que se internaram e se expandiram ao longo dos rios, vilas, povoados e seringais da hinterlândia; o período da prosperidade do efêmero *boom* da borracha; a época da crise do êxodo do interior que motivou a urbanização e concentração nas cidades de Belém e Manaus, incluindo uma nova diáspora para o Rio, São Paulo e exterior e, finalmente o tempo dos doutores e professores, em que os jovens judeus buscaram alcançar uma nova imagem e *status* social. (BENCHIMOL, 1999, p. 226).

Os sírio-libaneses, por sua vez, chegaram por volta do final do século XIX e início do XX. Esse grupo, normalmente, migrava acompanhado da família, mas, caso viessem solteiros, pediam aos parentes que haviam ficado no país de origem que enviassem moças conhecidas para que pudessem se casar. Dessa forma, buscavam manter a coesão familiar (BENCHIMOL, 1999). O processo de ascensão social desse grupo foi por meio do comércio, cuja base era familiar. Destacaram-se ainda no período da borracha desempenhando o ofício de *regatão*, comerciante ribeirinho que percorria os rios do interior vendendo vários tipos de mercadorias. Normalmente, recebiam como forma de pagamento borracha e outros gêneros regionais. Não eram bem vistos pelos seringalistas e coronéis de barranco, pois estes últimos exerciam o monopólio do comércio nessas regiões. Com a crise da borracha, veio o êxodo rural e assim eles também se fixaram nas cidades e, devido ao fechamento de muitas grandes empresas nesse período, foram se estabelecendo na Praça dos Remédios, região portuária no Centro da Cidade, destinada ao comércio até hoje. Como lembra Benchimol (1999, p. 389), “os sírio-libaneses e seus descendentes brasileiros haviam de se projetar não apenas como grandes empresários no campo comercial, industrial e de serviços, como também na área de profissões liberais, intelectuais e na militância política”.

Após a abolição dos escravos em 1888, o Brasil recebeu um número considerável de imigrantes europeus que substituiriam a mão de obra escrava. Esses imigrantes fixaram-se, sobretudo, no sul do país, onde desenvolveram a agricultura, a indústria e o comércio. Entre os anos de 1884 a 1939, a imigração italiana foi a mais numerosa no Brasil. Na Amazônia, a imigração estrangeira foi majoritariamente de portugueses e espanhóis na época da colonização, seguida,

posteriormente, pelos judeus franceses e marroquinos de origem ibérica e pelos sírio-libaneses. Os imigrantes de procedência italiana eram poucos, mesmo assim, segundo Benchimol (1999, p. 405), “tiveram um papel importante no povoamento da região e na formação da classe empresarial local”. O autor elenca o sobrenome de algumas dessas famílias que tiveram maior influência na sociedade local. Dentre elas, mencionamos duas, Calderaro e Maiorana, que se destacaram no segmento das comunicações. Em Manaus, Umberto Calderaro Filho fundou o jornal *A Crítica* e, em Belém, Rômulo Maiorana fundou *O Liberal*. Atualmente, esses jornais fazem parte de redes de comunicações, que abrangem jornais, TV, rádio, gráfica entre outros.

A imigração japonesa se iniciou no Pará em 1928 e sua maior influência é no agronegócio. Já no Amazonas, ela teve início no ano seguinte, em 1929, de forma planejada. Antes de virem, esses imigrantes recebiam treinamento e passavam por processo de seleção. Ao chegarem, eram direcionados para o município de Parintins, onde fundaram a Vila Amazônia em 1930 e onde ficou sediado também o Instituto da Amazônia, que realizava experiências de culturas tropicais. No Pará, esses imigrantes iniciaram com o plantio de hortaliças, depois se dedicaram mais fortemente ao cultivo da pimenta-do-reino, que se adaptou muito bem à região, tornando-se a principal cultura agrícola local, com êxito nas exportações. No Amazonas, depois de algumas tentativas frustradas, em 1934, os japoneses tiveram sucesso com o plantio de juta vinda da Índia. A jiticultura movimentou novamente a economia local. Segundo Benchimol (1999, p. 420), “logo depois da guerra, com a retomada dos japoneses no Pará e Amazonas, a juta, juntamente com a malva, chegou a atingir uma produção na Amazônia de 99.355 toneladas em 1976”. Porém, com o declínio do cultivo da juta, após a descoberta dos produtos sintéticos e da possibilidade do transporte dos grãos em contêineres, houve o fechamento das fábricas de fiação e tecelagem e o êxodo dos imigrantes japoneses e de seus descendentes para as cidades. Muitos regressaram para o Japão, mas outros permaneceram.

Além da participação dessas atividades já mencionadas, no período de 1955/1958, outro grande contingente de imigrantes japoneses veio para Manaus, quando se iniciou a colonização da estrada Manaus-Itacoatiara. Eles se destacaram nas áreas de horticultura e avicultura. Benchimol (1999) menciona ainda outro tipo de influência desses estrangeiros na economia local, desta vez, na área da

mineração e da indústria. Muitas empresas japonesas, por exemplo, estiveram presentes nos projetos de mineração na região e muitas outras fazem parte do Polo Industrial de Manaus, implantado em 1967.

É, portanto, notória a contribuição da migração japonesa para o desenvolvimento agrícola na região. Benchimol (1999, p. 425) destaca que “os japoneses e os nipo-descendentes constituem o primeiro grupo de migrantes que conseguiram enriquecer, ou se tornarem classe média, a partir da agricultura”. Esse dado não chega a ser surpreendente, se compararmos o contexto em que se deu a colonização dos japoneses em relação a dos outros grupos. Os portugueses, espanhóis, nordestinos, italianos, judeus e sírio-libaneses partiram de uma base mercantil extrativa até alcançarem certa classificação social. Já os japoneses, ao menos inicialmente, participaram de uma imigração planejada na qual o governo, aproveitando o conhecimento de técnicas agrícolas desse grupo, investiu na fixação desses imigrantes e ainda em pesquisas a fim de impulsionar a agricultura na região.

Por fim, Benchimol (1999) avalia também a situação dos grupos nativos, os indígenas e seus descendentes mais diretos, os caboclos. Para o autor, eles:

foram os únicos que ficaram marginalizados nas suas roças e nas suas atividades de coleta, extração, caça e pesca, **de forma artesanal e primitiva** e, por isso, **não conseguiram evoluir qualitativamente** para obter melhor padrão de vida, pois a sua extrema pobreza, falta de educação, serviços básicos e a discriminação racial e social os mantiveram na condição de marginalizados e excluídos, sendo muito raros os casos de ascensão e inclusão social. (BENCHIMOL, 1999, p. 425, grifo nosso).

Essa avaliação acerca da cultura cabocla comprova o posicionamento de Castro (2011) sobre a noção de progresso, reformulada na segunda metade do século XX, e que passou a ter uma noção modernista. O progresso deixou de representar a emancipação da humanidade e passou a ser interpretado como “desenvolvimento”, em oposição a “subdesenvolvimento”. Castro (2011, p. 190) acrescenta que, assim, “todas as sociedades e culturas passam a ser analisadas e avaliadas de acordo com seu estado de desenvolvimento, ou seja, de acordo com sua aproximação a sociedades ‘avançadas’ do mundo ocidental”. É, portanto, partindo desse padrão ocidental capitalista que Benchimol avaliou as atividades

desenvolvidas pelos caboclos como “primitivas”, razão pela qual não conseguiram “evoluir qualitativamente”.

Darcy Ribeiro (2015), ao se debruçar sobre o “Brasil caboclo”, faz referência a essa população cabocla herdeira de uma sabedoria indígena, mas destaca a perda dessa cultura em decorrência das transformações motivadas principalmente por fatores econômicos na região. Nas próprias palavras do autor:

Mais da metade da população original de caboclos da Amazônia já foi desalojada de seus assentos, jogada nas cidades de Belém e Manaus. Perde-se assim toda a sabedoria adaptativa milenar que essa população havia aprendido dos índios para viver na floresta. (RIBEIRO, 2015, p. 228).

Essa condição de marginalizados e excluídos, descrita por Benchimol (1999) é o resultado de todo processo histórico visto até aqui, que teve início com o genocídio dos povos indígenas praticado pelo colonizador e se seguiu durante o processo de urbanização das cidades, conforme evidenciou Ribeiro (2015). Apesar de ser uns dos momentos históricos mais lembrados quando se fala em história de Manaus, o ciclo da borracha, não se pode esquecer que, como um recurso de embelezamento de Manaus, a *Paris dos Trópicos*, as populações locais que estavam nas regiões centrais eram “empurradas” para as áreas mais periféricas.

Esse processo histórico é, portanto, esclarecedor da problemática em torno da cultura e da identidade da população local. Oliveira (2002, p. 34), por exemplo, avalia com pessimismo a formação cultural do sujeito local:

O amazonense perdeu a posse de si mesmo, internalizou o etnocentrismo da cultura do colonizador europeu de ontem e do neocolonizador estadunidense de hoje. Seu processo de degradação cultural, que toma sempre a cultura exógena como referência obrigatória, é o resultado do alto investimento social na ignorância promovido pelas elites dirigentes de ontem e de hoje.

Na mesma direção, Souza (1977) critica fortemente a influência de um dos momentos mais lembrados e exaltados da história local:

O Amazonas viveu a mais avassaladora erosão cultural durante o “ciclo da borracha”. [...] É uma das características do colonialismo moderno que o europeísmo da *belle-époque* nos legou, esse horror pelo passado, esse espírito deformante que traça uma linha entre a

sua presença redentora e um passado que é considerado bárbaro e não histórico. (SOUZA, 1977, p. 103).

A negação da cultura local insere-se, assim, nesse contexto de desigualdade de poder em que o nativo foi representado como bárbaro, primitivo e incapaz, enquanto o colonizador como civilizado e desenvolvido. Inicialmente, as narrativas dos viajantes e as obras teóricas foram sedimentando o dualismo inferno/paraíso (GONDIM, 1994, p. 10), que está presente no imaginário sobre a Amazônia até hoje. O inferno é representado pelas agruras da floresta e de todos os males lá encontrados, como animais selvagens e doenças, dentre as principais estão a febre amarela e a malária. O paraíso também está relacionado com a natureza, mas, neste caso, ela é vista de forma idealizada, bela, perfeita, possuidora de mistérios, mitos e lendas de tesouros perdidos.

Mais grave ainda é a representação dos indígenas construída pelos colonizadores a partir de seu etnocentrismo e que foi transferida, ao longo da história, aos seus descendentes caboclos. Conforme Gondim (1994, p. 237),

A floresta é responsabilizada pela transformação do homem; os caboclos e os índios são preguiçosos, indolentes e tidos como crianças grandes e ingênuas ou intrusos, desajustadores da harmonia natural. É em cima desses temas que se desenvolveu a maioria dos romances sobre a Amazônia.

Como já mencionado, os indígenas desenvolviam inúmeras atividades, distribuídas entre homens e mulheres, mas nesse sistema o foco era a subsistência e não a acumulação de riquezas como a do colonizador. Esse sistema social foi traduzido pela cultura europeia como preguiça, indolência. Atualmente, essa característica atribuída ao indígena e a seus descendentes é considerada preconceituosa e, portanto, manifesta-se frequentemente de forma velada.

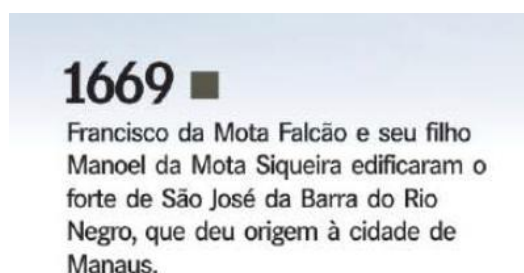
Apesar disso, o preconceito é sentido no dia a dia dessa população e pode até tomar a forma mais explícita, como na declaração de um candidato a vice-presidente do Brasil, o general da reserva Antonio Hamilton Mourão (PRTB), ao anunciar a sua candidatura na convenção de seu partido em São Paulo. A polêmica afirmação foi noticiada pelos diferentes periódicos do país. O título da matéria da

Folha de São Paulo on line, do dia 6 de agosto³³ de 2018, afirma: “Vice de Bolsonaro diz que Brasil herdou a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”. Essa declaração não é apenas um sintoma de que essa representação permanece viva na memória discursiva da população brasileira, mas também que, apesar de ter sido forjada pelo Outro, é também assumida no discurso do próprio descendente, pois, como afirma o próprio enunciador, conforme trecho transcrito pela *Folha*: “Temos uma certa herança indolente, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena. Meu pai é amazonense.”

Associada a essa representação negativa, imposta pelo europeu, está a negação da história na perspectiva do colonizado. Em consequência disso, prevalecem na cultura amazonense os símbolos de uma história oficial, com a qual a maioria tende a se identificar.

No que se refere à reprodução do discurso da historiografia oficial, destacamos, por fim, o papel desempenhado pela mídia. A título de exemplificação, trazemos para a discussão uma cronologia da história de Manaus (linha do tempo referente ao período de 1660-2006), publicada no Caderno Especial do jornal *A Crítica* no dia do aniversário da cidade, em 2006. Nessa cronologia, observamos que o discurso da mídia reproduz o discurso oficial em que as ações do colonizador são exaltadas e o indígena é apagado da história. Para mostrar como isso ocorre, destacamos apenas dois enunciados referentes aos anos de 1669 e 1908, extraídos da cronologia:

Figura 1 - Excerto da Cronologia da história de Manaus - 1669



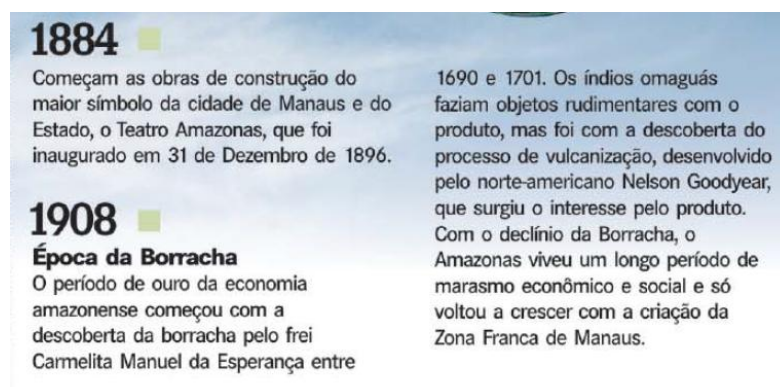
Fonte: *A Crítica Especial*, 2006, p. 4-5.

Na cronologia, a origem da cidade é atribuída à fundação de um forte e os representantes da Coroa são aqui homenageados. Não há referência às populações

³³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/vice-de-bolsonaro-diz-que-brasil-herdou-indolencia-dos-indigenas-e-malandragem-dos-africanos.shtml>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

indígenas que habitavam anteriormente o local, nem mesmo a etnia que deu origem ao nome da cidade, tampouco o que houve com elas. A “edificação” do forte é atribuída a dois funcionários que são citados nominalmente, Francisco da Mota Falcão e seu filho Manoel da Mota Siqueira, que, na verdade, cumpriam uma determinação da Coroa³⁴ portuguesa. Eles recebem, nesse enunciado, grande destaque, pois, em certo sentido, são também os fundadores da cidade.

Figura 2 - Excerto da Cronologia da história de Manaus - 1908



Fonte: *A Crítica Especial*, 2006, p. 4-5.

Destacamos também a descrição do ano de 1908, referente ao período de “ouro da borracha”. No que se refere ao “descobrimento” da borracha, esse discurso oficial, reproduzido pela mídia, atribui protagonismo não aos índios omágua que utilizavam a borracha, mas a um frei que descobriu o que os índios faziam com o látex, como podemos verificar no seguinte enunciado: “O período de ouro da economia amazonense começou com **a descoberta da borracha pelo frei Carmelita Manuel da Esperança [...]**” (grifo nosso). O frei não descobriu a borracha efetivamente, ou seja, não desenvolveu nenhuma técnica para transformar o látex em borracha, na verdade, descobriu que os índios detinham tal conhecimento.

Além disso, com exceção da presença de uma foto de um homem coletando o látex da seringa, não há qualquer referência aos nordestinos nesse processo, tampouco ao sofrimento e à morte dessa população, que foi a grande responsável por esse momento de “ouro”. Como lembra Ribeiro (2015, p. 242), “depois de gastar a população indígena do vale, o extrativismo vegetal desgastou também enormes

³⁴ “A ocupação portuguesa do rio Amazonas se fez, inicialmente, visando a expulsar os franceses, holandeses e ingleses, deserdados no Tratado de Tordesilhas, que procuravam instalar-se nas vizinhanças de sua desembocadura. Para isso tiveram que travar lutas e construir fortificações.” (RIBEIRO, 2015, p. 230).

contingentes nordestinos, sobretudo sertanejos”. Por meio desses enunciados, destacamos que a mídia continua reproduzindo o discurso da historiografia oficial, em que os feitos dos colonizadores são exaltados, enquanto a importância das populações menos favorecidas, como a de indígena e de migrantes nordestinos, são silenciadas.

Em um cenário como esse, mesmo com o fortalecimento dos movimentos indígenas atualmente, não é difícil compreender por que a identidade cabocla foi e continua sendo negada por boa parte dos amazonenses. Não é raro, por exemplo, manauaras sentirem-se ofendidos ao terem seus traços indígenas destacados por algum visitante. Para Oliveira (2002, p. 42), “Manaus se olha no espelho do colonizador para se reconhecer na recusa do perfil índio e caboclo que ofusca sua heterônoma identidade”. Essas identidades, construídas e impostas pelo outro, são identidades que humilham e estigmatizam, conforme destacou Bauman (2005a). Nesse sentido, destacamos a afirmação de Oliveira (2002, p. 32) sobre a cultura amazonense: “na cidade ou no interior o amazonense sente a cultura como uma forma de prisão”.

A discussão feita até aqui sobre as transformações pelas quais têm passado a Amazônia desde a sua colonização, com ênfase dada aos principais movimentos migratórios, permitiu-nos compreender a problemática em torno da cultura e da identidade do amazonense e do manauara. Passamos agora à apresentação do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, disciplina a qual nos filiamos para a realização desta pesquisa.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, realizamos uma retomada do percurso histórico da AD até chegarmos à perspectiva enunciativo-discursiva dessa vertente teórico-metodológica, que tem como um dos principais representantes Maingueneau (1997, 2004, 2008a, 2008b, 2013, 2014a, 2014b, 2015, 2016). Discutimos a heterogeneidade dessa disciplina, bem como os sentidos que a noção de discurso pode suscitar. Nessa discussão, encontra-se a problemática acerca da divisão desse campo em disciplinas, correntes ou territórios. Objetivamos com este capítulo mostrar onde este trabalho está situado e manifestar nossa visão acerca da pluralidade de abordagens de análises do discurso. Na sequência, apresentamos as principais noções sobre as quais essa disciplina está fundamentada, tais como a de discurso, interdiscurso e formação discursiva. Refletimos também sobre as discussões acerca da noção de multimodalidade do ponto de vista da AD. Em seguida, apresentamos as principais categorias de análise selecionadas em função do *corpus* desta pesquisa, a saber: cenas de enunciação, *ethos* discursivo e aforização. Devido ainda às especificidades do presente *corpus*, na última seção deste capítulo, dedicamo-nos ao discurso jornalístico com base no diálogo estabelecido principalmente com Charaudeau (2009).

3.1 Análise do Discurso: fronteiras e filiações

Fazer um percurso histórico da AD não é uma tarefa fácil dada a complexidade desse campo. No final dos anos de 1960, muitos estudiosos, em diferentes países, como Estados Unidos, Inglaterra e França, voltavam-se para a problemática do discurso, mas com perspectivas distintas.

Maingueneau (1997), na década de 1980, já refletia sobre a proliferação da expressão “análise do discurso”. Ele associa esse aumento da circulação do termo ao modo de organização do campo da Linguística, que era comumente dividido em um núcleo rígido e um núcleo flexível. O primeiro, já bem desenvolvido, dedicava-se aos estudos da língua como sistema, seguindo o corte saussuriano. Já o segundo, considerado de contornos instáveis por manter relação com disciplinas vizinhas,

refere-se ao estudo da linguagem colocada em uso por sujeitos sócio-historicamente situados. Para Maingueneau (1997), a partir da relação que a AD mantivesse com disciplinas vizinhas como Sociologia, História, Psicologia e Filosofia, poderia surgir uma determinada perspectiva de análise de discurso.

Comumente, a diversidade dos estudos discursivos é apresentada como “abordagem”. De acordo com esse entendimento, a Pragmática, a Teoria dos atos de fala, a Estilística, a Semiótica e a Sociolinguística, por exemplo, seriam consideradas abordagens. Maingueneau (2007, 2015), que tem refletido sobre essa problemática em vários trabalhos, considera essa classificação pouco específica e propõe outra solução: considerar a AD uma disciplina no interior dos estudos do discurso.

Como se observa, os estudos do discurso compreendem, nesse entendimento, o conjunto das pesquisas vinculadas à problemática do discurso sendo, portanto, mais abrangentes. Já a etiqueta “análise do discurso” seria mais restritiva. Conforme essa divisão, a Análise da conversação e a Análise do discurso, por exemplo, seriam disciplinas do discurso.

A AD se diferencia, portanto, de outras disciplinas por “relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 47). A noção de “lugar social” para ela não se refere ao lugar empírico, mas às posições ocupadas pelos sujeitos no discurso. Além disso,

o objeto da análise do discurso não são, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional. (MAINGUENEAU, 2015, p. 47).

Ao observar que a divisão apenas em disciplinas não é suficiente, Maingueneau (2007, 2015) propõe que elas sejam divididas ainda em *correntes* e *territórios*. Um exemplo já bem conhecido de organização por *correntes* é o da própria Análise do discurso que pode ser dividida em pelo menos duas: a Análise do discurso francesa e a Análise do discurso anglo-saxã. Apesar dessas separações, as correntes de diferentes disciplinas podem dialogar entre si.

A forma de agrupamento por *território*, por fim, consiste em reunir os pesquisadores não por pressupostos teóricos e metodológicos semelhantes, mas

por um setor da vida social ou por um tema mobilizador. Podemos citar como exemplo os estudos sobre mídia, violência, questões de gênero ou trabalho. Uma característica das pesquisas agrupadas por *territórios* é o caráter multidisciplinar, peculiaridade fortemente recomendada pelas atuais políticas de pesquisa.

Devido à abrangência da AD, Maingueneau (2015, p. 15) considera que “só poderíamos construir uma história quase linear se nos restringíssemos a determinadas correntes”. A que nos interessa neste estudo é, portanto, a Análise do discurso que teve sua origem na França no final dos anos 1960, sob a influência do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise, sob a égide do Estruturalismo. A fundação dessa corrente, que ficou conhecida como Análise do discurso de linha francesa, é normalmente atribuída a dois pesquisadores: o linguista, lexicólogo, Jean Dubois e o filósofo marxista, Michel Pêcheux.

Maldidier (2014) é uma das estudiosas que argumenta em favor dessa dupla fundação e destaca diferenças e semelhanças entre os dois protagonistas. A parte comum refere-se ao espaço do marxismo e da política. Segundo a autora, “[...] eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social.” (MALDIDIER, 2014, p. 19). Já as diferenças referem-se principalmente ao modo de se posicionar em relação à teoria. Para a autora, enquanto Dubois via a instituição da AD como uma evolução natural, possibilitada pelos avanços da Linguística, Pêcheux a compreendia como uma ruptura epistemológica.

A partir de meados dos anos 1970, a AD passa por reconfigurações que explicam melhor o sincretismo que constitui seu campo. No que concerne às transformações ocorridas na conjuntura teórica, mais especificamente da Linguística, Maldidier (2014, p. 29) menciona a chegada tardia, mas contundente “da pragmática, da filosofia da linguagem, da análise da conversação: é a crise das linguísticas formais e o sucesso da linguística da enunciação; é a nova recepção de Bakhtine Volochinov.”. Essa nova conjuntura vai redefinir o campo da AD.

A primeira fase da AD analisa discursos considerados mais estabilizados. Nessa fase, buscavam-se discursos produzidos em condições de produção mais estáveis, frutos de uma mesma formação ideológica. Um exemplo de *corpus* desse momento seria o discurso do partido comunista. Os procedimentos de análise eram basicamente o estudo linguístico das estruturas sintáticas, do léxico, da sinonímia e dos processos parafrásticos.

Já na segunda fase, o objeto de análise passa a ser as formações discursivas³⁵, termo que foi tomado de empréstimo da *Arqueologia do Saber* de Foucault, mas reconfigurado por Pêcheux. Nessa fase, já se considera que as FDs não são homogêneas, mas atravessadas por discursos que vêm de outro lugar, o interdiscurso, e que são incorporados pela FD em uma relação de aliança ou confronto. No entanto, conserva-se ainda um certo fechamento entre as FDs, pois, mesmo atravessadas por outros discursos, mantêm sua identidade. Há nesse momento avanços quanto ao *corpus*, que se abre para discursos menos estabilizados.

Ainda na segunda fase da AD, a perspectiva do primado do interdiscurso sobre o discurso começa a ser pensada. Nessa visão, a FD está sempre atravessada pelo interdiscurso. Para Pêcheux (2009, p. 148-149, grifo do autor), “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui sua dependência em relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]*”. Nessa perspectiva, o discurso é considerado um produto do interdiscurso, mas é apenas na terceira fase dessa disciplina que o objeto de estudo da AD passa a ser o interdiscurso ou ainda o espaço de relação de troca entre as formações discursivas.

3.2 Pressupostos teórico-metodológicos da AD e seu objeto de estudo

Associada à instabilidade da expressão “análise do discurso” está a própria noção de “discurso”. É um termo, sem dúvida, polissêmico, que pode apresentar definições variadas a depender da teoria em que esteja inserido. Ao refletir sobre essa questão, Maingueneau (2015, p. 23) destaca que o fato de ele poder referir ao mesmo tempo a “objetos empíricos [...] e como algo que transcende todo ato de comunicação” favoreceu a uma dupla apropriação da noção: por teorias filosóficas e por pesquisas empíricas, que se voltaram ao funcionamento dos textos.

Maingueneau (2015) discute sobre o conceito de discurso para os linguistas e para os não linguistas. Segundo ele, na Linguística, “o ‘discurso’ entra em três oposições principais: entre *discurso* e *frase*, entre *discurso* e *língua* e entre *discurso*

³⁵ Dada a produtividade dessa noção ao longo da história da AD e as transformações pelas quais tem passado, voltamos a explorá-la mais detalhadamente no tópico a seguir.

e *texto*” (MAINGUENEAU, 2015, p. 24). Na primeira oposição, discurso é considerado como a unidade transfrástica. Foi com essa acepção, que Z. Harris (1952) utilizou pela primeira vez o termo “análise do discurso”. Essa noção de discurso apresentava avanços para a época por ampliar a unidade de análise, que era restrita à frase, mas já é pouco utilizada atualmente. A segunda oposição é sobre a noção de língua como sistema em contraste com seu uso em um contexto, que está relacionada à clássica divisão saussuriana entre *língua* e *fala*. A última oposição, entre discurso e texto, será explorada mais detalhadamente devido à sua relevância para a AD.

Considerando que a noção de discurso das ciências da linguagem sofreu influência de várias correntes teóricas, Maingueneau (2015) elenca algumas ideias-força que são acionadas ao se mencionar esse termo. São elas: o discurso é uma organização além da frase, é uma forma de ação, é interativo, é contextualizado, é assumido por um sujeito, é regido por normas, é assumido no bojo de um interdiscurso e constrói socialmente o sentido. O discurso constitui-se, assim, como objeto de interesse de várias disciplinas, mas a especificidade de quem se filia à problemática discursiva é associar:

língua (mais amplamente, os recursos semióticos disponíveis em uma sociedade), atividade comunicacional e conhecimento (os diversos tipos de saberes, individuais e coletivos, mobilizados na construção do sentido dos enunciados). (MAINGUENEAU, 2015, p. 30).

Assim como a noção de discurso, a de texto também é plural. Maingueneau (2015) destaca três eixos principais para o uso de “texto” que interessam à AD: texto-estrutura, texto-produto e texto-arquivo. O primeiro caso é compreendido como regularidades além da frase e é de interesse de disciplinas como a Linguística Textual. O segundo, o texto-produto, está associado a uma atividade de discurso, relacionado, assim, ao gênero discursivo. O terceiro e último, texto-arquivo, não está relacionado com a atividade de discurso, mas “é considerado como algo permanente, para fixação em um suporte material ou na memória.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 37).

Esses empregos interessam à AD, pois o discurso se materializa no texto. Mesmo considerando sua importância, é preciso destacar que o *texto* em si não é o objeto de estudo dessa disciplina. Pêcheux (1993, p. 79) já nos alertava de que é

impossível “analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”. Atualmente, Maingueneau (2015) faz também uma ressalva destacando que os analistas do discurso não analisam texto, mas constituem *corpora* para que possam responder em suas análises a determinados questionamentos.

Associada à noção de discurso está a de interdiscurso. Maingueneau (2008a) não apenas coaduna com a abordagem interdiscursiva iniciada pela AD em suas fases anteriores, como busca aprofundar a questão em seus trabalhos. Maingueneau (2008a) propõe, então, apreender a noção de interdiscurso a partir de uma tríade, que pretende ser mais operacional: o universo discursivo, o campo discursivo e o espaço discursivo.

O universo discursivo é compreendido como o conjunto de formações que coexistem em uma dada conjuntura. Apesar de ser finito, não pode ser apreendido em sua totalidade, por isso é de pouca utilidade para o analista. No entanto, mostra-se relevante por apresentar o horizonte a partir do qual o analista deve recortar os campos discursivos.

O campo discursivo, por sua vez, corresponde ao conjunto de formações discursivas que se delimitam reciprocamente em uma determinada região do universo discursivo. As FDs podem se encontrar em relação de concorrência, como confronto aberto, aliança ou neutralidade aparente. Podemos citar como exemplos o campo político, o filosófico e o religioso. No entanto, Maingueneau (2008a) adverte que o recorte do universo discursivo em campos não passa de uma abstração necessária e que as fronteiras entre os campos não são bem definidas e evidentes. Assim, os analistas do discurso devem estar cientes de que deverão fazer escolhas e enunciar hipóteses, visto que não basta recorrer ao saber histórico para propor uma determinada divisão. Essa noção é interessante para a AD porque é no interior do campo que os discursos se constituem.

Por fim, o espaço discursivo é entendido como o subconjunto das formações discursivas de um dado campo, que o analista julgar necessário pôr em relação de acordo com seus objetivos de pesquisa. A investigação realizada por Silva (2008)³⁶,

³⁶ Artigo produzido com base em sua tese de doutorado intitulada “Os (des)caminhos da fé: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica”, defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística do IEL/UNICAMP.

por exemplo, construiu um espaço discursivo que coloca em relação dois discursos de um mesmo campo religioso, mais especificamente de dois movimentos da Igreja Católica: a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática Católica. Esse procedimento requer algumas escolhas do analista a partir do conhecimento do *corpus* e de seu saber histórico. O analista estabelecerá hipóteses que poderão ser confirmadas ou não no desenvolver da pesquisa.

Nessa perspectiva, o interdiscurso é anterior ao discurso e não está presente apenas quando é possível localizá-lo na materialidade linguística, ao contrário, o Mesmo do discurso e seu Outro são indissociáveis:

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 36-37).

Por isso, a identidade discursiva deve ser pensada na relação com o Outro, e o analista, por sua vez, deve apreender não uma formação discursiva, mas a interação entre elas.

Partindo, então, do princípio da interdiscursividade constitutiva, Maingueneau (2008a) observa que a interação semântica entre os discursos se realiza num processo especial de tradução. Para compreendê-lo melhor, é preciso retomar outra noção também proposta por ele na mesma obra, a competência discursiva, ou competência interdiscursiva. Tal noção se refere a um sistema de restrições semânticas, historicamente determinado, responsável pela individuação das formações discursivas no espaço discursivo. Os enunciadores são aptos não só a produzir enunciados de sua própria formação discursiva, como também reconhecer e traduzir a incompatibilidade semântica dos enunciados da formação discursiva oposta. As coerções aqui mencionadas são da ordem de uma semântica discursiva.

Para preservar sua identidade no espaço discursivo, cada discurso irá interpretar o *Outro* a partir de suas categorias, traduzindo-o na forma de *simulacro*. A tradução aqui não se refere a que ocorre de uma língua para outra, mas de uma formação discursiva para outra. Nas palavras de Maingueneau (2008a, p. 99-100):

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartido em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema.

Esse discurso tradutor é chamado de discurso agente, e o traduzido, de discurso paciente. Temos nesse processo o que Maingueneau (2008a) chama de interincompreensão regrada, que funda o desentendimento recíproco. Essa incompreensão não se refere a aspectos linguísticos, mas discursivos e obedece a regras que “*são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas.*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 120, grifo do autor).

A noção de interincompreensão permite-nos observar que os sentidos não são estáveis, mas construídos no espaço discursivo a partir do posicionamento dos enunciadores. O mal-entendido, portanto, não é unívoco. Maingueneau (1997, p. 120) esclarece que “o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo”. No entanto, os sujeitos podem partilhar um mesmo discurso, é o que autor chama de vertente positiva da interincompreensão.

Relacionada à interincompreensão, está também a noção de polêmica de Maingueneau (2008a). Essa noção apresenta uma dimensão constitutiva, pois todo discurso é fundado a partir de seu Outro, por mais que essa relação não seja explícita. Conforme esse entendimento, todos os discursos são essencialmente polêmicos. Mesmo considerando o aspecto constitutivo, Maingueneau (2008a) apresenta uma dimensão mais específica para o conceito ao propor uma distinção entre os níveis de interação: o nível *dialogico*³⁷, da interação constitutiva e o polêmico, que se realiza pela heterogeneidade mostrada, sendo, portanto, identificável na superfície discursiva.

Voltemos nossa atenção agora para uma noção também fundamental para AD, uma das mais revisitadas e questionadas, a formação discursiva (FD). Considerando que a noção de FD tem passado por deslocamentos ao longo da história dessa disciplina, pretendemos nesta seção abordá-la brevemente desde sua formulação inicial, até a sua configuração atual, em unidades tópicas e não tópicas, conforme proposto por Maingueneau (2007, 2008b, 2015).

³⁷ Maingueneau (1997), em nota, esclarece que utiliza a expressão “dialogismo” tomada de empréstimo de Bakhtin, assim como “heterogeneidade mostrada”, de Authier-Revuz.

De acordo com a história da disciplina, a noção de FD foi forjada pela primeira vez, no final dos anos 60, por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969). Essa noção é então reformulada e inserida por Pêcheux e seu grupo no quadro teórico dessa nova disciplina que surgia na França.

Sucintamente, situamos a noção de FD no pensamento de Foucault e especificamente na *Arqueologia do Saber*. Nesse livro, Foucault não visava a estudar o discurso propriamente dito, mas construir uma descrição do método arqueológico. Com essa teoria, seu objetivo era o de “compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p. 196). Embora tenha permanecido com a mesma nomenclatura, ao ser transposta e reconfigurada no campo da AD, a noção de FD passa a ter outro sentido, como será abordado a seguir. Apesar das diferenças, Maingueneau (2015, p. 81) lembra-nos de um ponto em comum entre as duas noções: “Nos dois casos, a formação discursiva é concebida como sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas”.

Foi então com Pêcheux que a noção de FD entra na AD e é reconfigurada de acordo com os pressupostos do marxismo althusseriano. Nesse primeiro momento, a FD está diretamente ligada à noção de formação ideológica (FI). Haroche, Pêcheux e Henry (2011, p. 27, grifo dos autores) estabeleceram que cada formação ideológica constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas em relação às outras”, e ainda que

[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE; PÊCHEUX & HENRY, 2011, p. 27, grifo dos autores).

Nessa definição inicial, as FDs são componentes das FI e estão situadas no espaço da luta de classes. Como podemos observar pelo trecho da citação destacado pelo próprio Pêcheux: “as *formações discursivas* [...] determinam o *que pode e deve ser dito*”, dá-se ênfase às “posições” dos sujeitos nas FDs, que se

configuram como sistemas de restrições. De acordo com Maingueneau (2008b), a “posição” da qual fala Pêcheux é inscrita no espaço da luta de classes, enquanto o “posicionamento”, conforme é entendido hoje, define-se no interior de um campo discursivo. A AD, na sua primeira fase, preocupava-se muito mais com a identificação da FD a que se filiava determinado discurso.

Faz-se ainda sobre essa citação uma interpretação secundária acerca do trecho entre parênteses, “articulado sob a forma de uma arenga, um sermão [...]”, a saber: que as FDs se realizam por meio de gêneros discursivos, tais como: sermão, panfleto, programa etc. Apesar de ser uma interpretação possível, principalmente depois dos anos 80 em que o estudo dos gêneros de discurso se intensificaram, esse não era o foco da discussão de Pêcheux.

Ao longo do trabalho de Pêcheux e seu grupo, a noção de FD sofre alterações. Destacamos aqui um aspecto que julgamos relevante: sua relação com o interdiscurso. Segundo Pêcheux (2009, p. 149), “‘algo fala’ (ça parle) ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”, esse “algo que fala” antes foi chamado de interdiscurso. Para o filósofo, o interdiscurso seria ainda o *todo complexo com dominante* das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Apesar do efeito de transparência do sentido no interior das FDs, ele é dependente do interdiscurso. Ainda sobre o sentido, Pêcheux (2009, p. 146-147) destaca que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. A última citação evidencia ainda a complexidade e a instabilidade da noção de FD, pois destaca as relações de aliança, dominação e conflito que se instauram entre elas.

A partir da década de 80, segundo Guilhaumou (2011), houve um declínio no uso da noção-conceito de FD no quadro teórico da AD. Esse fato, em parte, pode ser justificado pelo processo de perda da influência do marxismo nas ciências humanas, em parte, pelas críticas que recebeu devido à sua falta de precisão. No entanto, ela não entrou em completo desuso e, tanto na França quanto no Brasil, ainda incita discussões.

Por considerar que a noção de FD tem sido utilizada atualmente de forma imprecisa, Maingueneau (2007a, 2011, 2008b, 2015) considera que uma das formas de torná-la mais clara e operacional é relacioná-la às reflexões sobre a natureza das unidades com as quais os analistas do discurso trabalham. Considerando que as

postulações do autor têm sido amadurecidas ao longo de sua obra, daremos enfoque às suas discussões mais recentes sobre o tema. Nesses trabalhos, Maingueneau (2007a, 2008b, 2011, 2015) propõe um princípio de agrupamento para essas unidades tão heterogêneas, a saber: a divisão em unidades tópicas e não tópicas.

As unidades tópicas são compreendidas como pré-recortadas pelas práticas sociais. Elas se articulam em torno da categoria de gênero de discurso, que é entendido por Maingueneau (2015, p. 66) como “instituição de fala, dispositivo de comunicação sócio-historicamente determinado”. Nesse sentido, são exemplos de gêneros de discurso: o jornal televisivo, a consulta médica e o roteiro turístico. As unidades tópicas serão aprofundadas logo a seguir, na seção destinada aos gêneros discursivos.

As unidades não tópicas, por sua vez, são construídas pelo pesquisador. Elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história, independentemente das fronteiras preestabelecidas pelos gêneros. Essas unidades são, portanto, construídas a partir das unidades tópicas. Maingueneau (2015) propõe subdividi-las em *formações discursivas*, *percursos* e *registros*. Dentro dessa subdivisão, abordamos apenas a formação discursiva por ser a unidade que mais se destaca.

Maingueneau (2008b, 2007a, 2011) reserva o termo formação discursiva para unidades como o “discurso racista”, “o discurso colonial” ou o “discurso patronal”, por exemplo. Tais unidades não podem ser delimitadas por critérios como o de tipo de discurso, gênero ou de campo. São, portanto, recortadas pelos analistas, daí a necessidade de situá-las historicamente e de justificar os critérios adotados para estabelecer determinado recorte. A noção de FD é interessante ao pesquisador quando se pretende agrupar discursos que não se apresentam sob categorizações reconhecidas. Além disso, essa noção permite construir *corpora* heterogêneos.

Podem-se distinguir diversos tipos de formação discursiva. Maingueneau (2008b) divide inicialmente as formações discursivas em unifocais e as plurifocais. No entanto, posteriormente, apresenta outra possibilidade de classificação, a saber: formação discursiva de identidade, formação discursiva temática e formação discursiva plurifocal (MAINGUENEAU, 2015). É sobre esta última classificação que nos deteremos mais detalhadamente.

As formações discursivas de *identidade* têm em comum o fato de seus enunciados convergirem para um único foco. São exemplos desse tipo de FD

unidades como: o discurso pós-colonial, o discurso liberal, o discurso das enfermeiras, o discurso racista, entre outros. Mas a natureza desse foco pode ser variável como seria o caso de um discurso racista, construído por motivações inconfessáveis, ou no caso do discurso das enfermeiras, guiado por interesses corporativistas. Não se pode dizer, porém, que há nesses casos um sistema secreto e único que governasse essas FDs, pois essa crítica já foi feita à AD em sua primeira fase. Por isso, deve-se “partir do pressuposto de que a formação discursiva é heterogênea, para não dizer contraditória, e que não remete a nenhum desígnio oculto.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 85).

As formações discursivas temáticas são as construídas em torno de um tema e são agrupadas de acordo com quatro categorias: as entidades, os acontecimentos, os cenários e os nós.

As formações discursivas *temáticas*, agrupadas com base em entidades, envolvem humanos (ou seres dotados de propriedades antropomórficas), momentos ou lugares. Maingueneau (2015) destaca que é grande o número de pesquisas que possuem esse recorte e que seu objetivo deve ser o de investigar a “representação” ou “imagem”, que devem ser tomadas como uma construção, e não como expressão da realidade. Por isso, devem ser apreendidas por meio do funcionamento discursivo. As entidades humanas são chamadas de figuras quando se referem a membros representativos de uma classe, como o cangaceiro, o imigrante, o terrorista, ou um indivíduo famoso.

Há ainda as formações discursivas temáticas, organizadas a partir de acontecimentos. Segundo Maingueneau (2015), é fundamental para a compreensão desse agrupamento a noção de “momento discursivo” de Moirand, que o define como “o surgimento nas mídias de uma produção discursiva intensa e diversificada sobre um mesmo acontecimento [...]” (MAINGUENEAU, 2015, p. 89). Esse acontecimento pode recair sobre uma personagem central ou uma ação coletiva. O autor elenca algumas expressões nominais que comumente estruturam essas informações: “o caso (de) X; os acontecimentos de Y; a catástrofe de Z”.

Já as formações discursivas temáticas, formadas a partir de cenários, por sua vez, diferenciam-se das entidades e dos acontecimentos, visto que tratam da “associação de actantes (franco-maçons, islamistas, governo...) e de atividades (complô, ameaça, política...) que se estendem sobre certa duração.”

(MAINGUENEAU, 2015, p. 90). O autor cita como exemplo alguns temas: “a ameaça islâmica”, “a política de austeridade”, entre outros.

As formações discursivas temáticas, reunidas a partir de nós, referem-se a agrupamentos de temas considerados assuntos de debates recorrentes em uma determinada comunidade. Eles são organizados em duas categorias: *as questões* e *os problemas*, definidos por Maingueneau (2015, p. 90) como:

As “questões” tomam a forma de alternativas que se articulam facilmente em títulos de dossiês de imprensa: deve-se descriminalizar a maconha? É preciso controlar os preços?... Normalmente, tais questões se condensam em termos de “debate”: “o debate sobre X”. Os problemas, diferentemente, não podem ser reduzidos a alternativas: “O problema das periferias”, “a crise da autoridade”, “o déficit da Previdência”, “a seca/crise hídrica” [...]

Por fim, o autor aborda as formações discursivas *plurifocais*, ou seja, que comportam mais de um “foco”. Essa forma de agrupamento pode ser estabelecida pelo pesquisador a partir de seus objetivos, mas são normalmente consideradas como um fenômeno marginal em AD. São mais comuns as pesquisas em torno das formações discursivas *unifocais*, ou seja, as que são organizadas em torno de um único “foco”, como as que o autor apresentou até aqui, com unidades produtoras e temas únicos. Apesar de não ser a mais comum, a pesquisa a partir de formações discursivas *plurifocais* também é possível. Para exemplificar, Maingueneau (2008, p. 21) cita um trabalho de sua autoria sobre o humanismo devoto e o jansenismo, no qual ele constrói um “espaço discursivo” em que põe em relação essas formações discursivas. O analista não faz apenas uma mera comparação entre os dois posicionamentos, mas busca compreender o funcionamento dessa relação, que, no caso em questão, é fundado no processo de interincompreensão regrada.

Nesta pesquisa, o objeto de estudo foi selecionado em função da formação discursiva temática, organizada a partir de acontecimento. O acontecimento em torno do qual se deu a escolha do *corpus* em análise é o aniversário da cidade de Manaus. Por isso, selecionamos duas edições especiais do jornal *A Crítica*, publicadas em função desse acontecimento anual. Nesta pesquisa, as imagens de Manaus e de sua população serão apreendidas por meio da análise do funcionamento do discursivo jornalístico.

3.3 Categorias de análise

Há no arcabouço teórico-metodológico da AD diversas categorias de análise, que são acionadas pelos pesquisadores em função de cada problema de pesquisa. Com o objetivo, portanto, de proceder à análise de um *corpus* constituído por discursos jornalísticos, reunidos em função da formação discursiva temática, selecionamos as seguintes categorias de análise: cenas de enunciação, *ethos* discursivo, aforização e multimodalidade.

3.3.1 Cenas de enunciação

Toda e qualquer enunciação é produzida no interior de um quadro preestabelecido socialmente, ou seja, os enunciadores não constroem livremente sua enunciação. Para apreendermos esse quadro de normas fixas que controlam a enunciação, Maingueneau (2008b, 2013a, 2015) propõe a noção de cenas de enunciação, que compreende uma tríade composta por: cena englobante, cena genérica e cenografia.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso, ou seja, é o que nos permite classificar um determinado gênero como pertencente ao discurso acadêmico, religioso, político etc. Essa classificação resulta, segundo Maingueneau (2015, p. 118), “do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso”. Neste trabalho, por exemplo, o *corpus* é composto por um tipo de discurso jornalístico, que está, portanto, submetido às restrições desse campo. Ao determinar a cena englobante jornalística, o leitor aciona imediatamente a finalidade do gênero e os papéis que enunciador e coenunciador devem desempenhar, ou seja, o estatuto dos parceiros da enunciação.

A cena genérica, por sua vez, está relacionada à noção de gênero de discurso, mas não são equivalentes. Enquanto os *gêneros de discurso* correspondem à realidade tangível, imediata, as cenas genéricas “funcionam como normas que suscitam expectativas.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 120). Como se poderá comprovar a seguir, ela compreende a noção de gênero, mas há outros fatores nela imbricados.

Maingueneau (2015) elenca sete características associadas à cena genérica de qualquer gênero de discurso. A primeira está relacionada à finalidade, ou seja, os enunciadores/coenunciadores são considerados como capazes de atribuir uma ou mais finalidades às atividades de fala das quais participam, ora produzindo ora interpretando enunciados. A segunda corresponde aos papéis. Cada gênero de discurso possui papéis determinados para os parceiros da enunciação, aos quais são atribuídas competências específicas e que suscitam determinados comportamentos discursivos. A terceira característica refere-se ao lugar apropriado para seu sucesso. O lugar aqui pode corresponder ao espaço físico propriamente dito, como uma igreja ou escola, como pode se tratar de outro tipo de espaço, caso seja um gênero que circule em mídias como a *Web*, TV, rádio ou imprensa escrita. Nesse ponto, o que o autor destaca é o fato de a escolha desse lugar nunca ser indiferente e cita, como exemplo, a escolha cuidadosa que normalmente é feita do local onde os políticos anunciam suas candidaturas. A quarta característica refere-se ao modo de inscrição na temporalidade e está relacionada à periodicidade, à sua duração, continuidade e efemeridade do texto. Os gêneros jornalísticos, por exemplo, em especial as notícias de jornal, apresentam uma periodicidade diária e validade de um dia. A quinta característica é o suporte, que está ligado ao seu modo de armazenamento e transporte. O texto é, portanto, “indissociável de seu modo de existência material” (MAINGUENEAU, 2015, p. 122). A sexta característica é a composição, que corresponde aqui ao modo de encadeamento de cada gênero de discurso. Vale lembrar que há gêneros que apresentarão um “plano de texto” mais fixo do que outros. Por fim, a sétima característica refere-se ao uso específico de recursos linguísticos. Assim como ocorre com a composição, cada gênero, de forma mais ou menos flexível, impõe o uso de determinados registros e recursos linguísticos. Após a explicação da cenografia, serão apresentados mais detalhadamente os gêneros de discurso, que também fazem parte da cena genérica.

A noção de gênero de discurso vem sendo abordada em diferentes perspectivas, principalmente a partir da década de 80, devido à disseminação das ideias de M. Bakhtin. Essa noção não esteve no centro das preocupações da AD desde o seu início, mas desempenha lugar privilegiado em suas discussões atuais. Adotamos para este trabalho a perspectiva de Maingueneau (2004, 2013a, 2015), que, mesmo considerando a noção de gênero de discurso abrangente, reconhece sua importância e apresenta reflexões para o seu aprofundamento.

Maingueneau (2013a, p. 67) entende os gêneros de discurso como “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. O gênero resenha, por exemplo, supõe a existência de um objeto cultural que deve ser avaliado por um especialista e de um público-alvo ao qual se pretende atingir. Para Maingueneau (2015), os gêneros de discurso são os átomos da atividade discursiva, enquanto os tipos de discurso são as unidades de classe superior. Assim, o romance é um gênero que faz parte de uma unidade mais ampla, o discurso literário. O autor destaca que a noção de tipo de discurso ainda deve ser refinada, mas alerta que ela só faz sentido se permanecer abrangente.

Maingueneau (2015) propõe ainda que um mesmo gênero de discurso, a depender da ênfase dada pelo analista, pode ser agrupado de acordo com três modos: as esferas de atividade, o campo discursivo e o lugar de atividade. Sobre a esfera de atividade, o autor destaca que um mesmo gênero de discurso pode ser inserido em diferentes esferas. O artigo de jornal poderá ser integrado, de modo mais restrito, à esfera da imprensa regional ou, de forma mais abrangente, à esfera midiática. A partir do universo discursivo, o analista poderá ser levado a recortar campos discursivos, onde os posicionamentos (doutrina, tendência, partido etc.) estão em relação de concorrência. Assim como as esferas, os campos não são espaços homogêneos, visto que os posicionamentos mantêm relações de força. Por sua vez, os lugares de atividade correspondem aos lugares institucionais, como um hospital, uma universidade, entre outros.

Quanto à classificação dos gêneros, Maingueneau (2004) distinguiu, inicialmente, três regimes de genericidade: gêneros autorais, rotineiros e conversacionais. O primeiro grupo compreende os gêneros determinados pelo próprio autor ou editor, são os que recebem etiquetagem e são comuns nos tipos de discurso filosófico, literário, religioso e jornalístico. O segundo engloba gêneros como entrevista radiofônica, consulta médica, sentença jurídica, nos quais os “papéis desempenhados pelos parceiros da comunicação, as finalidades da atividade, as circunstâncias nas quais a comunicação intervém são fixadas *a priori* e permanecem normalmente imutáveis durante o ato de comunicação.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 110). O terceiro, os conversacionais, refere-se às interações conversacionais, que não estão ligadas a lugares institucionais e possuem características muito variáveis.

No entanto, em trabalhos posteriores, Maingueneau (2004, 2015) vai considerar mais pertinente fazer a distinção apenas entre: *regime instituído* e *conversacional*. O *regime instituído*, para o qual a noção de gênero de discurso tem se mostrado pertinente, engloba os gêneros autorais e os rotineiros apresentados anteriormente. A maioria dos trabalhos em AD está voltada para esse regime. Num *regime conversacional*, no entanto, a flexibilidade e a instabilidade predominam e a “categorização em gênero de discurso é altamente problemática” (MAINGUENEAU, 2015, p. 112). No entanto, na prática, e, principalmente, com a evolução da tecnologia da comunicação, é cada vez mais difícil estabelecer limites claros entre os regimes.

No que se refere ao modo de genericidade dos gêneros instituídos, Maingueneau (2004, 2015) apresenta uma classificação, em quatro tipos, para mostrar que a relação entre cena genérica e cenografia varia de acordo com o gênero de discurso envolvido: 1) gêneros instituídos de modo I – estão pouco sujeitos à variação, tais como a lista telefônica e a certidão de nascimento. A cenografia é endógena e é imposta pelo gênero; 2) gêneros instituídos de modo II – são gêneros rotineiros que seguem as restrições de sua cena genérica, mas apresentam cenografias endógenas singulares. São bons exemplos os pronunciamentos presidenciais; 3) gêneros instituídos de modo III – englobam gêneros que se caracterizam por exigirem cenografias exógenas. O exemplo mais clássico é o dos gêneros publicitários; 4) gêneros instituídos de modo IV – referem-se aos gêneros propriamente autorais, aos quais o autor/editor associa uma etiqueta, como “confissão”, “memórias”, “relato” etc. Essas etiquetas funcionam como uma orientação, uma chave de leitura.

Ao analisar o gênero acadêmico relatório de sessão de defesa de tese na França³⁸, classificado como gênero instituído de modo II, Maingueneau (2008b) reflete sobre os gêneros “fechados” e “abertos”. Essa distinção evidencia a relação entre produtores e receptores de um determinado discurso. No caso dos gêneros “fechados”, eles tendem a coincidir. É o caso do relatório de tese, ou seja, o gênero é produzido por especialistas, professores pesquisadores, e deve ser lido por seus

³⁸ Esse gênero faz parte das práticas discursivas de alguns países como a França, mais especificamente, na área de humanidades. É um gênero escrito depois da sessão de defesa de tese e deve resumir as avaliações dos membros da banca. Ele passa a compor a documentação que os pesquisadores apresentam quando pretendem ser contratados por uma instituição acadêmica ou promovidos (MAINGUENEAU, 2008b).

pares. No entanto, nos gêneros considerados “abertos”, os produtores e receptores tendem a divergir. São exemplos desse último grupo os gêneros jornalísticos, que são produzidos por um grupo específico, os jornalistas, mas são destinados a um público amplo e diversificado. Tais características terão efeitos no modo de enunciação: nos “fechados”, a linguagem utilizada pode ser técnica; nos “abertos”, a linguagem deverá seguir a norma gramatical, mas de forma nenhuma deverá ser técnica ou rebuscada, devido à heterogeneidade de seu público.

A cena englobante e a cena genérica compreendem o que o autor vai chamar de quadro cênico. No entanto, segundo Maingueneau (2013a, p. 97, grifo do autor), “não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com a **cenografia**”. O quadro cênico é, assim, deslocado para um segundo plano. Por considerar que as normas do quadro cênico não são suficientes para a compreensão das singularidades de um texto, Maingueneau (2008b, 2013a, 2013b, 2014a, 2015) propõe a noção de cenografia. Para ele, “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (2015, p. 122). Ela não é determinada pelo tipo ou gênero de discurso, mas instituída no processo da enunciação. Apesar de incluir o cenário, a cenografia não pode ser resumida a ele.

Ainda sobre a cenografia, Maingueneau (2014a) ressalta que ela não é empregada no sentido que tem seu uso teatral, mas com um duplo valor. O primeiro é o fato de acrescentar à noção de “cena”, a de “-grafia”, ou seja, refere-se à maneira específica de inscrever-se, legitimar-se na enunciação. A “cena” aqui não é pensada no sentido de “quadro”, como algo fixo e já construído, mas que se instaura no próprio dispositivo de fala, por isso “-grafia” deve ser entendida como quadro e como processo. “A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra.” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 77). Por isso, considera-se que ela é constituída por um *enlaçamento paradoxal*.

Segundo Maingueneau (2014a), o leitor consegue recuperar a cenografia por meio de indícios diversificados, tais como o conhecimento acerca do gênero de discurso, dos níveis de língua, do ritmo e até mesmo dos conteúdos explícitos. O autor lembra ainda que, assim como em qualquer situação de comunicação, na cenografia, a figura do enunciador, assim como a do coenunciador, é associada a uma cronografia (momento) e a uma topografia (lugar), que são construídas por meio da enunciação.

Alguns gêneros de discurso possuem cenografias mais estáveis, outros mais instáveis. De modo geral, os gêneros acadêmicos apresentam cenografias fixas, limitando-se às da cena genérica. Por outro lado, os gêneros publicitários são, normalmente, surpreendentes quanto à cenografia mobilizada. No entanto, mesmo nos gêneros publicitários, há cenografias recorrentes para anunciar determinados produtos. A cenografia utilizada é a que se julga mais adequada para suscitar a adesão dos coenunciadores e está ligada à finalidade do gênero de discurso e às condições de produção e de recepção dos discursos. As cenografias frequentemente se apoiam em cenas validadas (MAINGUENEAU, 2008b), ou seja, em cenas de fala já instaladas na memória coletiva. Essas cenas de fala estão associadas a estereótipos e tanto podem representar uma cena positiva, valorizada, quanto negativa.

As cenografias podem se apresentar de forma especificada ou difusa (MAINGUENEAU, 2013a). Quando a enunciação remete a uma cenografia determinada, diz-se que ela é especificada. Quando remete a um conjunto vago de cenografias possíveis e não a de um gênero de discurso específico, é chamada de difusa.

Há ainda cenografias que são mais facilmente controladas do que outras. De um lado, estão os gêneros em que o enunciador pode controlar seu desenvolvimento e, portanto, a construção da cenografia. É o caso dos gêneros monologais e escritos, como a maioria dos gêneros da imprensa escrita. De outro lado, os gêneros em que a construção da cenografia é mais instável, como o que ocorre nas interações orais face a face. Nesses casos, a cenografia poderá mudar no processo da enunciação, tendo em vista que o locutor fica suscetível a uma maior interferência do coenunciador e, assim, a diversos imprevistos.

Maingueneau (2013b, 2015) observou ainda que a cenografia pode se apresentar em duas modalidades distintas: a *endógena* e a *exógena*. Um poema que recorresse a uma cenografia de receita culinária seria um exemplo de cenografia exógena, pois, como o próprio nome indica, ela resulta da importação de outra cena genérica, que não a do poema prototípico. Já um poema que apresentasse uma cenografia clássica com rimas, ritmo, estrutura de soneto, por exemplo, apresentaria uma *cenografia endógena*, visto que nesta não há superposição de outra cena genérica.

Como podemos observar, a cenografia não é imposta pelo gênero de discurso, mas construída pela própria enunciação. Mesmo assim, ela não é totalmente livre, visto que sofre as restrições próprias de cada gênero, como será visto a seguir ao abordarmos o modo de genericidade dos gêneros instituídos.

O *corpus* desta tese é composto por gêneros da imprensa escrita. De acordo com a classificação de Maingueneau (2015), eles fazem parte dos gêneros instituídos de modo II, visto que, via de regra, seguem as restrições de sua cena genérica. No entanto, falar em gêneros da imprensa escrita é algo muito abrangente, pois nessa categoria estão desde a notícia, que apresenta uma cenografia mais fixa, até a crônica, que pode apresentar uma cenografia mais variável. Essa discussão será ainda aprofundada na Seção 3.4, dedicada ao discurso jornalístico.

3.3.2 *Ethos* discursivo

A noção de *ethos*, amplamente estudada pela Retórica, passou a ser discutida sob o ponto de vista discursivo apenas nos anos de 1980. Na teoria da argumentação, um dos primeiros a iniciar essa reflexão foi Oswald Ducrot, na *Análise do discurso*; foi Dominique Maingueneau ainda em 1987, em *Novas tendências em análise do discurso*.

Apesar de o *ethos* ser da tradição Retórica, essa noção passa por reconfigurações dentro da AD. Diferentemente da Retórica, por exemplo, em AD, estudam-se também textos escritos, os quais não necessariamente estejam inseridos em contextos argumentativos. Segundo Maingueneau (2014a, p. 69), “[...] a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a certa posição discursiva”. Nessa perspectiva, o *ethos* está ligado à enunciação, ao efeito do discurso, e não diretamente ao caráter do enunciador.

Segundo Maingueneau (2014a, p. 70), duas razões o motivaram a recorrer a essa noção, são elas: “seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica”. O autor considera ser insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel, pois o enunciador se manifesta também como “voz”, como “corpo enunciante”, sócio-historicamente situado e inscrito em uma situação de enunciação.

Dessa forma, o *ethos* está ligado à enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Por isso, o autor critica o fato de o termo ser traduzido para o português por “caráter”, o que pode levar a um entendimento equivocado da noção. O *ethos* corresponde não exatamente ao que é dito, mas ao que é mostrado na enunciação.

No quadro da AD, considera-se que qualquer discurso, oral ou escrito, apresenta uma vocalidade que, por meio de um tom, pode ser relacionada a uma fonte enunciativa. Assim, “a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador.” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 72). Esse fiador não corresponde ao autor efetivo, mas ao corpo de um enunciador construído na enunciação. Essa é uma distinção acerca da noção tradicional de *ethos*, o qual atribuía determinadas representações ao personagem do orador propriamente dito. Enquanto no primeiro regime, o oral, tem-se a fala imediata de um locutor; no segundo, o escritural, o coenunciador irá atribuir ao enunciador determinados *ethé* a partir de indícios textuais diversificados.

Com base, portanto, na enunciação e nos indícios nela identificáveis, o leitor irá construir uma imagem do enunciador, o “fiador”, que é investido de “caráter” e “corporalidade” (MAINGUENEAU, 2014a). Simplificadamente, o “caráter” corresponde às características psicológicas, já a “corporalidade” está associada ao aspecto físico, de um modo geral, como a maneira de se vestir e de movimentar-se no espaço social. A construção da imagem do fiador está apoiada “sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para transformar ou reforçar.” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 72). Destacamos aqui a relação entre as noções de representação, estereótipo, apresentadas anteriormente, para a de *ethos* discursivo.

O modo como o coenunciador se relaciona com o *ethos* é chamado de incorporação, que pode se dar em três registros indissociáveis:

- A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo.
- O coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo.

- Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginada dos que aderem a um mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2014a, p. 72).

O *ethos* discursivo se caracteriza por um paradoxo constitutivo, pois “é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer.” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 73). Não é suficiente, por exemplo, o enunciador tentar mostrar um *ethos* calmo, se apresenta na enunciação indício de agressividade.

Com o objetivo de tornar a análise dessa noção mais precisa, Maingueneau (2016) estabeleceu uma distinção entre *ethos* dito e *ethos* mostrado. O primeiro refere-se ao que o locutor diz efetivamente sobre si mesmo, enquanto o segundo refere-se ao que o locutor mostra em sua maneira de enunciar. Maingueneau (2016) distinguiu ainda três principais estratégias da relação entre *ethos* dito e *ethos* mostrado, que são: ruptura entre eles, por apagamento do *ethos* mostrado; convergência entre *ethos* dito e mostrado; e desaparecimento do *ethos* dito em proveito do *ethos* mostrado. Essa última estratégia foi a mais rara identificada pelo autor a partir de seu estudo em *sites* de relacionamento.

Maingueneau (2016) atribui ainda ao *ethos* discursivo três dimensões, a saber: categórica, experiencial e ideológica. A dimensão categórica abrange coisas muito diferentes. Pode se referir tanto a papéis discursivos, como os relacionados a atividades de fala: animador, contador de história pregador, quanto a estatutos extradiscursivos, que podem ser de natureza muito variada, tais como pai de família, funcionário, médico, camponês, americanos, solteiros, entre outro. A dimensão experiencial “abrange as caracterizações sócio-psicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético: bom senso e lentidão no campo, dinamismo do jovem executivo” (MAINGUENEAU, 2016, p. 15). A dimensão ideológica, por sua vez, está relacionada a “alguns posicionamentos dentro de um campo: feminista, de esquerda, conservador ou anticlericais; em um campo político, romântico ou naturalista; em um campo literário, etc.” (MAINGUENEAU, 2016, p. 15).

A dimensão multimodal também tem influência sobre a construção do *ethos* discursivo. É o que tem observado Maingueneau (2016) em seus trabalhos mais recentes. Para o autor, seja na Web ou fora dela, devemos também estar atentos aos *ethé* que resultam da multimodalidade, em particular quando há combinação de texto e imagem. Com base na análise de um anúncio publicitário de uma agência de

viagens, Maingueneau (2016) observou a interação de diversos *ethé* mostrados: o *ethos* mostrado ligado à dimensão verbal, outro ligado à imagem e um último apreendido com a totalidade do anúncio publicitário associado à marca. O autor observou ainda que pode haver divergência entre o *ethos* icônico e o verbal ou convergência total entre eles.

Como o *ethos* que interessa à AD é o discursivo, ressaltamos que ele deve ser investigado de acordo com sua inscrição sócio-histórica e cultural, observado, portanto, em uma dimensão abrangente, considerando também os elementos multimodais. Além disso, como ratifica Maingueneau (2016, p. 26), o *ethos* deve ser obrigatoriamente observado a partir dos três elementos da *cena de enunciação*, e não simplesmente o nível da cenografia.

Nessa esteira, buscamos depreender o *ethos* discursivo de um veículo da mídia impressa local, o jornal *A Crítica*, quando se tematiza as questões identitárias da cidade de Manaus. Nesse contexto, observamos também a construção dos *ethé* dos personagens das matérias jornalísticas sobre o aniversário da cidade. A fim de observar mais detalhadamente a relação entre o discurso dessas duas instâncias, a midiática e a dos personagens das matérias, evidenciamos a pertinência da noção de aforização, apresentada a seguir.

3.3.3 Enunciação aforizante

Ao longo dos últimos anos, Maingueneau (2008b, 2010, 2014b) tem se dedicado a estudar a problemática em torno do que ele vem chamando de destacabilidade e destaque. O autor constatou a existência de um conjunto de propriedades que fazem com que determinadas frases sejam destacadas, chegando a circular fora do texto-fonte. Esse conjunto de propriedades foi chamado de *destacabilidade* ou sobreasseveração e o ato em si de destacá-lo do texto-fonte nomeia-se *destacamento*. Maingueneau (2014), em seu trabalho mais recente sobre o assunto, afirma que essas frases adquirem o estatuto de aforizações e propõe a distinção entre uma enunciação textualizante e uma aforizante.

O enunciado destacável, ou seja, o sobreasseverado, possui determinadas características que tornam possíveis a sua saída do texto-fonte. Segundo Maingueneau (2014, p. 15), “como regra geral, uma sequência ‘sobreasseverada’ é relativamente breve, portanto, memorizável, e constitui uma tomada de posição do

enunciador sobre uma questão polêmica”. Essa sequência pode ainda estar marcada de diversas maneiras, tais como: por uma posição saliente, na abertura ou no fechamento de um texto; por um valor generalizante; por uma estruturação pregnante de seu significante e pelo seu metadiscurso, como em retomadas categorizantes ou de conectores em reformulação (MAINGUENEAU, 2014).

Os destacamentos têm ganhado significativa importância na mídia contemporânea. São inúmeros os recortes realizados pelos jornalistas seja para a produção de manchetes, olho ou legendas, seja para a composição de determinadas páginas de revistas dedicadas às “frases da semana”, seja ainda para servirem de ganchos para as matérias. A partir do conhecimento dessa prática midiática, os enunciadores, principalmente os públicos, podem em seus pronunciamentos e textos buscar antecipar o destacamento. Podem, por exemplo, pôr em evidência algumas declarações que gostariam de ver destacadas e repetidas em vários meios de comunicação. Apesar desse planejamento, não há garantias de que esse enunciado sobreasseverado pelo enunciador do texto-fonte seja efetivamente destacado, pois muitos outros fatores podem interferir nessa escolha, como o posicionamento da instância midiática e as condições de produção de determinado discurso.

O destacamento pode ser classificado de acordo com dois níveis: o destacamento forte e o fraco (MAINGUENEAU, 2014). No primeiro caso, há uma separação entre o enunciado destacado e o texto-fonte, podendo este último ficar inacessível ao coenunciador. É o caso, por exemplo, das revistas que trazem as “frases da semana”. Nesses casos, o coenunciador precisará recorrer a textos que não estão contíguos à revista. No segundo, o enunciado destacado fica próximo ao texto-fonte, sendo facilmente recuperado pelo coenunciador. É o caso do destacamento presente em manchetes, em legendas de fotos ou subtítulos.

A alteração está na essência do destacamento, ou seja, por mais que o enunciado destacado não tenha seu significante alterado, não podemos dizer que há equivalência entre o enunciado destacado e seu correspondente no texto-fonte, visto que ele opera por meio da descontextualização. Ao serem destacados, esses enunciados perdem as relações que mantinham com os outros enunciados de seu texto, onde estão encaixados, passando a ser interpretados isoladamente. Por isso, por mais que não haja alteração substancial do dito, sempre haverá alteração de significado.

Por mais que o enunciado destacado apareça entre aspas, ele pode não corresponder exatamente ao que está posto no texto fonte. Isso ocorre em decorrência de inúmeros fatores, dos quais destacamos as restrições próprias da comunicação midiática, tais como a necessidade de condensar a informação ou de tornar o enunciado mais impactante a fim de chamar a atenção do leitor. Maingueneau (2014) observou ainda que as alterações são mais notáveis quando o destacamento é fraco, ou seja, quando o leitor consegue facilmente recuperar o texto-fonte e que as manchetes foram as que apresentaram as reformulações mais livres.

Nesse sentido, Maingueneau (2014, p. 27, grifo do autor) afirma que “o enunciado destacado não é mais um fragmento de texto, ele tem a ver com um regime de enunciação específico, que chamaremos de *aforização*”. A enunciação aforizante caracteriza-se por ser memorável e memorizável, mas esse termo é utilizado para se referir ao conjunto das “frases sem texto” e não apenas aos enunciados sentenciosos. Considerando ainda que a aforização não resulta apenas do destacamento de um fragmento de texto, Maingueneau (2014) estabeleceu a distinção entre aforização primária e secundária. Esta última encontra-se na lógica de citação e corresponde às enunciações destacadas de um texto que podem permanecer nas vizinhanças do texto-fonte, que recebe a designação de destacamento fraco, ou serem inseridas em outros textos, sendo o texto-fonte de difícil recuperação para o coenunciador, que é o caso do destacamento forte. Já a enunciação primária, em sua própria constituição, é independente de um texto particular, como ocorre com os *slogans*, provérbios e máximas. Por mais que, em um dado momento histórico, eles tenham sido retirados de um texto, como ocorreu com alguns provérbios que foram extraídos originalmente de fábulas, tornam-se independentes desse texto-fonte original.

Quanto aos contextos das aforizações primárias e secundárias, cumpre dizer que eles também apresentam particularidades. Como os primeiros são desprovidos de texto-fonte, são passíveis de serem inseridos em diversos textos e contextos. No entanto, Maingueneau (2014, p. 30) afirma que “seu sentido é uma espécie de instrução sobre as condições de emprego [...]”, ficando ao locutor com a decisão de avaliar a pertinência de empregar ou não determinada aforização de acordo com o contexto e com o efeito de sentido pretendido com tal utilização. Já a aforização secundária, sobre a qual o autor tem mais se dedicado, deve ser observada em dois

contextos: o contexto-fonte e o de recepção. A análise da relação entre esses dois contextos permite observar os deslizamentos de sentido operados nos contextos de recepção.

De acordo com Maingueneau (2014, p. 33), “toda aforização é uma enunciação segunda, do já-dito [...]”, seja ela secundária, quando é destacada de um texto, seja quando é primária, quando recupera não um texto-fonte específico, mas uma série de enunciações anteriores. A enunciação segunda se insere na lógica do discurso relatado direto e, por isso, as aspas, frequentemente, explicitam a existência da aforização. Apesar disso, citação e aforização não são se confundem. De acordo com Maingueneau (2014, p. 40),

A aforização não se apresenta como um fragmento de texto, mas como um enunciado autossuficiente, situado ao mesmo tempo “no” texto em que está inserido e “fora” de qualquer texto. Enquanto as citações em estilo direto podem variar em tamanho (de uma palavra a um texto inteiro) e conservar algumas características do texto-fonte, a lógica da aforização é apagar tanto as marcas de inscrição num ambiente textual quanto seu pertencimento a um gênero de discurso.

Ao se extrair um fragmento de um texto para fazer uma aforização, o locutor original é convertido em aforizador. Para Maingueneau (2014, p. 38), “o aforizador ideal é o aforizador morto e memorável”. As aforizações normalmente que circulam na mídia são de personalidades famosas, como políticos, especialistas, atletas e artistas, que se destacam das massas. No entanto, Maingueneau (2014, p. 38) adverte que “podem ser aforizadores todos aqueles cujas falas, num momento e num lugar determinados, é tomada como algo que parece importar, em particular aqueles, vítimas e testemunhas, que participam de acontecimentos marcantes”.

Na análise realizada na mídia francesa, Maingueneau (2014, p. 56) observou que a aforização possui uma pontuação fraca. A aforização é tratada como um bloco e seus constituintes tendem a ser separados apenas por vírgula. No *corpus* em análise, assim como na mídia brasileira³⁹ de um modo geral, no entanto, observamos que o enunciado aforizado é pontuado normalmente, recorrendo-se a vírgula, ponto seguido e ponto final.

³⁹ De um modo geral, observamos que a aforização da mídia brasileira não possui essa característica de pontuação fraca encontrada na imprensa francesa, como podemos verificar nas páginas 28 e 29 da revista *Istoé*, de 10 out. 2018, ano 41, n. 2546.

Como podemos observar, a aforização tem sido largamente utilizada pela imprensa escrita em diferentes países, fazendo com que a noção reverta-se de especial pertinência para o estudo dos gêneros jornalísticos.

3.3.4 A multimodalidade

A multimodalidade não é um fenômeno recente. Um texto escrito à mão, mesmo sem a presença de figuras ou fotografias, é multimodal, pois a disposição do texto na página, o tamanho e o tipo de caligrafia utilizada também produzem sentido. As práticas discursivas orais do cotidiano também são bons exemplos de discurso multimodal. Uma simples conversa informal envolve as dimensões de fala, gestos, entonação e vestimenta dos coenunciadores. No entanto, não se pode negar que, com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação, a quantidade de gêneros multimodais, ou seja, que são compostos por diversas modalidades de linguagem (palavra, imagem, som e movimento), aumentou consideravelmente. Por isso, as discussões sobre o assunto se intensificaram.

Mainqueneau (2008a), ainda em *Gênese dos discursos*, publicado originalmente na França em 1984, postulou que a prática discursiva é intersemiótica, pois envolve outros domínios além do linguístico, como o pictórico, o musical, entre outros. Nesse sentido, o autor propôs ampliar a noção de “texto” a fim de incluir diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva.

O autor argumenta que as práticas intersemióticas continuam sendo objeto de interesse da AD, pois “o pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos derivados de domínios semióticos diferentes exprime-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas.” (MAINGUENEAU, 2008a, p.138). A fim de evidenciar a pertinência dos pressupostos teórico-metodológicos da AD para a análise dessas práticas intersemióticas, Maingueneau (2008a) analisou dois quadros: “Os peregrinos de Emaús” (1535-1540), de Ticiano e “Ceia de Emaús” (1602-1674), pertencente à escola de Philippe de Champaigne. O autor constatou que o primeiro quadro estava em conformidade com o sistema de restrições semânticos do discurso humanista devoto, enquanto o segundo, com o discurso jansenista⁴⁰. Essa análise levou o autor a confirmar sua hipótese de que as práticas

⁴⁰ Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008a) apresentou uma reflexão teoria decorrente de análise empírica de dois discursos religiosos do século XVII: o humanismo devoto e o jansenista.

intersemióticas estão igualmente sujeitas às coerções que fundam os discursos em diferentes domínios.

Maingueneau (2015) volta a discutir sobre as práticas discursivas intersemióticas, agora sob a nomenclatura já utilizada em outras correntes discursivas, a multimodalidade. Assim, ao refletir sobre as novas textualidades que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, afirma que:

o que mais contribuiu para impor as problemáticas ligadas à multimodalidade é certamente o fato de que a porção dos enunciados “escritos” que acompanham elementos icônicos cresce sem cessar, o que afeta a própria noção de “texto”, tanto que se fala às vezes, de “iconotexto” para designar as produções semióticas em que imagem e fala são indissociáveis (MAINGUENEAU, 2015, p. 160).

Essa reflexão nos mostra não exatamente que o termo “texto” deva mudar, mas que ele deve ser compreendido em uma dimensão ampla e não apenas pela dualidade oral/escrito. Seria pouco produtivo analisar um texto multimodal levando em consideração apenas a dimensão verbal, visto que a imagem não é apenas ilustrativa da palavra. As duas modalidades normalmente estão em relação de complementaridade, não sendo possível analisar uma ou outra isoladamente.

Apesar de a multimodalidade ser “levada ao paroxismo pelo desenvolvimento da Web” (MAINGUENEAU, 2015, p. 161), os gêneros multimodais também se intensificaram nas mais diferentes esferas. O autor menciona a esfera publicitária em que o componente verbal e visual estão cada vez mais imbricados, a esfera institucional e científica para as quais as apresentações em PowerPoint se tornaram indispensáveis e até mesmo a imprensa escrita tradicional que passa a privilegiar o visual, produzindo diagramações baseadas no fenômeno da hiperestrutura (GROSSE e SEIBOLD, 1996; ADAM e LUGRIN, 2000 apud MAINGUENEAU, 2015), em que os textos são subdivididos em outros menores. Essa subdivisão normalmente é feita por meio do recurso da criação de *boxes* e intertítulos.

É interessante observar que o modo de relacionar linguagem verbal e não verbal ou palavra e imagem pode variar de acordo com fatores histórico-culturais. Partindo desse pressuposto, Tafreschi (2008) comparou a relação palavra-imagem do jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) e do brasileiro *Folha de S.Paulo*, no ano de 2000. Uma das diferenças mais evidentes esteve no emprego

das fotos. Tafreschi (2008) verificou que no jornal alemão as fotos são quase todas em preto e branco e as da *Folha* são coloridas. O alemão apresentou mais fotos do que diagramas, mapas e desenhos, enquanto na *Folha* estes últimos elementos são abundantes. Quanto à relação entre a foto, a legenda e texto do artigo, Tafreschi (2008) concluiu que no FAZ esses três elementos se relacionam mais complexamente do que na *Folha*. Enquanto a *Folha* geralmente reproduz o que está na foto ou acrescenta algumas informações secundárias, como o nome do local, o das pessoas e a situação do momento da foto. No FAZ, muitas vezes, mesmo com a leitura da legenda, a imagem permanece incompreensível, sendo necessária a leitura completa do artigo e inferências com base em conhecimento de mundo. Com base na relação entre palavra e imagem, Tafreschi (2008) considerou que o jornal brasileiro facilita para o leitor o acesso ao texto, enquanto no jornal alemão isso não ocorre. Esse resultado indica também que os jornais possuem diferentes leitores modelo, com base nos quais apresentam diferentes estratégias de captação.

Os elementos não verbais têm cada vez mais espaço na mídia impressa. Essensfelder (2006), em seu estudo sobre a influência do leitor na Primeira Página do jornal *Folha de S. Paulo*, menciona uma pesquisa, custeada pelas empresas de mídia norte-americanas, nos anos 1990, acerca da atenção dispensada pelo leitor ao conteúdo do jornal. Os leitores submetidos ao teste leram o jornal com óculos especiais, que continham câmeras embutidas ligadas a *softwares* específicos capazes de registrar o movimento dos olhos e, assim, verificar onde o leitor se detinha mais ou menos tempo. Conforme Essensfelder (2006), o estudo revelou que as unidades informativas mais percebidas pelo leitor foram as não verbais, conforme se pode observar em ordem decrescente de percepção: infografias, fotografias, títulos, anúncios, notas, legendas e, por último, textos. Nesse sentido, Essensfelder (2006, p. 76) pontua que “fotografias e infografias, com seu alto poder de captação de leitores, ajudam a virar o jogo em prol dos textos – razão pela qual têm sido mais intensamente utilizados ao longo dos tempos, na história da imprensa escrita”.

Dada a especificidade do nosso *corpus*, edições comemorativas ao aniversário de Manaus, o infográfico não foi um recurso utilizado pela instância midiática, enquanto a fotografia constituiu-se como o mais recorrente. A fim de aprofundar a discussão acerca da fotografia, recorreremos aos trabalhos de Sontag (2004) e Barthes (2009, 2015).

Segundo Sontag (2004, p. 16), a fotografia possui uma presunção de veracidade que “confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos [...]”. Por mais que saibamos que as fotos não correspondem ao real, que apresentam fragmentos de momentos e que escondem mais do que mostram, ainda assim, acionamos em nossa memória esse sentido de presunção de verdade e tendemos a dar créditos a elas. Sontag (2004, p.17) observa que, embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, “as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos”.

As fotografias se constituem, assim, como um grande recurso para o jornalismo impresso, não apenas porque contribuem para a captação dos leitores, mas porque funcionam como “prova” dos fatos relatados. Considerando que o relato do jornalista não passa de uma reconstituição, a instância midiática buscará autenticar os fatos, descrevê-los de forma verossímil (CHARAUDEAU, 2009). Essa autenticação é a atividade de fazer crer na coincidência entre o que é dito e os fatos descritos. Cada mídia tem seu recurso mais eficaz: som para o rádio; imagem para a televisão e fotografia para a imprensa escrita.

Apesar desse efeito de verdade, Barthes (2009, p. 15) argumenta que “[...] uma fotografia de imprensa é um objecto trabalhado, escolhido composto, construído, tratado segundo normas tradicionais, estéticas ou ideológicas, que são outros tantos fatores de conotação”. Nesse sentido, o autor menciona o paradoxo da fotografia, que consiste na coexistência de duas mensagens “uma sem código (seria o análogo fotográfico), e a outra com código (seria a “arte”, ou o tratamento, ou a “escrita” ou a retórica da fotografia)” (BARTHES, 2009, p. 15). Esse primeiro sentido é chamado de denotação, enquanto o segundo, de conotação. Este último será direcionado pelas escolhas da instância midiática, por meio do tratamento técnico, enquadramento, paginação e “embelezamento” por técnica de iluminação, de impressão.

Barthes (2009, p. 21) apresenta três observações sobre a relação texto e imagem fotográfica na imprensa. A primeira é acerca de uma inversão histórica em que a imagem deixa de ilustrar a palavra, passando a palavra a ser, estruturalmente, “parasita” da imagem, destinando a conotar a imagem, ou seja, a atribuir-lhes um ou vários segundos significados. A segunda observação destaca que “o efeito da conotação é provavelmente diferente conforme o modo de apresentação da palavra” (BARTHES, 2009, p. 21). Nesse sentido, quanto mais próximo da imagem menor o

seu efeito de conotação, por isso, considera-se que o título ou o artigo têm maior efeito de conotação, enquanto a legenda, por sua disposição, teria mais efeito de denotação. A terceira e última observação é sobre a impossibilidade que a palavra tem de “duplicar” a imagem, pois, de acordo com o autor, “[...] na passagem de uma estrutura a outra elaboram-se fatalmente segundos significados” (BARTHES, 2009, p. 22). Nesse sentido, toda descrição apresenta também interpretação.

Sobre a recepção das fotografias, Barthes (2009, p. 33) argumenta que “toda imagem é polissêmica, implicando como subjacente aos seus significantes uma ‘cadeia flutuante’ de significados, dos quais o leitor pode escolher uns e ignorar outros”. A leitura fotográfica é, portanto, marcada pelo conhecimento sócio-histórico do leitor que acionará determinados sentidos e não outros com base em seu repertório cultural.

Refletimos, nesta seção, sobre o crescimento da multimodalidade com o advento das novas tecnologias de comunicação. Concordamos com Maingueneau (2008a, 2015) sobre a necessidade de compreender o texto de forma ampla, levando em consideração as múltiplas dimensões da linguagem. Em nosso entendimento, a dimensão verbal e não verbal devem ser consideradas como uma unidade discursiva, de onde advêm os efeitos de sentido. Destacamos ainda a pertinência do arcabouço teórico da Análise do Discurso também para as práticas discursivas multimodais, pois conforme destacou Maingueneau (2008a), essas práticas estão sujeitas ao mesmo sistema de restrições semânticos das FDs.

As categorias de análise da AD passam a ser pensadas com base na dimensão multimodal dos gêneros de discurso. Nesse sentido, Maingueneau (2016) destaca, por exemplo, ser fundamental observar a dimensão não verbal para constituição do *ethos* discursivo. Ao discutir sobre o ambiente da Web, observa que a *cenografia* é um espaço privilegiado para a manifestação dos elementos multimodais.

Na seção seguinte, última deste capítulo, refletimos sobre o discurso jornalístico. A construção da notícia bem como as especificidades dos gêneros da imprensa escrita são os principais pontos da discussão.

3.4 A prática discursiva do jornal

Por ser o *corpus* desta tese pertencente ao discurso jornalístico, faz-se necessário refletir sobre o seu funcionamento. Nesse aspecto, estabelecemos um diálogo com Charaudeau (2009), teórico que tem apresentado interessantes contribuições para quem investiga o discurso das mídias. Por isso, apresentamos nesta seção alguns de seus postulados, que se mostram relevantes para a reflexão aqui realizada.

Essa reflexão parte da observação de que a informação midiática não é puro reflexo dos acontecimentos do mundo, mas o resultado de uma construção. Esse entendimento, que perpassa todos os pontos que serão discutidos nesta seção, desmistifica algumas ideias preconcebidas sobre a instância midiática, como a da neutralidade e objetividade.

Uma das ideias preconcebidas acerca do discurso jornalístico é a de que ele retrata/reflete a realidade. A instância midiática continua considerando que os fatos acontecem independentemente do olhar de seu observador, como se fosse possível separar fato e relato. A fim de comprovar esse entendimento da mídia, vejamos os seguintes verbetes retirados de dois manuais de redação:

Fatos – São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 30).

Notícia – Registro de fatos atuais, de interesse e importância para a comunidade em geral, sem comentário nem interpretação. (A CRÍTICA, 1999, p. 28).

De acordo com o Manual da *Folha*, é missão do jornalismo “revelar o fato”, que seria a matéria-prima do jornalismo. Já a notícia, de acordo com o Manual de *A Crítica*, é definida como “registro dos fatos [...] sem comentário nem interpretação”. A pergunta que nos fazemos é: como isso seria possível uma vez que ao julgar e selecionar o que é “de interesse e importância para a comunidade” a instância midiática faz escolhas que passam por avaliações subjetivas?

Ao investigar o discurso jornalístico, os estudiosos tratam de desmistificar essa visão. É o que fazem Bucci (2003) e Charaudeau (2009), que, a partir de pontos de vistas diferentes, fazem afirmações semelhantes: “A idéia de que as notícias de jornal ‘retratam a realidade’ não faz sentido.” (BUCCI, 2003, p. 9) e “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que

constroem do espaço público.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19, grifo do autor). Vejamos a argumentação dos autores para cada uma das afirmações.

Bucci (2003) adota a perspectiva de que a realidade não pode anteceder ao discurso, ou seja, o que se chama de realidade é sempre discursiva. Esse mesmo raciocínio se aplica, portanto, ao fato, seja ele jornalístico ou não, porque ele já nasce como relato. Nessa perspectiva, “ser é dar-se a ver”, por isso “um fato é a versão que ele gera” (BUCCI, 2003, p. 10). Partindo então da impossibilidade de o discurso jornalístico retratar a realidade, o autor propõe que ele a ordena e a disciplina. É comum, por exemplo, ouvir as pessoas dizerem “deu no jornal” para justificar a existência de um fato. Segundo Bucci (2003), cabe ao discurso jornalístico hierarquizar os sentidos e os valores, preconizar as condutas e os modos de falar e ainda separar o dizível do indizível. Vale destacar, por fim, que esse modo de compreender o discurso jornalístico apresentado pelos dois autores, nada tem a ver com uma possível falta de ética da instituição midiática, ao contrário, faz parte da natureza do discurso jornalístico por mais objetivo que ele pretenda ser.

Charaudeau (2009, p. 19) recorre principalmente à questão de linguagem, para quem a “informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual constrói uma visão, um sentido particular do mundo”. Nem mesmo as imagens, que têm pretensões de refletir o “mundo real”, escapam a essa lógica da opacidade. De acordo com esse entendimento, as mídias não podem ter sequer pretensões de apresentar um reflexo fiel da realidade, pois, a partir de seu olhar, recortam e constroem determinadas imagens fragmentadas do espaço público.

Se partirmos do pressuposto de que todo acontecimento é construído, a defesa da objetividade jornalística não poderia sequer ser levantada. Essa objetividade, tão discutida nas escolas de jornalismo, não passa de um mito para os estudiosos do discurso. No manual de *A Crítica*, por exemplo, a objetividade é apresentada como uma possibilidade, ou melhor, como uma qualidade do bom jornalista: “A objetividade na divulgação de notícias é a marca de um profissional experiente” (1999, p. 29). Nele, defende-se também a imparcialidade: “São inerentes à profissão de jornalista a honestidade e a imparcialidade [...]” (1999, p. 13). No entanto, a impossibilidade da objetividade já é reconhecida até mesmo por parte da instância midiática, como podemos observar pela descrição dada ao verbete “Objetividade” no *Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo*: “Não existe

objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.” (1984, p. 34). Mesmo assim, no parágrafo seguinte, o manual recomenda: “Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível”. A problemática em torno dessa questão é mais complexa do que “procurar ou não ser objetivo”, visto que antecede o momento da construção em si da notícia. Ela está presente no momento ainda em que o sujeito se depara com o acontecimento propriamente dito, o qual será avaliado como “informação com potencial noticioso” ou não. Além disso, a “objetividade jornalística” ainda faz parte do imaginário da instância receptora e interfere no olhar que este sujeito tem da instância produtora.

Posto que o fato jornalístico é uma construção, vejamos mais detalhadamente como funciona a produção de efeitos de sentido na instância midiática. Charaudeau (2009) propõe pensar a máquina midiática a partir de três lugares de construção de sentido: o da instância produtora, o da instância receptora e a do texto como produto.

A instância produtora é submetida a certas condições de produção, das quais se destacam dois espaços: o *externo-externo* e o *externo-interno*. O primeiro compreende as práticas de organização socioprofissionais e as *condições socioeconômicas* da máquina midiática enquanto empresa. O segundo, *externo-interno*, corresponde às práticas de realização do produto, às *condições semiológicas* da produção. Considerando que a instância produtora não tem garantias de que os efeitos pretendidos corresponderão aos realmente produzidos no coenunciador, o que interessa observar nessa instância são seus efeitos de sentido visados.

O produto da comunicação midiática não é produzido por um único indivíduo, mas por uma “entidade compósita”, por isso Charaudeau (2009) utiliza o termo “instância”. Dentre alguns dos atores envolvidos nesse processo estão os repórteres, fotógrafos, editores, redatores, operadores técnicos, entre muitos outros. Todos eles:

contribuem para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático, uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por

esses atores, representa a identidade do organismo de informação. (CHARAUDEAU, 2009, p. 73).

A essa instância global de produção, o autor reservou a designação de *instância midiática*.

A instância receptora também se organiza em torno de dois espaços: o *interno-externo* e o *externo-externo*. O *interno-externo* corresponde a uma instância criada pela instância produtora, designada como *alvo*, pois corresponde ao destinatário ideal. A instância produtora a imagina como capaz de perceber os efeitos visados por ela. O *externo-externo* corresponde ao receptor real, ao público, à instância do consumo da informação midiática. Essa instância irá interpretar o produto midiático de acordo com suas próprias condições de interpretação. Por isso, nem sempre os efeitos de sentido visados pela instância midiática serão os mesmos da instância receptora.

A instância de recepção, por sua vez, também se refere a uma unidade compósita chamada genericamente de “público”, mas que não é facilmente identificável. Apesar de o público ser diferenciado de acordo com o suporte das mídias em *leitores* (imprensa), *ouvintes* (rádio) e *telespectadores* (televisão), “a identidade social da instância de recepção é uma incógnita para uma instância de produção.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 79). O que a instância midiática faz acerca do comportamento do público quando ele recebe uma informação é levantar hipóteses.

O lugar das restrições de construção do produto corresponde ao lugar em que todo discurso se configura em texto. Isso se realiza “segundo uma certa organização semiodiscursiva feita de combinação de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 27). O sentido não está, pois, no texto produzido, mas ele é portador de efeitos de sentido possíveis.

Como podemos observar, no discurso de informação, o sentido não surge dos efeitos visados pelas instâncias de produção, tampouco dos efeitos produzidos pela instância de recepção, mas “como resultado de uma co-intencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis, e os efeitos produzidos.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 28).

Essas considerações feitas pelo autor acerca da produção dos sentidos não se aplicam apenas ao discurso jornalístico. Em AD, de um modo geral, parte-se do

pressuposto de que o discurso não é transparente, ou seja, não há um sentido único a ser desvelado. Por isso, preferimos falar em efeitos de sentido possíveis (no plural). Além disso, esses sentidos não estão exatamente no enunciador, nem no coenunciador e nas suas condições de recepção, tampouco no texto, mas é da relação entre eles e, ainda, das condições sócio-histórico-culturais desse discurso que os sentidos emergem. Por essa razão, é que em AD fala-se preferencialmente em “negociação de efeitos de sentido”.

Partindo do entendimento de que a comunicação midiática é um fenômeno de produção de sentido, visto a partir dos seus três lugares, qual deve ser o ponto de vista de análise do pesquisador? A função do analista é o de compreender e explicar como funciona essa máquina de fabricar sentido social. Para isso, ele deve estar atento aos jogos de aparências das mídias e olhar além deles, os quais “se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 29). A título de exemplificação dessa imagem que a mídia busca construir para si, vejamos o que pontua o manual de *A Crítica* sobre o papel do jornalista: “O jornalista tem de dar voz àqueles que não dispõem de outros meios para se defender e exigir a prestação de contas dos ocupantes de cargos oficiais”. Dentre os deveres elencados pelo jornal, conta também: “Defender o interesse público e a ordem democrática”. Esses excertos confirmam a representação da mídia, como porta voz do povo e defensora da democracia, mencionada por Charaudeau (2009).

A informação midiática é marcada por uma contradição. Se, por um lado, a *visada de informação* busca *fazer saber*, com foco na seriedade e precisão das informações, visando à captação do público pelo efeito de credibilidade produzido. Por outro, a *visada de captação* tem por finalidade *fazer sentir*, com foco na encenação da informação para, assim, produzir efeito de dramatização. O público será movido pela emoção, pela afetividade, não pela razão como na primeira visada.

A instância midiática vive, assim, uma tensão entre essas duas visadas. Ao mesmo tempo em que tem por função transmitir a informação, buscando a precisão, deve atingir o maior público possível para sobreviver à concorrência e manter-se no mercado. A visada de informação é realizada de modo muito sutil, caso contrário poderá produzir efeitos indesejáveis, como afirma Charaudeau (2009, p. 93):

Na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos creíveis serão.

Normalmente, as mídias possuem uma habilidade em manter o equilíbrio entre esses dois polos. Basta lembrarmos como elas noticiam exaustivamente determinados escândalos políticos ou crimes bárbaros. A exploração dessas emoções não é feita pela mídia de modo aleatório. É uma prática que está baseada, entre outros fatores, no conhecimento socioeconômico e cultural de cada público. Essas pesquisas e até mesmo o levantamento de hipóteses dão a base para que várias empresas jornalísticas, por exemplo, possuam mais de um jornal com perfis de leitores diferentes. É o caso do *Grupo Folha* que, desde 1999, possui, no segmento do jornalismo popular, o *Agora São Paulo*. O grupo *Caldera de Comunicações*, em Manaus, além do seu jornal principal, o *A Crítica*, lançou no segmento popular, em formato tabloide, o *Manaus Hoje*. As visadas de informação e de captação acontecem de forma diferente nesses periódicos.

Partindo do entendimento de que o ambiente físico impõe restrições a todo ato de comunicação, Charaudeau (2009, p. 104) reflete sobre esse *dispositivo de encenação*, que “constitui o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem”. No entanto, não se trata de um simples suporte para a mensagem, pois ele interfere na construção de sentido, em outras palavras, a “forma” e o “conteúdo” são indissociáveis, um exerce influência sobre o outro. O autor distingue os três grandes suportes de mídia: o rádio, a televisão e a imprensa escrita⁴¹, dos quais destacamos a imprensa escrita, suporte em que nosso *corpus* está situado.

A imprensa escrita “é essencialmente uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos e, por vezes, de imagens fixas, sobre um suporte de papel.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 113). Essa mídia é caracterizada por estabelecer uma relação de distância entre aquele que escreve e aquele que lê e ainda por não fazer coincidir tempo e acontecimento. Além disso, apresenta uma atividade de conceitualização muito mais analítica. De acordo com Charaudeau (2009, p. 113), a escrita “desempenha um o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera”.

⁴¹ Charaudeau (2009) emprega o termo mídia para se referir basicamente ao rádio, à televisão e à imprensa escrita. Discussões sobre a *internet*, por exemplo, não estão contempladas nessa obra.

Para finalizar esta seção sobre o discurso jornalístico, vejamos as contribuições de Charaudeau (2009) sobre os mecanismos da escrita midiática. De acordo com os suportes, os gêneros podem ser divididos em: gêneros televisivos, radiofônicos e da imprensa escrita. Como já destacamos, nosso interesse recai em especial sobre este último grupo.

Charaudeau (2009) propõe definir o gênero de informação midiática de acordo com o resultado do cruzamento entre um tipo de *instância enunciativa*, um tipo de *modo discursivo*, um tipo de *conteúdo* e um tipo de *dispositivo*. A *instância enunciativa* relaciona-se à origem do sujeito falante, que pode ser um jornalista, um convidado ou um especialista. É fundamental determinar qual o seu lugar na mídia e seu grau de engajamento⁴²: se é um convidado a escrever um artigo de opinião, pertence à instância externa e o nível de engajamento é alto; se é um jornalista da própria empresa a escrever uma notícia, a instância é interna e o grau de engajamento é menor. O *modo discursivo* refere-se ao tratamento geral da informação e organiza-se em torno de três categorias de base: “relatar o acontecimento”, como ocorre com as reportagens; “comentar o acontecimento”, como o editorial e “provocar o acontecimento”, como é o caso do debate. O *conteúdo temático* consiste em organizar as notícias em macrotemas. Equivale, por exemplo, às seções dos jornais, como política, esporte, cultura entre outras. Por fim, o *dispositivo* corresponde ao suporte midiático.

Com base em duas variáveis, a *instância enunciativa* e o *modo discursivo*, Charaudeau (2009) elaborou uma tipologia, ou seja, uma classificação dos gêneros jornalísticos. A título de exemplificação vejamos a classificação de apenas dois gêneros: o editorial e a reportagem. Quanto à *instância enunciativa*, o editorial pertence à instância interna e possui um alto grau de engajamento. Quanto ao *modo discursivo*, manifesta-se como “acontecimento comentado”. Já a reportagem pertence também à instância interna, mas apresenta um menor grau de engajamento e se inclui na categoria “acontecimento relatado”.

Vejamos agora algumas particularidades dos gêneros da imprensa escrita. O grande diferencial dessa mídia, que se realiza sob o domínio da escrita, é sua situação monolocutiva. Por essa razão, segundo Charaudeau (2009), a imprensa tem suas próprias exigências de *visibilidade*, *legibilidade* e *inteligibilidade*. As

⁴² Engajamento é entendido aqui como a manifestação em maior ou menor grau da opinião do enunciador.

exigências de *visibilidade* fazem com que a instância midiática tenha todo um trabalho com o modo de anunciar e apresentar as notícias. Há um cuidado especial com a organização da primeira página, com a elaboração e disposição na página dos títulos, fotos, gráficos, *boxes* etc. A exigência de *legibilidade* está diretamente relacionada com o entendimento. Por isso, a grande preocupação é com a escrita dos textos, que deve ser a mais clara possível, devido à heterogeneidade do público da instância midiática. Algumas práticas jornalísticas estão associadas a essa exigência, como a confecção dos *boxes*, de gráficos bem como a divisão da matéria em subtítulos. A exigência de *inteligibilidade* aplica-se, sobretudo, ao comentário do acontecimento. Está, portanto, associada a gêneros como editoriais, crônicas e análises, por exemplo, que comentam as notícias. Há, ainda, uma última exigência, que faz parte da finalidade de captação, conforme já apresentamos no contrato de comunicação midiática, a da *dramatização*. Ao contrário das anteriores, ela não pode ser explícita, pois está diretamente relacionada com a quebra da credibilidade do jornal. No entanto, a *dramatização* estará presente de forma sutil no modo de construir a notícia, no título e nas fotos escolhidas.

Esta seção foi dedicada à complexidade que envolve o funcionamento do discurso de informação. Partimos do pressuposto de que o discurso jornalístico não é um simples reflexo dos acontecimentos do mundo, mas um discurso construído. Em seguida, discutimos a problemática que envolve a instância midiática: ao mesmo tempo em que se coloca a serviço da cidadania, segue a lógica comercial por ser uma empresa.

Feita essa apresentação acerca do quadro teórico da Análise do Discurso, de onde advém o aparato teórico-metodológico que fundamenta nossa investigação, passamos ao capítulo de análise do *corpus*. A interface empreendida com os Estudos Culturais subsidia também nossa análise.

CAPÍTULO IV:

REPRESENTAÇÃO DE MANAUS E DO MANAUARA NO DISCURSO DO JORNAL A CRÍTICA

Este capítulo, dedicado à análise do *corpus*, está composto por três seções. Na primeira, apresentamos os procedimentos metodológicos empregados na constituição e na análise do *corpus*. Nas demais seções e em suas respectivas subseções, procedemos à análise propriamente dita, como será especificado a seguir.

4.1 Procedimentos metodológicos

O *corpus* desta tese está composto por gêneros da imprensa escrita, tomados aqui como discursos. De acordo com a classificação de Maingueneau (2015), eles fazem parte dos gêneros instituídos de modo II, que, normalmente, seguem as restrições de sua cena genérica. No entanto, as unidades tópicas não foram o elemento norteador para a composição do *corpus*, que foi constituído por unidades não tópicas, mais especificamente pelas formações discursivas temáticas, a partir de unidades tópicas, que são os gêneros jornalísticos. Como lembra Maingueneau (2015, p. 81), “só pode haver análise do discurso se ela se apoia em unidades tópicas, mas elas não podem dar conta, sozinhas, do funcionamento do discurso, que é atravessado por falhas constitutivas [...]”. Assim, a formação discursiva temática norteou a escolha dos gêneros jornalísticos que compõem o *corpus*.

A formação discursiva temática pode ser constituída a partir de entidades, acontecimentos, cenários e de nós (MAINGUENEAU, 2015). No nosso caso, o *corpus* foi composto com base na FD temática produzida em torno de um acontecimento, o aniversário da cidade de Manaus, que provoca anualmente nas mídias uma produção discursiva intensa e diversificada.

Tendo, portanto, o aniversário da cidade de Manaus como acontecimento norteador, selecionamos discursos publicados em duas edições do Caderno Especial do jornal *A Crítica*: a edição de 2003 e a de 2017. A publicação de 2003 foi escolhida por ser a primeira do caderno especial, sendo assim a mais antiga, e a de 2017, por ser a mais atual, quando da produção desta pesquisa. Essas duas edições

possuem um lapso temporal que nos permite observar se há variação quanto aos discursos que nelas circulam sobre a temática investigada.

Devido à extensão desse *corpus* inicial (a edição de 2003 possui 32 páginas e a de 2017, 24), realizamos mais uma delimitação. Outro critério norteador foi a escolha de gêneros de discurso que possibilitassem verificar o posicionamento e o *ethos* discursivo das duas instâncias enunciativas, a interna (jornal) e a externa (personagens). Dessa forma, privilegiamos gêneros como: primeira página, apresentações, perfis e depoimentos.

De 2003, edição mais antiga do Caderno Especial, selecionamos os seguintes discursos: a primeira página, a apresentação do caderno, intitulada *Quando todo o dizer não basta*, o depoimento *Sonhos e decepções* e dois perfis *A cidade existe em mim* e *Habitante do cantinho da paz*. Da edição de 2017, selecionamos, além da primeira página do suplemento, quatro depoimentos, cujos títulos são: *Amor além das lentes*, *Veio, viu e ficou aqui*, *Sem medo de ser feliz* e *Pela mulher indígena*.

De acordo com a tipologia estabelecida por Charaudeau (2009), os gêneros do discurso de informação podem manifestar engajamento maior ou menos de acordo com a instância de enunciação. “Entenda-se por engajamento o fato de que o enunciador manifeste mais ou menos sua própria opinião ou suas próprias apreciações na análise que propõe, ou na maneira de encenar o acontecimento” (CHARAUDEAU, 2009, p. 209). Sendo, assim, em um gênero como a apresentação do Caderno Especial, a instância interna (o jornal) manifesta um grau maior de engajamento do que no gênero perfil, por exemplo, que, por sua vez, terá um grau maior de engajamento da instância externa (personagem). Já o gênero depoimento terá um grau menor de engajamento da instância interna e um grau maior da instância externa.

Em nossa análise, trilhamos o seguinte percurso: primeiramente, realizamos um exame exploratório de todo o Caderno Especial de 2003 e de 2017, que resultou em uma apresentação geral de cada um deles. Com isso, produzimos dois quadros que explicitam a estrutura organizacional de cada caderno. Dessa forma, situamos o contexto em que estão inseridos os discursos selecionados efetivamente para a análise. Foi interessante observar como as duas edições são diferentes entre si tanto na disposição gráfica quanto na diversificação dos gêneros de discurso empregados.

Feito isso, realizamos as análises dos gêneros, que são apresentadas em subseções. Nelas, iniciamos com a observação da cenografia adotada em cada um dos gêneros e o efeito de sentido acionado por ela. Na sequência, procedemos à identificação do *ethos* discursivo com base na observação tanto do *ethos* dito quanto do *ethos* mostrado dos enunciadores envolvidos na enunciação (entrevistados e instituição jornalística). O exame dessas duas noções e ainda da aforização empreendida pela instância midiática possibilitou-nos identificar as representações de Manaus e da identidade manauara no discurso do jornal *A Crítica*. Adotamos como estratégia de organização, primeiramente, expor a ilustração da página inteira do jornal, para que o leitor tenha a noção do todo e, na sequência, exibir a transcrição da parte textual do discurso analisado. No Caderno de 2017, no entanto, por serem os depoimentos muitos longos, a transcrição do texto não será feita na íntegra, mas apenas de excertos. A leitura completa dos depoimentos pode ser realizada nos anexos.

4.2 *A Crítica Especial*: edição de 2003

Antes de entrarmos propriamente na análise dos discursos selecionados, recuperamos aqui os elementos principais que compõem a edição do Caderno Especial. Essa exploração inicial possibilita-nos ter uma dimensão global do Caderno, onde estão situados os discursos analisados mais detalhadamente. Essa descrição mais abrangente é fundamental para a análise praticada pela AD, visto que o discurso não pode ser analisado isoladamente, mas situado nas condições de produção tanto mais abrangentes, como foi realizado no Capítulo I, quanto mais imediatas, como à que procedemos a seguir. Além de situarem os discursos, as observações que se seguem são necessárias para termos uma dimensão dos sujeitos que ocuparam os lugares de fala no jornal, bem como quais lugares foram os escolhidos pela instância midiática para representar Manaus.

O Caderno Especial evidencia uma cenografia de felicitação ao aniversário de Manaus, por isso, todos os discursos nele publicados estão relacionados a esse acontecimento. Essa edição, composta por 32 páginas, está organizada em torno de 15 tópicos, como foi anunciado em sua capa: amor, histórias, personalidades, lugares, livros, poesias, músicas, personagens, santos, receitas, ruas, animais,

saudade, desejo e sentidos. Essas temáticas estão dispostas ao longo da edição em diversos gêneros de discurso. O quadro seguinte tem por função ilustrar a estrutura do Caderno Especial. Por isso, destacamos algumas informações relevantes, tais como: as palavras-chave, os títulos das seções e dos gêneros mobilizados para a composição do suplemento, bem como uma breve descrição do conteúdo abordado.

Quadro 2 - Síntese da estrutura composicional de *A Crítica Especial* de 2003

Palavra-chave	Título da seção	Títulos dos gêneros	Descrição
1 Amor	Quando todo o dizer não basta	Nos rituais diários Infinitas razões para amar	Apresentação do Caderno Especial.
6 Histórias	Casos que a memória não apaga	1. Queimando dinheiro 2. Neca e o jacaré 3 Morte ao som de: “Subindo ao céu” 4. Etelvina, a santa 5. O caso Delmo: uma cidade de luto 6. Uma doida ajuizada	Relatos de histórias antigas que se popularizaram na cidade.
5 Personalidades	Eles fazem acontecer	1. Lugar ideal para viver emoções 2. Nenhuma cidade me deu tanto 3. Fidalguia, educação e arte 4. Uma vida de cumplicidade 5. Sonhos e decepções	Depoimentos de personalidades locais, em ordem: cantor, escritor, empresário, apresentadora de televisão e advogada e ex-parlamentar.
5 Lugares (No cabeçalho desta página consta uma foto do pôr do sol)	Onde todos se encontram	1. Porto da Manaus Moderna - De chegadas e partidas 2. Praia do Amarelinho - Um ambiente de contemplação 3. Porto da Ceasa - Uma entrada da cidade 4. Ponta Negra - A Copacabana da cidade 5. São Raimundo - De latifúndio ao porto da balsa	Notas sobre esses lugares. Todos eles estão relacionados com o rio.
12 Ângulos	Um ‘tiquinho’ de Manaus	1. Comércio a céu aberto 2. Manaus Moderna 3. Conversa fiada 4. Coisa nossa	Em página dupla, são apresentadas 12 fotos-legenda sobre a cidade.

		<p>5. Veloz 6. Caminhos 7. Cena urbana 8. Palafitas 9. A cidade nasce do rio 10 e 11. Cartão postal 12. Sucesso na feira</p>	
4 Livros	Manaus contada na literatura	<p>1. MÁRCIO SOUZA “A expressão amazonense” 2. MOACIR ANDRADE “Manaus: ruas, fachadas e varandas” 3. THIAGO DE MELLO “Manaus, amor e memória” 4. LUIZ BACELLAR “Quarteto”</p>	Notas sobre as obras literárias de autores locais.
4 Poesias	A declaração de amor dos poetas	<p>1. ALDÍSIO FILGUEIRAS “Ai de ti, Manaus” 2. AUROLINA ARAÚJO DE CASTRO “Lembrando” 3. KEFFERSON CORREIA “Manaus” 4. LUIZ BACELLAR “Porta para o quintal”</p>	Poemas sobre Manaus.
4 Músicas	Uma mistura de ritmos musicais	<p>1. CELDO BRAGA E ARMANDO DE PAULA “Manaus Morena” 2. CANDINHO “Renovação” 3. LUCINHA CABRAL “Brasileira” 4. TORRINHO E ALDÍSIO FILGUEIRAS</p>	Canções sobre Manaus.

		“Porto de Lenha”	
9 Personagens (Cabeçalho apresenta foto de embarcações)	A vida é assim...	1. TEREZA CARVALHO A cidade existe em mim 2. OSVALDO VEKING Habitante do cantinho da paz 3. FRANCI SOUZA SANTOS Vendendo sabor e alegria 4. WESLEY FARIAS Vôo sobre rodas 5. ADRIANA CRIS ALVES Ensinando a história através da arte 6. DAYANE BREVES Sorriso aberto à vida 7. FRANCISCA NOGUEIRA Lugar de esperança e saúde 8. JAIME QUEIROZ Filhos nascidos na Zona Franca 9. MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA Tempo de chegar e partir	Perfis de personagens que moram na cidade: 1. Executiva natural de Aracaju. 2. Aposentado, morador da zona rural da cidade, vindo de Novo Aripuanã. 3. Feirante, vinda de Santarém. 4. Vendedor autônomo, morador da Zona Leste, que “atravessa” a cidade para praticar skate na Ponta Negra. 5. Professora e artista. 6. Professora e estudante de psicologia, veio de Manicoré. 7. Dona de casa, veio do município de Coari. A narrativa é sobre seu processo de cura de um câncer em Manaus. 8. Alfaiate, natural de Lima, Peru. 9. Revendedora de produtos de beleza, natural de Parintins.
2 Santos	A grande força da fé	1. SÃO JOSÉ OPERÁRIO Um pai para os católicos 2. NOSSA SENHORA APRARECIDA A mãe protetora de todos	1. Nota sobre a novena de São José Operário que ocorre todos os dias 19 de cada mês em Manaus. 2. Nota sobre a igreja de Nossa Senhora Aparecida e suas atividades.
5 Receitas	Nosso paladar caboclo	1. Mingau de banana pacovã madura 2. Jaraqui frito com baião de dois 3. Caldeirada de tucunaré 4. Doce de cupuaçu com banana prata 5. Pé-de-moleque	Receitas de comidas regionais.
4 Ruas (No cabeçalho)	Onde o passado e o	1. EDUARDO RIBEIRO “A primeira avenida”	1 e 2 Matéria sobre duas antigas avenidas da cidade, em que se descreve aspectos do passado

foto de barco recreio)	presente se encontram	2. SETE DE SETEMBRO “Templo dos governadores” 3. DJALMA BATISTA “Novo centro financeiro” 4. CONSTANTINO NERY “O futuro começa aqui”	e o presente. 3 e 4 Matéria sobre duas importantes avenidas na atualidade.
4 Animais	Amigos da floresta	1. PEIXE-BOI “Vida sim, extinção não” 2. SAUIM DE COLEIRA “Um habitante muito especial” 3. ONÇA-PINTADA “Chitara, uma celebridade” 4. ARARA “Longeva e monogâmica”	1. Reportagem sobre o projeto de preservação do peixe-boi (ameaçado de extinção), realizado no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. 2. Reportagem sobre o Sauim de Coleira, que também é animal ameaçado de extinção e que só existe nas proximidades de Manaus. 3. Reportagem que retrata a onça-pintada como a principal atração do Zoológico do CIGS e exalta a participação da onça Chitara em novela global. 4. Reportagem sobre curiosidades e sobre as ameaças a sua existência.
3 Saudade	A cidade que resiste na memória	SAUDADES 1. Dos arraiais 2. Dos bondes 3. Das cidades flutuantes	Reportagem sobre personagens idosas que falam da Manaus de antigamente. 1. Aliette Pereira, manauense, 71, moradora da fundação Doutor Thomas; 2. Maria Ferreira, 92, acreana. 3. João Barros, cearense, veio para ser soldado da borracha, mas acabou se tornando marreteiro (vendedor ambulante).
2 Desejo	Jovens querem futuro com paz e trabalho	ESPERANÇAS 1. Mais honestidade e espírito público 2. Oportunidade aos jovens	Reportagem sobre a perspectiva de vida de duas estudantes: uma de 15 anos (escola particular) e outra de 18 (escola pública).
5 Sentidos	Os prazeres da vida	1. ALDÍDIO FILGUEIRAS “O cheiro da chuva”	Os gêneros desta seção abordam os cinco sentidos do corpo:

		<p>2. REGINA MELO “A música que vem do outro lado da cidade”</p> <p>3. ANIBAL BEÇA “Ode adocicada para Manaus ao paladar da paixão”</p> <p>4. IVÂNIA VIEIRA “Toques inesquecíveis”</p> <p>5. TENÓRIO TELLES “Uma cidade e seus enigmas”</p>	<p>1. Crônica que contrasta o cheiro da chuva na Manaus de antigamente (cheiro de terra molhada) com a de hoje, cheiro de (igarapé poluído).</p> <p>2. O poema aborda o som da natureza, que a cidade não possui.</p> <p>3. Ode a Manaus</p> <p>4. Artigo que explora, por meio da metáfora do tato, a negação aos povos indígenas e à identidade cabocla.</p> <p>5. Artigo que reflete sobre a formação das cidades e de Manaus. Explora o sentido da visão.</p>
--	--	---	---

Como podemos observar na figura abaixo, o Caderno Especial recebe destaque na primeira página de *A Crítica*. A chamada referente ao suplemento ocupa meia página superior, espaço mais privilegiado do jornal. Há uma grande foto da região portuária da cidade, onde se destaca um barco recreio e o título: “63 razões para amar Manaus”. Pelo que está anunciado nessa chamada, a temática do caderno é o amor por Manaus. Apesar de estar aqui especificado um quantitativo preciso de “63 razões para amar Manaus”, mesmo durante a leitura de todo o suplemento para a produção do Quadro 2, não foi possível identificar a que ele se refere especificamente.

Figura 3 - Primeira página: *A Crítica* de 2003



Fonte: *A Crítica*, p. 1, 24 out. 2003.

Feita essa discussão mais geral do Caderno Especial, passemos à análise dos gêneros primeira página, apresentação, depoimento e perfil do Caderno Especial de 2003, que contabilizam cinco discursos. Criamos uma seção para a análise de cada um deles.

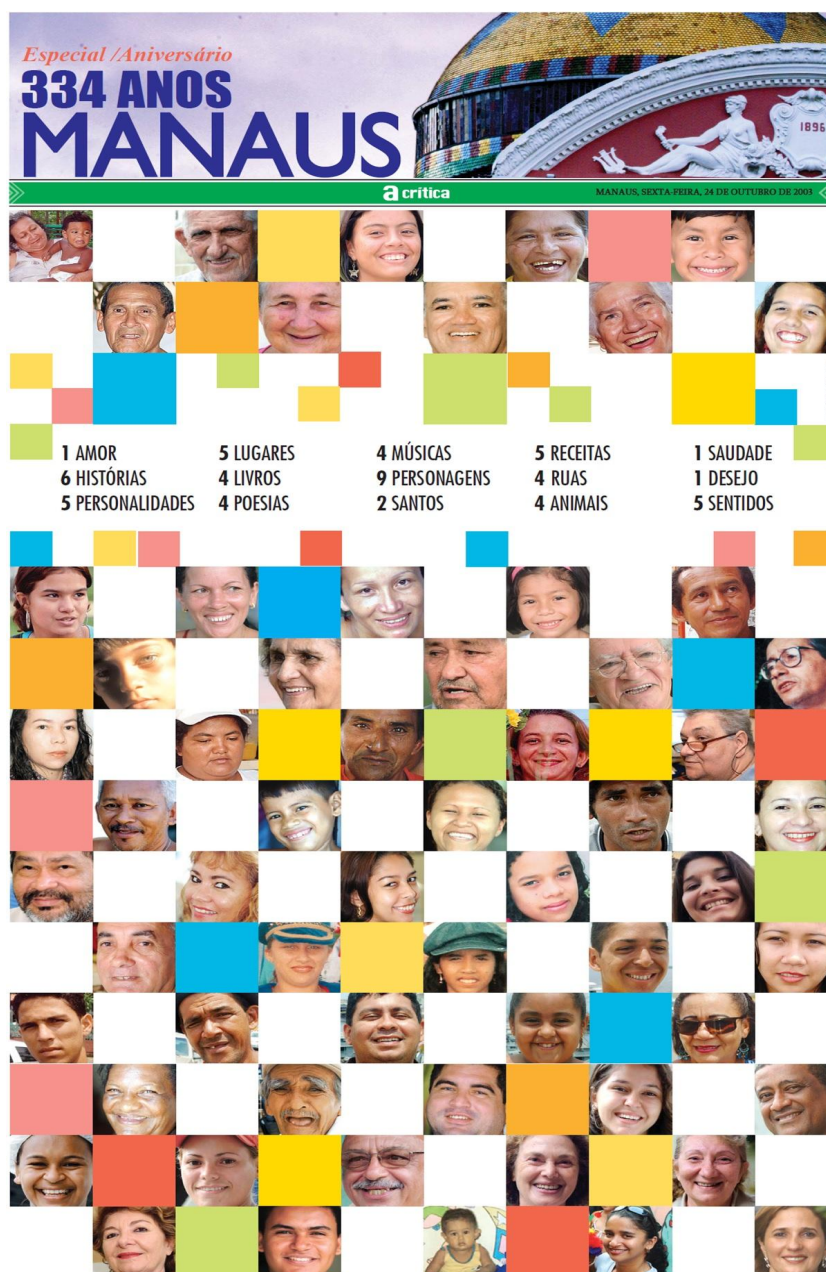
4.2.1 Primeira página: *Especial/Aniversário - 334 anos MANAUS*

Mesmo que na imprensa escrita predomine a linguagem verbal, os elementos não verbais estão cada vez mais presentes. Os gêneros jornalísticos estão marcados, assim, pela multimodalidade. A disposição do texto na página, o uso das cores, fotos, gráficos, tipografia são algumas das dimensões não verbais que compõem esses gêneros. Além disso, consideramos que a dimensão verbal e visual são indissociáveis. Por essa razão, devem ser vistas como uma unidade, e não como elementos acessórios na produção dos sentidos.

As duas dimensões serão aqui observadas tendo como suporte os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Concordamos com Maingueneau (2008a), quando ele destaca a pertinência dessa disciplina para a análise das práticas intersemióticas, visto que essas produções que envolvem as múltiplas linguagens também estão sujeitas aos sistemas de restrições semânticas. As noções de memória discursiva e a de interdiscurso mostraram-se especialmente úteis para a análise da dimensão imagética aqui empreendida.

A primeira página do jornal, bem como a de seus cadernos, é o momento em que os aspectos não verbais mais se evidenciam. O *design* gráfico adotado, as cores e as fotos intensificam as informações nas manchetes e são a expressão máxima do efeito de captação da instância produtora. A capa tem como função primordial atrair a atenção da instância receptora, fazendo com que ela leia/compre o jornal.

Figura 4 - Primeira página: *A Crítica Especial* de 2003



Fonte: *A Crítica*, p. 1, 24 out. 2003.

A dimensão não verbal pode até ser mais mobilizada do que a verbal, como revelou a análise da cenografia adotada pela primeira página do Caderno Especial desta edição. A dimensão verbal está presente no cabeçalho, onde há o chapéu “Especial/Aniversário”, o título do Caderno “334 ANOS MANAUS” e as informações institucionais quanto ao nome do jornal, local e data. A dimensão verbal da capa é observada apenas mais uma vez após as duas primeiras linhas de fotos, na parte superior da página. Há quinze palavras acompanhadas de números que indicam os temas que são abordados ao longo do caderno e o número refere-se à quantidade

de texto destinado a cada um deles. Cada palavra funciona como uma palavra-chave das seções do caderno e é encontrada no cabeçalho interno das páginas. Dessa disposição, registramos apenas a ausência da palavra “ângulos”, encontrada no interior do caderno, mas não na capa. Todo o restante da página está composto pela dimensão imagética.

Além da dimensão verbal já mencionada, o cabeçalho da primeira página do suplemento é formado pela foto da parte superior do Teatro Amazonas, à direita, e pela faixa verde que separa o cabeçalho dos outros elementos da capa. A primeira página do Caderno Especial mantém do projeto gráfico padrão a faixa verde no cabeçalho, como podemos observar também na primeira página do jornal (Cf. Figura 3). A cor verde, no contexto local, remete à floresta Amazônica e, portanto, ao estereótipo da cidade como a “capital da floresta”. Lembramos aqui que a noção de estereótipo está sendo utilizada de modo abrangente, referindo-se a todas as representações cristalizadas, tanto as positivas quanto as negativas. Esse sentido é reforçado pelos detalhes que remetem a grafismos indígenas, localizados nas extremidades dessa faixa. Com base nessas escolhas, podemos afirmar que a instituição midiática busca apresentar um *ethos* discursivo regional, de uma instituição que valoriza a identidade local cabocla.

Ainda no cabeçalho, observamos que a instituição midiática elege o Teatro Amazonas como o símbolo da cidade e o coloca em posição de destaque. A imagem mostra apenas parte da cúpula e do frontão do Teatro. A cúpula, uma das partes mais destacadas do monumento, possui estrutura de metal, recoberta com peças de escamas em cerâmica esmaltada e telhas vitrificadas pintadas nas cores verde, azul e amarelo, em analogia à bandeira brasileira. Já o frontão curvo “apresenta um conjunto em relevo composto por duas figuras femininas, prováveis alegorias à Música e ao Teatro, tendo entre elas uma cartela gravada com a data 1896.” (MESQUITA, 1999, p. 226). Esse ano corresponde à data de fundação do monumento.

O Teatro Amazonas é, sem dúvida, a construção mais famosa da cidade. Segundo Mesquita (1999, p. 228), isso ocorre

não somente por seu porte e aspecto arquitetônico, ressaltado por sua privilegiada localização, mas também por ter uma história que se confunde com a história do período áureo da borracha. É uma construção impregnada de fantasias próprias de uma era de sonhos

e esplendor, revestindo-se com um caráter emblemático que lhe confere o *status* de símbolo da cidade de Manaus.

A instância jornalística assume, assim, esse monumento histórico como símbolo da cidade e reforça esse *status* atribuído ao Teatro. Apesar de ser um dos prédios históricos mais visitados pelos turistas, o monumento não chega a ser um elemento de identificação tão consensual assim entre os moradores da cidade, como se possa imaginar. É o que revela o relato de uma professora entrevistada para essa mesma edição do jornal. Ela destaca o fato de muitos manauaras nunca terem entrado no Teatro: “Repito que eles [seus alunos, moradores da Zona Leste] precisam ver de perto o Teatro Amazonas, as construções da época da borracha.” (A CRÍTICA ESPECIAL, 2003, p. 18). Assim como no momento de sua fundação, o Teatro ainda continua sendo um local de distinção social, muito mais frequentado por uma classe que tem acesso a bens culturais considerados da alta cultura.

Dessa forma, podemos afirmar que sua presença na capa do jornal não é apenas uma simples referência a um prédio famoso da cidade, conhecido e apreciado por todos, mas uma referência a um momento histórico de “fausto” da cidade, que assume o papel de símbolo mais propriamente para uma determinada classe social do que para outras. É interessante observar ao longo deste trabalho como os interdiscursos referentes ao momento histórico que corresponde ao período áureo da borracha atravessam os discursos aqui investigados, se de uma forma positiva, como “fausto”, “grande herança” ou de forma negativa, como “ilusão”, “exploração do ser humano e da natureza” ou ainda como um “período de erosão cultural”.

Depois do cabeçalho, observamos que a cenografia da primeira página foi elaborada a partir da composição de 60 pequenas fotos de rostos de pessoas, intercaladas com espaços sem fotos. Essa composição que remete à formação de um mosaico incompleto de rostos pode acionar alguns sentidos. Um deles, talvez o mais evidente, é o da diversidade. A “Manaus plural” é aqui representada não por seus diferentes espaços, mas pela caracterização de sua população, e o rosto foi o elemento escolhido.

Ao analisar fotografias utilizadas pela imprensa, destacadas juntamente com o aforizador, Maingueneau (2014, p. 46) apresenta considerações interessantes

acerca da utilização do rosto em fotografias. Para ele, o rosto possui propriedades notáveis, tais como:

- (1) é a única parte do corpo que, de maneira superficial, permite identificar um indivíduo como distinto de outros;
- (2) é, no imaginário profundo, a sede do pensamento e de valores transcendentais;
- (3) é nele que se encontra a boca, fonte da fala [...]

Ao focar o rosto, a foto elimina possíveis referências ao contexto, tais como a identificação do momento, do local e da vestimenta. A ênfase recai efetivamente no indivíduo, em sua particularização. Nesse caso, como a primeira página reúne várias fotografias, o objetivo não é exatamente a particularização de um indivíduo, mas a identificação de um grupo, que é o da população de Manaus. Esse grupo é, assim, identificado pela multiculturalidade cultural, expressa nos rostos de indivíduos de diferentes idades e traços étnicos. A hibridização cultural é, assim, considerada um traço identificador desse grupo.

A leitura de todo o Caderno Especial possibilitou-nos verificar ainda que muitos desses rostos são de pessoas que, de alguma forma, contribuíram com a elaboração do caderno, seja como personagem seja como autor de algum texto, mesmo que sua foto não tenha sido utilizada nas páginas internas do caderno. Desse modo, estabelecemos uma relação com a afirmação de Maingueneau (2014) sobre o rosto ser o local onde se encontra a boca e, portanto, a fala, e a cabeça, a fonte do pensamento, considerando que foi com base nas “falas” dessas pessoas que o Caderno Especial foi produzido. Dessa forma, o caderno em si carrega o sentido da pluralidade. É interessante observar que, nos outros gêneros que compõem o suplemento, pessoas que ocupam a posição de cantor, escritor, apresentador de TV etc. são categorizadas como personalidade, e “as pessoas comuns” recebem a identificação de personagens. Essa hierarquização desaparece na capa.

Alguns dos espaços sem foto foram preenchidos com variações de tons das cores da cúpula (azul, amarelo, verde) e da parte externa do Teatro Amazonas (rosa), harmonizando, assim, com a imagem do cabeçalho. No entanto, a maioria dos espaços permaneceu em branco, lembrando um fundo de um quadro ainda não preenchido. Desses espaços em branco, podemos acionar o sentido da incompletude, ou seja, a formação cultural é um processo contínuo, logo, muitos

elementos podem ainda ser acrescentados a esse mosaico. Assim, a instância midiática pretende mostrar-se despreziosa, isto é, diante da heterogeneidade cultural dessa população, não tem a pretensão de apresentar a constituição da população manauara como um quadro fechado.

Esses rostos acionam ainda nos coenunciadores alguns estereótipos que nos levam a fazer alguns julgamentos quanto, por exemplo, a suas possíveis profissões e até mesmo classe social. Apesar da exclusão do contexto, a desigualdade social pode ser observada nesse conjunto de diferentes rostos, que aparentam não ter tido igualdade de acesso aos direitos sociais. Apesar disso, o enfoque da composição não é a crítica social. A maioria dos personagens fotografados olha diretamente para o coenunciador e lhe transmite, por meio de um rosto sorridente, uma expressão de alegria e ânimo. O colorido da primeira página, mencionado acima, contribui para esse sentido de alegria presente no rosto dos personagens.

Muitos dos efeitos de sentido acionados pelo discurso verbo-visual da primeira página do Caderno Especial são confirmados no discurso de apresentação do Caderno, analisado a seguir, que se caracteriza também pela multimodalidade.

4.2.2 Apresentação: *Quando todo o dizer não basta*

A primeira seção do Caderno, sob a palavra-chave “Amor”, é constituída de uma apresentação do Caderno Especial, sob o título *Quando todo o dizer não basta*. Esse discurso institucional possui ainda um subtítulo *Infinitas razões para amar* e um chapéu *Nos rituais diários*. Pela leitura dos títulos, intertítulos e da fotografia, o leitor não é capaz ainda de afirmar com precisão a que ou a quem a palavra “amor”, que se destaca na página, está relacionada.

Figura 5 – Apresentação: *A Crítica Especial* de 2003

2 ESPECIAL a crítica Manaus, sexta-feira, 24 de outubro de 2003



1

AMOR

NOS RITUAIS DIÁRIOS
Infinitas razões para amar

Na Manaus que se fez plural não é suficiente escolher músicas, poemas, comidas, lugares e personagens para tentar traduzir tanto querer. E os números sempre serão imprecisos porque as razões para amar são infinitas. Tudo o que se disser será pouco e o muito que se falar será água, diante da cidade encostada no rio, contemplando o pôr do sol mais belo do Planeta. Na cidade que nasce da água, o banho de encanto é ritual diário, imprescindível para a vida.

Parte da cidade que conhecemos e amamos vai estar aqui nos textos, fotos e depoimentos de amor declarado. Manaus acende a paixão, ontem, hoje e sempre. Inquieta os poetas que lavram das pedras do coração os versos mais belos. Incomoda os pensadores que a reviram como objeto de ciência, encantados com os mistérios das ruas, becos, avenidas, viadutos...

Manaus vai ser sempre plural e é somente nesta flexão que se realça. Daí porque não há como exprimi-la e a sensação continuada será a de ausência de algo. Faltará falar dos banhos nos igarapés que cortam a cidade; terá alguém a lembrar as brincadeiras de bol pelas ruas, as conversas animadas nas calçadas, os ônibus de madeira, os velhos e tão queridos cinemas que foram destruídos, a receita de peixe caseiro passada da avó para a mãe e filha...

As músicas apresentadas não contêm todas as melodias e os poemas precisam das rimas mais perfeitas que brotam de nós todas as vezes que nos quedamos para sentir a cidade. E, ainda assim, ficará faltando o poema apaixonado e que não foi escrito, a melodia que ainda há de nascer da alma. Faltará o sonho, maior do que podemos comportar, mas que pode ser traduzido numa única palavra: esperança.

Capazes de inventar e reinventar a vida os manauenses, que nasceram banés e os que por opção se tornaram, guardam na memória afetiva o sonho de liberdade de Ajuricaba. Nosso herói faz lembrar que parte da cidade foi construída sobre cemitérios indígenas, heróis do ideal de liberdade que ainda nos acalenta.

Nas nossas peles, cabelos, olhos, sorrisos trazemos um pouco do caldeirão de povos que ajudaram a formar e transformar essa cidade. Índios, brancos, negros, amarelos. De todas as origens, cores e alturas, somos manauenses. E dentro de cada um nós uma cidade diferente se agasalha para nascer Manaus. Por isso não importa se a cidade dos seus olhos, das suas mãos, dos seus pés ou do seu falar não está aqui. Afinal, é em você que ela vive!

Quando todo o dizer não basta



Fonte: *A Crítica Especial*, p. 2, 24 out. 2003.

TRANSCRIÇÃO⁴³: Infinitas razões para amar

Na Manaus que se fez plural não é suficiente escolher músicas, poemas, comidas, lugares e personagens para tentar traduzir tanto querer. E os números sempre serão imprecisos porque as razões para amar são infinitas. Tudo o que se disser será pouco e o muito que se falar será água, diante da cidade encostada no rio, contemplando o pôr do sol mais belo do Planeta. Na cidade que nasce da água, o banho de encanto é ritual diário, imprescindível para a vida.

Parte da cidade que conhecemos e amamos vai estar aqui nos textos, fotos e depoimentos de amor declarado. Manaus acende a paixão, ontem, hoje e sempre. Inquieta os poetas que lavram das pedras do coração os versos

⁴³ Na transcrição, procuramos manter a disposição gráfica do texto, por isso ele se encontra justificado à direita.

mais belos. Incomoda os pensadores que a reviram como
objeto da ciência, encantados com os mistérios das ruas,
becos, avenidas, viadutos...

Manaus vai ser sempre plural e é somente nesta flexão que
se realiza. Daí porque não há como exprimi-la e a sensação
continuada será a de ausência de algo. Faltará falar dos banhos
nos igarapés que cortam a cidade; terá alguém a lembrar as
brincadeiras de boi pelas ruas, as conversas animadas nas
calçadas, os ônibus de madeira, os velhos e tão queridos
cinemas que foram destruídos, a receita de peixe caseiro
passada da avó para a mãe e filha...

As músicas apresentadas não contêm todas as melodias e
os poemas precisam das rimas mais perfeitas que brotam de
nós todas as vezes que nos quedamos para sentir a cidade. E,
ainda assim, ficará faltando o poema apaixonado e que não foi
escrito, a melodia que ainda há de nascer da alma. Faltará o
sonho, maior do que podemos comportar, mas que pode ser
traduzido numa única palavra: esperança.

Capazes de inventar e reinventar a vida os manauenses,
que nasceram barés e os que por opção se tornaram,
guardam na memória afetiva o sonho de liberdade de
Ajuricaba. Nosso herói faz lembrar que parte da cidade foi
construída sobre cemitérios indígenas, heróis do ideal de
liberdade que ainda nos acalenta.

Nas nossas peles, cabelos, olhos, sorrisos trazemos um
pouco do caldeirão de povos que ajudaram a formar e
transformar essa cidade. Índios, brancos, negros, amarelos.
De todas as origens, cores e alturas, somos manauenses. E
dentro de cada um (sic) nós uma cidade diferente se agasalha
para nascer Manaus. Por isso não importa se a cidade dos
seus olhos, das suas mãos, dos seus pés ou do seu falar
não está aqui. Afinal, é em você que ela vive!

Isso ocorre porque o título, o subtítulo e a fotografia que acompanham o texto de abertura do Caderno são imprecisos. A foto, sem legenda, não traz qualquer referência a lugares e pessoas específicas, mostrando apenas silhuetas do rosto de um casal, quase totalmente no escuro, pois está contra a luz que emana da lua. Esse discurso de apresentação, ao recorrer a uma cena validada de um casal enamorado ao luar, aciona no coenunciador o sentido mais estereotipado de “amor”, que é o que se dá entre casais. É apenas no primeiro parágrafo do texto que se confirma que esse amor se refere à cidade. Consideramos, assim, haver certa desarmonia entre os títulos e a fotografia, que, geralmente, são de complementaridade. É um dos raros exemplos em que a imagem não está em

sintonia com discurso verbal, pois a ênfase da foto é no amor entre pessoas, não havendo qualquer relação delas com a cidade.

É também somente com a leitura do texto propriamente dito que a cenografia ficou mais evidente, sendo possível classificá-lo como uma apresentação do Caderno Especial. Utilizando-se, portanto, de uma linguagem poética, o jornal apresenta o Caderno Especial aos seus leitores, como podemos verificar no excerto abaixo:

Tudo o que se disser será pouco e o muito que se falar será água, diante da cidade encostada no rio, contemplando o pôr do sol mais belo do Planeta. **Na cidade que nasce da água, o banho de encanto é ritual diário**, imprescindível para a vida. (grifos nossos)

O verbo “nascer”, por exemplo, foi utilizado metaforicamente para expressar a origem da cidade que se formou em torno do Rio Negro. A palavra “banho” também está sendo utilizada como metáfora para expressar a beleza local, fazendo relação com a água, que tanto faz parte da rotina dos habitantes dessa região, sejam eles citadinos ou interioranos. A disposição do texto, que está alinhado à direita e ocupa somente uma coluna, lembra a estrutura de um poema, organizado em versos. O *layout* da página reforça, portanto, esse estilo poético.

Dessa dimensão menos jornalística e mais literária, destacamos ainda o diálogo estabelecido com o poema “As muitas cidades”, do livro intitulado *Manaus, as muitas cidades*, de 1994, do escritor amazonense Aldisio Filgueiras. Destacamos dois pontos de contato entre esses discursos. Vejamos uma estrofe do poema⁴⁴:

Sim: existe uma cidade em nós.
Uma cidade singular
Que se realiza apenas
No plural: Manaus-Manaus

Aldisio Filgueiras, um dos principais representantes da literatura urbana no Amazonas, tem a cidade como um tema recorrente em sua produção. Nesse poema, Manaus é tomada em toda sua complexidade, já anunciada na afirmação: “existe uma cidade em nós”. Manaus não é retratada apenas como mero ambiente, mas compreendida na relação com seus habitantes, como podemos confirmar no verso:

⁴⁴ Poema disponível em: <<https://paneiro.blogspot.com/2012/10/manaus-as-muitas-cidades-de-aldisio.html>> Acesso em: 18 set. 2018.

“[a cidade] se realiza apenas no plural”. Nesse momento, é destacada no poema a escrita antiga do nome da cidade, “Manaos”, que tem como origem a nação indígena dos manao, que habitava a confluência do Rio Negro e Solimões, assim como os povos baré e tarumã. O poema evidencia, assim, que a questão da pluralidade está presente desde a origem do nome da cidade.

A defesa da dimensão plural da cidade é também central no discurso de apresentação do Caderno, como podemos observar no excerto a seguir:

Na **Manaus que se fez plural** não é suficiente escolher músicas, poemas, comidas, lugares e personagens para tentar traduzir tanto querer.
[...]

Manaus vai ser sempre plural e é somente nesta flexão que se realiza. Daí porque não há como exprimi-la e a sensação continuada será a de ausência de algo. (grifos nossos)

Além disso, a apresentação dialoga com a afirmação de Filgueiras de que “existe uma cidade em nós”, como podemos observar no excerto que finaliza a apresentação do jornal:

[...] **dentro de cada um (sic) nós uma cidade diferente se agasalha para nascer Manaus.** Por isso não importa se a cidade dos seus olhos, das suas mãos, dos seus pés ou do seu falar não está aqui. Afinal, **é em você que ela vive!** (grifos nossos)

Dadas as semelhanças entre essas duas produções, consideramos que a apresentação estabelece uma intertextualidade externa⁴⁵ com o campo da literatura. Tal intertextualidade faz parte da prática do discurso jornalístico, que frequentemente recorre aos diferentes campos, como: econômico, político, educacional, científico, entre outros. Nesse caso, a intertextualidade com o campo da literatura mostra-se em conformidade com a cenografia de felicitação ao aniversário da cidade de Manaus adotada pelo Caderno de modo geral e com a cenografia da apresentação, que adota um estilo poético. A construção dessa cenografia apaga, assim, o *ethos* de objetividade e seriedade normalmente adotado pela mídia para fazer surgir uma imagem mais subjetiva dessa instituição.

⁴⁵ Maingueneau (2008a) distingue dois tipos de intertextualidade: a interna e a externa. A interna corresponde à intertextualidade dentro de um mesmo campo, enquanto a externa refere-se aos discursos que rejeita ou com os quais se filia, mas em diferentes campos.

Diante dessa “Manaus plural”, a instituição jornalística antecipa-se a possíveis questionamentos dos leitores e afirma sua incapacidade de apresentar todas as nuances, como podemos confirmar logo no primeiro parágrafo: “Na Manaus que se fez plural não é suficiente escolher músicas, poemas, comidas, lugares e personagens para tentar traduzir tanto querer. E os números sempre serão imprecisos porque as razões para amar são infinitas”. Ao reconhecer que “os **números** sempre serão **imprecisos**” ou que apenas “**Parte** da cidade que conhecemos e amamos vai estar aqui nos textos [...]” e ainda que “a sensação continuada será a de **ausência de algo**” (grifos nossos), o jornal apresenta-se despretensioso e humilde diante da grande tarefa que é falar sobre o amor das pessoas pela cidade.

Nesse discurso em que se destaca a pluralidade de Manaus, a migração é representada como uma “opção”, como observamos no seguinte fragmento: “Capazes de inventar e reinventar a vida os manauenses que nasceram barés e os que **por opção** se tornaram [...]”. A instância midiática trata de modo simplificado os movimentos migratórios, desconsiderando suas principais causas. Para aprofundarmos essa questão, relembremos dois movimentos migratórios significativos para a cidade de Manaus: a diáspora cearense do período áureo da borracha e o êxodo rural, responsável pela migração interestadual, impulsionada pela implantação do Polo Industrial de Manaus. O item lexical “opção”, de acordo com o dicionário Houaiss (2009, s.p), refere-se a possibilidades de escolha, “uma de duas ou mais possibilidades pelas quais se pode optar”. Não nos parece que esse sentido possa traduzir o fenômeno da migração nordestina, por exemplo, que foi motivada pela seca prolongada que assolava a região e pelo sistema latifundiário primitivo e espoliativo daquele período. Os nordestinos podem ter escolhido para onde migrar, tanto é que a cidade de São Paulo também recebeu muitos migrantes nesse período, mas porque eles não tinham a opção de permanecer em sua terra natal. Na verdade, a maioria das migrações é motivada por falta de opção, falta de emprego, saúde, educação, ou seja, condições dignas de vida. Esses são também os principais motivos do êxodo rural em direção a Manaus. Nesse sentido, devemos compreender a migração rural-urbana no Amazonas como:

uma questão social que expressa um problema de exclusão dos migrantes rurais no lugar de origem, sobretudo dos bens e serviços

de consumo coletivo, evidenciando por um lado, a escassa intervenção do Estado no interior e, por outro, uma urbanização centralizada na cidade de Manaus (MELO; PINTO, 2003, p. 23).

Dessa forma, consideramos que a migração está muito mais relacionada com problemas sociais, com exclusão, do que com possibilidades de escolhas como apresentado pela instituição midiática.

No discurso do jornal, os problemas de inserção, entre os quais o preconceito, enfrentados pelas populações que migram para as grandes cidades são apagados. Isso pode ser percebido por meio do pré-construído evidenciado no aposto do seguinte enunciado: “Capazes de inventar e reinventar a vida **os manauenses**, que **nasceram barés** e os que **por opção se tornaram [...]**”. O pré-construído desse discurso é o de que todos, sejam os que “nasceram barés”, sejam os que se tornaram por “opção”, são manauenses. No entanto, a inserção dos migrantes no contexto da metrópole é um processo difícil, em que estão envolvidos, além do preconceito e discriminação, a dificuldade de moradia e emprego. Assim, ao considerar os migrantes como manauenses, o jornal representa Manaus como uma cidade acolhedora, que não faz distinção entre os manauenses de origem e os que vieram de fora.

O emprego das pessoas do discurso está relacionado com a construção do *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2013a). Nesse sentido, salientamos que a pessoa do discurso predominante no gênero apresentação é o “nós”, como podemos observar em: “Parte da cidade que **conhecemos** e **amamos** vai estar aqui nos textos [...]” (grifos nossos) ou ainda no excerto final do texto:

Nas **nossas** peles, cabelos, olhos, sorrisos **trazemos** um pouco do caldeirão de povos que ajudaram a formar e transformar essa cidade. Índios, brancos, negros, amarelos. De todas as origens, cores e alturas, **somos** manauenses. E dentro de cada um (sic) **nós** uma cidade diferente se agasalha para nascer Manaus. Por isso não importa se a cidade dos **seus** olhos, das suas mãos, dos seus pés ou do seu falar não está aqui. Afinal, é em **você** que ela vive! (grifos nossos)

Como explica Benveniste (2005, p. 258), “de maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas”. O “nós” presente no discurso jornalístico

representa a “instância midiática”⁴⁶, que já possui um sentido coletivo, pois abrange os vários atores envolvidos no processo de construção da informação, tais como: repórteres, fotógrafos, editores, redatores, operadores técnicos, entre outros. Além disso, de forma difusa, o “nós” remete aos coenunciadores, ou seja, aos leitores do jornal e ainda a uma categoria bem abrangente que envolve os manauenses, incluindo metaforicamente os migrantes.

A instância midiática, que representa uma coletividade, procura, assim, representar-se como manauenses identificados com as questões regionais, como podemos observar em: “**Nosso** herói [Ajuricaba]”, “Nas **nossas** peles, cabelos, olhos, sorrisos **trazemos** um pouco do caldeirão de povos que ajudaram a formar e transformar essa cidade. Índios, brancos, negros, amarelos. De todas as origens, cores e alturas, **somos** manauenses”. O jornal procura, por meio da utilização dos dêiticos “nós” e “nossas”, identificar-se com esse manauense mestiço. Vale destacar que a noção que se evidencia nesse discurso ainda é a da mestiçagem e não a da multiculturalidade ou interculturalidade como é compreendida atualmente, visto que a referência, apesar de positiva ao “caldeirão de povos”, ainda está presa às questões biológicas, como podemos observar pelo emprego dos seguintes termos: peles, cabelos, olhos, cores e alturas. Além de expressar essa identificação, a instância midiática por meio da enunciação procura enredar o leitor, convidando-o a participar desse mundo evocado pelo texto. Ao atualizar a enunciação, cada leitor deve assumir esse discurso preenchendo o elemento dêitico “nós”.

No final da apresentação, a interpelação do leitor é ainda mais explícita, pois a instância midiática o invoca diretamente com o emprego do elemento dêitico “você”. Primeiramente, a instância midiática mostrou-se identificada com o manauense por meio do “nós”, mas conclui o texto recorrendo ao dêitico “você”. Esse discurso faz uso de uma estratégia de adesão muito presente no discurso publicitário, que é a de interpelar diretamente o leitor, falar diretamente com ele. No fechamento, o jornal dirige-se, portanto, diretamente ao leitor e a frase “a cidade existe em **nós**” é atualizada para “é em **você** que ela vive” (grifos nossos).

No dia a dia da cidade, no entanto, o indígena se sente discriminado e excluído, o que faz com que muitos omitam sua origem étnica no meio urbano como estratégia de autoproteção. Nesse discurso de apresentação, o indígena é lembrado

⁴⁶ Charaudeau (2009).

não exatamente na sua condição atual, mas como uma memória, uma herança. Nesse sentido, destacamos duas referências: uma ao povo baré e outra a Ajuricaba, como podemos verificar no excerto abaixo:

Capazes de inventar e reinventar a vida os manauenses, que nasceram **barés** e os que por opção se tornaram, guardam na memória afetiva o sonho de liberdade de **Ajuricaba. Nosso herói** faz lembrar que parte da cidade foi construída sobre cemitérios indígenas, heróis do ideal de liberdade que ainda nos acalenta. (grifo nosso)

Como já foi mencionado, nesse discurso, o adjetivo pátrio “manauense” refere-se tanto a pessoa que nasceu em Manaus, quanto aos migrantes que “optaram” por viver na cidade. Para especificar, portanto, esses dois grupos de manauenses, o termo “barés” foi empregado para se referir ao manauense de nascimento. Logo, nesse enunciado, “baré” é utilizado para marcar a identidade regional cabocla, pois faz assim uma referência à nação indígena dos baré que habitava a calha do Rio Negro, que, devido a essa localização, foi uma das primeiras a terem contato com os colonizadores. “Barés” aqui faz, assim, referência a uma ancestralidade que estaria na origem do manauense em virtude de sua miscigenação. Nesse discurso, destaca-se positivamente a identidade do manauense com sua herança indígena, explicitada no texto pela menção ao povo baré. A instância midiática apresenta, mais uma vez, um *ethos* institucional regional, de quem assume sua identidade cabocla.

Apesar de o jornal, nesse discurso, assumir essa identidade, tendo como um dos traços a herança indígena, a realidade da população local é outra. Segundo Oliveira (2002, p. 46), “os manauaras de hoje, embora habitem a terra de ancestrais de relativa proximidade cronológica e geográfica, dificilmente se reconhecem na história negada dos *Manau*, dos *Baré* e dos *Tarumã*”. É nesse sentido que o autor problematiza o fato de Manaus ser uma cidade sem memória. Sob essa perspectiva, destacamos ainda a condição atual do povo baré, que, ao contrário do que muitos pensam, não está extinta:

O povo baré já ultrapassou a fase do risco “simbólico” de deixar de ser índio. Perdeu sua língua, e outros povos indígenas do mesmo território não o consideram índios. Claro que nem por isso viraram brancos, pois os brancos os consideram índios “aculturados” – diga-se que se trata de uma subcategoria de menor valor. Em seu próprio estado, o Amazonas, “baré” virou nome de refrigerante e um

qualificativo racista na expressão “leseira baré”. (HERRERO; FERNANDES, 2015, p. 15).

A expressão “leseira baré”, muito comum na linguagem popular da região, é utilizada para qualificar negativamente uma atitude ou acontecimento. Ela revela o preconceito que a população local tem com os povos indígenas e, por consequência, a não identificação com essa identidade. No entanto, em datas comemorativas ou em discursos de homenagem, a identidade indígena surge como signo de pertencimento. Isso pode ser observado tanto na apresentação do Caderno Especial, como estamos demonstramos, quanto em outros discursos. É o caso, por exemplo, do hino de Manaus⁴⁷, de Thaumaturgo Sotero Vaz, que também faz uma referência positiva aos povos indígenas, como podemos verificar nos seguintes versos: “A cidade dos nobres Barés” e “Nesta terra dos nobres Manaós”. Apesar de serem representados como nobres e donos da terra, os baré foram praticamente apagados da história local, sendo representados apenas como uma lembrança ou herança. A fim de evidenciar o descompasso entre esses discursos, vejamos mais um trecho sobre a realidade dos baré:

A Fundação Nacional do Índio já considerava o povo baré do médio Rio Negro extinto. Atualmente, através da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e da criação da Acibrin (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro) e da ACINRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), que se propuseram a incentivar o povo baré a assumir sua identidade original e reivindicar a demarcação e o usufruto de seu território de direito, a situação tem mudado e foi dado início a um processo de recuperação da identidade baré. (BARÉ, 2015, p. 32).

Além da alusão à herança baré, o discurso de apresentação menciona também o “herói” Ajuricaba⁴⁸. A menção a Ajuricaba reforça também a construção do *ethos* discursivo do jornal, que se mostra identificado com a identidade local que valoriza sua herança indígena. Apesar disso, a referência a Ajuricaba evidencia o interdiscurso da historiografia oficial que é comum na mídia, como foi destacado no Capítulo III. A figura do herói na história não é novidade, ela faz parte dos conteúdos

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/cidade/hino/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

⁴⁸ A narrativa em torno da morte de Ajuricaba, líder da nação indígena dos manaó, é a de que, após ter sido aprisionado pelos portugueses, suicidou-se ao atirar-se no rio acorrentado, depois de proferir a seguinte frase: “Prefiro as águas do Rio Negro como túmulo a deixar-me escravizar”. Segundo Freire (1994), a tese do suicídio de Ajuricaba não tem base documental e alguns autores defendem que ele foi assassinado.

escolares e, normalmente, retrata o ponto de vista do vencedor. No entanto, de acordo com Freire (1994, p. 49), “os vencedores não se limitam a emprestar tal concepção para *seus* próprios heróis; vão muito além e a usam para os heróis do lado dos vencidos, apoderando-se deles, recuperando-os e esvaziando o conteúdo real da sua luta”. Nesse sentido, o autor considera que, ao privilegiar as ações de um único indivíduo, a historiografia oficial confere as suas ações um caráter de exceção e, assim, anula a participação das massas na história.

Essa visão simplificada e parcial, forjada pela historiografia oficial e reproduzida em discurso escolares e midiáticos, não contribui para a compreensão global do processo de colonialismo enfrentado pelos povos indígenas. Como destaca Freire (1994, p. 50), “a resistência dos Manaó, na qual Ajuricaba tomou parte destacada, constitui um dos tantos episódios da resistência dos povos indígenas (e não de indivíduos isolados)”. Foram inúmeras as rebeliões desses povos durante os séculos XVII e XVIII, insurgidos contra o sistema de escravidão imposto pelo colonizador. O autor ressalta também que considerar Ajuricaba “*símbolo do heroísmo amazonense*” ou “*grande líder dos povos do rio Negro*” é desconhecer, por exemplo, a atual tradição oral dos Baniwa que, ainda hoje, consideram o povo Manaó como opressor e escravizador [...]”. O discurso midiático está assim atravessado por esse interdiscurso propagado pela historiografia oficial.

O discurso de apresentação busca, por meio da enunciação, envolver o leitor na cenografia de felicitação ao aniversário da cidade do Caderno Especial. Isso é feito em um tom poético e subjetivo em que o enunciador procura criar convergências, unificando tanto seu grupo de leitores sob a categoria “manauense”, quanto o enunciador e o coenunciador por compartilharem o mesmo sentimento de “amor” por Manaus. Nesse sentido, o *fiador* desse discurso se mostra vinculado à identidade local que valoriza sua herança indígena, além disso, constrói uma imagem positiva da cidade, “Manaus que amamos, que possui o pôr do sol mais belo do Planeta, que inquieta os poetas”, com a qual se identifica, e convida, via enunciação, o coenunciador a se identificar também.

4.2.3 Depoimento: *Sonhos e decepções*

A seção do Caderno, cujo título é *Eles fazem acontecer*, está organizada em torno da palavra-chave “Personalidades”. É uma seção composta por cinco

depoimentos de indivíduos considerados notáveis por sua atividade social no contexto local. Os depoimentos estão distribuídos em três páginas do jornal: na primeira, há dois deles, do cantor Zezinho Corrêa e do poeta Thiago de Mello; na segunda, encontram-se os depoimentos do empresário Moisés Sabbá e da apresentadora de televisão Baby Rizzato; na terceira, há o depoimento da advogada e ex-parlamentar Beth Azize⁴⁹.

Antes de verificarmos a cenografia dos depoimentos, faz-se necessário tecermos algumas considerações acerca desse gênero jornalístico. O *Manual da Folha de S.Paulo* considera o depoimento como um:

Relato em primeira pessoa de um acontecimento ou de uma história de vida. O repórter entrevista o personagem e escreve o texto **como se fosse o entrevistado narrando**. Devem-se manter características do relato oral da pessoa, incluindo alguns vícios de linguagem, mas sem descambar para o coloquialismo exagerado. (2018, p.135-136, grifo nosso).

O depoimento jornalístico evidencia, assim, a mistura de duas instâncias enunciativas: a instituição jornal e o indivíduo em sua singularidade. Não podemos dizer que o relato pertence exclusivamente ao entrevistado, visto que o entrevistador é quem escreve o texto. Nesse processo, haverá não apenas a mudança da modalidade oral para a escrita, mas também a manifestação da subjetividade do jornalista que realizará escolhas. Apesar disso, também não podemos atribuir a autoria do depoimento ao entrevistador, visto que, mesmo passando por seleções e recortes, o texto é produzido com base na entrevista realizada pelo repórter. Essa dificuldade enunciativa, porém, não é exclusividade do gênero depoimento, ao contrário, está presente em vários gêneros jornalísticos, como também é o caso da entrevista.

Quanto à cenografia dos depoimentos, ressaltamos que eles foram escritos em primeira pessoa e encontram-se entre aspas, acompanhados da foto de seus enunciativos. Apesar de esse gênero ser efetivamente produzido pela instância midiática com base em entrevista concedida aos jornalistas, a presença das aspas e

⁴⁹ Além da magistratura, destaca-se pela carreira política no Amazonas. Nos anos 70, foi vereadora. Nos anos 80, exerceu dois mandatos como deputada estadual. Nos anos 90, foi eleita deputada federal também por dois mandatos. PMDB, PDSB e PDT foram algumas de suas filiações partidárias. Afastou-se da política a partir de 1994.

da fotografia⁵⁰ (do rosto e parte do tórax, em geral de frente) contribui para a encenação de que o depoimento foi transcrito tal e qual os personagens falaram. Já os títulos não apresentam aspas, mesmo os que foram claramente aforizados do depoimento. Os quatro primeiros depoimentos apresentam tamanhos semelhantes, que variam entre dois e três parágrafos, enquanto o último, de Beth Azize, diferencia-se por ser um texto longo, ocupando uma coluna inteira. Em 2003, o jornal *A Crítica* ainda possuía parte do jornal em preto e branco, assim, as duas primeiras páginas dessa seção são coloridas e a última é em preto e branco.

Dos cinco depoimentos, selecionamos para a análise o de Beth Azize por apresentar um posicionamento diferente acerca da cidade. Enquanto os quatro anteriores ficaram restritos a uma representação positiva de Manaus, assemelhando-se ao discurso de apresentação do jornal, analisado anteriormente. Este último diferencia-se por mostrar Manaus e seus problemas, como sugere o seu título *Sonhos e decepções*.

⁵⁰ Chamada de *boneco fotográfico* no jargão jornalístico. (MANUAL DA FOLHA, 1992, p.126)

Figura 6 – Depoimento: *Sonhos e decepções*

ESPION a crítica

Manaus, sexta-feira, 24 de outubro de 2003

PERSONALIDADES



BETH AZIZE
Sonhos e decepções

"Manaus é cidade de sonhos e de decepções. Quando eu era criança, imaginava que Manaus estivesse fora do mundo, uma cidade muito bucólica, aconchegante, mas que não tinha nada do que o mundo dispunha. Não tinha televisão, mas se conversava com as pessoas que viajavam. Rio de Janeiro e São Paulo eram o sonho de qualquer criança ou adolescente, pelo que essas cidades representavam. A primeira vez que me ausentei de Manaus, aos 15 anos, para estudar, fui para São Paulo e lá descobri que Manaus era o meu mundo e não aquilo que estivesse vivendo em São Paulo. Manaus era pequena, sem grandes atrativos ou apelos de lazer mas representava o meu mundo e só senti isso quando me ausentei. Já adulta, eu me lembro sempre, cursando a Faculdade de Direito - o sonho de todo jovem à época era fazer um curso superior e um grande erro cometido pelos governos foi deixar a cidade sem formação superior, esvaziada de talentos jovens. Como eu queria voltar para o meu mundo, descobri que o Direito era a minha vocação. E lembro de uma frase do poeta chileno Pablo Neruda: 'Você só pode cantar para o mundo se souber cantar a sua aldeia'. Carreguei muito isso comigo. Tive muitas oportunidades em São Paulo e no exterior, em Lisboa poderia ter feito um curso de pós-graduação, mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim. Com o passar dos anos os sonhos foram se transformando em decepções, por não ver a cidade oferecer a qualidade de vida que poderia ter hoje. Em termos de cultura, Manaus hoje oferece alguma coisa, mas ainda é pouco se comparado com o que existia na época da borracha e atualmente nos grandes centros. Depois, na qualidade de vida, Manaus atrai muita gente de fora, que veio para cá não para construir, mas para destruir o meio ambiente, os administradores da cidade não possuem um freio. Manaus não tem arborização, um parque central e vive em um clima terrível. Não lugar da floresta, plantinhas ornamentais. Não se plantam mais árvores e ainda dizem que Manaus é a capital mais bela do País. Não é assim. Saneamento: Manaus é altamente poluída, os igarapés estão todos poluídos, vivemos numa cidade altamente poluída. É uma cidade maltratada pelas administrações públicas. Não temos uma política agrícola para produzir alimentos para a cidade, que continua importando tudo. Só não importa gelo porque é o lugar onde se exporta geladeira para o mundo. Isso tudo me faz sentir assim: será que valeu a pena viver toda a vida cantando a minha aldeia? O patrimônio local está sendo sucumbido por uma gama de forasteiros que só pensam em ganhar dinheiro e nem sepultura compram aqui. É tudo com o aval da administração pública. Estão desmatando a floresta com o aval das autoridades, afastando a floresta da cidade e em nome de que estão fazendo essa devastação? Se ainda fosse para produzir ou melhorar a qualidade de vida. Mas o que se vê são invasões absurdas, patrocinadas por políticos desonestos, corruptos, que não têm competência, qualidade nenhuma para conquistar o eleitor e o fazem destruindo a cidade, ocupando as margens dos igarapés. Em séculos passados Manaus tinha um clima agradável porque a floresta estava próxima e os igarapés não eram poluídos. Era uma cidade arborizada. Manaus é uma cidade que de sonho se transformou num grande pesadelo que eu não sei como vai terminar. Resta contabilizar tudo isso para administrações incompetentes que só visam o lucro e a arrecadação de impostos."



24 DE OUTUBRO
PARABÉNS,
MANAUS
334 ANOS
bemol
A SUA MELHOR ESCOLHA



MANAUS 334 ANOS
UMA CIDADE QUE PULSA MODERNIDADE

Manaus é uma cidade que busca novas soluções para sua vida, novos traçados, avenidas, jardins, novas moradias. Está mais moderna, mais bonita. Diferente. A Construtora Urbis acreditou neste diferencial, oferecendo à cidade, projetos arrojados, arquitetura moderna, qualidade de vida.

O Edifício Altos da Recife e o Metrópolis Residence são empreendimentos com a cara desta nova Manaus. É por isso que estamos tão felizes com mais este ano de vida. Parabéns, Manaus. Se depender da gente, você vai ficar cada vez mais bonita e melhor.

URBIS - RUA PROF. MARCIANO ARMOND, 30 - ADRIANÓPOLIS - TEL.: 231-1888 e-mail: sac_urbis@horizon.com.br

URBIS
INCORPORADORA
E CONSTRUTORA

Fonte: *A Crítica Especial*, p. 8, 24 out. 2003.

TRASCRIÇÃO: **Sonhos e decepções**

"Manaus é cidade de sonhos e de decepções. Quando eu era criança, imaginava que Manaus estivesse fora do mundo, uma cidade muito bucólica, aconchegante, mas que não tinha nada do que o mundo dispunha. Não tinha televisão, mas se conversava com as pessoas que viajavam. Rio de Janeiro e São Paulo eram o sonho de qualquer criança ou adolescente, pelo que essas cidades representavam.

A primeira vez que me ausentei de Manaus, aos 15 anos, para estudar, fui para São Paulo e lá descobri que Manaus era o meu mundo e não aquilo que estivesse vivendo em São Paulo. Manaus era pequena, sem grandes atrativos

ou apelos de lazer mas representava o meu mundo e só senti isso quando me ausentei.

Já adulta, eu me lembro sempre, cursando a Faculdade de Direito - o sonho de todo jovem à época era fazer um curso superior e um grande erro cometido pelos governos foi deixar a cidade sem formação superior, esvaziada de talentos jovens. Como eu queria voltar para o meu mundo, descobri que o Direito era a minha vocação. E lembro de uma frase do poeta chileno Pablo Neruda 'Você só pode cantar para o mundo se souber cantar a sua aldeia'.

Carreguei muito isso comigo. Tive muitas oportunidades em São Paulo e no exterior, em Lisboa poderia ter feito um curso de pós-graduação, mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim.

Com o passar dos anos os sonhos foram se transformando em decepções, por não ver a cidade oferecer a qualidade de vida que poderia ter hoje. Em termos de cultura, Manaus hoje oferece alguma coisa, mas ainda é pouco se comparado com o que existia na época da borracha e atualmente nos grandes centros.

Depois, na qualidade de vida. Manaus abriga muita gente de fora, que veio para cá não para construir, mas para destruir o meio ambiente, os administradores da cidade não puseram um freio.

Manaus não tem arborização, um parque central e vivemos num clima terrível. No lugar da floresta, plantinhas ornamentais. Não se plantam mais árvores e ainda dizem que Manaus é a capital mais bela do País. Não é assim.

Saneamento: Manaus é altamente poluída, os igarapés estão todos poluídos, vivemos numa cidade altamente poluída. E uma cidade maltratada pelas administrações públicas. Não temos uma política agrícola para produzir alimentos para a cidade, que continua importando tudo. Só não importa gelo porque aqui é o lugar onde se exporta geladeira para o mundo.

Isso tudo me faz sentir assim: será que valeu a pena viver toda a vida cantando a minha aldeia? O patriciado local está sendo sucumbido por uma gama de forasteiros que só pensam em ganhar dinheiro e nem sepultura compram aqui. E tudo com o aval da administração pública. Estão desmatando a floresta com o aval das autoridades, afastando a floresta da cidade e em nome de que estão fazendo essa devastação? Se ainda fosse para produzir ou melhorar a qualidade de vida. Mas o que se vê são invasões absurdas, patrocinadas por políticos desonestos, corruptos, que não têm competência, qualidade nenhuma para conquistar o eleitor e o fazem destruindo a cidade, ocupando as margens dos igarapés. Em séculos passados Manaus tinha um clima adorável porque a floresta estava próxima e os igarapés não eram poluídos. Era uma cidade arborizada.

Manaus é uma cidade que de sonho se transformou num grande pesadelo que eu não sei como vai terminar. Resta contabilizar tudo isso para administrações incompetentes que só visam o lucro e a arrecadação de impostos.”

De um modo geral, *Sonhos e decepções* seguiu a cenografia prevista para o gênero depoimento. Como os demais, está escrito em primeira pessoa, encontra-se entre aspas e está acompanhado da foto da entrevistada, que inicia narrando a sua infância e sua relação com a cidade para, em seguida, passar à fase adulta. A cenografia desse discurso pode ser dividida em dois momentos. No primeiro, há o relato dos sonhos, momento em que utiliza um tom saudosista da infância até o início da fase adulta. Já o segundo está dedicado às decepções. Nesse caso, a

cenografia assume características de desabafo e a enunciação apresenta um tom de denúncia e pessimismo.

No primeiro momento, destacamos a mudança de percepção da entrevistada sobre a cidade de Manaus após sua saída para estudar em São Paulo, aos quinze anos, isto é, em 1955. Assim, afirma que quando criança imaginava que Manaus estivesse “fora do mundo”, fosse “bucólica”, “sem televisão” e “aconchegante” e que não tivesse “nada do que o mundo dispunha”, enquanto que “Rio de Janeiro e São Paulo eram o sonho de qualquer criança ou adolescente”. No entanto, ao sair da cidade, afirma ter se dado conta de que “Manaus era o meu mundo”. Essa referência ao mundo, repetida ao longo de seu depoimento, é explicitada por meio de uma aforização do poeta Pablo Neruda, como podemos verificar: “E **lembro** de uma frase do poeta chileno Pablo Neruda ‘Você só pode cantar para o mundo se souber cantar a sua aldeia’”. Consideramos que esse enunciado não se trata de uma simples citação, mas de uma aforização, pois se apresenta como uma frase memorável (MAINGUENEAU, 2014b), que ficou na memória da enunciativa como indica o verbo “lembrar” que antecede à aforização. Além disso, esse caráter memorável pode ser observado pela influência que a frase teve em sua, conforme seu relato:

Carreguei muito isso comigo. Tive muitas oportunidades em São Paulo e no exterior, em Lisboa poderia ter feito um curso de pós-graduação, **mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim.** (grifo nosso)

Esse primeiro momento do depoimento apresenta uma linguagem mais poética, como foi evidenciado pela utilização de linguagem metafórica e do recurso à aforização do poeta Pablo Neruda. Esses recursos potencializam a dimensão poética do relato, como podemos verificar no enunciado final do excerto acima: “mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim”.

Na segunda parte do depoimento, a cenografia assume características de desabafo, no qual a entrevistada descreve a “Manaus das decepções”. Nesse momento, a enunciação apresenta uma descrição negativa da cidade. O tom crítico e contundente do desabafo é reforçado por ironias. Vejamos o excerto:

Com o passar dos anos os sonhos foram se transformando em decepções, por não ver a cidade oferecer a qualidade de vida que poderia ter hoje. **Em termos de cultura, Manaus hoje oferece alguma**

coisa, mas ainda é pouco se comparado com o que existia na época da borracha e atualmente nos grandes centros. (grifos nossos)

O primeiro aspecto criticado é a oferta “cultural da Manaus de hoje”. A personagem considera que “Manaus hoje oferece alguma coisa, **mas** ainda é pouco se comparado com o que **existia na época da borracha** e atualmente nos grandes centros”. Essa afirmação está baseada em dois estereótipos: o da noção de cultura como sinônimo da “alta cultura” e da época da borracha como momento de efervescência “cultural”. Diz-se com frequência que a elite desse período era grande apreciadora da “alta cultura” e, portanto, das óperas. No entanto, Souza (1977, p.106) recorre a Mário Ypiranga para nos apresentar um cenário um tanto diferente do imaginário construído:

Mário Ypiranga desfaz o mito dos Carusos e Pavlovas, mostrando que os espetáculos, na grande maioria, eram de café-concerto, prestidigitação e burletas de obscenidades veladas, encenadas por companhia de segunda linha. [...] Eram comuns os incidentes no interior do Teatro Amazonas, com foguetórios e arruaças.

Daou (2004) afirma também que os espetáculos líricos nesse período tiveram pouca aceitação pelo público, por isso, não foram muito frequentes. Nesse sentido, é que os suntuosos teatros desse período podem ser compreendidos não exatamente como símbolo da efervescência cultural, mas como uma forma de aproximação com as cidades europeias, símbolos da “civilização”. A comparação da “cultura ofertada” em Manaus em relação aos “grandes centros” reafirma ainda a concepção restritiva sobre a cultura, que, nesse entendimento, é sinônimo de “alta cultura”.

A personagem atribui os problemas de qualidade de vida em Manaus às questões de migração da cidade. Como podemos observar no excerto a seguir:

Depois, na qualidade de vida. Manaus abriga muita gente de fora, que veio para cá não para construir, mas para destruir o meio ambiente, os administradores da cidade não puseram um freio.

Enquanto, no discurso de apresentação, o jornal buscava valorizar e unificar a população local não estabelecendo distinção entre os que nasceram em Manaus e os que vieram de fora, nesse depoimento a instância externa apresenta outro posicionamento sobre a questão da migração na cidade. Nesse discurso, os

migrantes são representados como “gente de fora, que veio para cá **não para construir**, mas para **destruir** o meio ambiente”. Essa construção na forma negativa aciona interdiscursos positivos sobre os migrantes, com os quais estabelece relação de oposição. Assim, o migrante é responsabilizado pela destruição do meio ambiente.

Na sequência, a entrevistada elenca, em forma de desabafo, o que considera ser os problemas da cidade:

Manaus **não** tem arborização, um parque central e vivemos num **clima terrível**. **No lugar da floresta, plantinhas ornamentais**. **Não se plantam mais árvores** e ainda **dizem que Manaus é a capital mais bela do País**. Não é assim. Saneamento: Manaus é altamente **poluída**, os igarapés estão todos **poluídos**, vivemos numa cidade altamente **poluída**. E uma **cidade maltratada** pelas administrações públicas. **Não temos uma política agrícola** para produzir alimentos para a cidade, que continua importando tudo. **Só não importa gelo porque aqui é o lugar onde se exporta geladeira para o mundo**. (grifos nossos)

Essa descrição sobre Manaus está fortemente marcada pela negação, ou seja, pelo que falta na cidade ou deixou de existir: “**não** tem arborização, um parque central”, “**No lugar da floresta, plantinhas ornamentais**”, “**Não** se plantam **mais** árvores”, “**Não** temos uma política agrícola para produzir alimentos para a cidade, que continua importando tudo”. Há ainda frases afirmativas, nas quais destacamos o recurso à ênfase por meio do adjetivo “terrível” e do advérbio “altamente”, como em “vivemos num **clima terrível**” e ainda “vivemos numa cidade **altamente poluída**”. Além disso, a poluição foi enfatizada pela repetição da palavra “poluída(os)”, que aparece três vezes.

Essa enunciação caracteriza-se também pelo tom irônico, como podemos observar no seguinte enunciado: “No lugar da floresta, **plantinhas** ornamentais”. Segundo Maingueneau (2013a, p. 222), a ironia é um caso de polifonia que pode ser analisado como uma espécie de enunciação em que “o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia”. O diminutivo presente em “plantinha” é o ponto chave para a identificação dessa subversão. Não sendo, portanto, tomada a sério, o enunciado pretende criticar o absurdo que representa a destruição da floresta, dando lugar a plantas ornamentais na cidade.

Em outra passagem, a questão da migração volta a aparecer e reforça o posicionamento mencionado anteriormente, como podemos verificar em:

O **patriciado local** está sendo sucumbido por uma gama **de forasteiros** que só pensam em ganhar dinheiro e nem sepultura compram aqui. E tudo com o aval da administração pública. Estão desmatando a floresta com o aval das autoridades, afastando a floresta da cidade e em nome de que estão fazendo essa devastação? Se ainda fosse para produzir ou melhorar a qualidade de vida. (grifos nossos)

Os migrantes são representados como “gama de **forasteiros** que só pensam em ganhar dinheiro e nem sepultura comprar aqui”, sendo também responsabilizados por “sucumbir” o “patriciado local”. Eles são vistos, assim, como adversários ou concorrentes em relação às pessoas que nasceram na região. Ele é, mais uma vez, culpabilizado pela destruição do meio ambiente. O processo de ocupação do solo urbano é, portanto, nomeado de “invasão”. É recorrente também nesse discurso a caracterização das autoridades locais e políticos, que são classificados como “coniventes”, pois “os administradores da cidade **não puseram um freio**” ou ainda “Estão desmatando a floresta com o **aval das autoridades**”.

Desse fragmento, destacamos ainda a adjetivação que faz com que o tom de desabafo passe ao de denúncia dos problemas mencionados.

Mas o que se vê são invasões **absurdas**, patrocinadas por políticos **desonestos, corruptos, que não têm competência**, qualidade nenhuma para conquistar o eleitor e o fazem destruindo a cidade, **ocupando as margens dos igarapés**. (grifos nossos)

As “invasões” são qualificadas como “absurdas” e os políticos caracterizados como “desonestos” e “corruptos”. A classe política é ainda acusada de patrocinar as “invasões”, para, assim, ganhar votos.

A representação negativa do migrante presente nesse depoimento evidencia que sua inserção no contexto da metrópole é heterogênea, ou seja, uns são mais facilmente integrados do que outros. De acordo com pesquisa realizada por Silva (2010) sobre a migração em Manaus, o preconceito e a discriminação são mais recorrentes entre indígenas e migrantes interestaduais. Isso nos revela que essa Manaus acolhedora é uma imagem que, nas práticas cotidianas, nem sempre se realiza. Conforme Silva (2010, p. 158), o fator econômico é um agravante:

Aquele que vem de fora e não dispõe de recursos econômicos, de um modo geral, é visto como um invasor, e é responsabilizado pelos problemas sociais locais, como a violência, o roubo, o tráfico de drogas, além de incomodar com seus costumes, esses tidos como “exóticos”, como “cultura brega” ou simplesmente como “folclore”, na visão elitista e preconceituosa dos grupos locais.

Ao compararmos as observações de Silva (2010) e o depoimento em análise, duas semelhanças se evidenciam: a primeira é a classificação do migrante, principalmente esse de baixa renda que ocupa “as margens dos igarapés”, como invasor; a segunda é a responsabilização desses migrantes pelos problemas sociais da cidade, no caso do depoimento, são culpabilizados por: destruir o meio ambiente, por fazer o “patriciado local” sucumbir, ou ainda, por diminuir a qualidade de vida da cidade, como foi evidenciado pelo modo como o tópico da migração foi introduzido: “Depois, **na qualidade de vida**. Manaus abriga muita gente de fora [...]”.

O depoimento inicia com o seguinte tópico-frasal: “**Manaus** é cidade **de sonhos** e de **decepções**”. A cidade é representada por duas palavras: a primeira remete a sentidos positivos, tais como desejo, anseio, fantasia, a segunda está associada a sentidos negativos, como tristeza e frustração. Primeiramente, os sonhos foram apresentados, em seguida, as decepções, quando a frase inicial foi atualizada para: “Com o passar dos anos os **sonhos foram se transformando em decepções**”. O parágrafo de fechamento, por sua vez, retoma e ressignifica essas duas afirmações para: “**Manaus** é uma cidade que **de sonho** se transformou num **grande pesadelo** que eu não sei como vai terminar”. A narrativa do depoimento apresentou uma gradação, iniciando com “sonhos”, passando para “decepções” e, no seu nível máximo, para “pesadelo”, ou melhor, “**grande pesadelo**”. Apesar de iniciar com os “sonhos”, o sujeito dá ênfase às decepções e conclui em tom pessimista: “**Manaus** é uma cidade que de sonho se transformou num **grande pesadelo** que eu não sei como vai terminar”.

Nesse sentido, o título do depoimento destacou sua afirmação inicial e não o que mais se ressaltou efetivamente, as decepções. Com base no tópico-frasal, a instância midiática construiu o título por meio da aforização das duas palavras: *Sonhos e decepções*. Dessa forma, o jornal optou por não dar destaque à frase mais polêmica, que se mostra sobreasseverada, a saber: “**Manaus é uma cidade que de sonho se transformou num grande pesadelo que eu não sei como vai terminar**”. Segundo Maingueneau (2014b), os enunciados sobreasseverados são

aqueles que se destacam no texto, normalmente são afirmações polêmicas que concluem os textos.

Associadas, portanto, aos dois momentos da cenografia desse discurso estão diferentes imagens do fiador. Do primeiro momento, destacamos uma imagem de uma jovem sonhadora e apegada à sua terra natal. Até mesmo a escolha de sua profissão foi determinada por esse desejo de retorno: “Como eu queria voltar para o meu mundo, descobri que o Direito era a minha vocação”. A enunciativa reforça a imagem de profissional com experiências fora de sua cidade, inclusive no exterior para evidenciar, assim, o seu sentimento de apego pela cidade, pois não voltou por falta de opção, como podemos observar em: “Tive muitas oportunidades em São Paulo e no exterior, em Lisboa poderia ter feito um curso de pós-graduação, mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim”.

No segundo momento da cenografia, em que os “sonhos foram se transformando em decepções”, a enunciativa evidencia uma imagem de desesperança. Além de demonstrar conhecer os problemas locais e ser crítica à classe política, seu discurso tem um tom assertivo, de quem fala a verdade sem muitos rodeios, sem modalizações. Considerando ainda que os *ethé* resultam da multimodalidade (MAINGUENEAU, 2016), verificamos que esse *ethos* assertivo da enunciativa é reforçado pela imagem apreendida pela fotografia, que evidencia uma senhora elegante, com ar de seriedade e autoconfiança. Essa imagem é acionada com base na observação de alguns detalhes, tais como: uso de maquiagem sóbria, blusa social, leve sorriso, cabeça levemente levantada. O fato de a fotografia estar em preto e branco contribui ainda com esse tom de seriedade projetado pela enunciativa. Barthes (2015), em outro contexto, também refletiu sobre a imagem que o sujeito constrói ao ser fotografado. De acordo com esse autor, “a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a ‘posar’, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem” (BARTHES, 2015, p.18). Destacamos, assim, a pertinência dessa afirmação para o estudo do *ethos* icônico.

A Manaus de hoje é, nesse depoimento, representada como uma cidade “com pouca oferta de cultura”, “altamente poluída”, “sem arborização”, “maltratada pelas administrações públicas”, “sem política de produção agrícola”, que sofre com as “invasões”, de “clima terrível”, enfim, uma cidade que enfrenta muitos problemas sociais. Nesse discurso, foi possível evidenciar ainda alguns estereótipos, como o do

ciclo da borracha como “momento de efervescência cultural” e dos migrantes como forasteiros e invasores.

4.2.4 Perfis: *A cidade existe em mim e Habitante do cantinho da paz*

A seção *A vida é assim...*, dedicada aos personagens, está composta por nove perfis, distribuídos em três páginas. Conforme apresentado no Quadro 2, os personagens são pessoas anônimas, que nasceram ou que migraram para Manaus, e que relatam aspectos de suas vidas e suas experiências na cidade. Desses nove personagens, dois nasceram em Manaus e sete são migrantes, sendo quatro de outros municípios do Amazonas, dois de outros estados e um de outro país. Desse montante, analisamos os dois que ocupam a primeira página da seção: *A cidade existe em mim* e *Habitante do cantinho da paz*. Nossa motivação para a escolha desses dois perfis deu-se pela posição privilegiada que ocupam no jornal: estão localizados na primeira página da seção. Além disso, eles receberam mais destaque na página, pois ela está composta apenas por dois perfis, enquanto as demais possuem três e a última página, quatro.

Por se tratar da primeira página da seção, o cabeçalho está ilustrado. Ela traz uma foto da região portuária de Manaus ao anoitecer, em que se destacam barcos de recreio ancorados no porto e parte da cidade iluminada. Essa foto não apenas representa uma identidade da cidade de Manaus devido à sua relação com o rio, como também está intimamente relacionada com os perfis escolhidos pelo jornal. A região portuária aciona esse sentido de movimento, que está muito presente no relato dos personagens, que são, em sua maioria, migrantes.

Os dois discursos aqui selecionados pertencem ao gênero jornalístico conhecido como perfil, que é um tipo de reportagem. De acordo com o *Manual Geral da Redação da Folha*, o perfil “é uma reportagem biográfica que mescla declarações de pessoas entrevistadas, dados de sua vida e comentários sobre a figura em foco” (1984, p. 156). Nessa mesma direção, Pinto (2014, p. 123) afirma que “perfis são retratos de uma pessoa (ou, mais raramente, de um lugar ou evento) em forma de texto. A entrevista é boa parte desse tipo de minibiografia, não a única”. Fazem parte da apuração, além da entrevista direta com o personagem, a observação, a pesquisa sobre a biografia do personagem e a entrevista com pessoas que a conhecem. A cenografia desses perfis segue, portanto, o que está estabelecido pela

sua cena genérica, por isso, está caracterizada pelo relato das declarações e dos dados da vida do personagem. Por se tratar, ainda, de um discurso que está inserido no Caderno Especial de *A Crítica* em comemoração ao aniversário da cidade de Manaus, dá ênfase aos acontecimentos da vida do personagem que envolvem a cidade.

Os perfis escolhidos para compor a seção têm a função de esclarecer o título *A vida é assim...* O advérbio “assim” faz referência aos perfis selecionados, que funcionam como casos exemplares de como a vida é. Consideramos haver aqui uma intertextualidade externa, mais uma vez, com o campo da literatura, mais especificamente com a obra *A vida como ela é...*, de Nelson Rodrigues. Quanto às semelhanças entre os títulos, destacamos que ambos iniciam da mesma forma e terminam com reticências e, ainda, buscam mostrar a vida em suas realizações cotidianas.

Figura 7 – Perfis: A cidade existe em mim e Habitante do cantinho da paz

334 ANOS MANAUS
9 PERSONAGENS

A vida é assim...

TEREZA CARVALHO
A cidade existe em mim

Foi desembarcar em Manaus e receber, como boas vindas, a típica chuva amazônica: intensa e rápida, com direito a arco-íris compondo o cenário molhado. Era o sinal de que aqui a vida fluiria bem. Intuição correta povoando o coração duvidoso. "Não conhecia nada sobre a cidade e tinha as informações erradas de que aqui havia índios pelas ruas e tudo era mato. Pra conhecer Manaus é preciso vir, viver, experimentar", afirma a executiva Tereza Carvalho, 37. Natural de Aracaju, Sergipe, ela chegou em Manaus há três anos. Veio com os dois filhos, Marília e Júnior, e o marido, Alberto, que recebeu transferência no emprego.

OSVALDO VICING
Habitante do cantinho da paz

Quando chegou ao bairro de Pacarapuera, em Itirapina, Osvaldo Vicing não sabia ao certo que encontraria o cantinho de maior sucesso. É que apesar de ser um bairro nobre, ele não tem nada de um bairro tradicional. Há um comércio agitado, mas pouco com o ar de tradição. Há a sensação de estar em um bairro novo.

Quando chegou ao bairro de Pacarapuera, em Itirapina, Osvaldo Vicing não sabia ao certo que encontraria o cantinho de maior sucesso. É que apesar de ser um bairro nobre, ele não tem nada de um bairro tradicional. Há um comércio agitado, mas pouco com o ar de tradição. Há a sensação de estar em um bairro novo.

PARA SE TER IDÉIA DA BELEZA DA CIDADE BASTA VER UMA FONTE.

Parabéns, Manaus.

Carrefour
Sempre a menor preço.

Fonte: *A Crítica Especial*, p. 17, 24 out. 2003.

TRANSCRIÇÃO: TEREZA CARVALHO A cidade existe em mim

Foi desembarcar em Manaus e receber, como boas vindas, a típica chuva amazônica: intensa e rápida, com direito a arco-íris compondo o cenário molhado. Era o sinal de que aqui a vida fluiria bem. Intuição correta povoando o coração duvidoso. "Não conhecia nada sobre a cidade e tinha as informações erradas de que aqui havia índios pelas ruas e tudo era mato. Pra conhecer Manaus é preciso vir, viver, experimentar", afirma a executiva Tereza Carvalho, 37. Natural de Aracaju, Sergipe, ela chegou em Manaus há três anos. Veio com os dois filhos, Marília e Júnior, e o marido, Alberto, que recebeu transferência no emprego.

Ainda no avião, tendo a selva sob os pés e sem ver qualquer sinal de cidade, Tereza chegou a imaginar que seria difícil viver num local com tanto mato. "Só via floresta e rios, nada de ruas, casas, urbanização. Fiquei assustada. Mas não esqueço minha surpresa quando consegui enxergar a imensidão que é isso aqui".

Já em terra firme ela abriu o peito e seguiu, mergulhou na cidade e se deixou encantar. Descobriu as belezas e particularidades do lugar, das comidas, do povo. Depois que "arrumou" a vida de todos, filhos e marido, foi lutar pela sua. Arranjou um emprego, conheceu gente nova, plantou raízes. Hoje não sabe quanto tempo ainda vai ficar. Talvez pra sempre, se dependesse dos filhos, apenas. "Eles estão completamente adaptados e não querem ir embora. Meu sentimento é diferente: sinto-me acolhida pela cidade e a tenho em mim. Se tiver que ir vou levar um pedaço dessa terra comigo e nunca mais eu existirei sem uma parte de Manaus".

TRANSCRIÇÃO: OSVALDO VEKING **Habitante do cantinho da paz**

Quando chegou ao bairro do Puraquequara, em 1977, o aposentado Osvaldo Veking dos Santos, 66, teve que transportar a mudança de motor recreio. É que naquela época não havia estrada que ligasse o local com a cidade. Vinte e três anos depois, ele mora no mesmo lugar, mas pouca coisa ali continua igual. "Até a natureza, agora, está diferente."

Osvaldo mora em um canto de Manaus onde o som produzido é o do vento batendo nas folhas das árvores e até o da água do rio Negro. Também ali se pode ouvir cantos de passarinhos e o barulho de animais correndo no mato. E esses sons o embalam. Do movimento da Manaus-cidade-grande ele não sente falta e confessa ter medo. "Lá fora tem muita maldade, gente perversa que rouba; carros que matam; muito barulho".

Vindo do interior, do município de Novo Aripuanã, quando jovem, ele diz ter encontrado no extremo Leste da cidade o local ideal para viver.

A cenografia do perfil *A cidade existe em mim* não possui as marcas da encenação objetiva própria do relato jornalístico. Assim como o discurso de apresentação, ele está marcado por uma linguagem poética, presente desde o título, que se caracteriza como uma aforização, conforme propõe Maingueneau (2014b). Como se sabe, o processo de destacabilidade, por vezes, apenas recorta enunciados sobreasseverados, ou seja, com potencial para ser destacado, e as alterações fazem parte dessa enunciação aforizante (MAINGUENEAU, 2014b). O enunciado que originou a aforização encontra-se na parte final do texto, apresenta-

se sobreasseverado, ou seja, com potencial para ser aforizado, e passou por significativas mudanças. Ao falar sobre a possibilidade de ir embora de Manaus, Tereza afirmou que, se dependesse apenas dos filhos, permaneceriam talvez para sempre, mas que ela pensa diferente:

[...] sinto-me acolhida pela cidade e a tenho em mim. Se tiver que ir vou levar um pedaço dessa terra comigo e nunca mais eu existirei sem uma parte de Manaus.

No texto-fonte, as afirmações de que “sinto-me acolhida pela cidade e a tenho em mim” ou “nunca mais existirei sem uma parte de Manaus” estão associadas à possibilidade de ir embora da cidade. Ao realizar a aforização, a instância midiática apaga do texto-fonte essa informação e constrói o seguinte título: “A cidade existe em mim”, que estabelece um diálogo tanto com o gênero apresentação, quanto com o poema “As muitas cidades”, do escritor amazonense Aldisio Filgueiras, que em um de seus versos afirma: “Sim, a cidade existe em nós”.

Além do título, o aspecto poético da cenografia pode ser verificado também logo no primeiro parágrafo em que o jornalista descreve com detalhes o dia da chegada da entrevistada a Manaus. A chuva, que poderia ser um elemento de transtorno para quem está se mudando, é descrito como elemento positivo desse primeiro contato, como um “sinal” de que tudo “fluiria bem”.

Foi desembarcar em Manaus e receber, como **boas vindas**, a típica chuva amazônica: intensa e rápida, com direito a **arco-íris compondo o cenário molhado**. Era **o sinal** de que aqui **a vida fluiria bem**. Intuição correta povoando **o coração duvidoso**. (grifos nossos)

A instância midiática transformou, assim, as declarações da personagem em relato poético. Voltemos ao período final do excerto anterior que utiliza linguagem figurada, como em “coração duvidoso”. Essa linguagem metafórica é empregada ainda no trecho a seguir: “Já em terra firme ela **abriu o peito** e seguiu, **mergulhou** na cidade e se deixou encantar”. Desse fragmento, destacamos as metáforas cotidianas presentes em “abrir o peito” e “mergulhou na cidade”. Esta última reforça, ainda, a relação da cidade com a água, seja de chuva seja de rio. Essa linguagem figurada é, portanto, uma constante ao longo do texto.

Além do relato poético da instância interna, esse perfil conta também com o discurso direto (DD) da instância externa, marcado por meio das aspas. O jornalista optou por utilizar o DD para relatar a fala da personagem que evidencia uma representação cristalizada sobre a região:

"Não conhecia nada sobre a cidade e tinha as informações erradas de que **aqui havia índios pelas ruas e tudo era mato**. Pra conhecer Manaus é preciso vir, viver, experimentar", afirma a executiva Tereza Carvalho, 37. (grifo nosso)

Por se tratar de um estereótipo considerado negativo sobre a cidade, o jornalista recorre ao DD, pois assim se exime de qualquer responsabilidade sobre o dito. Como lembra Maingueneau (2013a, p.181, grifo do autor), o DD "simula *restituir as falas citadas* e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado". Por mais que a enunciativa afirme que possuía as "informações erradas" sobre a região, ou seja, que "aqui havia índios pelas ruas e tudo era mato", põe em evidência um estereótipo que teve sua origem na época da colonização e persiste até a atualidade.

Esse estereótipo aciona um efeito de sentido negativo tanto para a floresta, nomeada aqui como "mato", quanto para a presença do indígena na cidade. O sentido é o de que a cidade é pouco desenvolvida, sendo a presença indígena na cidade e a do "mato" os índices dessa falta de desenvolvimento urbano. Esse estereótipo tem forte influência na identidade e nas práticas discursivas da população local. Uma de suas consequências é a negação tanto do indígena quanto de sua herança na cultura local. Outra consequência é a presença de um discurso de afirmação do desenvolvimento e da urbanização, em uma tentativa constante de desfazer tal imagem. É nesse sentido que também se insere esse perfil, pois após a afirmação do estereótipo, o jornalista busca desconstruí-lo, enfatizando, também por meio do DD, a fala da enunciativa sobre o desenvolvimento urbano de Manaus:

Ainda no avião, tendo a selva sob os pés e sem ver qualquer sinal de cidade, Tereza chegou a imaginar que seria difícil viver num local com tanto mato. "Só via floresta e rios, nada de ruas, casas, urbanização. Fiquei assustada. **Mas não esqueço minha surpresa** quando consegui enxergar a **imensidão que é isso aqui**". (grifos nossos)

A instância midiática recorre ao DD mais uma vez, agora para evidenciar a surpresa da personagem diante do tamanho da cidade de Manaus. Essa ênfase está marcada pelo emprego do conectivo “mas”, que, ao ser utilizado, coloca em evidência a informação que se encontra depois dele, ou seja, o seguinte trecho: “não esqueço minha surpresa quando consegui enxergar a imensidão que é isso aqui”. Nesse fragmento, destacamos ainda o emprego do vocabulário “imensidão”, utilizado para se referir a algo de proporção tão grande que não se consegue medir, e que aqui se refere à cidade de Manaus, representada pelo dêitico “isso aqui”. Dessa forma, a instância midiática, ao mesmo tempo em que ressalta a desconstrução do estereótipo da personagem sobre a cidade, destaca a construção de uma nova representação para ela, a de uma cidade grande e desenvolvida.

No que se refere ao *ethos* do enunciador, destacamos sua imagem enquanto profissional. A entrevistada, que é designada como executiva de 37 anos, é fotografada de frente, caminhando em uma rua. A imagem capta a personagem em movimento, como pode ser observado pela abertura de seu terno e pela posição dos braços. A ideia de movimento retratada na foto escolhida para compor a página do jornal aciona o mundo ético das executivas decididas e dinâmicas.

Apesar de a instituição midiática destacar a dimensão profissional da personagem, sua representação como mãe e esposa também podem ser observadas. Nesse sentido, identificamos a presença de um estereótipo sobre a divisão dos papéis entre os sexos. Vejamos o excerto abaixo:

Depois que "arrumou" a vida de todos, filhos e marido, foi lutar pela sua. Arranjou um emprego, conheceu gente nova, plantou raízes.

Podemos observar aqui o estereótipo da mulher abnegada, que coloca a sua vida em segundo plano. De acordo com o excerto, a personagem somente foi lutar por sua vida depois de “arrumar” a do marido e dos filhos. Sobre esse tipo de estereótipo, Amossy & Pierrot (2010, p. 42) afirmam que:

los comportamientos de la mujer reflejan roles sociales: lo que espera de ella determina sus modos de hacer y de ser. Aparece como preocupada por el bienestar de su entorno y abnegada, mientras que los hombres aparecen como más deseosos de imponerse y controlar su entorno.

A instância midiática reforça assim o estereótipo sobre a atribuição dos papéis entre os sexos. Segundo essa concepção, a mulher até pode trabalhar, desde que isso não interfira nas obrigações próprias de seu gênero, que, de acordo com o discurso reproduzido pela instância midiática, é, em primeiro lugar, cuidar dos filhos e do marido.

O outro discurso dessa página, cujo título é *Habitante do cantinho da paz*, retrata o aposentado Osvaldo Veking, morador de um bairro rural da cidade de Manaus. Nesse perfil, o bairro do Puraquequara é representado como um lugar idealizado, como é anunciado no título, em que o bairro é nomeado de “cantinho da paz”. Esse sentido pode ser acionado também pela fotografia que compõe o perfil, bem como pela descrição do bairro ao longo do texto.

O *ethos* icônico desse perfil aciona o estereótipo da lentidão, da calma e da tranquilidade da vida no campo, e está em relação de oposição à dinamicidade da vida na cidade presente na fotografia do perfil visto anteriormente. O personagem é, assim, fotografado sem camisa, com um semblante tranquilo e com o braço levemente erguido, sinalizando que estava no meio de uma conversa amigável. Ao fundo, a natureza, especialmente, as águas calmas do rio transmitem a sensação de tranquilidade.

Apesar de no final do primeiro parágrafo do perfil haver uma pequena menção às transformações do bairro ao longo dos anos, essa ideia não é desenvolvida.

Vinte e três anos depois, ele mora no mesmo lugar, **mas pouca coisa ali continua igual**. “Até a natureza, agora, está diferente.”

A instância midiática afirma que “pouca coisa ali continua igual” e utiliza um DD do personagem para mostrar que “Até a natureza, agora, está diferente”, no entanto, há uma quebra de expectativa, pois, no parágrafo seguinte, o jornal descreve o local sem fazer qualquer referência às transformações e continua a construir a imagem do bairro como “cantinho da paz”, presente no título. Vejamos a descrição no parágrafo seguinte:

Osvaldo mora em um canto de Manaus onde o som produzido é o do vento batendo nas folhas das árvores e até o da água do rio Negro. Também ali se pode ouvir cantos de passarinhos e o barulho de animais correndo no mato. E esses sons o embalam.

A instituição jornalística, claramente, busca dar ênfase ao aspecto bucólico e até idealizado da natureza, no qual os problemas sociais do bairro não são sequer mencionados. Esse “cantinho da paz” se constrói em oposição à cidade grande, aqui atualizada para “Manaus-cidade-grande”:

Do movimento da Manaus-cidade-grande ele não sente falta e confessa ter medo. “Lá fora tem muita maldade, gente perversa que rouba; carros que matam; muito barulho”.

A imagem construída para o personagem do perfil se aproxima a de um eremita que vive isolado, apenas em contato com a natureza, e que “confessa ter medo” da cidade e não gostar do barulho da cidade grande. A instância midiática recorre ao DD para evidenciar a representação que esse homem do interior tem da cidade, que, por sua vez, é retratado como ingênuo.

Em ambos os perfis são acionadas duas representações da cidade de Manaus. No primeiro, a Manaus pouco desenvolvida, que só “tem mato”, é mencionada na forma de um estereótipo, que o enunciador busca desconstruir, dando ênfase a Manaus desenvolvida, como foi demonstrado. No segundo, há igualmente essas duas representações, sendo que a Manaus não urbanizada é retratada como um lugar possível e até idealizado, mas específico, ou seja, esse cantinho da natureza existe na cidade, mas não corresponde a sua totalidade e pode ser encontrado no extremo Leste da cidade. Ao colocar esses dois perfis lado a lado, a instância midiática pretende mostrar a Manaus plural enunciada em sua apresentação.

4.3 *A Crítica Especial*: edição de 2017

O Caderno Especial não possui estrutura fixa. A edição de 2017, que celebra os 348 anos, está composta por 24 páginas. Além da capa, onde há um discurso de apresentação, há 20 depoimentos de moradores da cidade, que dividem espaço com 24 anúncios publicitários. Ao contrário da primeira edição, que, como foi visto no Quadro 2, é composta a partir de uma variedade de gêneros de discurso, a de 2017 é constituída basicamente do gênero depoimento. Há neles uma característica que se repete: todos os personagens são fotografados em janelas e portas que mostram alguma vista da cidade.

Elaboramos a seguir um quadro síntese da estrutura composicional de *A Crítica Especial 2017*. Dos 20 depoimentos, destacamos as seguintes informações: título, naturalidade do personagem, profissão e vista utilizada na fotografia que compõe cada página. Os depoimentos que são investigados mais detalhadamente a seguir estão em negrito para facilitar sua localização em relação aos outros discursos que compõem o Caderno.

Quadro 3 – Síntese da estrutura composicional de A Crítica Especial de 2017

N.º	Título	Vista	Natural de	Profissão
1	Amor além das lentes ⁵¹ (Gisele Alfaia)	Rio Negro – apartamento na Ponta Negra (Zona Oeste)	Manaus – AM	Fotógrafa e artista plástica
2	Terra de realizações (Vera Rodrigues)	Natureza – restaurante no Puraquequara (Zona Leste)	Maués – AM	Comerciante
3	Entre peixe e boleros (Joka Loureiro)	Rio Negro – restaurante no São Raimundo (Zona Oeste)	Iranduba – AM	Proprietário de peixaria e cantor
4	Veio, viu e ficou aqui (Paulo Henrique de Castro)	Centro Histórico – residência no Centro (Zona Sul)	Soledade – MG	Engenheiro e fundador do Instituto Amazônia
5	Calor humano, amor e família (Giovana Quércia)	Vista do apartamento – Flores (Zona Centro-Sul)	Manaus – AM	Digital <i>influencer</i>
6	Calçada de amor e memória (Marco Silva) filho de português	Centro Histórico – porta do bar no Centro (Zona Sul)	Manaus – AM	Empresário (herdeiro do bar Calçada Alta)
7	Abraçado por Manaus (Nícolas Júnior)	Vista do apartamento – Adrianópolis (Zona Centro-Sul)	Santarém – PA	Cantor
8	Sonhando com dias melhores (Rosana Serra Silva)	Prédio histórico da tradicional cervejaria Miranda Correa – São Raimundo (Zona Oeste)	Manaus – AM	Dona de casa
9	Sem medo de ser feliz (Adriana Verão)	Vista do apartamento – Adrianópolis (Zona Centro-Sul)	Dourados – MS	Arquiteta e empresária
10	Onde o direito é pioneiro (Júlio Antônio Lopes)	Igreja dos Remédios – Antigo prédio da Faculdade de Direito na Praça dos Remédios – Centro (Zona Sul)	Manaus – AM	Advogado
11	Conexão Manaus Salvador (Dária Neves)	Cidade – consultório – Chapada (Zona Centro-Sul)	Salvador – BA	Médica e pesquisadora

⁵¹ Destacamos em negrito o título dos depoimentos que foram selecionados para análise.

12	Pela mulher indígena (Rosemere Arapasso)	Janela de prédio antigo – não especificado	São Gabriel da Cachoeira – AM	Líder indígena
13	Indo na direção certa (Edson Sarkis Jr.)	Vista do apartamento – Adrianópolis (Zona Centro-Sul)	São Paulo – SP	Diretor de hospital
14	Terra da oportunidade (Gilberto Novaes)	Ponta Negra – sacada de apartamento na Ponta Negra (Zona Oeste)	São Paulo – SP	Empresário (dono de fábrica)
15	Muitas lembranças (Maria Amália Afonso)	Vista da janela da casa – Rua Alexandre Amorim – Centro (Zona Sul)	Manaus – AM	Advogada e professora aposentada da UFAM
16	Relação de amor e carinho (Sylvio Puga)	Área verde – da janela da sala na reitoria da Ufam – Coroadó (Zona Leste)	Manaus – AM	Reitor da Ufam
17	Conquista do paladar (Flávia Ribeiro) Morou 12 anos nos EUA	Janela do <i>foodtruck</i> – Não especifica o local da foto	Manaus – AM	Empresária (proprietária de hamburgueria)
18	De coração aberto (Aristóteles Alencar)	Teatro Amazonas – da janela do consultório no Largo de São Sebastião – Centro (Zona Sul)	Manaus – AM	Médico cardiologista
19	Lugar para recomeçar (Sâmara Macedo)	Sol e área verde – janela da casa na Cidade de Deus – (Zona Norte)	Monte Alegre – PA	Autônoma
20	Manaus é recomeço a cada dia (Jonathas Freire)	Nascer do sol – Porto da Ceasa (Zona Sul)	Manaus – AM	Comerciante

Fonte: De autoria da pesquisadora

As 20 personagens escolhidas para falar sobre Manaus no dia do seu aniversário são todas moradoras da cidade, sendo 10 naturais de Manaus e 10 vindas de outros lugares. Desse último grupo, 3 vieram de municípios do interior do Amazonas (São Gabriel da Cachoeira, Maués e Iranduba) e 7, de outros estados brasileiros (2 do Pará, 2 de São Paulo, 1 de Mato Grosso do Sul, 1 de Minas Gerais e 1 da Bahia). Há, assim, um equilíbrio entre os personagens escolhidos, sendo 50% de Manaus e 50% de migrantes. No entanto, a ênfase dada pelo periódico está na migração interestadual, com 7 personagens, enquanto a migração intraestadual, que é a mais significativa na cidade atualmente, esteve representada apenas por 3 dos entrevistados. O destaque dado pelo periódico aos migrantes de outros estados pode estar relacionado com a condição social desse grupo, conforme pontua Silva (2010, p. 153-154):

aqueles que vieram de outros estados do país apresentam um nível de escolarização maior do que os oriundos do interior do Amazonas. Este diferencial reflete diretamente no tipo de trabalho desenvolvido por eles, bem como no seu nível de renda que, em geral, é maior do que dos migrantes amazonenses.

As profissões dos personagens selecionados corroboram essa hipótese, pois a instância midiática privilegiou as mais prestigiadas socialmente, que correspondem a 75% delas. O grupo dos empresários foi o mais bem representado, com 4 entrevistados, seguido dos médicos, com 2, e dos advogados, também com 2. Os indivíduos que desempenham atividades com menos prestígio social correspondem apenas a 25% dos depoimentos. Foram eles: 3 autônomos, 1 dona de casa e 1 líder indígena.

No que se refere às vistas escolhidas para a composição da foto dos depoimentos, em primeiro lugar está a Zona Sul, aparecendo seis vezes, sendo o Centro Histórico da cidade quem recebeu maior destaque. A segunda Zona mais representada foi a Centro-Sul, figurando em cinco depoimentos, na qual o bairro de Adrianópolis, considerado um dos mais nobres da capital, aparece três vezes. A terceira Zona mais mencionada foi a Oeste, representada no jornal pelo antigo bairro do São Raimundo, de onde se evidenciou o Rio Negro e o prédio histórico da cervejaria Miranda Corrêa, e pelo bairro da Ponta Negra, também de alto padrão, de onde se destacou um dos principais cartões-postais de Manaus, a praia da Ponta Negra. As duas maiores zonas da cidade, em população, foram as menos

representadas. A Zona Norte figura apenas em um dos depoimentos e a Leste, em dois deles. Desta última, não se destacou especificamente os aspectos urbanos dos bairros, mas a natureza, que aparece como vista do bairro do Puraquequara, na zona rural, e da Universidade Federal do Amazonas.

Ao se observar os títulos dos depoimentos, destacamos os efeitos de sentido produzidos pela recorrência do vocabulário “amor”, que está presente em quatro deles: *Amor além das lentes*; *Calor humano, amor e família*; *Calçada de amor e memória*; *Relação de amor e carinho* (grifos nossos). A escolha desse léxico para a composição dos títulos anuncia o direcionamento que a instância midiática pretende dar à temática do suplemento: a exaltação do amor por Manaus, que está também associado à cenografia, nomeada aqui de felicitação/homenagem ao aniversário da cidade.

Dos títulos, ressaltamos ainda uma das principais representações de Manaus que tem se evidenciado no discurso do jornal: Manaus como lugar de oportunidades, como podemos confirmar em dois títulos que utilizaram estruturas semelhantes: “Terra de realizações” e “Terra da oportunidade”. Apesar da complexidade do processo que envolve as migrações urbanas, a instância midiática toma essa representação da cidade como uma verdade absoluta. Ainda assim, esse sentido que a instância midiática visa a destacar nem sempre se evidencia tão categoricamente no discurso dos entrevistados, como é o caso de Vera Rodrigues, no depoimento intitulado “Terra de realizações”, que veio de Maués. Ao falar da cidade que gostaria de ter no futuro, afirma: “A Manaus que eu quero ter é sem violência e **com oportunidade de trabalho para todos**” (grifo nosso). A migrante, mesmo tendo conseguido emprego em Manaus, reconhece que a “oportunidade” nem sempre é para todos, explicitando, assim, o problema da desigualdade social nas grandes cidades. Seu posicionamento vai de encontro ainda à exaltação do “amor” por Manaus do discurso do jornal, segundo ela: “**Já posso dizer que Manaus é a minha segunda cidade do coração e a primeira é mesmo Maués.**” (grifo nosso).

Apesar de não pertencerem ao tipo de discurso jornalístico, que é o foco desta pesquisa, o discurso publicitário é um elemento que se destaca na cenografia do Caderno Especial. Nesta edição, por exemplo, há 20 depoimentos e 24 anúncios, que ocupam praticamente o mesmo espaço dos textos jornalísticos. Além disso, os anúncios dialogam com a temática do Caderno, ou seja, dos 24 discursos

publicitários apenas um não fez referência ao dia do aniversário de Manaus. Todos os outros adotaram cenografias de felicitação/homenagem à cidade.

Dos 23 anúncios, 16 incluíram nas cenografias de felicitação elementos regionais, entre os quais, imagens de prédios históricos, encontro das águas, vista aérea da cidade etc. Desses elementos, os mais recorrentes foram o Teatro Amazonas, presente em 7 anúncios, e a Ponte Rio Negro, em 5 anúncios. Nesses discursos publicitários, portanto, o símbolo mais representativo da cidade de Manaus foram duas grandes construções, o Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, considerado o grande ícone do período áureo da borracha, e a controversa Ponte Rio Negro, inaugurada em 24 de outubro de 2011. Sem entrar na discussão acerca dos benefícios trazidos pela obra à população, que custou R\$ 1,099 bilhão, constatamos que a ponte é considerada pelo discurso publicitário como um dos principais símbolos da cidade ao lado do Teatro. Essas construções reforçam a representação de Manaus como cidade desenvolvida e moderna, recorrente no campo do discurso publicitário⁵².

A Edição Especial, dedicada ao aniversário da cidade, recebe destaque na primeira página de *A Crítica*, como podemos observar na Figura 8. A parte central da capa com fundo em amarelo traz informações sobre o Caderno Especial. Dos 20 moradores de Manaus que deram depoimento ao jornal, foram escolhidas três fotografias para figurar na capa do periódico que, nesta edição, está formado por 56 páginas e 8 cadernos. A primeira foto é da arquiteta e empresária mato-grossense, que posa sentada na janela de seu apartamento no bairro Adrianópolis. O depoimento foi intitulado de *Sem medo de ser feliz* e é um dos que compõe nosso *corpus*.

⁵² Sobre a representação de Manaus no discurso publicitário ver Tomás (2018).

Figura 8 – Primeira página: *A Crítica*



Fonte: Jornal *A Crítica*, p. 1, 24 out. 2017.

A segunda personagem é a autônoma paraense, que posa para a foto com seu papagaio de estimação vestindo uma camiseta em homenagem ao marido assassinado no portão de sua casa. A fotografia, que integra o depoimento intitulado “Lugar para recomeçar”, mostra ainda a vista da casa de três andares, construída pelo casal, no bairro Cidade de Deus (Zona Norte), a qual destaca o sol e algumas casas de alvenaria do bairro. Nesse depoimento, a esposa fala da dor da perda do marido, que foi assassinado. Pelo que se pode apreender pelo relato da viúva, ele foi mais uma vítima da crescente violência na cidade, mesmo assim, na escolha do título, a instância midiática caracteriza positivamente Manaus como um “Lugar para recomeçar”.

A terceira fotografia a compor a capa do jornal é a do empresário paulista dono de uma empresa na Zona Franca de Manaus. Seu depoimento recebeu como

título “Terra da oportunidade”. O empresário é fotografado de perfil na sacada de seu apartamento, olhando para sua vista, de onde podemos ver a quadra de esporte do seu condomínio, prédios residenciais, uma larga avenida e, ao fundo, a praia da Ponta Negra e o *flat* do luxuoso Hotel Tropical. A instância midiática, por meio do destacamento de informações do depoimento, exalta Manaus, como podemos observar neste fragmento do olho: “Há três anos, ele decidiu trocar São Paulo por Manaus e adivinha? Foi amor à primeira vista [...]”. Essa exaltação pode ser constatada por meio das escolhas lexicais, tal como o destaque dado mais uma vez ao “amor”, como também por meio da ênfase dada à “troca” de São Paulo por Manaus. Essa ênfase contribui para o enaltecimento de Manaus, pois São Paulo é considerada a cidade mais desenvolvida do Brasil e, mesmo assim, foi “trocada” por Manaus. O mesmo efeito não seria alcançado com as migrações ocorridas da zona rural para a urbana, por exemplo, ou de uma outra região considerada menos desenvolvida do que Manaus. Apesar da exaltação do amor pela cidade, ao final do depoimento, o empresário revela: “Meus filhos não moram mais comigo, estudam fora do País, mas fim de ano a festa é aqui no apartamento”.

“Uma Manaus diferente a cada esquina” é o título que anuncia essas três fotos que compõem a capa. O sentido acionado pelo título é o da diversidade e da diferença. No entanto, as fotografias que descrevemos evidenciam mais semelhanças do que diferenças, principalmente, no que se refere à primeira e à terceira. Elas mostram vistas aéreas de apartamentos nos dois bairros mais nobres da cidade, nos quais se destacam altos prédios e algumas áreas verdes. A segunda fotografia, mesmo sendo de um dos bairros periféricos de Manaus, mostra a vista da casa que dá para a parte em que as casas do bairro são de alvenaria⁵³, de onde se vê o sol e algumas árvores. Na capa, há apenas uma legenda para as três fotografias e as informações quanto à localização estão apenas nos depoimentos.

Da capa, evidenciamos, por fim, o rodapé da página, que faz referência ao foto-livro que acompanha a edição. Como está dito na primeira página, é um foto-livro personalizável. Assim sendo, logo na primeira folha (Figura 9), há um espaço onde o coenunciador/leitor do jornal deverá pôr seu nome e a data em que chegou a Manaus. Em seguida, há duas opções que devem ser marcadas: “nascimento” ou “mudança”. A criação desse espaço demonstra que a instância midiática pressupõe

⁵³ Na periferia de Manaus, há muitas casas populares construídas em madeira.

que seu leitor alvo pode não ser de Manaus, ou pelo menos grande parte dele, caso contrário, não faria sentido a criação desses campos. A ênfase nos migrantes, principalmente vindos de outros estados, pode ser percebida também na escolha das fotografias que compuseram a capa do jornal, todos os três são de outras cidades.

Figura 9 - Folha de rosto do foto-livro “Minha Manaus”



Fonte: Jornal *A Crítica*, 24 out. 2017.

Como em um álbum familiar, esse foto-livro visa a fazer com que os leitores registrem sua história na cidade. Busca-se assim motivar o pertencimento do morador à cidade de Manaus, seja ele nativo ou migrante.

Feitas essas observações, das quais já pudemos levantar algumas representações de Manaus, sobretudo da instância midiática sobre a cidade, passamos aos cinco discursos selecionados, a saber: a primeira página de *A Crítica Especial* e quatro depoimentos, intitulados: *Amor além das lentes*; *Veio, viu e ficou aqui*; *Sem medo de ser feliz* e *Pela mulher indígena*. Dedicamos uma seção para a análise de cada um dos discursos, mesmo para os que pertencem ao mesmo gênero. Nesse caso, como os quatro depoimentos apresentam a mesma cenografia, ela será explicitada mais detalhadamente na análise do primeiro depoimento.

4.3.1 Primeira página: *Luz dos olhos*

A disposição da primeira página de *A Crítica Especial* segue o que está previsto para esse gênero. Os principais elementos são: cabeçalho com chamada e selo, uma grande foto e o texto de apresentação com título.

No cabeçalho, há o título do suplemento, *A Crítica Especial*, além das informações gerais de local e data. Nesse espaço, há ainda uma chamada com foto de um dos personagens, o cantor Nícolas Jr., à esquerda, e um selo que reúne alguns símbolos de Manaus, à direita. O fundo dessa parte superior é amarelo, com um tom de ouro envelhecido. A moldura, composta por linhas retas e desenho de algumas folhas no canto superior esquerdo, utiliza o marrom, cor também presente no nome do Caderno e em todos os títulos dos depoimentos nas suas páginas internas.

Logo abaixo, está o discurso de apresentação do Caderno, cujo título é *Luz dos olhos*. Esse título possui letras grandes e cor amarelo-queimado. O fundo preto realça, assim, os enunciados, que foram escritos em letras brancas.

A maior parte da página, do meio até a parte inferior, é ocupada por uma foto sem legenda, que põe em evidência um homem⁵⁴ de costas em uma sacada olhando para o Centro Histórico de Manaus, com destaque para o Largo de São Sebastião, onde está localizado o Teatro Amazonas. Na parte inferior esquerda da foto, há ainda um ícone indicando que há conteúdo de vídeo sobre esse assunto na versão *on-line* do jornal.

⁵⁴ Ele não figura entre os 20 personagens do suplemento.

Figura 10 – Primeira página: *A Crítica Especial* de 2017



Fonte: *A Crítica Especial*, p. 1, 24 out. 2017.

A cor que dá identidade gráfica para esse caderno é o amarelo. Ela aparece na parte superior da capa e se repete no cabeçalho de todas as suas páginas internas. A escolha dessa cor foge do tradicional verde, presente em outras edições do Caderno Especial e muito utilizado na região em clara relação à floresta Amazônica. Destacamos aqui dois possíveis sentidos acionados pela escolha do amarelo: referência à luz/ao sol e a monumentos e construções antigas.

Esse primeiro sentido foi acionado pela relação que essa cor estabelece com o título *Luz dos olhos*, presente na capa. Esse título, que acompanha o discurso de apresentação do caderno, utiliza uma linguagem figurada não característica do discurso jornalístico, mas que se justifica pela cenografia de felicitação/homenagem à cidade adotada no Caderno Especial. Nesse sentido, podemos associar a cor amarela à expressão nominal *Luz dos olhos*, que representaria aqui a beleza da

cidade de Manaus e a afetividade que seus moradores teriam por ela. Além dessa dimensão mais poética, o amarelo pode ser associado ao sol, que é um elemento característico do clima local. O sol é um elemento recorrente nas imagens que representam a região, como podemos observar em uma das fotos utilizadas na capa de *A Crítica*, descrita anteriormente.

Além dessa relação do amarelo com o brilho, com a luz e, portanto, com o sol, o tom do amarelo escolhido é de ouro envelhecido, que harmoniza com o marrom utilizado nos títulos e em alguns elementos gráficos (linhas, aspas, por exemplo). Os desenhos em formato de folhas em marrom (localizados na parte superior, à esquerda, na capa e reproduzidos nas páginas internas dos cadernos) lembram detalhes comuns em estruturas de ferro ou cobre utilizadas em construções antigas. Essas cores e detalhes contribuem também com a representação de Manaus como uma cidade histórica, em detrimento de sua representação enquanto “capital do verde”. A dimensão imagética observada até aqui sofre as mesmas restrições semânticas observadas na linguagem verbal.

A foto que compõe a capa está relacionada ainda com o sentido presente no título. A referência a Manaus como “luz dos olhos” é igualmente acionada pela composição da fotografia escolhida, que apresenta dois planos, um escuro e outro claro. No escuro, está um homem, de costas em uma sacada, olhando, do alto, para sua vista, que é do Centro Histórico de Manaus. No plano claro, está a vista onde podemos observar, em destaque, o Largo de São Sebastião⁵⁵. Nele visualizamos o Teatro Amazonas, em evidência no centro da foto; a igreja de São Sebastião à direita; as casas históricas à esquerda e as árvores que circundam a praça de mesmo nome, onde está localizado o Monumento à Abertura dos Portos. Bem ao fundo, podemos observar ainda o Rio Negro e a ponte construída sobre ele. O contraste entre claro e escuro da fotografia contribuem, assim, para que os leitores acionem o sentido de Manaus como “luz dos olhos”, que a instância midiática pretende evidenciar. Nesse contexto, a beleza de Manaus está representada pela Manaus antiga, mais especificamente, a do período áureo da borracha.

Vejamos agora mais detalhadamente o selo elaborado para o Caderno Especial, localizado do lado direito do cabeçalho. O selo é “uma ilustração estilizada

⁵⁵ A área que compreende o Teatro Amazonas, a Igreja e a Praça São Sebastião, bem como seu entorno, passou a ser chamada de Largo de São Sebastião após a reforma realizada entre os anos de 2003 e 2004 pelo projeto Manaus *Belle Époque* do Governo do Estado

produzida a partir de desenho ou foto. Serve como marca visual, em edições sucessivas de textos sobre um mesmo assunto. É de duração limitada.” (FOLHA DE S.PAULO, 1987, p. 145). O selo, reproduzido abaixo, é a marca visual que dá identidade à edição especial, por isso ele é utilizado na capa principal do jornal, na capa do Caderno e como capa do foto-livro, que acompanha a edição. Além disso, sua parte central, com a inscrição “Minha Manaus”, é reproduzida no cabeçalho das páginas internas, indicando que todas abordam o mesmo tema.

Figura 11 – Selo de *A Crítica Especial* de 2017



Fonte: *A Crítica Especial*, p. 1, 24 out. 2017.

Esse selo foi produzido exclusivamente para esta edição do Caderno Especial e tem uma função de síntese dos elementos que a instância produtora julga representar Manaus. Destacamos dessa figura alguns elementos e os sentidos por eles acionados a partir da memória discursiva. Dividimos, inicialmente, os elementos em dois grupos: os que estão presentes na natureza e os que foram construídos pelo homem.

Os elementos naturais estão aqui representados pelas folhas verdes e pelas araras, as quais circundam os elementos urbanos. A arara-vermelha (*Ara chloropterus*), que está em destaque no desenho, é uma ave da fauna Amazônica, que chama a atenção por sua coloração vibrante (mistura de vermelho, azul e verde). Das aves que representam a cidade, ela é a mais recorrente em anúncios

publicitários e cartões-postais. Ela chegou, por exemplo, a ser adotada como símbolo da maior rede de supermercado regional, o Grupo DB.

Na parte interna do círculo do selo, Figura 11, encontramos também as araras azuis, que, pelo detalhe amarelo ao redor do bico, podem ser tanto a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) quanto a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*). Como esta última é endêmica apenas do nordeste do estado da Bahia⁵⁶, acreditamos se tratar, então, da arara-azul-grande, que pode ser encontrada em vários estados brasileiros e em outros países. Essa ave, ameaçada de extinção devido ao tráfico de animais silvestres e da destruição de seu habitat, tornou-se o símbolo do Pantanal depois da criação do Projeto Arara Azul no Mato Grosso do Sul⁵⁷ em 1990.

Esses elementos naturais acionam a representação de Manaus como a “capital da floresta Amazônica”. Além disso, a disposição em círculo dos elementos naturais em torno dos elementos urbanos aciona da memória discursiva a imagem de Manaus como a cidade que está localizada no “coração da floresta”, rodeada pela natureza. Ainda quanto à imagem circular formada a partir das aves e das folhas verdes, que lembram penas, podemos ativar também de nossa memória discursiva a imagem de um cocar, em referência ao elemento indígena da cultura local.

No interior do círculo, há ainda o desenho de mais uma arara, mas a maior ocorrência é dos elementos urbanos: o Teatro Amazonas, o Monumento à Abertura dos Portos, a Ponte Rio Negro. Há ainda a logomarca do jornal *A Crítica* e alguns enunciados. O Teatro Amazonas, mais precisamente sua cúpula, que aparece aqui em cor verde, e não amarela como no original, ocupa a parte mais alta da parte interna do desenho. Isso só vem a confirmar a importância dada à imagem do Teatro para representar a cidade, como já foi verificado na foto da primeira página do Caderno Especial, bem como no discurso publicitário desta edição. Sobre o monumento, Mesquita (1999, p. 205) afirma que:

⁵⁶

Disponível

em:

<<http://www.projetoararaazul.org.br/arara/Home/AAraraAzul/Asararasazuis/Araraazuldelear/tabid/296/Default.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁵⁷ Atualmente, a arara-azul grande é encontrada no Pantanal, abrangendo pantanal boliviano, paraguaio e brasileiro, nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Essa ave pode ser encontrada também nos estados do Maranhão, Bahia, Piauí, Tocantins e Goiás, além do Amazonas e Pará, no norte do Brasil.

O Teatro Amazonas é, sem dúvida, a obra arquitetônica mais significativa do chamado período áureo da borracha no Amazonas, tanto pelos valores aplicados em sua construção, quanto pela importância simbólica que assumiu – vitória do homem sobre a selva, a prosperidade financeira e a pretensa efervescência artístico-cultural. Sua construção foi mais um ato de ostentação de riqueza e pretensa civilidade do que uma necessidade reivindicada pela vida artística local, era mais uma peça importante para compor a idéia de vitrine.

Ainda nos dias atuais, o Teatro Amazonas continua sendo representado como o maior símbolo cultural da cidade. Além de sua recorrência no discurso jornalístico de homenagem à Manaus, essa representação pode ser verificada em livros que contam a história da obra. Duarte (2009, p. 64, grifo do autor), por exemplo, refere-se ao monumento como: “nosso *templo das artes*” e o retrata como “**maior símbolo cultural e turístico do nosso estado** inicia em 21 de maio de 1881” (2009, p. 66, grifo nosso). No primeiro enunciado, o Teatro é nomeado como “templo das artes”, ou seja, é um lugar sagrado, destinado à “alta cultura”, por isso lugar próprio para a realização de espetáculos clássicos, como concertos e óperas. Ao lado desse sentido que vem desde o período áureo da borracha, no segundo enunciado, Duarte (2009) revelou ainda uma dimensão mais moderna, seu potencial enquanto ponto turístico do Estado.

Do lado esquerdo da imagem, identificamos ainda uma estátua que pertence à extremidade superior do Monumento à Abertura dos Portos, localizado em frente ao Teatro Amazonas no Largo de São Sebastião. O monumento foi erguido em comemoração à abertura dos portos e rios amazônicos à navegação estrangeira em 1866 e foi inaugurado em 1900, substituindo uma coluna de cimento que havia sido erguida em 1867 em referência ao acontecimento. Sua autoria é atribuída ao italiano Domenico de Angelis, também responsável pela decoração do salão nobre do Teatro Amazonas.

O monumento é composto por vários elementos decorativos: a base e a parte central da obra são revestidas com mármore, já o conjunto das esculturas da parte superior foi confeccionado em bronze. De acordo com Mesquita (1999), as esculturas que compõem o monumento foram todas esculpidas e fundidas em Roma. Na base, há quatro barcas que fazem referência aos continentes África, América, Ásia e Europa. No ponto mais alto está a escultura de uma mulher em pé segurando uma tocha na mão direita, representando, segundo Duarte (2009), a

Amazônia. Essa estátua está em um plano superior e repousa a mão esquerda sobre o ombro do deus Mercúrio, divindade romana símbolo do comércio.

Por mais que o selo aqui em análise apresente apenas a escultura da mulher segurando a tocha, ela deve ser entendida dentro da simbologia do monumento como um todo, feito em homenagem à abertura dos portos à navegação estrangeira, isto é, ao comércio exterior. Por isso, o monumento, em sua totalidade, é considerado uma alegoria ao comércio. Nesse sentido, destacamos ainda a importância dada a esse fato pelos governantes da época, visto que os monumentos históricos são construções que buscam registrar na memória das gerações futuras acontecimentos e personalidades considerados relevantes para determinada sociedade.

Essas duas imagens, parte superior do Teatro Amazonas e do Monumento à Abertura dos Portos, representam mais uma vez a Manaus civilizada e próspera, dos imponentes prédios construídos no período áureo da borracha e que, nesse período, também foi chamada de Paris dos Trópicos, devido a sua rápida transformação urbanística em conformidade com os padrões europeus. Naquela época, tanto a mão de obra quanto os materiais eram importados. Esse processo de urbanização, também chamado de processo de “embelezamento” ou de construção de uma vitrine, foi mais detalhadamente apresentado no Capítulo I.

O terceiro elemento urbano a compor o selo é a Ponte Rio Negro. Assim como foi verificado no discurso publicitário deste Caderno, a ponte foi também tomada no discurso jornalístico como um dos principais símbolos da cidade de Manaus. Essa construção liga Manaus aos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão pela rodovia AM - 070. Ela possui 3.595 metros de comprimento, dos quais 400 metros são suspensos por cabos, sendo, portanto, considerada a maior ponte estaiada do Brasil em águas fluviais. Sua construção foi iniciada em 2008 e concluída em 2011 e teve custo final de R\$ 1,099 bilhão. Em 2017, recebeu o nome de Ponte Jornalista Phelippe Daou, mas continua sendo chamada por sua designação inicial, Ponte Rio Negro. Devido a sua magnitude e, ainda, aos investimentos em sua iluminação cênica, a ponte tem figurado entre os pontos turísticos da cidade.

No selo, o sentido de ligação, presente na imagem de uma ponte, pode ser recuperado pela composição do desenho, no qual a ponte atravessa a figura de um ponto ao outro. Essa ligação representa também a conexão entre o ambiente urbano e o rural, pois, no desenho, a ponte liga o Monumento à Abertura dos Portos, à

esquerda, que representa a Manaus cosmopolita, à imagem da arara, à direita, representando, portanto, a natureza, ou seja, as áreas menos urbanizadas. Dessa conexão, acionamos ainda o interdiscurso do desenvolvimentismo, do “progresso” que seria levado ao interior do Estado com a construção da ponte. O jornal apresenta, nesse discurso, um posicionamento semelhante ao do Estado, que propôs esse projeto como uma alternativa para o desenvolvimento regional.

Destacamos ainda mais um efeito de sentido possível a partir da fusão de dois elementos no selo: a arara e a ponte. Como podemos observar, os cabos de sustentação da ponte estão pintados de verde e dispostos como uma continuidade da asa da arara. Um sentido possível acionado a partir dessa simbiose é o da harmonia entre o desenvolvimento possibilitado por essa construção e a preservação do meio ambiente.

A construção da ponte, de fato, trouxe transformações para os municípios envolvidos, mas não exatamente progresso, como sugeria o discurso do Estado acerca da obra. Foi o que evidenciou a pesquisa realizada por Sousa (2013) sobre as transformações vivenciadas pelos municípios de Manacapuru e Iranduba após a construção da Ponte Rio Negro. Segundo o geógrafo, dentre as principais consequências estão:

o crescimento das desigualdades socioespaciais, a concentração de renda e os vários conflitos na região, a exemplo dos condomínios e loteamentos que agora surgem, das cobranças nos balneários, das ocupações ilegais de terra e, sobretudo, da elevação dos custos de vida em Iranduba e Manacapuru. (SOUSA, 2013, p. 236).

O último elemento urbano presente no selo é o próprio jornal *A Crítica*, representado no centro do desenho por sua logomarca, por meio da qual acionamos não apenas o nome do jornal, mas a instituição com toda a sua história. Como foi mencionado no Capítulo I, o jornal é o segundo mais antigo da cidade, fundado em 1949, e, desde o início das discussões acerca da criação da Zona Franca de Manaus, colocou-se como um grande defensor desse modelo econômico, posicionamento defendido até hoje. O jornal viu nesse modelo uma possibilidade de desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente, da imprensa local, o que de fato aconteceu. Assim como a Ponte Rio Negro, a instituição jornal *A Crítica* representa a Manaus cosmopolita, mais especificamente a Manaus da Zona Franca.

Os elementos que compõem o selo foram inicialmente divididos em dois grupos, mas a análise aqui realizada possibilitou-nos observar que eles podem ser subdivididos. Dos elementos produzidos pelo homem, distinguimos, portanto, dois grupos: os que representam a Manaus antiga, do auge do ciclo da borracha, que são o Teatro Amazonas e o Monumento à Abertura dos Portos, e os que representam a Manaus moderna, do Polo Industrial de Manaus, dos quais fazem parte a Ponte Rio Negro e o jornal *A Crítica*. Ambos, porém, representam a Manaus cosmopolita. Dos elementos presentes na natureza, separamos também os que representam a Manaus da floresta, da biodiversidade, da natureza intocada, representada pelas aves e pelo verde, que foi utilizado de um modo geral no selo, e a Manaus cabocla, esta apenas sugerida na imagem do cocar.

Na dimensão verbal do anúncio, temos o enunciado “Minha Manaus”, acompanhada da idade que a cidade completou, 348 anos. O nome da cidade é o elemento de maior destaque na figura, localiza-se no seu centro e ocupa significativo espaço. Dentre todos os elementos que compõem o selo, este enunciado foi o escolhido pela instância midiática para figurar como a marca da edição especial, sendo, portanto, repetido no cabeçalho de todas as páginas internas do Caderno Especial. A utilização do elemento dêitico “minha” mostra-se como uma estratégia de acionamento do sentimento de patriotismo, de identificação dos interlocutores com a cidade. Esse elemento dêitico possibilita que o enunciado seja preenchido por diferentes enunciadore, desde a instância midiática que a produziu até os coenunciadores, ou seja, os leitores do jornal. De sua dimensão imagética, destacamos que, no pronome “minha”, foi utilizada a fonte da família Arial, em caixa alta. A letra é pequena e de pouca espessura, mas se destaca por sua cor vermelha que contrasta com o marrom utilizado na palavra “Manaus”. Nesta, por sua vez, foi utilizada uma fonte que sugere que cada letra tenha sido desenhada à mão, com a utilização de um pincel. Além disso, a fonte escolhida para os números também sugere uma letra manuscrita. O efeito desse recurso é o de que o enunciadore tenha escrito a última palavra “Manaus” de próprio punho, acionando, assim, um sentido de pessoalidade, que está em sintonia com o efeito de sentido de identificação expresso pelo enunciado.

O selo aqui analisado reúne interdiscursos que, na prática, estão em relação de conflito e não de aliança. Da análise dos elementos que o compõem, foi possível identificar o atravessamento de interdiscursos de diferentes campos discursivos, tais

como: do ambientalismo, do desenvolvimentismo e do turismo (ou *marketing*). No sentido evidenciado pela imagem em questão, esses interdiscursos ocupam um espaço discursivo harmonioso, no entanto, as práticas discursivas e sociais ratificam que eles, além de estarem em campos diferentes, encontram-se em posições de conflito/antagonismo.

Do campo discursivo do ambientalismo, mobilizado a partir dos elementos que remetem à natureza (folhas verdes e aves ameaçadas de extinção), acionamos, por exemplo, o interdiscurso da preservação ambiental, tanto da floresta quanto dos animais. Esse interdiscurso está em relação de conflito com o do desenvolvimentismo, acionado, por sua vez, por meio das imagens, como o Teatro Amazonas, o Monumento à Abertura dos Portos e a Ponte Rio Negro, que remetem ao interdiscurso de valorização do desenvolvimento econômico, do “progresso” e da urbanização. Como tem sido praticado historicamente, esse “progresso” está fortemente associado à destruição ambiental.

O campo do turismo, por outro lado, tenta reunir os interdiscursos contraditórios, destacando uma representação de cidade harmoniosa e bela, que consegue se desenvolver economicamente sem destruir a natureza. Nesse caso, as aves não teriam a função de evidenciar os animais ameaçados de extinção, como no campo do ambientalismo, mas de exaltar as belezas naturais da região por meio do elemento exótico. A análise desse selo possibilitou-nos verificar que o discurso jornalístico aproxima-se do discurso do turismo. Por meio da harmonização de elementos que ressaltam interdiscursos antagônicos, o discurso midiático realiza uma espécie de *marketing* da cidade.

Dos elementos que compõem a cenografia da capa do Caderno Especial, há ainda o discurso de apresentação da edição em que o leitor é convidado a conhecer “histórias de gente que ajudou a construir a Manaus que a gente conhece”. Desse discurso destacamos o seguinte enunciado:

Seja da cobertura dos prédios da Ponta Negra, dos casarões históricos do Centro antigo, do meio da ‘confusão’ da zona urbana, ou nos bairros mais pacatos, onde ainda se leva uma vida com aquele ‘jeitinho’ de antigamente, quem olha para a cidade vê uma **Manaus que se revela diferente sob cada olhar, cada história, cada personagem [...]** (grifo nosso).

O discurso de apresentação do Caderno Especial busca ressaltar a heterogeneidade da cidade de Manaus, que seria representada pelas diferentes visões expressas nas histórias contadas pelos 20 personagens que compõem o Caderno. Efetivamente os depoimentos não podem ser classificados como homogêneos, no entanto, como já mencionamos anteriormente, ao quantificarmos quais zonas foram contempladas pelo jornal, bem como as profissões dos personagens, verificamos que essa “Manaus das diferenças” não é o foco principal do Caderno Especial, enunciado no discurso de sua apresentação.

Após a análise discursiva da capa de *A Crítica Especial*, passamos ao estudo dos discursos: “Amor além das lentes”, “Veio, viu e ficou aqui”, “Sem medo de ser feliz” e “Pela mulher indígena”. Os depoimentos foram escolhidos com a preocupação de contemplar todas as categorias de moradores entrevistados pelo jornal. Por isso, selecionamos depoimentos de pessoas de origem diversificada, sendo, portanto, um de naturalidade manauara, um de migrante intraestadual e dois depoimentos de migrantes interestaduais, vindos de estados diferentes. Eles serão analisados de acordo com a sequência em que aparecem no jornal.

4.3.2 Depoimento 1: *Amor além das lentes*

Os depoimentos estão em sintonia com a cenografia de felicitação/homenagem ao aniversário da cidade adotada pelo Caderno Especial. Foi possível observar que esses discursos seguiram um roteiro elaborado pela instância midiática, que teve como tema principal o aniversário de Manaus. A influência do entrevistador pôde ser percebida a partir de algumas recorrências presentes nos quatro depoimentos. Observamos que esses discursos foram construídos a partir de algumas questões norteadoras, das quais citamos cinco itens: trajetória de vida do entrevistado, histórias marcantes de Manaus, comida regional preferida, o que mais gosta e o que menos gosta na cidade. Essas restrições foram evidenciadas por algumas marcas linguísticas que se repetiram nos depoimentos, tais como: “Minhas histórias marcantes de Manaus são [...]”; “Foi então que chegamos ao que eu menos gosto na cidade [...]” (Figura 12, Excerto 3 e 5).

Quanto à composição cenográfica, os discursos possuem pouca variação. Como podemos verificar na Figura 12, todas as páginas internas possuem os

seguintes elementos: chapéu⁵⁸, destacando o nome do personagem, título, olho⁵⁹, foto, legenda da foto, dois *boxes* em que se destacam uma frase do personagem e seu perfil. Além disso, os textos são subdivididos por pequenos intertítulos e as fotografias mostram, além do entrevistado, alguma vista da cidade a partir de janelas ou portas onde o personagem se encontra. As particularidades serão evidenciadas durante a análise de cada discurso.

Devido às características do gênero depoimento jornalístico, as noções de *ethos* discursivo e de aforização (MAINGUENEAU, 2014b, 2016) mostraram-se especialmente produtivas para sua análise. Mesmo considerando a influência da instância midiática no depoimento, por ser escrito em primeira pessoa, buscamos evidenciar o *ethos* discursivo do enunciadador e o posicionamento da instância midiática por meio da análise dos elementos que mais explicitamente lhe cabem elaborar/selecionar: foto e legenda do depoimento, título, olho, frases em destaque e *box* com perfil. Nesses últimos elementos, a noção de destacabilidade mostrou-se produtiva, tendo em vista que, com base nos depoimentos, a instância midiática constrói o título, olho e a frase que fica em evidência. Estabelecemos, portanto, uma relação entre os posicionamentos dos personagens entrevistados e da instância midiática, que nem sempre coincidem.

O depoimento intitulado *Amor além das lentes*, disposto a seguir, é o primeiro do Caderno Especial. Ele retrata a personagem Gisele Alfaia, artista plástica e fotógrafa, moradora do bairro Ponta Negra. Analisamos primeiramente os enunciados do depoimento em si, que julgamos expressar o ponto de vista da enunciadora, para, em seguida, compararmos com alguns dos enunciados produzidos explicitamente pela instância midiática, mas antes vejamos a sua disposição na página.

Amor além das lentes localiza-se no alto da página e é um dos poucos a ocupar mais de sua metade. Dos 20 depoimentos do Caderno, apenas mais três receberam esse destaque: o do empresário mineiro Paulo Henrique de Castro; o do cantor paraense Nicolás Júnior e o do empresário paulista Gilberto Novaes (Cf.

⁵⁸ “É uma palavra, nome ou expressão, sempre sublinhada, usada acima do título, em corpo pequeno, para caracterizar o assunto da notícia.” (FOLHA DE S.PAULO, 1987, p.150).

⁵⁹ “É um subtítulo, ou intertítulo, de três a cinco linhas. Admite o uso de vírgula, ponto-e-vírgula e dois pontos. Descarta obrigatoriamente o ponto. Como subtítulo, acrescenta dados ao título; como intertítulo, areja e subdivide textos longos. Não admite a quebra de palavras. Quando em substituição a intertítulo, cada olho se refere sempre ao texto que vem a seguir. É vedado o uso simultâneo de olhos e intertítulos ao longo de um mesmo texto.” (FOLHA DE S.PAULO, 1987, p.144).

Quadro 3). Este último, cuja foto consta também na capa principal do jornal (Cf. Figura 8), juntamente com *Amor além das lentes*, foram os únicos em que as fotos figuraram na cabeça de página⁶⁰, ocupando seis colunas, ou seja, toda sua largura. Ambas têm em comum o fato de mostrarem, do alto de apartamentos de elevado padrão, a Praia da Ponta Negra, um dos principais pontos turísticos da cidade atualmente. Vale lembrar que as margens dos igarapés e rios foram historicamente ocupadas pela população de baixa renda, mas, a partir da década de 1990, esse cenário mudou e a elite manauara passou a ocupar a orla da Ponta Negra, a exemplo do que ocorre em cidades à beira-mar, como Rio de Janeiro e Fortaleza. A população da cidade, que cresceu “de costas para o rio”, considera agora sofisticado morar em um apartamento com vista para ele. A Ponta Negra é também, no discurso do jornal, o cartão postal da cidade.

⁶⁰ “Ao hierarquizar as notícias, o editor pode se deparar com várias que merecem ‘abrir’ uma página. É recomendável que cada página tenha na sua cabeça a notícia mais forte aberta em seis colunas [...]” (FOLHA DE S.PAULO, 1987, p. 137).

Figura 12 – Depoimento: *Amor além das lentes*

Fonte: *A Crítica Especial*, p. 3, 24 out. 2017.

Excerto⁶¹ 1:

Minha infância foi bem diferente da infância das crianças de hoje. Primeiro porque o Centro de Manaus era habitado por mais casas e menos comércios, então naquela época nós podíamos brincar nas ruas. Eu cresci na Silva Ramos, no Centro, mas meu avô morava em frente ao Teatro Amazonas e aquela área próxima à rua José Clemente foi meu parque de diversões. Além disso, Manaus era mais arborizada. Nós sentávamos nos pés das árvores e escutávamos os sinos da igreja sem o barulho de carros. Eu sentia que naquela época eu era bem mais ligada à nossa capital [...]

Excerto 2:

Eu, como sou filha única, me apaixonei pelas artes. Eu estudei e comecei a viajar. Foi então que descobri a Amazônia e tudo o que ela poderia

⁶¹ Como já foi mencionado, em decorrência da extensão dos depoimentos do suplemento de 2017, não apresentaremos o texto na íntegra como foi realizado nos gêneros anteriores, mas excertos que serão numerados sequencialmente em números arábicos. Os depoimentos na íntegra podem ser verificados nos anexos.

oferecer. Pouco tempo depois, casei com um pescador esportivo e comecei a viajar com ele pela região. A cada viagem eu vivia coisas inacreditáveis. Entre essas descobertas, comecei a fazer algumas fotos de uma máquina digital comum, em um passeio que fizemos no rio Solimões. Depois que as levei a um estúdio fotográfico para revelar, um dos fotógrafos, Zamith Filho, um dos profissionais mais influentes do Amazonas, viu que eu tinha um diferencial e fez com que eu acreditasse no meu trabalho [...]

Excerto 3:

Minhas histórias marcantes de Manaus são de reunir minha família e amigos na minha casa para contar tudo o que aconteceu nas minhas experiências na floresta.

Excerto 4:

Nossa terra é linda e é isso que gosto mais em Manaus. Nós somos a capital da Amazônia. Temos um potencial enorme para crescer com o passar dos anos. Nosso povo é esperançoso. Meu trabalho é fazer com que o amazonense seja mais orgulhoso do que tem. Pelas fotos e outras artes plásticas, como esculturas, quadros e até lenços de imagem minhas digitalizadas, eu tento mostrar para os nossos habitantes a importância de cuidar do que é nosso. Durante a formação de Manaus, na época da borracha, a cidade começou a se formar 'de costas' para o rio Negro... Naquela época os europeus achavam o local sujo. Acredito que algumas pessoas permaneceram com esse 'ranço' de ser regional [...]

Excerto 5:

Foi então que chegamos ao que eu menos gosto da nossa capital: Manaus está ficando sem árvores. Não sei se quem mora aqui já percebeu, mas existem vários locais turísticos aqui na capital que não possuem árvores nos passeios públicos. Uma coisa que acredito ser um absurdo: o aeroporto não ter nenhuma árvore depois dos limites de segurança: aquela área do estacionamento é totalmente sem arborização. Além disso, outros pontos da cidade não possuem 'verde'. É preciso que haja políticas públicas para isso. Gostaria que as crianças de hoje pudessem ter a mesma experiência que eu tive na minha infância. Para que isso aconteça, quem mora aqui deve sentir orgulho de ser da terra. Eu sou apaixonada pela Amazônia e, apesar de nossa capital ter defeitos como qualquer outra, não troco este lugar por nada.

Iniciamos nossa análise observando o *ethos* discursivo da enunciativa. Conforme discutido no Capítulo III, são complexas as estratégias que os coenunciadores devem mobilizar para atribuir um *ethos* ao enunciador. Como foi mencionado no Capítulo II, Maingueneau (2016) atribui ao *ethos* discursivo três dimensões, a saber: categórica, experiencial e ideológica.

No que se refere à dimensão categórica, evidenciamos o *ethos* da enunciativa enquanto artista regional. Seu *ethos* dito destaca sua paixão pelas artes: “Eu, como sou filha única, me apaixonei pelas artes” (Excerto 2). A enunciativa estabelece uma relação de causa entre o fato de ser filha única e ser apaixonada pelas artes que é de difícil recuperação em nossa memória discursiva. Ousamos, no entanto, levantar como hipótese o fato de que, por essa condição, bem como por ser de família abastada, como parece ser o caso da enunciativa, visto que o Centro⁶² da cidade na década de 1960 era um bairro habitado pela elite local, ela teve oportunidade de estudar e viajar, o que teria despertado essa “paixão”.

Do seu *ethos* dito em convergência com o mostrado, salientamos que seu processo de profissionalização, no tocante ao aspecto regional, ocorreu de forma não planejada, até mesmo acidental, como ela mesma enuncia: “Foi então que **descobri** a Amazônia [...]” e “Entre essas **descobertas**, comecei a fazer algumas fotos [...]” (Excerto 2). Na dimensão do *ethos* mostrado, se, por um lado, a enunciativa revela a sua falta de conhecimento da região, por outro, destaca sua qualidade profissional, como destacou em: “um dos profissionais mais influentes do Amazonas viu que eu tinha um diferencial” (Excerto 2).

Da dimensão ideológica do *ethos*, destacamos seu posicionamento dentro do campo da História. Por meio do *ethos* dito, a enunciativa se mostra conhecedora da história crítica da formação da cidade, como é evidenciado no enunciado a seguir: “Durante a formação de Manaus, na época da borracha, a cidade começou a se formar ‘de costas’ para o rio Negro... Naquela época os europeus achavam o local sujo.” (Excerto 4). A entrevistada segue, assim, o posicionamento assumido por escritores regionais como Márcio Souza (1977) e por historiadores, como Dias (2007). Seu posicionamento distancia-se, portanto, do apresentado pela história oficial, que é constantemente reproduzido pelas instituições locais, no qual o período áureo da borracha é visto com saudosismo. Nesse sentido, a entrevistada atribui esse momento da história de Manaus aos problemas referentes à construção da identidade local, como podemos observar em: “Acredito que algumas pessoas permaneceram com esse ‘**ranço’ de ser regional**” (Excerto 4, grifo nosso).

⁶² De acordo com Ribeiro Filho (2009, p. 63): “No início dos anos sessenta, a Avenida Eduardo Ribeiro apresenta um comércio varejista de luxo, voltado para a moda masculina e feminina, bares, cinemas, cafés, restaurantes e bancas de jornais [...]”. É apenas a partir da década de 1970, que o Centro da cidade passa por diversas transformações, devido à implantação da Zona Franca de Manaus.

Conforme evidenciado por seu *ethos* discursivo, a enunciadora não pertence, dessa forma, a esse grupo que “tem ‘ranço’ de ser regional” e enuncia-se como uma artista engajada nas questões de identidade, como em: “Meu trabalho é fazer com que o amazonense seja mais orgulhoso do que tem. Pelas fotos e outras artes plásticas, como esculturas, quadros e até lenços de imagem minhas digitalizadas, eu tento mostrar para os nossos habitantes a importância de cuidar do que é nosso” (Excerto 4). Ao mesmo tempo em que a enunciadora fala de si, constrói uma representação do Outro. O amazonense é, em seu dizer, um habitante que não possui orgulho e não cuida ou precisa cuidar mais do que é seu.

No que se refere à Manaus, há três representações que se destacam nesse discurso: a *Manaus da infância*, a *Manaus da Amazônia* e a *Manaus atual*. A primeira é idealizada (Excerto 1), momento em que relata sua infância e sua experiência como moradora do Centro na década de 1960. Em suas recordações, o Centro da cidade é descrito como pacato, arborizado e sem barulho de carro. É, portanto, com essa Manaus, representada pelo Centro na década de 1960, que ela mais se identifica: “Eu sentia que naquela época eu era bem mais ligada à nossa capital [...]” (Excerto 1).

A segunda representação é a que estamos chamando aqui de *Manaus da Amazônia*. Como sabemos, Manaus é a capital do estado do Amazonas. Já a Amazônia refere-se ao território compreendido pela floresta Amazônica, que sob a designação de Amazônia Internacional abrange os seguintes países: Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. O território brasileiro engloba nove estados: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e recebe a designação de Amazônia Legal. Esta é ainda subdividida em Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e Amazônia Oriental (Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso).

Toda essa descrição foi motivada pela recorrência do termo “Amazônia” no discurso em análise a fim de compreendermos que sentido ele assume nessa cenografia do depoimento sobre a aniversariante cidade de Manaus. A enunciadora constrói sua homenagem por meio da exaltação da Amazônia e não exatamente da cidade de Manaus. Ao relatar o início das suas viagens pela floresta, afirma: “Foi então que descobri a **Amazônia** e tudo o que **ela** poderia oferecer.” (Excerto 2). Ao falar do que mais gosta em Manaus, seguindo o roteiro desse gênero, mais uma vez

não fala especificamente da cidade, mas da região de modo geral: “**Nossa terra** é linda e é isso que gosto mais **em Manaus**” (Excerto 4). Há ainda enunciados em que a referência à floresta é mais explícita, como em: “Nós somos **a capital da Amazônia**.” (Excerto 4), em que se busca associar a grandiosidade da floresta e a imagem internacional da Amazônia à da cidade. A personagem, então, finaliza, explicitando: “**Eu sou apaixonada** pela **Amazônia** e, apesar de **nossa capital** ter defeitos como qualquer outra, não troco este lugar por nada.” (Excerto 5). Esses dois últimos enunciados aproximam-se do campo discursivo do turismo, que, entre suas representações, coloca Manaus como a porta de entrada para a floresta.

A terceira e última representação é a da *Manaus atual*, que é explicitada quando a entrevistada fala sobre o que menos gosta na capital, a saber: “Manaus está ficando sem árvores.” (Excerto 5). As áreas mencionadas por ela com ausência do “verde” foram: “passeios públicos de pontos turísticos”, “o aeroporto” e, “outros pontos da cidade”. Os locais especificados em seu discurso são os mais relacionados com o turismo, com a porta de entrada dos visitantes e, portanto, com a imagem que essas pessoas levam da “Capital da Floresta”.

Começamos aqui a relacionar o posicionamento da instância externa (personagem) com o da instância midiática. Na construção do título *Amor além das lentes*, a instância midiática dá ênfase ao “Amor”, vocabulário que, como já foi mencionado, é recorrente nessa cenografia de homenagem. Neste caso, não se explicita a que esse amor está relacionado exatamente, ficando implícito que ele se refere à cidade, devido à cenografia do Caderno. A outra parte do enunciado do título “[...] além das lentes” faz ainda referência ao amor da personagem pela profissão, que é fotógrafa.

O enunciado que compõe o olho foi escrito em terceira pessoa pela instância midiática com base no depoimento da personagem. Sua análise dá pistas sobre o que o periódico julgou receber destaque. Por isso, cabe-nos verificar os possíveis efeitos de sentido da paráfrase realizada pelo jornal. Transcrevemos aqui o enunciado que compõe o olho, que deve ser comparado com o texto-fonte (Cf. Excerto 4):

Olho:

É por meio das fotos, esculturas e outras formas de arte que produz que Gisele **procura mostrar as belezas que ela ‘descobre’** nas viagens pela

floresta e a importância de **cuidar da cidade onde se vive**. (grifos nossos).

O olho está escrito em terceira pessoa e tem como função destacar os aspectos mais importantes da matéria, neste caso do depoimento. O enunciado parafraseado assemelha-se aos do depoimento, mas com algumas alterações significativas. A ideia principal do depoimento é a do resgate do orgulho da população local por meio da arte. Esse sentido deu lugar, no discurso jornalístico para: “Gisele procura mostrar as belezas que ela ‘descobre’ nas viagens pela floresta e a importância de cuidar da cidade onde se vive”. A instância midiática traduziu “cuidar do que é nosso”, que na enunciação do depoimento mostrou-se muito mais abrangente, envolvendo as questões de patriotismo, regionalismo, para “cuidar da cidade onde se vive”. Identificamos, portanto, divergências de sentido da enunciativa em relação ao da instância midiática.

Atribuimos o apagamento do sentido de “falta de orgulho” na composição do olho do depoimento às restrições do gênero de discurso Caderno Especial, que mobiliza a cenografia de felicitação. Essas restrições do gênero são evidenciadas também pela “frase” destacada da personagem.

Figura 13 - Frase destacada

frase

A vista do meu apartamento é de frente para o rio Negro, um dos rios mais lindos que já vi. A janela da minha sala é o melhor ponto de observação”

Gisele Alfala
fotógrafa e artista plástica

”

Fonte: *A Crítica Especial*, p. 3, 24 out. 2017.

A instância midiática enfatiza, assim, o enunciado em que a entrevistada fala sobre a beleza do Rio Negro, que é possível ver a partir da vista do seu apartamento. A aforização realizada pelo jornal está em perfeita harmonia com a cenografia do Caderno Especial, assim como a foto, em que a entrevistada posa sentada em uma cadeira segurando um cachorro de pequeno porte na sala de seu apartamento, cuja vista aparece ao fundo. Podemos observar que a personagem ocupa o lado direito da foto para que a vista possa ser posta em evidência. Dessa

forma, observamos que o jornal procura não dar ênfase às polêmicas referentes às questões identitárias levantadas pela personagem.

4.3.3 Depoimento 2: *Veio, viu e ficou aqui*

Assim como o depoimento anterior, *Veio, viu e ficou aqui* segue a cenografia prevista para esse gênero. Sua estrutura composicional apresenta: chapéu, título, subtítulo, frase, perfil, foto com legenda e intertítulos. Quanto à disposição na página, ele ocupa mais da metade do jornal, o que corresponde a seis colunas, e a fotografia ocupa também um grande espaço, quatro colunas. Na parte inferior restante, há um anúncio publicitário da instituição de ensino Uninassau, que também segue a cenografia de felicitação ao aniversário de Manaus.

Lembrando que as observações referentes à cenografia dos depoimentos foram apresentadas na Seção 4.3.2, passemos à análise da construção do *ethos* dos enunciadores, destacamos inicialmente sua dimensão categórica e ideológica.

Da dimensão categórica do *ethos*, ressaltamos a construção da imagem de engenheiro e empresário bem-sucedido. De acordo com o *ethos* dito, especialmente na primeira parte do depoimento, o enunciador possui larga experiência profissional. Além disso, mostra-se como migrante que aprecia a cidade e sua população.

Da dimensão ideológica do *ethos*, destacamos o posicionamento do personagem no que se refere ao campo econômico. Apesar de inicialmente o enunciador apresentar-se como o fundador do Instituto Amazônia, que, de acordo com o que consta no depoimento, tem como função atuar nas áreas ambiental, cultural e de assistência social, suas declarações finais explicitam um posicionamento diferente ao acionado no início quando se fala em questões ambientais.

Figura 14 – Depoimento: *Veio, viu e ficou aqui*

a crítica
MANAUS, ESPECIAL, 24 DE OUTUBRO DE 2017

MANAUS especial

>> Paulo Henrique de Castro

Veio, viu e ficou aqui

Engenheiro e fundador do Instituto Amazônia fala do amor por Manaus, pelo Centro, povo e das potencialidades da região

perfil

Nome: Paulo Henrique de Castro
Idade: 73 anos
Naturalidade: Sobradinho (DF)
Profissão: Engenheiro
Carreira: Fundador do Instituto Amazônia, pesquisador, 15 anos de fundação que atua nas áreas ambiental, cultural e de assistência social visando a requalificação da comunidade São Vicente, no Centro Histórico de Manaus.

Mechano Paulo Henrique de Castro é lido 73 anos. Seu engenho e fundador do Instituto Amazônia, que é uma Odebrecht com 15 anos de fundação que atua muito na área ambiental e hoje em dia com uma diversificação maior, atuando muito na área cultural e de assistência social.

Nasceu em Sobradinho, Minas Gerais, mas sempre morou no Rio de Janeiro e está em Manaus há 35 anos. Mechano é um mineiro e muito apaixonado. Sócio fundador do Instituto Amazônia, a quem se conhece em seu trabalho com Meio Ambiente, onde ele criou uma fundação de cultura, artes e educação. Ele é casado com Gabriela e Bruno.

Estava acabado de me separar quando, em 1982, a convite do então governador Gilberto Matarazzo, vim a Manaus para participar da direção do Instituto de Terras do Amazonas (Itam) e montar um assessoramento público. Foi lá que conheci o Marçozinho Zeto da cidade, onde atualmente mora. O Marçozinho Zeto da cidade, onde atualmente, é uma coisa muito importante, muito relevante, e muito gratificante. Não pensamos em concorrer com o Governo do Estado ou Prefeitura de forma nenhuma, mas de uma forma geral falta que se olhe para os moradores, para as casas individuais. Então sentimos a necessidade, como instituição, de fazer com que houvesse um olhar para o povo do Centro, da população que aqui habita, que são os verdadeiros guardiões do Centro, que precisam de apoio.

Conhecemos um projeto de requalificação dessas casas que está bem adiantado e sofreu aprovação por parte do Itam, que é parcerias dentro dessa história, e mais recentemente o Itam abriu ao nosso trabalho. Vamos primeiro cuidar de quem está dentro das casas.

O que eu menos gosto em Manaus é a falta de planejamento urbano. Não se produz a educação necessária que propague a precisão. Manaus é uma cidade que tem recursos, mas muito mal utilizados.

LEMBRANÇA
Aconteceu o momento que me fez ficar em Manaus foi a grande dor nos 15 anos uma experiência terminal no Rio Negro em 1983. Sai com os amigos do Marçozinho em uma lancha, sobimos rio Negro, e a minha mulher estava grávida de Gabriela. Eu caí dentro do rio após escorregar da borda da lancha e ri queimou a pele. A lancha foi embora e eu saí com a minha ausência duas horas depois. Quando voltaram eu estava em um barracão, esperando.

GANTOS DE ENGANTOS
O Centro que eu gostava muito era a Cachoeira Alta do Taramá, que era muito agradável. Havia um bar e restaurante, mas acabou. A Ponta Negra é bonita, mas tem muita poluição de pessoas.

Um povo frito tem seu valor: gostei muito do peixe e do bandede frito. São dois pratos que me apaixonam.

A Manaus que eu quero ver futuramente é uma cidade que acorde para o seu modelo econômico, pois a Zona Franca não é eterna. Uma empresa bem organizada de mineração é importante, não mandando a lancha. O Amazonas está em cima de várias jazidas minerais super importantes, mas todos eles ou colocaram uma unidade de conservação em cima ou terra indígena onde há o preconceito de que a exploração mineração vai degradar.

De que vamos viver daqui a pouco, quando acabar a Zona Franca? Temos madeira, a biodiversidade que é pouquíssimo utilizada e a mineração. Não tem que buscar outra coisa. De que Manaus começou? Começou com a Zona Franca de comércio e depois de latifúndio. Mas só rico e eterno. A Zona Franca é eterna e o minério está debaixo do solo. É a base.

VIDA NO CENTRO
Ainda não me acostumei na Marandá do Sul, mas estou aqui no Centro há cinco anos, até por questão de segurança. Eu sempre pensei aqui pela minha família. Fomos para a área de trabalho e ficamos na Ilha de São Vicente, onde antigamente era a SPM (Supermercado Especial de Manaus). É uma oportunidade de comprar uma casa nessa ilha: eu já tinha a minha casa na Marandá do Sul.

É um sagrado compromisso a sede do Instituto para cá. E aqui chegamos, ficamos com a obrigação de es-

frase
O Centro é um lugar excepcional, o Porto é maravilhoso. O Marçozinho Zeto da cidade, onde atuamos, é importante, muito relevante e muito gratificante.
Paulo Henrique de Castro
Engenheiro e pesquisador Instituto Amazônia

Paulo Henrique ao lado da mulher, **Mônica**, na janela da casa que escolheram para morar, na orla do Centro Histórico de Manaus. À esquerda, **Bernardo Ramos**.

AQUI FORMAMOS VENCEDORES com a cara do Brasil.
Estar em Manaus e fazer parte do histórico de alguns dos seus cidadãos é um verdadeiro privilégio. Melhor mesmo é oferecer ensino de qualidade para este povo guerreiro que representa como ninguém a força desse país.
PARABÉNS, MANAUS, PELOS SEUS 348 ANOS.
UNINASSAU ser

Fonte: A Crítica Especial, p. 6, 24 out. 2017.

Excerto 6:

A Manaus que eu quero ver futuramente é uma cidade que acorde para o seu modelo econômico, pois a Zona Franca não é eterna. Uma empresa bem organizada de mineração é importante, no mundo inteiro há. **O Amazonas está em cima de várias jazidas minerais super importantes, mas todas elas ou colocaram uma unidade de conservação em cima ou é terra indígena onde há o preconceito de que a exploração mineral vai degradar.**

De que vamos viver daqui a pouco, quando acabar a Zona Franca? **Temos madeira, a biodiversidade que é pouquíssimo utilizada e a mineração. Não tem que buscar outra coisa.** De que Manaus começou? Com a borracha, surgiu a Zona Franca de comércio e depois

de fabricação. Mas isso não é eterno. **A floresta é eterna e o minério está debaixo do solo. É só buscar.** (grifos nossos)

Excerto 7:

O que eu **mais gosto** de Manaus é da cidade e do povo, que é muito hospitaleiro e receptivo. (grifos nossos)

Excerto 8:

O **Centro** é um lugar **excepcional**, o Porto é uma coisa **maravilhosa**. O Marco Zero da cidade, onde atuamos, é uma coisa muito importante, muito relevante, e muito gratificante. (grifos nossos)

Excerto 9:

De que Manaus começou? Com a borracha, surgiu a Zona Franca de comércio e depois de fabricação. Mas isso não é eterno. **A floresta é eterna e o minério está debaixo do solo. É só buscar.** (grifos nossos)

Ao falar da Manaus que deseja para o futuro, identificamos um posicionamento do enunciador presente no interdiscurso dos colonizadores europeus na época da ocupação da Amazônia. É possível observar que sua proposta de desenvolvimento econômico para a região não passa do conhecido extrativismo irrestrito, pois, em seu discurso (Cf. Excerto 6), as áreas de proteção ambiental e as terras indígenas são vistas como obstáculos para a exploração.

Nesse discurso, o impacto ambiental causado pela mineração, seja na forma de desmatamento direto, causado pelas obras, e indireto, ligado à ocupação desordenada do local, é traduzido como preconceito. De acordo com um trecho do Excerto 6: “O Amazonas está em cima de várias jazidas minerais super importantes, mas todas elas ou colocaram uma unidade de conservação em cima ou é terra indígena onde há **o preconceito** de que a exploração mineral vai degradar”.

O posicionamento do enunciador revela, assim, o estereótipo do progresso. Lippmann (2010, p.109) apresenta-nos uma observação esclarecedora sobre como esse estereótipo funcionou na cultura americana:

Com o estereótipo do “progresso” frente a seus olhos, os americanos viram na grandeza pouco que não concordasse com o progresso. Viram a expansão das cidades, mas não o crescimento das favelas; aplaudiram as estatísticas do censo, mas recusaram a consideram a superpopulação; apontaram com orgulho seu crescimento, mas não viram o aluvião da terra, ou a imigração não assimilada. Expandiram furiosamente a indústria, indiferentes aos custos ambientais [...]

Da mesma forma, o enunciador, diante da possibilidade de exploração das riquezas naturais da região, tais como o minério e a madeira, recusa-se a considerar a possibilidade de degradação do meio ambiente, como o disposto na frase que encerra o depoimento (Cf. Excerto 9): “**A floresta é eterna e o minério está debaixo do solo. É só buscar**”. A fim de defender seu ponto de vista, o enunciador desconsidera todas as evidências científicas sobre o desmatamento da Amazônia e do mundo e afirma que a “floresta é eterna”. O período final “É só buscar” revela ainda que a mineração é vista como uma alternativa simples, sem levar em consideração o impacto ao meio ambiente e às populações locais.

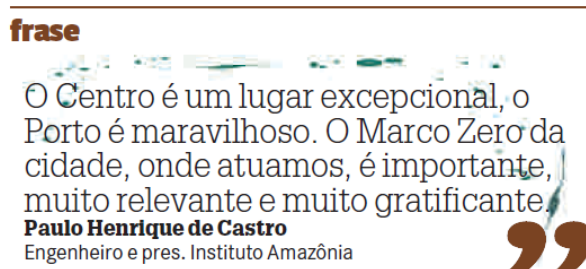
Passemos a observar agora o posicionamento da instituição midiática nesse depoimento. Para tanto, observamos, mais substancialmente, os enunciados diretamente produzidos por ela, dos quais destacamos: o título e o subtítulo.

O título *Veio, viu e ficou aqui* faz uma intertextualidade com a famosa frase de César *Veni, vidi, vici*. Segundo Dias (2008, p. 74), “as frases compostas com três segmentos verbais revelam a intertextualidade, no que o fenômeno linguístico tem de mais simples e acessível na memória do povo”. Em seu estudo sobre as marcas da oralidade no jornalismo popular, a autora constatou que essa estrutura serviu de modelo para a construção de muitas manchetes do jornal *Notícias Populares*. Como podemos observar, esse recurso foi também utilizado no título desse depoimento. Nesse caso, o jornalista colocou a frase em terceira pessoa e alterou o último elemento para “ficou aqui”, para assim destacar o fato de o personagem, natural de Minas Gerais, ter vindo, visto, ou seja, gostou do que viu e se fixou em Manaus.

O subtítulo, por sua vez, apresenta o que julga serem os pontos centrais do depoimento: “**Engenheiro e fundador do Instituto Amazônia** fala do **amor** por Manaus, pelo Centro, povo e das potencialidades da região” (grifo nosso). A construção frasal desse enunciado coloca em evidência a função desempenhada pelo enunciador, isto é, quem está “falando do amor por Manaus” tem certa distinção social, é engenheiro e fundador do Instituto Amazônia. Ainda no título, podemos observar como o jornalista interpretou as declarações do enunciador. No texto-fonte, (Excerto 7), o personagem fala “do que mais **gosta** em Manaus” e afirma que o Centro é um lugar “excepcional”. Essas declarações foram resumidas pela instância midiática por “fala do amor por Manaus, pelo Centro e povo”. A substituição lexical de “gostar” por “amor” intensifica o que efetivamente foi declarado pelo personagem de forma a causar impacto no leitor.

Tanto no título quanto no subtítulo, a instituição midiática buscou construir uma representação positiva de Manaus como uma cidade onde pessoas que desempenham funções prestigiadas socialmente se fixam e ainda declaram seu amor por ela. Para finalizar essa argumentação, vejamos ainda a aforização que compõe a frase destacada do personagem. De todo o depoimento, o jornalista optou por destacar o enunciado (Excerto 8), sem qualquer alteração do texto-fonte, em que há a exaltação do Centro da cidade.

Figura 15 - Frase destacada



Fonte: *A Crítica Especial*, p. 6, 24 out. 2017.

Nesse sentido, podemos afirmar que a instituição midiática buscou seguir a cenografia prevista para um depoimento que compõe uma edição comemorativa ao aniversário da cidade, razão pela qual as declarações finais do personagem, que podem ser consideradas polêmicas por outras formações discursivas, não foram destacadas pelo periódico. Como sabemos, as declarações polêmicas são as mais aforizadas pela imprensa em suas publicações diárias.

4.3.4 Depoimento 3: *Sem medo de ser feliz*

Assim como os depoimentos anteriores, *Sem medo de ser feliz* segue a cenografia prevista para esse gênero. Sua estrutura composicional apresenta: chapéu, título, olho, frase, perfil, foto com legenda e intertítulos. Quanto à disposição na página, ele ocupa a metade superior do jornal, o que corresponde a seis colunas e a fotografia ocupa três delas. Na metade inferior da página, há um anúncio publicitário da empresa *Atem* que também segue a cenografia de felicitação ao aniversário de Manaus, apresentando uma bela paisagem da Ponte Rio Negro com o pôr do sol ao fundo.

Figura 16 – Depoimento: Sem medo de ser feliz

especial **MINHA MANAUS** a crítica MANAUS, ESCAFETIA, 24 DE OUTUBRO DE 2017

>> **Adriana Verão**

Sem medo de ser feliz

Me chamo Adriana Elisandra Kovalski Verão, tenho 42 anos, sou arquiteta e empresária. Sou do Dourados, no Mato Grosso do Sul, filha de gaúcho e muito gremista. Mas só nasci em Dourados, pois passei a minha vida toda em Campo Grande. Entrei em Manaus desde 2 de janeiro de 1999 e em 2018 eu toco 19 anos aqui na cidade.

Vim casada com um militar que eu conheci em Campo Grande e meu ex-marido, que é carioca, si-
ribante em Manaus. Sua filha é uma baronesa capão que eu não me lembro para escolher se transferir. Na época eu tinha 23 anos, nunca havia saído de Campo Grande e queria ir para um lugar novo. Vimos eu, meu ex-marido e minha filha, Luiza Verão, que na época tinha 6 meses. E a mãe decidiu nos fazer 20 anos no ano que vem, em abril. Parece que é impossível.

Após três anos morando aqui eu me separei. Eu poderia ter voltado pra 'mamãe', com 27 anos, mas eu quis ficar em Manaus.

Quando cheguei estava recém formada em arquitetura. Foi em uma loja e a gerente era de São Paulo, falei que eu trabalhava com interiores, fazendo meu marketing, e dei meu cartão. Não percebi que o dono estava escutando e nos deu uma ligação e era da M&C Casa, a época, na Calhauvirinha. Vi aquela loja grande e o dono me perguntou o que eu achava dos ambientes e eu falei que não estava boa e que, pra melhorar, tinha que entrar e vender para a própria inauguração. Naquele mesmo dia eu comecei a trabalhar.

A M&C Casa foi uma escola pra mim, onde cheguei a ser gerente geral e falei seis anos. Aprendi muito lá. Depois montei meu próprio escritório de arquitetura. Aí, quando eu fiz 31 anos, no dia 31 de janeiro, eu fui a São Paulo para fazer um negócio que eu não conseguia fazer aqui. Foi muita coisa que não haviam aqui e essa coisa de questionar e mudar era em dois itens que tinham, mas eu achava que, como arquiteta, poderia ter coisas melhores. Aí acabou trazendo a Franquia da Fast Frame, que eu fiz 11 anos em 2018.

LEMBRANÇAS ESPECIAIS
Em vários lugares eu me sinto bem em Manaus, mas há locais, como o pier do Hotel Tropical, onde eu vou para olhar rio, que é mágico. Também gosto de um café regional lá da Torquato Tapajós, em Manaus, mas eu já vivi nessa época antiga.

frase
"O povo de Manaus é muito acolhedor. Se mistura muito quem não é da sua família. Acho que o pessoal já é acostumado".

perfil
Nome: Adriana Elisandra Kovalski Verão
Idade: 42 anos
Natural de: Dourados (MS)
Profissão: Arquiteta e empresária
Empresária: Franqueada da franquia Fast Frame, Passou 11 anos morando em Campo Grande até chegar a Manaus, em 2 de janeiro de 1999, e no ano seguinte, em 2018, fez 19 anos na cidade e é apaixonada por locais onde pode ser feliz.

torquato tapajós
Do Teatro Amazonas também parece que eu vivi nessa época antiga.

Acho o povo de Manaus muito acolhedor. Em Manaus se mistura muito quem não é da sua família. Acho que o pessoal já é acostumado. É simples. É gostoso. Eu gosto de juntar as pessoas. Inclusive, nessas reuniões, meus pratos favoritos são o tambaqui assado e a tapioca. Minha mãe não passava o dia e o cotidiano, que eu não, bem, tornam um grupo. É muito bom.

Tô o primeiro negócio, o Fast Frame, foi uma coisa bem marcante. Foi a inauguração da segunda loja, há cerca de 6 anos, que ficou no Ventavés, também, porque ela era uma loja muito bonita, montada nos padrões mais altos das modalidades do Brasil. Cada coisa legal é que a nossa Franquia da Fast Frame sempre fica entre 17 e 21 lojas do País em média 50 lojas, isso significa que o lugar é especial. Neste ano fiz minha primeira inauguração de loja, eu tenho muito esse desejo, com materiais artísticos de São Paulo de grande qualidade. Não tem lojas tão maravilhosas. Não conheço muito esse tipo de coisa do índio, do regional, mas eu sinto que é impossível não ter um comércio.

O que eu não gosto em Manaus é da desorganização dos nomes das ruas da cidade. Há muitas ruas que não tem nome e fica confuso.

A MANAUS QUE EU QUERO...
A Manaus tá bem avançada, gente, nível de progresso do plano Terra. Não posso dizer que eu conheço, mas tenho muito respeito pela cidade. Eu procuro sempre fazer pelas pessoas, trazer palestras para os próprios arquitetos, arrumar aluguéis, proporcionar esse conhecimento. A Manaus que eu quero é com mais infraestrutura básica, como luz e água para todas as pessoas. A questão da educação poderia ser mais desenvolvida. Dependendo do mundo, a arquitetura evoluiu muito e está, cada vez mais evoluindo. Manaus tem tudo. Às vezes tem gente de lá de fora que pensa que não.

Da janela de seu apartamento, em Adrianópolis, a arquiteta vê multiglosses em vislumbre, do alto, a Manaus que a acolhe

ORGULHO DE SER ATEM, ORGULHO DE SER DO NORTE, ORGULHO DE SER DAQUI. PARABÉNS MANAUS, POR SEUS 348 ANOS

www.atem.com.br @postosatem **UMA HOMENAGEM** **atem**

Fonte: A Crítica Especial, p. 11, 24 out. 2017.

Excerto 10:

Após três anos morando aqui eu me separei. Eu poderia ter voltado pra 'mamãe', com 27 anos, mas eu quis ficar em Manaus.

Excerto 11:

Em vários lugares eu me sinto bem em Manaus, mas há locais, como o pier do Hotel Tropical, onde eu vou para olhar o rio, que é mágico. Também gosto de um café regional lá da Torquato Tapajós. E do Teatro Amazonas também: parece que eu já vivi nessa época antiga.

Acho o povo de Manaus muito acolhedor. Em Manaus se mistura muito quem não é da sua família. Acho que o pessoal já é acostumado. É simples. É gostoso. Eu gosto de juntar as pessoas. Inclusive, nessas reuniões, meus pratos favoritos são o tambaqui assado e a tapioca.

Minha mais nova paixão é o x-caboquinho, que é o pão, banana, tucumã e queijo. É muito bom. (grifo nosso)

Excerto 12:

Não posso dizer que sou manauara, mas tenho muito respeito pela cidade. **Eu procuro sempre fazer pelas pessoas**, trazer palestras para os próprios arquitetos, arrumar alianças, pois sozinha eu não consigo. (grifo nosso)

Excerto 13:

Outra coisa legal é que a nossa franquía da Fast Frame sempre fica entre 1º e 2º lugar do País em meio a 50 lojas. Isso significa que o lugar é especial. Neste ano fiz minha primeira exposição de arte, eu tinha muito esse desejo, com materiais artísticos de São Paulo de gravura assinada. **Nós temos riquezas maravilhosas. Nós conhecemos muito essa coisa do índio, do regional, mas eu sinto que é necessário um intercâmbio.** O que eu não gosto em Manaus é da desorganização dos nomes das ruas da cidade. Há muitos nomes iguais e fica confuso... (grifo nosso)

Nesse depoimento, a enunciadora, que é mato-grossense, conta o motivo pelo qual veio morar em Manaus. Em seu relato, há informações sobre sua vida pessoal e principalmente profissional. Logo de início, ao falar de si, cria uma imagem de mulher decidida e independente. No Excerto 10, por exemplo, ao falar da separação de seu cônjuge, pontua que poderia ter voltado “pra ‘mamãe’ com 27 anos”, mas escolheu ficar em Manaus. A expressão “voltar pra mamãe” está aqui sendo empregada em um sentido negativo, pois se refere aos adultos que não conseguem sua independência e voltam a morar com os pais. Essa imagem de mulher forte foi também adotada pela instância midiática, como podemos confirmar pelo título dado ao seu depoimento: *Sem medo de ser feliz*, que aciona o sentido de mulher corajosa.

Além dessa imagem de mulher forte, decidida e independente, observamos ainda seu *ethos* de empresária e arquiteta eficiente e bem-sucedida. A enunciadora, em vários momentos, destaca seu sucesso profissional, como no Excerto 13, que fala dos prêmios que sua franquía recebeu: “Outra coisa legal é que a nossa franquía da *Fast Frame* sempre fica entre 1º e 2º lugar do País em meio a 50 lojas. Isso significa que o lugar é especial”. Seu *ethos* dito é ainda de uma empresária generosa que se preocupa com a cidade onde mora e com seus funcionários: “Eu

procuro sempre **fazer pelas pessoas**, trazer palestras para os próprios arquitetos” (Excerto 12, grifo nosso).

Ainda no que se refere ao *ethos* dito, o enunciador destaca sua afinidade com a identidade regional. Seguindo as respostas feitas durante a entrevista, fala de seus pratos regionais preferidos e dos lugares que mais gosta na cidade. Ao elencar seus lugares prediletos, além do aspecto regional, apresenta um *ethos* de sofisticação, pois entre eles estão o píer do Hotel Tropical e o Teatro Amazonas, espaços majoritariamente frequentados pela elite manauara. Para expressar seu forte sentimento pelo Teatro Amazonas, a personagem afirma ainda que “parece que eu já vivi nessa época antiga” (Excerto 11), reafirmando assim esse gosto requintado pela cultura considerada clássica.

No que se refere ao *ethos* dito, a enunciativa mostra-se afinada com a identidade regional. No entanto, em um dado momento, com base no *ethos* mostrado, outro sentido foi revelado. No fragmento a seguir, extraído do Excerto 13, destacamos a mudança do uso da pessoa do discurso. Em todo o depoimento, a enunciativa fala em primeira pessoa do singular, mas nesse momento utiliza a primeira do plural.

Neste ano **fiz** minha primeira exposição de arte, **eu** tinha muito esse desejo, com materiais artísticos de São Paulo de gravura assinada. **Nós temos riquezas maravilhosas. Nós conhecemos muito essa coisa do índio, do regional, mas eu sinto que é necessário um intercâmbio.**

Apesar de ter afirmado anteriormente não poder dizer que é manauara, nesses dois períodos, a enunciativa se insere como alguém da região. Ela se coloca como conhecedora da cultura indígena: “Nós conhecemos muito essa **coisa do índio**, do regional [...]”, para então enunciar a afirmação seguinte, que é a mais relevante de sua argumentação, visto que se encontra depois do conectivo “mas”, “[...] mas eu sinto que é necessário um intercâmbio”. Ao se colocar como alguém da região e que conhece a cultura regional, espera que sua proposta seja bem aceita pelos leitores manauaras. Assim, pode mais facilmente criticar o uso exclusivo da cultura local e propor a entrada de outros elementos culturais no campo da arquitetura, que, em seu discurso, foi nomeado de intercâmbio. O léxico “intercâmbio”, no qual está implícita a troca e não a entrada unilateral, também

expressa essa preocupação com os possíveis efeitos de sentido de sua fala, pois acabara de mencionar sua satisfação em realizar sua primeira exposição de arte com materiais artísticos de São Paulo. No entanto, o emprego de “coisa do índio” ao invés de “cultura do índio” ou “arte do índio” faz-nos considerar que esse foi apenas um recurso argumentativo para ter aceitação de seu discurso.

No final do depoimento, ao mencionar o estereótipo do atraso da cidade em relação à falta de desenvolvimento, a enunciadora efetivamente se coloca como pertencente a ela, como podemos observar em: “Manaus tem tudo. Às vezes tem **gente de lá de fora** que pensa que não”. Ao se referir ao Outro como “gente lá de fora” se coloca no grupo dos “de dentro”, ou seja, dos moradores da cidade que se incomodam com essa imagem que persiste sobre Manaus. Esse mesmo estereótipo foi também mencionado no Perfil *A cidade existe em mim*, Seção 4.2.4.

No que se refere ao enunciador institucional, vejamos a imagem de Manaus e da enunciadora mostrada pelo jornal. Para tanto, voltamos nossa atenção para a foto, a legenda da foto e o olho desse depoimento. A fotografia que compõe o depoimento e que também figura na capa principal do jornal foge às características prototípicas do fotojornalismo e aciona o sentido de um ensaio fotográfico. A personagem elegantemente vestida e arrumada, com seus cabelos loiros soltos, posa para a foto sentada na janela de seu apartamento. A foto é de corpo todo, destacando o vestido de estampas modernas utilizado pela por ela. Assim, podemos afirmar que o *ethos* icônico da personagem está em relação de complementaridade com o seu *ethos* dito mencionado anteriormente.

A legenda, por sua vez, além de descrever o que o leitor vê na foto, traz informações precisas sobre o local e a personagem.

Da janela de **seu** apartamento, em Adrianópolis, a **arquiteta sul-matogrossense** vislumbra, **do alto, a Manaus que a acolheu**. (grifos nossos)

A informação que a instância midiática colocou em primeiro lugar é a especificação do local da foto. Por isso, além de especificar o bairro Adrianópolis, que é de classe alta, o jornal deixou claro também que a enunciadora é a proprietária do imóvel. O periódico especifica a profissão e a naturalidade da entrevistada para, em seguida, descrever o que ela está fazendo na foto: “vislumbra, **do alto, a Manaus que a acolheu**”. “Do alto” aqui pode indicar tanto a altura do

prédio, quanto, metaforicamente, fazer referência à elevação social alcançada pela personagem. Nesse contexto, Manaus é representada como cidade acolhedora, tendo, assim, grande importância para o sucesso da arquiteta.

Essa representação é reforçada ainda no olho que compõe esse depoimento, como podemos verificar:

Radicada em Manaus há **quase** 19 anos, arquiteta encontrou aqui o **lugar perfeito** para a realização de projetos de trabalho e de vida

Além de iniciar o período com a quantidade de tempo de moradia da personagem em Manaus, o jornal preferiu utilizar a forma imprecisa “quase 19 anos” ao invés de 18 anos com a intenção de dar ênfase a essa informação. Além disso, seguindo a representação positiva da cidade, ela é nomeada como o “lugar perfeito para a realização de projetos de trabalho e de vida”.

Com o depoimento de sucesso da arquiteta mato-grossense, o jornal representa Manaus como uma cidade acolhedora, um lugar perfeito para trabalhar e viver. Silva (2010, p.153), em seu estudo sobre a inserção dos migrantes em Manaus, constatou que

Manaus, a capital do Amazonas, que concentra mais da metade da população do Estado e o polo industrial mais importante da Região Norte, aparece nas representações dos migrantes como o lugar das oportunidades de trabalho e de uma ampla rede de serviços [...].

Essa mesma representação dos migrantes está presente também no discurso da instituição midiática. No entanto, Silva (2010, p.153) alerta que “a inserção dos migrantes no contexto da metrópole não é um processo fácil e muito menos homogêneo para todos”.

4.3.5 Depoimento 4: *Pela mulher indígena*

Pela mulher indígena apresenta a mesma estrutura dos depoimentos analisados anteriormente. No entanto, em relação à disposição na página, há uma diferença significativa. Esse depoimento está disposto verticalmente em três colunas apenas, dividindo, assim, a página verticalmente com um anúncio, que também apresenta uma cenografia de felicitação ao aniversário de Manaus. Por ser a parte

superior da página do jornal o local mais privilegiado, destacamos que esse depoimento recebeu menos destaque em relação aos analisados anteriormente.

Figura 17 – Depoimento: *Pela mulher indígena*

especial MANAUS a crítica MANAUS, 15 de outubro de 2017 15

>> Rosimere Arapasso

Pela mulher indígena

Liderança indígena do povo Arapasso conta como chegou a Manaus para atuar na militância em prol do seu povo, fala das conquistas das mulheres, do que gosta e não gosta na Manaus de ontem e hoje

Sou Rosimere Teles Arapasso, tenho 48 anos e atualmente sou uma das coordenadoras da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, que se chama Makira-Êta e quer dizer "Rede das Estrelas". Moro no bairro Santa Etelvina, no loteamento Agnus Dei. Nasco no Município de São Gabriel da Cachoeira, cidade do Alto Rio Negro, em uma comunidade indígena do médio Uaupés que se chama Lopo. Minha família mora nesta comunidade ainda. Manaus para se construir naquela época em que chegou a colonização por lá nasceu rápido, através de educação formal, com os pais saetésanos que trabalhavam com as indígenas e, as freiras, com as mulheres indígenas.

Segundo meus pais, contaram, eram os pais que escolhiam o futuro ideal para aquela menina dependendo do comportamento e do que ela sabia fazer, para formar um casal. Os pais verificavam se aquela rapariga ideal para a moça. Segundo nossos avós, na época em que nossos pais ainda moravam em malocas, quem fazia do povo Arapasso não podia ficar com o mesmo povo, e nem com o povo genótipo, pois eram primos irmãos. Só com outros povos. Era regra na época, e hoje muitas regras estão mudando e as pessoas do povo Arapasso já vivem entre si, na própria aldeia.

Cheguei em Manaus em 1987, mas para morar mesmo foi em 2002, quando vim com meu esposo, Walter, e os filhos, Andréia, Anderson e Amanda. Eu tinha amigos de estimação, mas não pude trazê-los. Tinha duas casas lá, mas morei de aluguel. Tenho uma militância no movimento indígena e souco como agente de saúde e professora indígena rural, começando a discussão da educação diferenciada em nível de Estado e nacional, que progredimos na

frase
Gosto de tudo, praticamente na cidade de Manaus, mas como indígena, mulher, pessoa, gosto mais de água de rio.

Rosimere Arapasso
Liderança indígena

perfil
Nome: Rosimere Arapasso, Mãe de 4 filhos
Profissão: É uma das coordenadoras da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, e Makira-Êta, que quer dizer "Rede das Estrelas", Nacionalidade: São Gabriel da Cachoeira (AM)
Comunidade: sempre foi indígena, nasceu e vive em Manaus. Indígena do Rio Negro.

Antes, as mulheres indígenas só eram reconhecidas por trabalhar em casa de família. Hoje, são professoras, médicas, advogadas. Pensando a militância sou artesã, trabalhando com cerâmica que mistura seu fôlego, artesanato com tucumã, sementes.

ÁGUA SEM RIO
Gosto de tudo praticamente em Manaus, mas como indígena, mulher, pessoa, gosto mais de água de rio, corrente, e infelizmente aqui na cidade não existe mais um rio tempo para você ter acesso, il com a sua família, tomar banho, mergulhar. Aqui na cidade, na área metropolitana, eu não tenho a cara em nenhum lugar por causa da poluição. Eu tenho muito receio. Nunca levei meus filhos para tomar banho aqui. E na Ponta Negra eu só fui para obter o ônibus, já que não tenho carro particular. Como mãe do meu público, tudo que tem muita gente e bom, tenho lembranças da Praça da Saudade antiga, como quando cheguei em Manaus, em 2002. Antes as praças de Manaus ofereciam oportunidade de geração de renda para nós, indígenas, que residem na cidade. Meu prato favorito é o pirarucu, eu não sei cozinhar, mas eu sei gostar e tem um preparo diferente em cada cidade. O que eu menos gosto em Manaus é da violência, dos assaltos nas ruas, nos ônibus e nos metrô. Não tenho tempo de segurança. Isso todos a sociedade enfrenta no seu dia a dia. Podemos ter uma deficiência, seja como for, mas eu não tenho segurança. Alguns coiza está melhorando, mas tem que ser trabalhado esta questão da segurança. Já fui vítima de assalto seis vezes, sendo três dentro do ônibus.

Receita que cresce de amor.

A UNIÃO DE INGREDIENTES FERMENTA ESSE SENTIMENTO DE CARINHO E ORGULHO QUE AUMENTA A CADA NOVO ANIVERSÁRIO.

PARABENS, MANAUS! 348 ANOS DE AMOR. LINDOPAN

Fonte: *A Crítica Especial*, p. 15, 24 out. 2017.

Excerto 14:

Sou Rosimere Teles Arapasso, tenho 48 anos e atualmente sou uma das coordenadoras da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, que se chama Makira-Êta e quer dizer "Rede das Estrelas". Moro no bairro Santa Etelvina, no loteamento Agnus Dei.

Excerto 15:

Cheguei em Manaus em 1987, mas para morar mesmo foi em 2002, quando vim com meu esposo, Walter, e os filhos, Andréia, Anderson e Amanda. Eu tinha animais de estimação, mas não pude trazê-los. Tinha duas casas lá, mas morei de aluguel. Tenho uma militância no

movimento indígena e iniciei como agente de saúde e professora indígena rural [...]. **Nesse meio comecei a trabalhar com as mulheres indígenas e suas dificuldades.** E começamos a perceber que precisávamos trabalhar essa questão de conscientização sobre seus direitos. Fui uma das quem a iniciou, em nível de Amazônia, dentro da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), no Departamento de Mulheres Indígenas. Antes, as mulheres indígenas só eram reconhecidas por trabalhar em casa de família. Hoje, são professoras, médicas, advogadas. **Paralelo à militância sou artesã, trabalhando com cerâmica que minha avó fazia, artesanato com tucumã, sementes.** (grifos nossos)

Excerto 16:

Gosto de tudo praticamente em Manaus, mas como indígena, mulher, pessoa, gosto mais é de água de rio, corrente, **e infelizmente aqui na cidade não existe mais um rio limpo para você ter acesso, ir com a sua família, tomar banho, mergulhar. Aqui na cidade, na área metropolitana, eu não meto a cara em nenhum igarapé por causa da poluição.** Eu tenho muito receio. Nunca levei meus filhos para tomar banho aqui. E na Ponta Negra eu só fui pra olhar. (grifos nossos)

Excerto 17:

Antes as praças de Manaus ofereciam oportunidade de geração de renda para nós, indígenas, que residem na capital.

Meu prato favorito é o pirarucu de casaca, que eu aprendi a gostar e tem um preparo diferente aqui na cidade. O que eu menos gosto em Manaus é da violência, dos assaltos nas casas, nas ruas e nas praças. Nós não temos segurança. Isso toda a sociedade enfrenta no seu dia a dia. [...] Já fui vítima de assalto seis vezes, sendo três dentro do ônibus. (grifos nossos)

Nesse depoimento, a enunciadora, que é indígena, relata como se deu sua saída do município de São Gabriel da Cachoeira para Manaus. Nesse discurso, principalmente por meio de seu *ethos* dito, evidenciamos sua atuação como mulher indígena, liderança indígena feminista, mas que mantém seus saberes tradicionais, como em: “Paralelo à militância **sou artesã**, trabalhando com cerâmica **que minha avó fazia**, artesanato com tucumã, sementes. (Cf. Excerto 15, grifos nossos).

Essa preocupação em afirmar sua identidade indígena pode ser observada ainda ao falar do seu prato regional favorito. Ao contrário do que foi verificado nos depoimentos anteriores, não há uma exaltação explícita da comida regional de Manaus, mas uma declaração contida da assimilação da cultura do branco: “Meu

prato favorito é o pirarucu de casaca, **que eu aprendi a gostar e tem um preparo diferente aqui na cidade**” (Excerto 17, grifo nosso).

Em seu depoimento, Manaus destaca-se por sua representação negativa. Segundo a enunciativa, “Eu tinha animais de estimação, mas não pude trazê-los. Tinha duas casas lá, mas morei de aluguel” (Cf. Excerto 15). Além disso, fica evidente a dificuldade de oportunidade de trabalho para os indígenas na cidade, como podemos verificar em: “Antes as praças de Manaus ofereciam **oportunidades de geração de renda** para nós, indígenas, que residem na capital” (Cf. Excerto 17). Ao falar do que menos gosta na cidade, a enunciativa destaca a violência: “O que menos gosta em Manaus é a **violência**. [...] Já fui vítima de assalto seis vezes, sendo três dentro do ônibus” (Cf. Excerto 17, grifo nosso). É interessante observar que a violência foi mencionada como um problema apenas nos discursos dos entrevistados de classe social baixa. No depoimento da arquiteta, analisado na seção anterior, por exemplo, ao falar do que menos gosta na cidade, a enunciativa criticou a falta de identificação do nome das ruas da cidade.

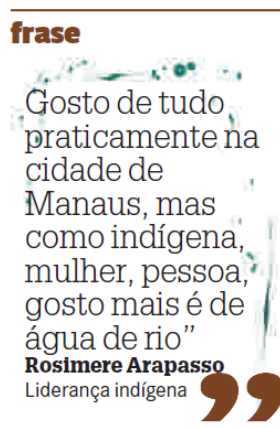
No que se refere à instância midiática, vejamos como ela representa a enunciativa e se mantém a representação negativa dada à cidade nesse depoimento. Vejamos, então, a foto e sua legenda e a frase destacada. A foto, que ocupa três colunas na página, é de meio corpo da personagem e a retrata olhando por uma janela, como nos demais discursos analisados. Apesar de os indígenas normalmente se pintarem apenas em ocasiões festivas, são frequentemente retratados pela mídia com o rosto pintado e utilizando seus adereços típicos. Essa prática, também presente aqui, revela uma visão essencialista dos indígenas, segundo a qual o índio verdadeiro é o que usa cocar, pinta seu rosto, não usa roupa de branco e vive na floresta.

A legenda, por sua vez, destaca: “Nascida em São Gabriel da Cachoeira, **ela** trocou a **aldeia** pela **‘cidade grande’** para lutar pelo direito das mulheres”. (grifo nosso). O que mais chama a atenção nesse enunciado é o não dito, ou seja, ao contrário das legendas anteriores, o local da foto não foi especificado, tampouco o bairro onde a fotografia foi tirada. Nem mesmo Manaus teve seu nome explicitado, sendo chamada apenas de “cidade grande”, em uma clara referência ao modo estereotipado dos indígenas falarem, como sugere o uso das aspas. Além disso, a profissão da enunciativa, designada apenas como “ela”, também não foi mencionada na legenda. Em nenhum outro momento do texto, o local da foto é

revelado. É possível afirmar somente, pela observação dos detalhes da imagem, que se trata de uma construção antiga, provavelmente, localizada no Centra da cidade. O local de moradia da enunciadora, especificado por ela logo no início de sua apresentação: "bairro Santa Etelvina, loteamento Agnus Dei", não foi retomado pela instância midiática, ao contrário do que verificamos nos depoimentos em que os personagens habitavam áreas nobres da cidade.

Para finalizar, vejamos a frase aforizada pela instância midiática e suas possíveis variações de sentido em relação ao texto-fonte:

Figura 18 – Frase destacada



Fonte: *A Crítica Especial*, p. 15, 24 out. 2017.

Da forma como a aforização foi realizada, a instância midiática deu ênfase à declaração de que a personagem gosta praticamente de tudo em Manaus. O jornal mantém ainda a informação mais importante para a enunciadora, que é a declaração de que gosta mais de água de rio, o que não chega a ser nenhum demérito para a cidade devido aos seus hábitos indígenas. No entanto, a forte crítica que se segue a essa afirmação foi apagada pelo jornal, como podemos observar ao compararmos com o texto-fonte (Excerto 16): “[...] gosto mais é de água de rio, corrente, e **infelizmente aqui na cidade não existe mais um rio limpo para você ter acesso [...]**”.

O enunciado aforizado não chega a ser alterado, mas, ao retirar o fragmento de seu contexto original, silencia a crítica feita pela enunciadora à poluição dos rios da cidade. Há, assim, divergência entre a representação da personagem e da

instituição jornalística. Enquanto a primeira representou Manaus como uma cidade insegura, sem oportunidade para os indígenas e com igarapés poluídos, a segunda procurou apagar essa representação negativa.

Da edição de 2017, ressaltamos que a instituição midiática representou Manaus como uma cidade desenvolvida, receptiva e com oportunidade para todos. A dimensão não verbal dos discursos, principalmente no que se refere às fotografias que compõem cada depoimento, reafirmou essa imagem de cidade desenvolvida e de belos pontos turísticos.

CONCLUSÃO

Esta tese examinou a representação de Manaus e do manauara no discurso do jornal *A Crítica*. Nossa investigação buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida a representação de Manaus e do manauara no discurso jornalístico de *A Crítica* reflete o hibridismo cultural dessa população bem como suas tensões identitárias? Em função desse problema, propusemos os seguintes objetivos específicos: verificar os efeitos de sentido produzidos na cenografia e a constituição do *ethos* discursivo em discursos jornalísticos produzidos por ocasião do aniversário de Manaus; identificar os interdiscursos mais recorrentes que indiciam a identidade do manauara.

Nossa investigação fundamentou-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, em sua perspectiva enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (1997, 2004, 2008a, 2008b, 2013, 2014a, 2014b, 2015, 2016). Desses pressupostos, foram fundamentais para a análise de nosso *corpus* as seguintes categorias: gêneros de discurso, cenografia, *ethos* discursivo, aforização e multimodalidade. Em função das noções de cultura, representação e identidade, realizamos, ainda, a interdisciplinaridade com a Sociologia e com os Estudos Culturais. Dessas disciplinas, foram fundamentais os trabalhos de Bauman (2005a, 2005b, 2012, 2013), Hall (1997, 2011, 2014, 2016) e García Canclini (2015a, 2015b).

O *corpus* desta tese foi constituído tendo como elemento norteador a FD temática produzida em torno de um acontecimento, o aniversário da cidade de Manaus. Assim, da produção anual da mídia sobre esse acontecimento, selecionamos duas edições do Caderno Especial do jornal *A Crítica*: a edição de 2003 e a de 2017. Nossa análise foi dividida em duas etapas: na primeira, realizamos uma análise global dos suplementos e, em seguida, procedemos à seleção e análise de dez discursos.

Da análise global das edições de 2003 e 2017, observamos que a cenografia instituída no processo da enunciação é a de felicitação/homenagem à cidade de Manaus. Essa cenografia está ligada à finalidade do gênero de discurso Caderno Especial e às suas condições de produção. Dessa forma, todos os gêneros que compõem os suplementos foram produzidos em função dessa cenografia. Por isso, encontramos neles a ocorrência de gêneros menos corriqueiros no dia a dia do jornal, tais como: apresentação, depoimento, perfil etc. Na edição de 2017, a

instância midiática considerou, por exemplo, o gênero depoimento o mais apropriado para a composição do Caderno, tendo em vista sua finalidade, que, segundo o jornal, foi a de revelar histórias de pessoas que ajudaram a construir Manaus. Esse gênero possibilitou que os personagens, ao enunciarem sobre si, falassem também sobre a cidade. Já a edição de 2003 (Cf. Quadro 2) possui outra estratégia de apresentação de sua cenografia de homenagem, que envolve significativa variedade de gêneros, dos quais destacamos: depoimento, perfil, reportagem, artigo, fotos-legenda, poema, canção, receita etc. Feita essa contextualização mais geral dos Cadernos, passamos ao segundo momento da análise.

Da edição de 2003, foram analisados cinco discursos pertencentes aos seguintes gêneros: primeira página, apresentação, depoimento e perfil. Em função das coerções próprias da cena genérica do Caderno Especial em que estão inseridos, esses gêneros apresentaram as cenografias previstas em suas cenas genéricas. A linguagem empregada, por exemplo, não foi a direta e sem adjetivação própria dos gêneros jornalísticos cotidianos, mas a linguagem poética. O único a fugir à regra foi o depoimento *Sonhos e decepções*, que iniciou com uma narrativa saudosista, mas mudou de tom, adquirindo características de uma cenografia de desabafo e denúncia.

Após o levantamento da cenografia desses discursos, foi possível identificar o *ethos* discursivo dos enunciadores. Destacamos aqui o *ethos* construído pela instância jornalística. Pela análise, principalmente, da primeira página e da apresentação, constatamos que o jornal buscou evidenciar seu *ethos* regional, de uma instituição que valoriza a identidade local cabocla e que a ela pertence. Essa imagem foi confirmada também pela análise de seu *ethos* icônico. Mesmo assim, seu discurso de apresentação está atravessado pelo interdiscurso da historiografia oficial, que se mostra como discurso de resgate da história indígena. Nesse sentido, é que se insere a representação positiva de Manaus como cidade plural, receptiva e de povo acolhedor. Nesse discurso, a condição dos migrantes na cidade é idealizada, pois a instância midiática trata o processo de inserção, que é heterogêneo e desigual, como homogêneo, ou seja, como se todos fossem bem recebidos.

No que se refere aos gêneros em que o grau de engajamento dos personagens (instância externa) é maior, como é o caso do depoimento, identificamos posicionamentos que estão em relação de conflito com o apresentado

pela instituição midiática. Contrariamente ao posicionamento do jornal, o depoimento *Sonhos e decepções*, por exemplo, representa negativamente tanto Manaus quanto o migrante. Nesse discurso, Manaus é descrita como “altamente poluída”, “maltratada pelas administrações públicas”, com “pouca oferta cultural” etc., enquanto o migrante é retratado pelo estereótipo de “forasteiro”, além de ser responsabilizado, juntamente com a classe política, pelos problemas sociais da cidade. Esse depoimento é atravessado ainda pelo interdiscurso de que Manaus viveu um período de efervescência cultural no período áureo da borracha.

No gênero perfil, consideramos que o engajamento da instância interna é maior do que no depoimento, visto que a narrativa se dá em terceira pessoa e não em primeira como no depoimento. Assim, o posicionamento do jornal foi mais facilmente explicitado. Nesse sentido, apresentou mais uma vez Manaus como uma cidade acolhedora e enfatizou a narrativa da personagem em que apresenta a desconstrução do estereótipo de que em Manaus “só tem mato” e “índio pelas ruas”. Confirmou ainda a imagem de Manaus plural ao contrapor dois perfis que evidenciavam a “Manaus-cidade-grande” e a “Manaus rural”.

Da edição de 2017, foram analisados cinco discursos, sendo uma primeira página e quatro depoimentos. Assim como na edição de 2003, eles apresentaram as cenografias previstas para as cenas genéricas de primeira página e depoimento de um Caderno Especial. No que se refere à estrutura dos depoimentos, observamos que os de 2017 apresentam mais recursos (título, olho, foto com legenda, frase destacada e perfil) em sua estrutura do que o depoimento de 2003, que apresentou apenas título e foto. Esses elementos evidenciaram um grau maior de engajamento da instância interna (jornal) do que o verificado no depoimento da edição anterior. Considerando, portanto, o posicionamento dessas duas instâncias enunciativas, a do jornal (interna) e a dos personagens (externa), foi possível identificar as representações mais recorrentes de cada uma delas. Da midiática, destacamos a representação de Manaus como terra de oportunidades, acolhedora e amada por seus habitantes. Verificamos também que essa instância buscou harmonizar em seu discurso posicionamentos que estão em relação de conflito/antagonismo, como comprovou a análise do selo presente na capa do Caderno.

Nessa cenografia de homenagem, os lugares de fala foram ocupados principalmente por personagens que possuem profissões prestigiadas socialmente. Relacionados a esses personagens, estão também os lugares que mais ilustraram

os discursos, a saber: o Centro Histórico de Manaus e os bairros mais nobres da cidade. Além disso, eles receberam maior destaque também no que se refere à disposição da página do jornal. Por outro lado, temos o depoimento *Pela mulher indígena*, um dos poucos⁶³ a ocupar apenas três colunas, dividindo, assim, a cabeça de página com um anúncio publicitário. Ao refletir sobre o processo de construção da notícia, Bucci (2003) menciona esse processo de hierarquização dos sentidos como uma característica da prática jornalística, a que ele se refere como jornalismo ordenador. Nesse sentido, ressaltamos que as hierarquizações praticadas pelo jornal na edição de 2003 enfocaram mais a diversidade social e cultural de Manaus do que a edição de 2017.

Já no discurso dos personagens, verificamos uma problematização maior no que se refere às representações identitárias. No depoimento *Amor além das lentes*, por exemplo, há um posicionamento diferente do que é apresentado normalmente pela história oficial sobre o período áureo da borracha. Nesse depoimento, tal momento da história de Manaus é retratado como o responsável pelos problemas referentes à construção da identidade local, como podemos observar em: “Acredito que algumas pessoas permaneceram com esse **‘ranço’ de ser regional**” (Excerto 4, grifo nosso).

A representação mais recorrente em ambas as edições do jornal foi, portanto, a da Manaus acolhedora, das oportunidades. Essa imagem mostra uma Manaus idealizada, pois não representa a realidade do processo de inserção dos migrantes na capital, que nunca esteve livre de preconceitos, seja entre os primeiros movimentos migratórios, como a diáspora cearense, seja atualmente. Vale destacar que o preconceito e a discriminação são mais recorrentes entre os grupos de menor poder aquisitivo.

Nesse sentido, no discurso da instância midiática, a migração foi representada ainda como uma possibilidade de mobilidade social para os migrantes. Como lembrou Silva (2010), até a década de 1970, a migração se apresentava, no contexto brasileiro, como a única alternativa de mudança de posição social para os habitantes da zona rural, no entanto, argumenta o autor que, a partir da década de 1980, essa realidade começou a mudar devido às transformações no processo de

⁶³ O outro depoimento a receber menor destaque na página foi *Lugar para recomeçar*, da migrante paraense, moradora da periferia da cidade (Cf. Quadro 3). Este, além de estar disposto também em três colunas, ocupa a parte inferior da página.

acumulação do capital. De acordo com suas pesquisas sobre o processo de inserção dos migrantes na cidade de Manaus, Silva (2010, p. 157) constatou que “a mobilidade espacial já não garante a tão sonhada mobilidade social”. Essa mobilidade torna-se cada vez mais seletiva, pois o sistema produtivo não absorve todos esses trabalhadores. Essas pessoas, de quem o mundo moderno deixou de precisar, foram chamadas por Bauman (2005b, p. 12) de “redundantes”. Para o autor,

a produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indispensáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriores efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus participantes dos meios de subsistência).

Ao retratar, assim, com orgulho o crescimento da cidade, sem mencionar, por exemplo, sua migração não assimilada, a instância midiática reproduz o estereótipo positivo do progresso, já apresentada por Lippmann (2010).

Dessa forma, confirmamos a hipótese de que a representação de Manaus e do manauara, empreendida pelo discurso jornalístico de *A Crítica* nessa cenografia de felicitação, apresenta a diversidade cultural da cidade de modo idealizado, e que as tensões próprias desse processo estão presentes apenas no discurso da instância externa. Foi possível observar ainda, principalmente pela análise das aforizações, que a instância midiática buscou eufemizar as representações negativas presentes no discurso dos personagens.

Esta tese contribui, assim, para aprofundar o conhecimento sobre as questões identitárias e culturais que envolvem a população. Foi interessante observar que, mesmo em uma cenografia de felicitação ao aniversário da cidade, e com a recorrência de representações positivas, o discurso da mídia está atravessado pelo interdiscurso da historiografia oficial, o que contribui para a manutenção de estereótipos, e não para o processo de conhecimento crítico da história de Manaus.

Pela análise empreendida nesta tese, cujo *corpus* está constituído por discursos multimodais, foi possível verificar que a dimensão não verbal dos discursos seguiu as mesmas restrições discursivas do posicionamento de seu enunciador, conforme estabelecido por Maingueneau (2008a, 2015). Observamos ainda que a análise da dimensão icônica do *ethos* esteve em relação de complementaridade com a dimensão verbal. Nesse sentido, ressaltamos que esta tese contribui também para a operacionalização das noções de multimodalidade e *ethos* icônico, relativamente recentes no campo da AD francesa.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. *Manual de Redação de A Crítica*. 2. ed. Manaus: A Crítica, 1999.

_____. *Especial/Aniversário: 334 anos Manaus*. Manaus, 24 de outubro de 2003.

_____. *Caderno Especial: Manaus 337 anos*. Manaus, 24 de outubro de 2006.

_____. *A Crítica Especial*. Manaus, 24 de outubro de 2017.

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

AMOSSY, Ruth. Estereótipo. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. de Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereotipos y clichés*. Trad. Lelia Gándara. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

ARAÚJO, Nice Benevides de. *O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

BAPTISTA, Paulo Nunes. *Um drama nas selvas do Amazonas*. São Paulo: Prelúdio Ltda., 1958. Disponível em: <<http://bv.cultura.am.gov.br/?m=arquivo-livros-ebooks&id=1101>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Da diáspora cearense: classificações raciais e alianças em rotas entre Ceará e Amazônia. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 56, p. 91-114, maio/ago. 2016.

BARÉ, Bráz França. Baré-mira iupirungá / Origem do povo baré. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Orgs.). *Baré: povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

BARONAS, Roberto Leiser. Ainda sobre formação discursiva em Pêcheux e Foucault. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Paulo: Pedro & João, 2011. p. 193-206.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005a.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005b.

_____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. *A cultura no mundo líquido moderno*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. 5. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BISPO, J. de S. *Criação e distribuição de riqueza pela Zona Franca de Manaus*. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04122009-161933/pt-br.php>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BUCCI, Eugênio. Introdução: O jornalismo ordenador. In: GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker; Edusp, 2003. p. 9-15.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2016.

CASTANHO, Eli Gomes. *Entre a tradição e a tradução: representações sobre identidades e línguas da fronteira Brasil/Paraguai*. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2016.

CASTRO, Carlos Potiara. O conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana: uma análise preliminar. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A questão ambiental na América Latina*. Campinas: Unicamp, 2011. p. 189-206.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente*. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VIJeCQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA155&dq=#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DUGNANI, Bruna Lopes Fernandes. *Imagens discursivas de imigrantes e suas implicações no discurso de receptividade do brasileiro na imprensa nacional: uma perspectiva dialógica*. 2017. 365 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ESSENFELDER, Renato. *Marcas da presença e influência do leitor na Primeira Página da Folha de S.Paulo*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga; BOTELHO, Lissandro. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. *Estudos Avançados*, 28 (81), 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *A Amazônia colonial (1616-1798)*. 5. ed. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

FREIRE, Sérgio Augusto. *Amazonês: expressões e termos usados no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2011.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v. 6, n. 1-2, jan./jun. 1992, p.127-133. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_19.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual Geral da Redação*. São Paulo: Ed. Folha de S. Paulo, 1984.

_____. *Manual Geral da Redação*. 2. ed. São Paulo: Ed. Folha de S. Paulo, 1987.

_____. *Manual da Redação*. São Paulo: Ed. Folha de S. Paulo, 2018.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015a.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015b.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUILHAUMOU, Jacques. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Paulo: Pedro & João, 2011. p. 109-120.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22 (2), p.15-46, jul./dez. 1997.

_____. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

_____. *Cultura e representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. In: BARONAS, Roberto (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 13-32.

HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses. Introdução. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Orgs.). *Baré: povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss*. São Paulo: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. Apresentação. In: SILVA, Marilene Corrêa da. *O paiz do Amazonas*. 3. ed. Manaus: Valer 2012.

ITUASSU, Arthur. Apresentação: Hall, comunicação e política do real. In: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Trad. Jacques A. Wainberg. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Manaus: Cultural da Amazônia, 2010.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica no Amazonas*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes: Editora Estadual de Campinas, 1997.

_____. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.14, n. 20, jan./jun. 2007. p. 13-37.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. *Cenas de enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Paulo: Pedro & João, 2011. p. 63-75.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013a.

_____. Argumentação e cenografia. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M.C (Orgs.). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2013b. p. 187-204.

_____. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 57-92.

_____. *Frases sem texto*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014b.

_____. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Retorno crítico sobre o *ethos*. In: BARONAS, Roberto Leiser et al. (Orgs.). *Análise do Discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes, 2016. p.13-33.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

MELO, Lucilene Ferreira de; PINTO, Renan Freitas. O migrante rural e a reconstrução da identidade e do imaginário na cidade. In: OLIVEIRA, José Aldemir de et. al. (Orgs.). *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.

MESQUITA, Otoni. *Manaus: história e arquitetura (1852-1910)*. 2. ed. Manaus: Valer, 1999.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília, TEIXEIRA, Pery. Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 90. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.121, p. 201-217, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. *Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)*. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Sér. Antropol. 4(1), 1988. p. 65-115.

OLIVEIRA, José Alcimar de. *Cultura, história e memória*. Manaus: Valer, 2002.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*. São Paulo: Publifolha, 2014.

PORRO, Antonio. *As crônicas do rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, Arthur César Ferreira. *Súmula de História do Amazonas*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A dinâmica recente da área central de Manaus. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Vol. 1. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. *Amazônia: globalização e sustentabilidade*. 2. ed. Manaus: Valer, 2006.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*, v. 19, n. 54. São Paulo: IEA/USP, 2005.

SILVA, Edvânia Gomes da. Competência discursiva e polêmica na constituição do discurso religioso. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser (Orgs.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro & João, 2008.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O paiz do Amazonas*. 3. ed. Manaus: Valer, 2012.

_____. *As metamorfoses da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2013.

SILVA, Sidney Antonio da. Migrantes na cidade de Manaus: processos de inserção na metrópole e mudanças socioculturais. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus: EDUA, 2010.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Isaque dos Santos. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional no à reprodução do capital*. 2013. 249 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TAFRESCHI, Agnes. Texto e imagem no jornalismo alemão em contraste com o brasileiro. In: SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried (Orgs.). *Palavra e imagem nas mídias: um estudo intercultural*. Belém: EDUFBA, 2008.

TOMÁS, Lorena Maria Nobre. *Sou brasileira, sou caboquinha: uma análise discursiva da identidade da mulher amazonense através da música popular*. 2012. 136f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

_____. Representações de Manaus no discurso publicitário. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (Orgs.). *Discurso e cultura*. São Paulo: Blucher, 2018.

VILELA-ARDENGHI, Ana Carolina Nunes da Cunha. “*Minha terra tem palmeiras...*”: aspectos discursivos da construção de um espaço “tipicamente” brasileiro. 2014. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1: Primeiro página: A Crítica Especial, 2003

Especial / Aniversário
334 ANOS
MANAUS

a crítica MANAUS, SEXTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2003

1 AMOR
 6 HISTÓRIAS
 5 PERSONALIDADES

5 LUGARES
 4 LIVROS
 4 POESIAS

4 MÚSICAS
 9 PERSONAGENS
 2 SANTOS

5 RECEITAS
 4 RUAS
 4 ANIMAIS

1 SAUDADE
 1 DESEJO
 5 SENTIDOS

Foto: Iara Lúcia Oliveira

ANEXO 2: Apresentação: Quando todo o dizer não basta - 2003

2 ESPECIAL a crítica

Manaus, sexta-feira, 24 de outubro de 2003

1

AMOR

NOS RITUAIS DIÁRIOS
Infinitas razões para amar

Na Manaus que se fez plural não é suficiente escolher músicas, poemas, comidas, lugares e personagens para tentar traduzir tanto querer. E os números sempre serão imprecisos porque as razões para amar são infinitas. Tudo o que se disser será pouco e o muito que se falar será água, diante da cidade encostada no rio, contemplando o pôr do sol mais belo do Planeta. Na cidade que nasce da água, o banho de encanto é ritual diário, imprescindível para a vida.

Parte da cidade que conhecemos e amamos vai estar aqui nos textos, fotos e depoimentos de amor declarado. Manaus acende a paixão, ontem, hoje e sempre. Inquieta os poetas que lavram das pedras do coração os versos mais belos. Incomoda os pensadores que a reviram como objeto da ciência, encantados com os mistérios das ruas, becos, avenidas, viadutos...

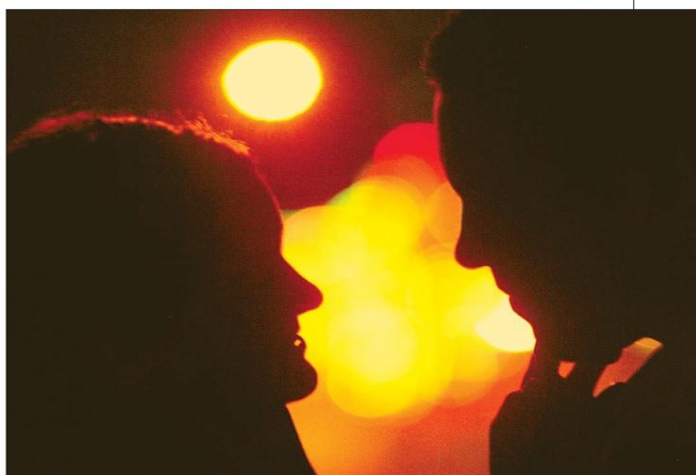
Manaus vai ser sempre plural e é somente nesta flexão que se realiza. Dai porque não há como exprimi-la e a sensação continuada será a de ausência de algo. Faltará falar dos banhos nos igarapés que cortam a cidade; terá alguém a lembrar as brincadeiras de boi pelas ruas, as conversas animadas nas calçadas, os ônibus de madeira, os velhos e tão queridos cinemas que foram destruídos, a receita de peixe caseiro passada da avó para a mãe e filha...

As músicas apresentadas não contêm todas as melodias e os poemas precisam das rimas mais perfeitas que brotam de nós todas as vezes que nos quedamos para sentir a cidade. E, ainda assim, ficará faltando o poema apaixonado e que não foi escrito, a melodia que ainda há de nascer da alma. Faltará o sonho, maior do que podemos comportar, mas que pode ser traduzido numa única palavra: esperança.

Capazes de inventar e reinventar a vida os manauenses, que nasceram bárbaros e os que por opção se tornaram, guardam na memória afetiva o sonho de liberdade de Ajuricaba. Nosso herói faz lembrar que parte da cidade foi construída sobre cemitérios indígenas, heróis do ideal de liberdade que ainda nos acalenta.

Nas nossas peles, cabelos, olhos, sorrisos trazemos um pouco do caldeirão de povos que ajudaram a formar e transformar essa cidade. Índios, brancos, negros, amarelos. De todas as origens, cores e alturas, somos manauenses. E dentro de cada um nós uma cidade diferente se agasalha para nascer Manaus. Por isso não importa se a cidade dos seus olhos, das suas mãos, dos seus pés ou do seu falar não está aqui. Afinal, é em você que ela vive!

Quando todo o dizer não basta

FAZ 334 ANOS.
MAS PARECE NASCIDA NO SÉCULO XXI.

Desde os últimos anos do século passado, Manaus tem sido a capital brasileira que melhor expressou o crescimento com desenvolvimento humano. Se modernizou sem descuidar da natureza, de seu patrimônio cultural, histórico e, sobretudo, social, pensando na qualidade de vida de seus cidadãos.

A Equador Petróleo identifica-se perfeitamente com esta Manaus moderna, dinâmica, e homenageia o seu 334º aniversário com um parabéns a todos os manauaras.



DU-LAR

Confiança e Trabalho.
Nosso coração está junto
com você Manaus...Refrigerador DR 280
uma porta DAKO
R\$ 629,00
à vista
à prazo 12x R\$ 67,99Roupeiro
2 portas
2 gavetas
R\$ 149,00
à vista
à prazo 12x R\$ 23,45Liquidificador
Mallory
R\$ 59,00
à vista
à prazo 12x R\$ 11,51Parabéns Manaus!
Você conquistou nosso coração.

DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR DU-LAR

RECUPERE SEU CRÉDITO

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO
Pague em qualquer loja DU-LAR
e ganhe vantagens para negociar seu débito.
Durante 30 dias, até 20% de desconto.
* Quilte vendido por mais de 100 dias
Parcelamos em até 12 vezes de acordo
* Pagamento à vista inserido de juros e multas

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO.



MATRIZ: Rua Rio de Janeiro, 68 - Centro - Fone: 233-0548
SÃO JOSÉ: Av. André Bello, 62 - São José III - Genésio Cavalcini - Fone: 240-3507
COMPENSA: Av. Amazonas, 807 - Compensa I - Fone: 6711824
ALVORADA: Rua 07, 356 Alameda II - Fone: 656-2274

INSTALAÇÃO: Rua de Botafogo, 138 - Centro - Fone: 233-8202
CIDADE NOVA: Rua Princesa Rêgina, 72 - Cidade Nova I - Fone: 445-1336
AVENIDA: Av. Eduardo Ribeiro, 529 - Centro - Fone: 421-9330
BARROSO: Rua Barroso, 148 - Centro - Fone: 622-8813

ANEXO 3: Depoimento: *Sonhos e decepções* - 2003

8 ESPECIAL a crítica

Manaus, sexta-feira, 24 de outubro de 2003

PERSONALIDADES



BETH AZIZE
Sonhos e decepções

"Manaus é cidade de sonhos e de decepções. Quando eu era criança, imaginava que Manaus estivesse fora do mundo, uma cidade muito bucólica, aconchegante, mas que não tinha nada do que o mundo dispunha. Não tinha televisão, mas se conversava com as pessoas que viajavam. Rio de Janeiro e São Paulo eram o sonho de qualquer criança ou adolescente, pelo que essas cidades representavam.

A primeira vez que me ausentei de Manaus, aos 15 anos, para estudar, fui para São Paulo e lá descobri que Manaus era o meu mundo e não aquilo que estivesse vivendo em São Paulo. Manaus era pequena, sem grandes atrativos ou apelos de lazer mas representava o meu mundo e só senti isso quando me ausentei.

Já adulta, eu me lembro sempre, cursando a Faculdade de Direito - o sonho de todo jovem à época era fazer um curso superior e um grande erro cometido pelos governos foi deixar a cidade sem formação superior, esvaziada de talentos jovens. Como eu queria voltar para o meu mundo, descobri que o Direito era a minha vocação. E lembro de uma frase do poeta chileno Pablo Neruda "Você só pode cantar para o mundo se souber cantar a sua aldeia". Carreguei muito isso comigo. Tive muitas oportunidades em São Paulo e no exterior, em Lisboa poderia ter feito um curso de pós-graduação, mas a minha aldeia estava muito presente dentro de mim.

Com o passar dos anos os sonhos foram se transformando em decepções, por não ver a cidade oferecer a qualidade de vida que poderia ter hoje. Em termos de cultura, Manaus hoje oferece alguma coisa, mas ainda é pouco se comparado com o que existia na época da borracha e atualmente nos grandes centros. Depois, na qualidade de vida, Manaus abriga muita gente de fora, que veio para cá não para construir, mas para destruir o meio ambiente, os administradores da cidade não puseram um freio. Manaus não tem arborização, um parque central e vivemos num clima terrível. No lugar da floresta, plantinhas ornamentais. Não se plantam mais árvores e ainda dizem que Manaus é a capital mais bela do País. Não é assim.

Saneamento: Manaus é altamente poluída, os igarapés estão todos poluídos, vivemos numa cidade altamente poluída. E uma cidade maltratada pelas administrações públicas. Não temos uma política agrícola para produzir alimentos para a cidade, que continua importando tudo. Só não importa gelo porque aqui é o lugar onde se exporta geladeira para o mundo.

Isso tudo me faz sentir assim: será que valeu a pena viver toda a vida cantando a minha aldeia? O patriarcado local está sendo sucumbido por uma gama de forasteiros que só pensam em ganhar dinheiro e nem sepultura compram aqui. É tudo com o aval da administração pública. Estão desmatando a floresta com o aval das autoridades, afastando a floresta da cidade e em nome de que estão fazendo essa devastação? Se ainda fosse para produzir ou melhorar a qualidade de vida. Mas o que se vê são invasões absurdas, patrocinadas por políticos desonestos, corruptos, que não têm competência, qualidade nenhuma para conquistar o eleitor e o fazem destruindo a cidade, ocupando as margens dos igarapés. Em séculos passados Manaus tinha um clima adorável porque a floresta estava próxima e os igarapés não eram poluídos. Era uma cidade arborizada.

Manaus é uma cidade que de sonho se transformou num grande pesadelo que eu não sei como vai terminar... Resta contabilizar tudo isso para administrações incompetentes que só visam o lucro e a arrecadação de impostos."



24 DE OUTUBRO

PARABÉNS, MANAUS

334 ANOS



A SUA MELHOR ESCOLHA

Cine



Manaus é uma cidade que busca novas soluções para sua vida, novos traçados, avenidas, jardins, novas moradias. Está mais madura, mais bonita. Diferente. A Construtora Urbis acreditou neste diferencial, oferecendo à cidade, projetos arrojados, arquitetura moderna, qualidade de vida.

O Edifício Altos da Recife e o Metrôpolis Residence são empreendimentos com a cara desta nova Manaus. É por isso que estamos tão felizes com mais este ano de vida. Parabéns, Manaus. Se depender da gente, você vai ficar cada vez mais bonita e melhor.



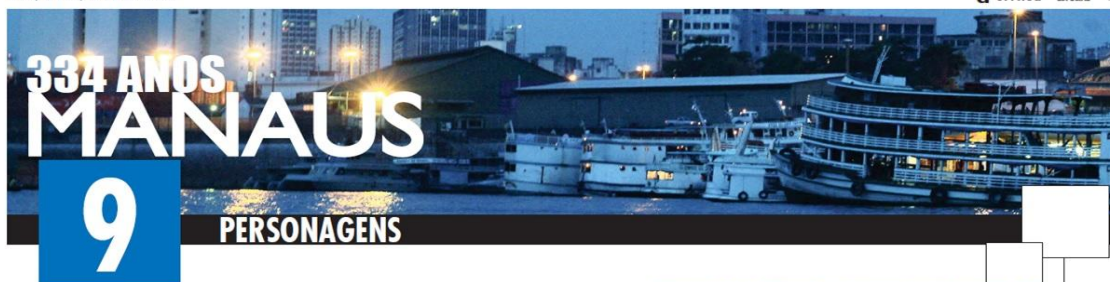
BMO

URBIS - RUA PROF. MARCIANO ARMOND, 30 - ADRIANÓPOLIS - TEL.: 231-1808 e-mail: sac_urbis@horizon.com.br

ANEXO 4: Perfis: A cidade existe em mim e Habitante do cantinho da paz - 2003

Manaus, sexta-feira, 24 de outubro de 2003

a crítica ESPECIAL 17



A vida é assim...

TEREZA CARVALHO A cidade existe em mim

Foi desembarcar em Manaus e receber, como boas vindas, a típica chuva amazônica: intensa e rápida, com direito a arco-íris compondo o cenário molhado. Era o sinal de que aqui a vida fluiria bem. Intuição correta povoando o coração duvidoso. Não conhecia nada sobre a cidade e tinha as informações erradas de que aqui havia índios pelas ruas e tudo era mata. Pra conhecer Manaus é preciso vir, viver, experimentar", afirma a executiva Tereza Carvalho, 37. Natural de Aracaju, Sergipe, ela chegou em Manaus há três anos. Veio com os dois filhos, Marília e Júnior, e o marido, Alberto, que recebeu transferência no emprego. Ainda no avião, tendo a selva sob os pés e sem ver qualquer sinal de cidade, Tereza chegou a imaginar que seria difícil viver num local com tanto mata. "Só via floresta e rios, nada de ruas, casas, urbanização. Fiquei assustada. Mas não esqueço minha surpresa quando consegui enxergar a imensidão que é isso aqui".

Já em terra firme ela abriu o peito e seguiu, mergulhou na cidade e se deixou encantar. Descobriu as belezas e particularidades do lugar, das comidas, do povo. Depois que "arrumou" a vida de todos, filhos e marido, foi lutar pela sua. Arranjou um emprego, conheceu gente nova, plantou raízes. Hoje não sabe quando tempo ainda vai ficar. Talvez pra sempre, se dependesse dos filhos, apenas. "Eles estão completamente adaptados e não querem ir embora. Meu sentimento é diferente: sinto-me acolhida pela cidade e a tenho em mim. Se tiver que ir vou levar um pedacinho dessa terra comigo e nunca mais eu existirei sem uma parte de Manaus".



OSVALDO VEKING Habitante do cantinho da paz

Quando chegou ao bairro do Puraquequara, em 1977, o aposentado Osvaldo Veking dos Santos, 66, teve que transportar a mudança de motor-recreio. É que naquela época não havia estrada que ligasse o local com a cidade. Vinte e três anos depois, ele mora no mesmo lugar, mas pouca coisa ali continua igual. "Até a natureza, agora, está diferente".

Osvaldo mora em um canto de Manaus onde o som produzido é o do vento batendo nas folhas das árvores e até o da água do rio Negro. Também ali se pode ouvir cantos de passarinhos e o barulho de animais correndo no mata. E esses sons o embalam. Do movimento da Manaus-cidade-grande ele não sente falta e confessa ter medo. "La fora tem muita maldade, gente perversa que rouba; carros que matam; muito barulho".

Vindo do interior, do município de Novo Aripuanã, quando jovem, ele diz ter encontrado no extremo Leste da cidade o local ideal para viver,



Parabéns, Manaus.

Carrefour 
Sempre o menor preço

ANEXO 5: Primeira página: *A Crítica Especial* - 2017


acritica
especial

MANAUS, TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2017

O 'amazonês' de um paraense
p.09 Ele nasceu no Pará, mas foi em Manaus que o cantor Nicolás Júnior 'emplacou' nas paradas de sucesso com seu 'amazonês musicado'

acritica
MINHA
MANAUS
348 ANOS

Luz dos olhos

Quando abre a janela, o que você vê? Casarões antigos, floresta a perder de vista, a imensidão do rio Negro, o bailado do Encontro das Águas, a sinfonia urbana das buzinas, o 'misturado' de cores nas ruas da cidade. Seja da cobertura dos prédios da Ponta Negra, dos casarões históricos do Centro antigo, do meio da 'confusão' da zona urbana ou nos bairros

mais pacatos, onde ainda se leva uma vida com aquele 'jeitinho' de antigamente, quem olha para a cidade vê uma Manaus que se revela diferente sob cada olhar, cada história, cada personagem. Dos imigrantes que deixaram suas cidades, estados e até países em busca do sonho de construir um negócio, uma família ou uma vida em terras manauaras ao caboclo

nascido aqui, quem descobre os encantos desta Manaus não esquece jamais. Mas que Manaus é essa? A CRÍTICA foi às ruas para descobrir diferentes olhares - e quem está por trás deles - e revelar histórias de gente que ajudou a construir a Manaus que a gente conhece, ao longo desses 348 anos e, hoje, convidamos você, leitor, a embarcar nesse passeio.



ANEXO 6: Depoimento: *Amor além das lentes* - 2017

>> Gisele Alfaia

Amor além das lentes

É por meio das fotos, esculturas e outras formas de arte que produz que Gisele procura mostrar as belezas que ela 'descobre' nas viagens pela floresta e a importância de cuidar da cidade onde se vive



Nascida e criada no Centro de Manaus quando a capital amazonense era uma cidade bem mais 'pacata', Gisele descobriu o talento para as artes durante as 'aventuras amazônicas' que viveu com o marido nas viagens feitas ao interior do Estado

Minha infância foi bem diferente da infância das crianças de hoje. Primeiro porque o Centro de Manaus era habitado por mais casas e menos comércios, então naquela época nós podíamos brincar nas ruas. Eu cresci na Silva Ramos, no Centro, mas meu avô morava em frente ao Teatro Amazonas e aquela área próxima à rua José Clemente foi meu parque de diversões. Além disso, Manaus era mais arborizada. Nós sentávamos nos pés das árvores e escutávamos os sinos da igreja sem o barulho de carros. Eu sentia que naquela época eu era bem mais ligada à nossa capital.

Eu, como sou filha única, me apaixonei pelas artes. Eu estudei e comecei a viajar. Foi então que descobri a Amazônia e tudo o que ela poderia oferecer. Pouco tempo depois, casei com um pescador esportivo e comecei a viajar com ele pela região. A cada viagem eu vivia coisas inacred-

frase

A vista do meu apartamento é de frente para o rio Negro, um dos rios mais lindos que já vi. A janela da minha sala é o melhor ponto de observação.

Gisele Alfaia
fotógrafa e artista plástica

ditáveis. Entre essas descobertas, comecei a fazer algumas fotos de uma máquina digital comum, em um passeio que fizemos no rio Solimões. Depois que as levei a um estúdio fotográfico para revelar, um dos fotógrafos, Zamith Filho, um dos profissionais mais influentes do Amazonas, viu que eu tinha um diferencial e fez com que eu acreditasse no meu trabalho.

Anos depois, eu publiquei um livro sobre algumas das minhas viagens. Eu passo dias, às vezes

meses fora da capital. Minhas histórias marcantes de Manaus são de reunir minha família e amigos na minha casa para contar tudo o que aconteceu nas minhas experiências na floresta. Uma delas aconteceu há pouco tempo, quando vimos uma espécie diferente de peixe, em Roraima.

Durante essas reuniões, não podem faltar comidas regionais, que eu amo. Não tenho uma comida específica favorita, mas a sensação é que, todas as vezes que volto para casa e como essas

comidas, ainda vivo a Amazônia.

QUE VISTA!

A vista do meu apartamento é de frente para o rio Negro, um dos rios mais lindos que já vi. A janela da minha sala é o melhor ponto de observação. Como sou fotógrafa, já consegui vários registros de animais, como botos e outros peixes. Existem pessoas que, quando olham minhas fotos feitas aqui de casa, pensam que são imagens aéreas, feitas de helicópteros!

Nossa terra é linda e é isso que gosto mais em Manaus. Nós somos a capital da Amazônia. Temos um potencial enorme para crescer com o passar dos anos. Nosso povo é esperançoso. Meu trabalho é fazer com que o amazonense seja mais orgulhoso do que tem. Pelas fotos e outras artes plásticas, como esculturas, quadros e até lençóis de imagem minhas digitalizadas, eu tento mostrar para os nossos habitantes a importância de cuidar do que é nosso.

perfil

Nome: Gisele Alfaia
Idade: 62
Profissão: Artista plástica e fotógrafa
Natural de: Manaus (AM)
Curiosidade: Balançou, em 2015, o livro "Amazônia mágica de Gisele Alfaia". A publicação traz 206 imagens que foram captadas por ela ao longo de três anos durante viagens feitas entre os estados do Amazonas, Pará e Roraima.

cia de cuidar do que é nosso.

Durante a formação de Manaus, na época da borracha, a cidade começou a se formar 'de costas' para o rio Negro... Naquela época eu europeus achavam o local sujo. Acredito que algumas pessoas permaneceram

com esse 'ranço' de ser regional.

QUE VERDE?

Foi então que chegamos ao que eu menos gosto da nossa capital: Manaus está ficando sem árvores. Não sei se quem mora aqui já percebeu, mas existem vários locais turísticos aqui na capital que não possuem árvores nos passeios públicos. Uma coisa que acredito ser um absurdo: o aeroporto não tem nenhuma árvore depois dos limites de segurança: aquela área do estacionamento é totalmente sem arborização. Além disso, outros pontos da cidade não possuem 'verde'. É preciso que haja políticas públicas para isso. Gostaria que as crianças de hoje pudessem ter a mesma experiência que eu tive na minha infância. Para que isso aconteça, quem mora aqui deve sentir orgulho de ser da terra. Eu sou apaixonada pela Amazônia e, apesar de nossa capital ter defeitos como qualquer outra, não troco este lugar por nada.

BORBULHA NO ENCONTRO DE AMORES, O MAIOR DE TODOS! AMOR POR MANAUS.

PARABÉNS PELOS SEUS 348 ANOS.

Rua Acre, 120 - Vieiralves.

☎ Sinhô Casa de Café
📷 @sinhocasade cafe



SINHÔ
CAJA DE CAFE

ANEXO 7: Depoimento: Veio, viu e ficou aqui - 2017



>> Paulo Henrique de Castro

Veio, viu e ficou aqui

Engenheiro e fundador do Instituto Amazônia fala do amor por Manaus, pelo Centro, povo e das potencialidades da região

Me chamo Paulo Henrique de Castro e tenho 73 anos. Sou engenheiro e fundador do Instituto Amazônia, que é uma Ocip com 16 anos de fundação que atua muito na área ambiental, e hoje em dia com uma diversificação maior, atuando muito na área cultural e de assistência social.

Nasci em Soledade, Minas Gerais, mas sempre morei no Rio de Janeiro e estou em Manaus há 35 anos. Minha mãe era mineira e meu pai paulista. Sou casado com Mônica Bologna, a quem eu conheci em um congresso em Mato Grosso, onde eu tinha uma fazenda de cacau, e tenho dois filhos desse casamento: Gabriela e Bruno.

Eu havia acabado de me separar quando, em 1982, a convite do então governador Gilberto Mestrinho, vim a Manaus para participar da direção do Instituto de Terras do Amazonas (Iteram) e montar um assentamento público. É a Mônica veio comigo após nos casarmos.

Após ficar dois anos no Iteram fui para Roraima ajudar na secretaria de planejamento de lá e, depois de dois anos e meio, retornei a Manaus para trabalhar na construção civil na empresa de um amigo. Então constitui minha própria empresa e prestei serviços para prefeituras de Manaus, de outras cidades do interior e para o Governo do Estado. Até que, com certa idade, parei com a atividade empresarial para me dedicar exclusivamente ao Instituto Amazônia.

O que eu mais gosto de Manaus é da cidade e do povo, que é muito hospitaleiro e receptivo.

VIDA NO CENTRO

Antes nós morávamos na Morada do Sol, mas estamos aqui no Centro há cinco anos, até por questão de segurança. Eu sempre passava aqui pela rua Bernardo Ramos pois tinha uma lancha que ficava aqui na ilha de São Vicente, onde antigamente era a SNPH (Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias do Amazonas). E surgiu a oportunidade de comprar uma casa nessa rua e eu já não aguentava mais ser assaltado na Morada do Sol.

E em seguida trouxemos a sede do Instituto para cá. E, aqui chegando, ficamos com a obrigação de es-

perfil

Nome: Paulo Henrique de Castro
Idade: 73 anos
Natural de: Soledade (MG)
Profissão: Engenheiro
Curiosidade: É fundador do Instituto Amazônia, ocip com 16 anos de fundação que atua nas áreas ambiental, cultural e de assistência social visando a requalificação da comunidade São Vicente, no Centro Histórico de Manaus.

tar aqui e ter que cuidar desse pedaço do Centro. Acho que o Centro só vai recomendar com as pessoas morando, vivificando.

O Centro é um lugar excepcional, o Porto é uma coisa maravilhosa. O Marco Zero da cidade, onde atuamos, é uma coisa muito importante, muito relevante, e muito gratificante. Não pensamos em concorrer com o Governo do Estado ou Prefeitura de forma nenhuma, mas de uma forma geral falta que se olhe para os moradores, para as casas individuais. E nós sentimos a necessidade, como instituto, de fazer com que houvesse um olhar para o povo do Centro, da população que aqui habita, que são os verdadeiros guardiões daqui do Centro, que precisam de apoio.

Concebemos um projeto de requalificação dessas casas, que está bem adiantado e sofreu aprovação por parte do Iphan, que é parceiro dentro dessa história, e mais recentemente o Implurb aderiu ao nosso trabalho. Vamos primeiro cuidar de quem está dentro das casas.

O que eu menos gosto em Manaus é a falta de atenção ao conhecimento: não se produz a educação necessária que a população precisa. Manaus é uma cidade que tem recursos, mas muito mal utilizados.

LEMBRANÇA

A coisa mais marcante que me fez vir a Manaus foi a grandeza dos rios. Tive uma experiência terrível no rio Negro em 1983. Sai com os amigos do Mato Grosso em uma lancha, su-



Paulo Henrique ao lado da mulher, Mônica, na janela da casa que escolheram para morar, no coração do Centro Histórico de Manaus: a rua Bernardo Ramos

frase

O Centro é um lugar excepcional, o Porto é maravilhoso. O Marco Zero da cidade, onde atuamos, é importante, muito relevante e muito gratificante.

Paulo Henrique de Castro
Engenheiro e pres. Instituto Amazônia

bimos o rio Negro, e a minha mulher estava grávida da Gabriela. Eu caí dentro do rio após escorregar da banheira da lancha e ninguém viu. A lancha foi embora e só sentiram a minha ausência duas horas depois. Quando voltaram eu estava em um barranco, esperando.

CANTOS DE ENCANTOS

O canto que eu gostava muito era a

Cachoeira Alta do Tarumã, que era muito agradável. Havia um bar e restaurante, mas acabou. A Ponta Negra é bonita, mas tem muita aglomeração de pessoas.

Um peixe frito tem seu valor: gosto muito do jaraqui e do tucunari-fritos. São dois pratos que me apeteçam muito.

A Manaus que eu quero ver futuramente é uma cidade que acorde

para o seu modelo econômico, pois a Zona Franca não é eterna. Uma empresa bem organizada de mineração é importante, no mundo inteiro há. O Amazonas está em cima de várias jazidas minerais super importantes, mas todas elas ou colocaram uma unidade de conservação em cima ou é terra indígena onde há o preconceito de que a exploração mineral vai degradar.

De que vamos viver daqui a pouco, quando acabar a Zona Franca? Temos madeira, a biodiversidade que é pouquíssimo utilizada e a mineração. Não tem que buscar outra coisa. De que Manaus começou? Com a borracha, surgiu a Zona Franca de comércio e depois de fabricação. Mas isso não é eterno. A floresta é eterna e o minério está debaixo do solo. É só buscar.

@UNINASSAU | UNINASSAU
 UNINASSAU.EDU.BR

AQUI FORMAMOS VENCEDORES
com a cara do Brasil.

Estar em Manaus e fazer parte da história de alguns dos seus cidadãos é um verdadeiro privilégio. Melhor mesmo é oferecer ensino de qualidade para este povo guerreiro que representa como ninguém a força desse país.

PARABÉNS, MANAUS, PELOS SEUS 348 ANOS.

UNINASSAU | ser

ANEXO 8: Depoimento: Sem medo de ser feliz – 2017



>> Adriana Verão

Sem medo de ser feliz

Me chamo Adriana Elisandra Kovalski Verão, tenho 42 anos, sou arquiteta e empresária. Sou de Dourados, no Mato Grosso do Sul, filha de gaúcho e mato-grossense. Mas só nasci em Dourados, pois passei a minha vida toda em Campo Grande. Estou em Manaus desde 2 de janeiro de 1999 e em 2018 eu faço 19 anos aqui na cidade.

Vim casada com um militar que eu conheci em Campo Grande e meu ex-marido, que é carioca, tinha entre Manaus, Boa Vista e uma terceira opção que eu não me lembro para escolher se transferir. Na época eu tinha 23 anos, nunca havia saído de Campo Grande e queria ir para um lugar novo. Viemos eu, meu ex-marido e minha filha, Luiza Verão, que na época tinha 8 meses. E a bebezinha vai fazer 20 anos no ano que vem, em abril. Parece que já éramos daqui.

Após três anos morando aqui eu me separei. Eu poderia ter voltado pra 'mamãe', com 27 anos, mas eu quis ficar em Manaus.

Quando cheguei estava recém formada em arquitetura. Fui em uma loja e a gerente era de São Paulo, falei que eu trabalhava com interiores, fazendo meu marketing, e dei meu cartão. Não percebi que o dono estava escutando a nossa conversa. No outro dia recebi uma ligação e era da MS Casa, à época, na Cachoeirinha. Vi aquela loja grande e o dono me perguntou o que eu achava dos ambientes e eu falei que não estava bom e que, pra melhorar, tinha que estudar o ambiente pois estava bagunçado. Naquele mesmo dia eu consegui a vaga.

A MS Casa foi uma escola pra mim, onde cheguei a ser gerente geral e fiquei sete anos. Aprendi muito lá. Depois montei meu pró-

Radicada em Manaus há quase 19 anos, arquiteta encontrou aqui o lugar perfeito para a realização de projetos de trabalho e de vida

frase

O povo de Manaus é muito acolhedor. Se mistura muito quem não é da sua família. Acho que o pessoal já é acostumado”
Adriana Verão
Arquiteta empresária

perfil

Nome: Adriana Elisandra Kovalski Verão
Idade: 42 anos
Natural de: Dourados (MS)
Profissão: Arquiteta e empresária, franqueada da molduraria Fast Frame. Passou boa parte da vida em Campo Grande até chegar a Manaus, em 2 de janeiro de 1999, e não sair mais. Em 2018 ela faz 19 anos na cidade e é apaixonada por locais onde pode ver o pôr-do-sol.

prio escritório de arquitetura. Ai, quando eu fiz 31 anos, no dia 31 de janeiro, eu fui a São Paulo para pensar num negócio que eu teria condições de abrir. Fiz uma lista de coisas que não haviam aqui e essa coisa de quadros e molduras era um dos itens que tinham, mas eu achava que, como arquiteta, poderia ter coisas melhores. Ai acabei trazendo a franquia da Fast Frame, que vai fazer 11 anos em 2018.

LEMBRANÇAS ESPECIAIS

Em vários lugares eu me sinto bem em Manaus, mas há locais, como o pier do Hotel Tropical, onde eu vou para olhar o rio, que é mágico. Também gosto de um café regional lá da

Torquato Tapajós. E do Teatro Amazonas também; parecia que eu já vivia nessa época antiga.

Acho o povo de Manaus muito acolhedor. Em Manaus se mistura muito quem não é da sua família. Acho que o pessoal já é acostumado. É simples. É gostoso. Eu gosto de juntar as pessoas. Inclusive, nessas reuniões, meus pratos favoritos são o tambaqui assado e a tapioca. Minha mais nova paixão é o x-caboquinho, que é pão, banana, tucumã e queijo. É muito bom.

Ter o primeiro negócio, o Fast Frame, foi uma coisa bem marcante. A inauguração da segunda loja, há cerca de 6 anos, que ficava no Vieirakes, também, porque ela era



Da janela de seu apartamento, em Adrianópolis, a arquiteta sul-matogrossense vislumbra, do alto, a Manaus que a acolheu

uma loja muito bonita, montada nos padrões mais altos das moldurarias do Brasil. Outra coisa legal é que a nossa franquia da Fast Frame sempre fica entre 1º e 2º lugar do País em meio a 50 lojas. Isso significa que o lugar é especial. Neste ano fiz minha primeira exposição de arte, eu tinha muito esse desejo, com materiais artísticos de São Paulo de gravura assinada. Nós temos riquezas maravilhosas. Nós conhecemos muito essa coisa do índio, do

regional, mas eu sinto que é necessário um intercâmbio.

O que eu não gosto em Manaus é da desorganização dos nomes das ruas da cidade. Há muitos nomes iguais e fica confuso...

A MANAUS QUE EU QUERO...

A Amazônia tem uma energia enérgica de progresso do planeta Terra. Não posso dizer que sou manauara, mas tenho muito respeito pela cidade. Eu procuro sempre fazer pelas

próprias arquitetas, arrumar alianças, pois sozinha eu não consigo.

A Manaus que eu quero é com mais infraestrutura básica, como luz e água para todas as pessoas. A questão da educação poderia ser mais desenvolvida. Depende de todo mundo. A arquitetura evoluiu muito e está cada vez mais evoluindo. Manaus tem tudo. As vezes tem gente de lá de fora que pensa que não.

ORGULHO DE SER ATEM,
ORGULHO DE SER DO NORTE,
ORGULHO DE SER DAQUI.
PARABÉNS MANAUS,
POR SEUS 348 ANOS

www.atem.com.br @postosatem

UMA HOMENAGEM

atem

FAÇA VOCÊ DE MANAUS, LOPES

ANEXO 9: Depoimento: Pela mulher indígena – 2017



Nascida em São Gabriel da Cachoeira, ela trocou a aldeia pela 'cidade grande' para lutar pelos direitos das mulheres

Liderança indígena do povo Arapasso conta como chegou a Manaus para atuar na militância em prol do seu povo, fala das conquistas das mulheres, do que gosta e não gosta na Manaus de ontem e hoje

Sou Rosimere Teles Arapasso, tenho 48 anos e atualmente sou uma das coordenadoras da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, que se chama Makira-Éta e quer dizer "Rede das Estrelas". Moro no bairro Santa Etelvina, no loteamento Agnus Dei.

Nasci no Município de São Gabriel da Cachoeira, cidade do Alto Rio Negro, em uma comunidade indígena do médio Ulapés que se chama Loiro. Minha família toda mora nesta comunidade ainda. Meus pais se conheceram na época em que chegou a colonização por lá naquela região, através da educação formal, com os padres salesianos que trabalhavam com os indígenas e, as freiras, com as mulheres indígenas.

Segundo meus pais contam, eram os pais que escolhiam o futuro ideal para aquela menina dependendo do comportamento e do que ela sabia fazer, para formar um casal. Os padres verificavam se aquele rapaz era ideal para a moça. Segundo nossos avós, na época em que nossos parentes ainda moravam em malocas, quem fosse do povo Arapasso não podia casar com o mesmo povo, e nem com o povo piratapua, pois eram primos-irmãos. Só com outros povos. Era regra na época, e hoje muitas regras estão mudando e as pessoas do povo Arapasso já casam entre si, na própria aldeia.

Cheguei em Manaus em 1987, mas para morar mesmo foi em 2002, quando vim com meu esposo, Walter, e os filhos, Andréia, Anderson e Amanda. Eu tinha animais de estimação, mas não pude trazê-los. Tinha duas casas lá, mas morei de aluguel. Tenho uma militância no movimento indígena e iniciei como agente de saúde e professora indígena rural, começando a discussão da educação diferenciada em nível de Estado e nacional, que propusemos na

frase

Gosto de tudo, praticamente na cidade de Manaus, mas como indígena, mulher, pessoa, gosto mais é de água de rio"

Rosimere Arapasso
Liderança indígena

perfil

Nome: Rosimere Arapasso
Idade: 48 anos
Profissão: Ela é uma das coordenadoras da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, a Makira-Éta, quer dizer "Rede das Estrelas".
Natural de: São Gabriel da Cachoeira (AM)
Curiosidade: Sempre militou pela causa da mulher indígena; já foi assaltada seis vezes em Manaus - três delas no ônibus.

época junto a outras lideranças e professores. Então, conquistas e avançamos muito.

Nesse meio comecei a trabalhar com as mulheres indígenas e suas dificuldades. E começamos a perceber que precisávamos trabalhar essa questão de conscientização sobre seus direitos. Fui uma das quem a iniciei, em nível de Amazônia, dentro da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), no Departamento de Mulheres Indígenas.

Antes, as mulheres indígenas só eram reconhecidas por trabalhar em casa de família. Hoje, são professoras, médicas, advogadas. Paralelo à militância sou artesã, trabalhando com cerâmica que minha avó fazia, artesanato com tucumã, sementes.

ÁGUA SEM RIO

Gosto de tudo praticamente em Manaus, mas como indígena, mulher, pessoa, gosto mais é de água de rio, corrente, e infelizmente aqui na cidade não existe mais um rio limpo para você ter acesso, ir com a sua família, tomar banho, mergulhar. Aqui na cidade, na área metropolitana, eu não meto a cara em nenhum igarapé por causa da poluição. Eu tenho muito receio. Nunca levei meus filhos para tomar banho aqui. E na Ponta Negra eu só fui pra olhar. Admiro o Encontro das Águas.

Gosto de andar de ônibus, já que não tenho carro particular. Como me dou com o público, tudo que tem muita gente é bom. Tenho lembranças da Praça da Saudade antiga, como quando cheguei em Manaus, em 2002. Antes as praças de Manaus ofereciam oportunidade de geração de renda para nós, indígenas, que residem na capital.

Meu prato favorito é o pirarucu de casaca, que eu aprendi a gostar e tem um preparo diferente aqui na cidade.

O que eu menos gosto em Manaus é da violência, dos assaltos nas casas, nas ruas e nas praças. Nós não temos segurança. Isso toda a sociedade enfrenta no seu dia a dia. Podemos ter uma deficiência, seja como for, mas se não temos segurança... Alguma coisa está melhorando, mas tem que ser trabalhada essa questão da segurança. Já fui vítima de assalto seis vezes, sendo três dentro do ônibus.

Receita que cresce de amor.

A UNIÃO DE INGREDIENTES FERMENTA ESSE SENTIMENTO DE CARINHO E ORGULHO QUE AUMENTA A CADA NOVO ANIVERSÁRIO.



PARABÉNS, MANAUS!
348 ANOS DE AMOR.

DESDE 1978
LINDOPAN
casa de pães